

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL MESTRADO**

**EDUARDA TROIAN**

**EDUCAÇÃO, ALIMENTAÇÃO E SAÚDE INFANTIL:  
Um estudo do *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação  
Portuguesa* (1790)**

**São Leopoldo**

**2023**

EDUARDA TROIAN

EDUCAÇÃO, ALIMENTAÇÃO E SAÚDE INFANTIL:

Um estudo do *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa* (1790)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador(a): Professora Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Korndörfer

São Leopoldo

2023

T845e Troian, Eduarda.  
Educação, alimentação e saúde infantil : um estudo do Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa (1790) / Eduarda Troian. – 2023.  
176 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.  
“Orientador(a): Professora Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Korndörfer”.

1. História da infância. 2. Tratado médico. 3. Receita.  
4. Nutrição. 5. Século XVIII. I. Título.

CDU 612.39-053.2(091)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

EDUARDA TROIAN

EDUCAÇÃO, ALIMENTAÇÃO E SAÚDE INFANTIL:

Um estudo do *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa* (1790)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovado em 28 de novembro de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Ana Paula Korndörfer – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

---

Deise Cristina Schell – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

---

Eliane Cristina Deckmann Fleck – Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

---

Fernando Cezar Ripe da Cruz – Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

## **AGRADECIMENTOS À CAPES**

O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao encerrar a minha trajetória no mestrado, após dois anos e meio de pesquisa acadêmica, fico imensamente grata pelo processo de investigação e escrita proporcionados por esta dissertação, salientando que foram muitas as pessoas que contribuíram para que eu conseguisse chegar neste momento e nos resultados aqui apresentados. Sendo assim, gostaria de agradecer a todos que, de alguma forma, estiveram presentes comigo nesta jornada, me acolhendo, me incentivando, mesmo de longe, a jamais desanimar ou desistir.

Entre essas pessoas, gostaria de agradecer aos meus pais, por sempre terem me apoiado em minhas escolhas. À minha mãe, por ser a minha parceira em todos os momentos e por me incentivar constantemente a dar o meu melhor naquilo que me proponho a fazer, pois, como sempre dizemos, “estamos nos formando juntas!”. Ao meu pai, que não pode me acompanhar neste momento, mas que sempre acreditou no meu potencial. Ao meu irmão, por sempre me fazer rir e estar comigo. Minha amada família, que sempre participou da minha trajetória.

Gostaria de fazer um agradecimento também à professora Eliane Cristina Deckmann Fleck, minha orientadora durante um longo período, pelas infindáveis conversas e conselhos, pelas trocas e pelos momentos de aprendizado. À professora Ana Paula Korndörfer que, gentilmente, aceitou ser a minha orientadora em meio a um processo de descontinuidade do PPGH da Unisinos/RS e que, desde então, trilhou essa caminhada comigo, oferecendo seu suporte nesta etapa tão importante.

Aos amigos que estiveram ao meu lado, não somente nesse processo, mas que sempre acreditam em mim, em especial, às amigas que trilharam comigo esta caminhada do mestrado, como a Bruna, a Raquel, a Carolina e a Micaela. Quantos áudios cabem em uma conversa de WhatsApp? Sou imensamente grata pela parceria nas aulas, pelos desabafos, pelas companhias da madrugada, pelas apresentações de trabalho. Aos meus colegas do grupo de pesquisa, do qual fiz parte durante a Iniciação Científica, especialmente a Manoela e o Rogério, agradeço pelas trocas e pelo companheirismo de sempre.

Agradeço a todos os professores que participaram da minha trajetória, tanto nas aulas da graduação quanto no mestrado. A cada um que contribuiu para o meu crescimento profissional, deixo aqui a minha gratidão pelos ensinamentos.

Aos meus familiares e demais amigos que sempre estiveram me apoiando e que fizeram parte da minha história, agradeço imensamente pelo carinho e pela compreensão.

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo a análise da obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa* de 1790, de autoria de Francisco de Mello Franco, médico luso-brasileiro, considerando a sua intencionalidade em contribuir para a saúde infantil em Portugal do Setecentos, especialmente no que concerne à saúde das crianças do sexo masculino. Por conseguinte, buscamos analisar essa obra de medicina que, sob a influência do movimento iluminista vigente na sociedade portuguesa a partir da segunda metade do século XVIII, dialogava com propostas pedagógicas que contribuía com o desenvolvimento infantil. Interessa, ainda, explorar o contexto histórico e político no qual a obra foi publicada, de modo a apresentarmos alguns aspectos sobre a trajetória do seu autor. O *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, que foi utilizado como fonte para esta pesquisa, caracterizava-se por enfatizar os cuidados que demandavam as crianças no século XVIII e tinha como objetivo alcançar as famílias portuguesas, especialmente as mães, para quem o autor dirigiu algumas de suas advertências. Desse modo, a obra teria sido uma das primeiras a abordar os cuidados específicos para a criação e educação de meninos saudáveis no reino de Portugal, sendo que, ao longo de seus 12 capítulos, o autor aborda o desenvolvimento da criança, contemplando desde cuidados que deveriam ser observados durante a gestação até a prática de exercícios físicos. Entre os cuidados, destacam-se, ainda, aqueles direcionados à alimentação infantil, evidenciando a sua importância na constituição de indivíduos mais saudáveis. Para atender aos objetivos propostos, trabalhamos com um referencial bibliográfico e um referencial teórico que abrangem diversas áreas da disciplina de História, especialmente a História da Medicina, da Saúde e das Doenças, História da Alimentação, da Educação e a História Social da Infância.

**Palavras-chave:** História da Infância; tratado médico; receita; nutrição; século XVIII.



## ABSTRACT

This Masters' Degree Dissertation proposes to analyze the book *Treaty on Physical Education for Boys for use by the Portuguese Nation* from 1790, written by Francisco de Mello Franco, Portuguese-Brazilian doctor, considering its objective of contributing to the children's health in the seven hundred's Portugal, especially concerning the health of children from the male gender. Therefore, we seek to analyze this medicine's work which, by the influence of the enlightenment movement current in the Portuguese society from the second half of the 18<sup>th</sup> century, dialogued with the pedagogical proposals which contributed to the children's development. This book, which characterizes by focusing on the care demanded by the children from the 18<sup>th</sup> century, had as objective to reach the Portuguese families, especially mothers, for whom the author directed some of his advertences. This way, the book would have been one of the first to approach specific care for the raising and education of healthy boys on the Portugal's kingdom. Over its 12 chapters, the author approaches the development of the child, contemplating from cares to be observed during pregnancy to the practice of physical exercises. Among the cares, stand out those related to the child's food, highlighting its importance to the constitution of healthier individuals. To meet the proposed objectives, we work with a bibliographical and a theoretical framework that cover different areas of the History discipline, especially the History of Medicine, Health and Diseases, History of Food, Education and the Social History of Childhood.

Key-words: History of Childhood; medical treaty; prescription; nutrition; 18<sup>th</sup> century.

Quando as crianças brincam

Quando as crianças brincam  
E eu as oiço brincar,  
Qualquer coisa em minha alma  
Começa a se alegrar.

E toda aquela infância  
Que não tive me vem,  
Numa onda de alegria  
Que não foi de ninguém.

Se quem fui é enigma,  
E quem serei visão,  
Quem sou ao menos sinta  
Isto no coração

PESSOA (1995)

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Frontispício Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo, de 1996. Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal. Óleo de Louis Michael Van Loo, 1766 (Câmara Municipal de Oeiras).....	48
Figura 2 - Cópia a óleo de miniatura de Francisco de Mello Franco em poder de Afonso Arinos de Mello Franco (Cortesia de Virgílio de Mello Franco) .....	86
Figura 3 - Capa de frontispício da obra Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa, de 1790 .....	97

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura da obra Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa, de 1790, de Francisco de Mello Franco.....	16
Quadro 2 – Exemplo sobre uma divisão adotada para as faixas etárias no século XVIII .....	127
Quadro 3 – Exemplos de obras religiosas publicadas no século XVIII em Portugal que tinham como objetivo difundir os ideais cristãos para contribuir com o processo de formação do indivíduo .....	129

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2 PORTUGAL NO SÉCULO XVIII: TRANSIÇÕES E CONTRASTES EM UMA SOCIEDADE INFLUENCIADA PELA TRADIÇÃO</b> .....	<b>40</b>
2.1 TRANSFORMAR E MODERNIZAR: NOVAS PROPOSTAS PARA O REINO DE PORTUGAL.....	40
2.2 O ILUMINISMO PORTUGUÊS E SUAS SINGULARIDADES: INFLUÊNCIAS DAS REFORMAS POMBALINAS NA EDUCAÇÃO.....	51
2.3 A PRÁTICA DA MEDICINA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII EM PORTUGAL.....	60
2.4 OS DIFERENTES LUGARES DA INFÂNCIA .....	70
2.5 TRATADOS DE MEDICINA À SERVIÇO DA POPULAÇÃO.....	79
<b>3 AOS QUE INTERESSAM GERAR E CRIAR: O PERCURSO DE UMA OBRA DE MEDICINA NO REINO DE PORTUGAL NA EUROPA DO SÉCULO XVIII</b> .....	<b>83</b>
3.1 FRANCISCO DE MELLO FRANCO: O PERCURSO ACADÊMICO DE UM MÉDICO LUSO-BRASILEIRO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII .....	84
3.2 <i>TRATADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOS MENINOS PARA USO DA NAÇÃO PORTUGUESA</i> DE 1790 .....	93
3.3 OS DESAFIOS DA MATERNIDADE NO FINAL DO SÉCULO XVIII .....	105
3.4 AMPARO E PROTEÇÃO .....	116
<b>4 CUIDAR PARA VIVER: INSPIRAR PARA QUE OS CORPOS INFANTIS POSSAM CRESCER NA OBRA <i>TRATADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOS MENINOS PARA USO DA NAÇÃO PORTUGUESA</i>, DE 1790</b> .....	<b>122</b>
4.1 A PRESENÇA DA INFÂNCIA EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII: UM OLHAR ATENTO ÀS NECESSIDADES DAS CRIANÇAS PORTUGUESAS.....	122
4.2 VESTIR, EDUCAR E CUIDAR: AS DIRETRIZES EDUCACIONAIS PRESENTES NA OBRA <i>TRATADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOS MENINOS PARA USO DA NAÇÃO PORTUGUESA</i> , DE 1790.....	138
4.3 AOS QUE CRIAM, TAMBÉM CABE O ALIMENTO PARA NUTRIR E PERSEVERAR.....	150

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>164</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>168</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao avaliarmos as transformações científicas, políticas e sociais ocorridas durante o século XVIII em Portugal, é importante analisar a sua natureza, o seu percurso e o seu processo de consolidação. Dessa forma, contextualizar esse cenário possibilita uma importante compreensão sobre os agentes responsáveis por esses acontecimentos, tanto no ambiente político, quanto no intelectual e no cultural. O reino de Portugal na Europa, por meio de figuras notáveis, conseguiu integrar-se à uma proposta modernizadora que já havia atingido outros reinos na segunda metade do século XVIII, como França e Inglaterra, por exemplo, que aprimoraram práticas que abrangiam o setor comercial e diversas áreas do conhecimento.

Em relação a essas propostas em Portugal, cabe destacar que elas abarcavam variadas áreas, englobando diferentes segmentos da sociedade e, principalmente, mudanças significativas na Universidade de Coimbra<sup>1</sup>, as quais dialogavam com as novas percepções que o ser humano passava a ter sobre si mesmo, sobre o seu corpo e sobre o seu ato de pensar. Essas concepções deveriam interferir em todas as etapas da vida do indivíduo de forma que ele direcionasse sua trajetória de maneira consciente, adotando hábitos saudáveis na sua alimentação, no seu cotidiano e no desempenho de pequenas tarefas, nos momentos de descanso e de trabalho e, também, nas ocasiões em que fosse necessário construir novos conhecimentos que objetivassem a instrução de um número cada vez maior de indivíduos e, assim, beneficiar a sociedade portuguesa.

Nesse sentido, deve-se levar em consideração que essas práticas foram fortemente influenciadas pelo movimento Iluminista<sup>2</sup> que adentrava decisivamente no contexto da segunda metade do século XVIII em Portugal. Para que os indivíduos alcançassem um estado de consciência, de modo que eles pudessem transformar-se em uma poderosa ferramenta à serviço do Estado, alguns autores passaram a

---

<sup>1</sup> Em relação à esta importante instituição, cabe destacar que “a introdução dos princípios norteadores da ciência moderna, como o racionalismo e o experimentalismo, realizou-se principalmente na Universidade de Coimbra, onde se procurou conciliar o progresso científico com o ensino”. (ABREU, 2006, p. 63).

<sup>2</sup> Ao caracterizarmos esse movimento, deve-se compreender que “o Iluminismo foi um fenômeno intelectual surgido na Europa, especificamente em meados do século XVIII. Tinha por principal baliza a referência da crítica, compreendendo o mesmo conceito de crítica como o reconhecimento das possibilidades, mas também dos limites, da capacidade humana de conhecer. Mais do que isso, os iluministas acreditavam que a instrução conduziria não apenas a um acréscimo de conhecimento no sujeito, mas também a um aprimoramento moral do indivíduo que se instrui” (BOTO, 2017, p. 34).

formular questionamentos sobre como o processo de criação e educação das crianças poderia contribuir, levando em consideração as habilidades almejadas por essa sociedade fortemente influenciada pelos ventos da Ilustração.

Uma mudança significativa, nesse sentido, pode ser observada na postura adotada pelos médicos, uma vez que os ares da modernidade também haviam incidido no percurso da formação universitária, com vistas à valorização do estudo voltado para a prática e sua incorporação nos currículos, como seria observado nas reformas<sup>3</sup> propostas para a Universidade de Coimbra a partir de 1772.

Diante dessas mudanças que deveriam envolver o indivíduo como um todo, é interessante notar, contudo, que, em Portugal, as questões afetas à população infantil despertaram cada vez mais o interesse da população em geral, visto que os índices de mortalidade<sup>4</sup> e abandono<sup>5</sup> infantil eram significativamente altos para a época. Se era necessário que o indivíduo adquirisse bons hábitos, desempenhasse uma conduta moral adequada frente aos rituais sociais e apresentasse um aspecto saudável, o ideal seria ensinar-lhe, desde a mais tenra idade, como adquirir e manter esses costumes. Desse modo, autores da área da saúde passaram a conscientizar a população portuguesa a respeito da importância de se educar e criar adequadamente as crianças, dentro das suas próprias especificidades e etapas de desenvolvimento, em conformidade com o que já apontavam autores<sup>6</sup> de outras nacionalidades.

Para que isso ocorresse, era necessário, em consonância com as transformações decorrentes da evolução do saber científico, promover maiores cuidados com a saúde das gestantes, uma vez que elas seriam as responsáveis por gerar súditos saudáveis, e com aquelas que participariam diretamente do processo de

---

<sup>3</sup> Como veremos a seguir, as reformas resultantes das ações políticas de Sebastião José de Carvalho e Melo direcionaram importantes mudanças nos currículos universitários, sendo que, conforme apontado por Kenneth Maxwell (1996, p. 104), essas reformas “visavam a três objetivos principais: trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo”.

<sup>4</sup> Sobre esta questão, consultar: SANTOS, Cândido. Nota sobre a mortalidade infantil nos séculos XVIII e XIX. **Humanidades**, Porto, n. 2, p. 47-75, 1982.

<sup>5</sup> Sobre as práticas que envolviam o abandono infantil, cabe destacar que “Portugal assistiu, ao longo do período moderno, a uma escalada do abandono que só estancou a partir da segunda metade do século XIX” (SÁ, 2011, p. 90), conforme será abordado no terceiro capítulo desta dissertação.

<sup>6</sup> Como exemplo dos títulos que foram publicados nesse período, de acordo com DONZELOT (1980, p. 17), podemos citar os seguintes autores: “Des Essartz (Traité de l'éducation corporelle des enfants em bas âge, ou, réflexion pratique sur les moyens de procurer une meilleure constitution aux citoyens (1760), Brouzet (Essai sur l'éducation médicinale des enfants et sur leurs maladies, 1757), Raulin (De la conservation des enfants, 1767), Leroy (Recherches sur les habillements des femmes et des enfants, 1772), Buchan (Médecine domestique, 1775), Verdier Heurtin (Discours sur l'allaitement et l'éducation physiques des enfants, 1804); sem contar os célebres livros de Tissot sobre o onanismo e o seu Avis au peuple sur sa santé (1761)”.



criação dessas crianças. Nesse aspecto, tornou-se necessário que as instruções que estavam sendo amplamente divulgadas ao longo do século XVIII, no que concerne aos cuidados com a infância, pudessem atingir tanto as gestantes, quanto as demais mulheres, tais como as parteiras e aquelas que cuidariam das crianças na ausência de suas mães, como as amas de leite, por exemplo.

A divulgação destes novos saberes estava vinculada a um amplo sistema de comércio de tratados<sup>7</sup> de medicina doméstica, cuja publicação tornou-se mais intensa em decorrência da introdução de novos hábitos à população com o advento do Iluminismo, que visava a divulgação<sup>8</sup> do conhecimento para um número cada vez maior de pessoas. Esse tipo de publicação passou a merecer maior atenção por parte do público leitor, assim como as obras que tratavam dos cuidados que deveriam ser tomados com as crianças. Por meio delas, podemos identificar como a infância era percebida na sociedade portuguesa neste período e as razões para que ela fosse inserida nas preocupações vigentes na área da saúde.

Neste esforço de discutir a percepção sobre a infância que vigorava em Portugal na segunda metade do século XVIII, analisaremos uma obra de medicina do Setecentos, o *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, de 1790. Esta obra foi publicada pela primeira vez em 1790, tendo sido escrita por Francisco de Mello Franco, que propõe uma série de cuidados destinados aos sujeitos infantis, especialmente, aos meninos<sup>9</sup>. A versão do tratado que

---

<sup>7</sup> Sabe-se que, durante o século XVIII em Portugal, muitos foram os títulos publicados, especialmente, se considerarmos os tratados que abrangiam as diferentes etapas de formação das crianças, fossem elas voltadas para sua saúde, educação ou religiosidade. Sobre esse aspecto, verificar o trabalho de: RIPE, Fernando C. **A constituição do sujeito infantil moderno na cultura impressa portuguesa do século XVIII**, 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019. Nesse trabalho, o autor apresenta, por meio de um estudo dirigido, uma série de obras que foram disponibilizadas ao público português no Setecentos com o intuito de divulgar diversos saberes sobre os cuidados mais apropriados com os sujeitos infantis.

<sup>8</sup> Sob este aspecto que envolvia a divulgação do conhecimento que era produzido, a autora Carlota Boto atesta que um dos objetivos da Ilustração era o de que “a ciência precisaria ser desenvolvida e partilhada” (BOTO, 2017, p. 37), em consonância com os apontamentos de muitos estudiosos da época que viam em Portugal a necessidade de uma revigoração cultural e administrativa.

<sup>9</sup> No período em que a obra foi publicada, era comum que os autores se referissem à figura masculina como sendo o modelo ideal a ser seguido e relegavam poucas ou nenhuma página às especificidades das mulheres. Abordavam, desse modo, alguns cuidados que estas deveriam ter em relação ao seu vestuário, seu comportamento, suas aptidões à maternidade e seus deveres religiosos. Destacamos, ainda, que Francisco de Mello Franco trouxe algumas observações em relação à figura feminina em sua obra, de forma a diferenciar algumas especificidades no seu processo educativo e, também, no momento de advertir os adultos sobre quais comportamentos não deveriam ser reproduzidos nos meninos para que não fossem vistos da mesma maneira que as meninas.

analisamos é a de 1790, ano da primeira edição<sup>10</sup> em Portugal, e conta com 134 páginas distribuídas em 12 capítulos, conforme indicado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Estrutura da obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, de 1790, de Francisco de Mello Franco

Capítulos	Número de páginas
Capítulo. I – “Porque modo se deve reger uma mulher pejada”	12 páginas
Capítulo. II – “Logo que uma criança nasce deve ser separada dos pés da mãe, cortando-se o cordão umbilical, e como deve ele ser ligado”	5 páginas
Capítulo. III – “Do quanto é nocivo o frio no instante do nascimento”;	3 páginas
Capítulo. IV – “Qual seja o verdadeiro modo de lavar as crianças”;	3 páginas
Capítulo. V – “A utilidade dos banhos frios provada pela razão, pela prática dos Antigos, e pelo exemplo dos povos do Norte”;	6 páginas
Capítulo. VI – “A espécie humana tem degenerado, e sensivelmente degenera na Europa, e porque motivos;	4 páginas
Capítulo. VII – “Como se devem vestir as crianças e os abusos que há a este respeito”	8 páginas
Capítulo. VIII – “Do quanto diz respeito ao modo de nutrir as crianças”;	41 páginas
Capítulo. IX – “Do sono, e do berço”;	10 páginas
Capítulo. X – “Do exercício, não só no que diz respeito às crianças, mas ainda geralmente considerado”;	13 páginas
Capítulo. XI – “Do modo de aperfeiçoar os sentidos das crianças”	8 páginas
Cap. XII – “Da grandíssima utilidade, que resultaria ao Estado, e a cada um dos particulares, a geral introdução da inoculação das Bexigas”.	12 páginas

Fonte: Elaboração própria a partir de Franco (1790).

<sup>10</sup> Em relação às edições dessa obra, deve-se destacar a observação de que “esta obra teve ainda duas edições, sendo a segunda também feita em Lisboa em 1791, e sendo para lamentar-se ser tão pouco conhecida no Brazil” (SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitoriano, 1895, p.45). Consultar em: SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitoriano, Dic. Bibliográfico Brasileiro, III: 44-47, Imp, Nacional, Rio, 1937. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>>. Acesso em: 11 set. 2022.

Do ponto de vista da metodologia empregada para a análise qualitativa da fonte principal desta dissertação, serão considerados os capítulos que compõem a obra, de forma a verificar quais são as receitas e os cuidados indicados para melhor criar os meninos. Dessa forma, temos como pretensão a apresentação destas indicações e orientações que exemplifiquem o uso das recomendações<sup>11</sup> no segundo e no terceiro capítulos deste trabalho. Em consonância com os objetivos que foram propostos, os capítulos que mereceram a nossa particular atenção, por visarem o público infantil, especificamente, são: Cap. VII. *Como se devem vestir as crianças, e os abusos que há a este respeito*; Cap. VIII<sup>12</sup>. *Do quanto diz respeito ao modo de nutrir as crianças*; Cap. IX. *Do sono, e do berço*; Cap. X. *Do exercício, não só no que diz respeito às crianças, mas ainda geralmente considerando e o Cap. XI. Do modo de aperfeiçoar os sentidos das crianças*. Vale ressaltar que, para poder melhor compreender as orientações constantes na obra e os termos mencionados nas receitas, foram consultados dicionários do período, como o elaborado por Raphael Bluteau (1638-1734)<sup>13</sup>.

Em relação à obra, cabe ressaltar que é o próprio autor quem escreve o seu prefácio<sup>14</sup>, acionando sua experiência particular enquanto figura paterna e fazendo referência a um cenário que ele considerava alarmante em termos de saúde pública. Para fundamentar suas proposições, Francisco de Mello Franco recorreu a uma série de autores tidos como importantes referências na área da saúde e das ciências e que abordam tanto procedimentos educacionais quanto médicos, ressaltando que não

---

<sup>11</sup> “RECOMMENDAÇÃO, o ato de recomendar; as palavras com que se recomenda” (FRANCO, 1790, p. 297).

<sup>12</sup> Deve-se apontar que o sétimo capítulo, em especial, é composto por uma série de artigos que também serão verificados, contemplando a proposta de análise a qual nos propusemos, pois eles trazem especificidades sobre os cuidados infantis para crianças do sexo masculino, sendo eles: Art. I: Se deve mamar logo na mãe; e quando há de fer a primeira vez; Art. II. Todas as mãis faõ obrigadas a criar feus filhos. Art. III. Quaes faõ as mãis que legitimamente efaõ difpenfadas de crear feus filhos. Art. IV: Quaes faõ os meios de fupprir efa impoffibilidade das mãis, e que condições deve ter a ama. Art. V. Que regularidade deve haver em dar de mamar ás crianças; e os abufos que vulgarmente reinaõ a effe refeito. Art. VI. Quando devem principiar a comer, e qual ferá a comida própria. Art. VII. Quando fe devem defmamar as crianças: como fe deve entaõ proceder: que alimentos fe devem dar dahi por diante até aos quatro anos.

<sup>13</sup> Sobre este religioso nascido em Londres, destaca-se que ele “fez seus estudos na França e Itália e estabeleceu-se em Portugal em fins do século XVII, tornando-se uma das figuras notórias da corte de D. João V. Em Portugal, publicou, entre 1712 e 1728, o Vocabulário Portuguez e Latino”. (CARVALHO, 1987, p. 398-399 apud ABREU, 2006, p. 29).

<sup>14</sup> O autor expressa, em suas considerações iniciais, que a motivação para escrever sobre esse tema “veio de sua própria experiência como médico e pai de família, daí a razão de o texto ser voltado para o público amplo, não treinado nos princípios da medicina acadêmica”. (FREITAS, 2017, p. 74).

havia, em Portugal, um conjunto normativo que tratasse da infância e, em especial, da saúde infantil.

Ao longo de seus capítulos, é possível encontrar a indicação de atividades físicas e de cuidados com a higiene, menções à influência das estações do ano na saúde infantil, ao uso adequado de alimentos de caráter nutritivo e a um vestuário próprio para as crianças e para as gestantes. Esses conselhos também tinham como público-alvo os pais dessas crianças, que deveriam seguir essas regras em seus comportamentos<sup>15</sup>, inclusive em suas relações sexuais, pois a sua conduta privada e familiar também interferiria no processo de criação dos seus filhos. Tais orientações deveriam, segundo Francisco de Mello Franco, ser inseridas no cotidiano das famílias portuguesas com a finalidade de que o universo infantil pudesse ser privilegiado e individualizado em relação ao dos adultos.

Por meio da análise da obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, de Francisco de Mello Franco (1790), pretendemos nos aprofundar e discutir a compreensão de infância e de saúde infantil vigente no reino de Portugal na Europa na segunda metade do século XVIII, mais especificamente, nas décadas finais do Setecentos. Diante desse cenário, nos questionamos o seguinte: como foram enunciados os cuidados relativos à saúde, educação e alimentação no *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, de Francisco de Mello Franco (1757-1822), publicado inicialmente em Lisboa no ano de 1790, na intenção de perceber a compreensão de infância e de saúde infantil vigente no reino de Portugal na Europa na segunda metade do século XVIII.

É importante mencionar que o interesse por explorar tal temática deveu-se aos subprojetos de pesquisa que desenvolvi como bolsista de Iniciação Científica, na modalidade PRATIC e PIBIC/CNPq (de 2018 a 2020), que tinham como objetivos a leitura e análise de duas obras<sup>16</sup> de medicina doméstica, uma do século XVII e outra

---

<sup>15</sup> Sobre os comportamentos destinados aos pais das crianças, Mello Franco apontava que esses iriam agir diretamente na criação e no desenvolvimento de seus filhos, especialmente nos cuidados que a mãe adquiria durante a gravidez, como a ingestão de alimentos adequados, valorizando sempre o princípio da moderação no comer, no beber e na prática de exercícios físicos, pois uma das funções desses tratados era a de “aconselhar como manter a economia entre o que era ingerido e o que era efetivamente consumido pelo corpo, para que não houvesse excedente prejudicial à saúde” (RIPE, 2019, p. 126).

<sup>16</sup> A primeira obra a ser analisada foi o tratado de medicina doméstica *Âncora Medicinal*: para conservar a vida com saúde, de autoria de Francisco da Fonseca Henriquez, médico do rei D. João V. Tendo sido publicada pela primeira vez no ano de 1721 em Portugal, essa obra caracterizava-se por ser o

do século XVIII. Ao lê-las, tomei contato com orientações e indicações terapêuticas, algumas associadas a cuidados alimentares, destinadas a diferentes tipos de indivíduos, considerando-se, por exemplo, sexo e faixa etária. A dissertação dá continuidade, portanto, aos projetos que desenvolvi durante a Iniciação Científica (IC) e no meu Trabalho de Conclusão de Curso. Cabe destacar que foi em virtude da leitura de obras e fontes que contemplavam a área da saúde e das doenças que defini o tema que seria abordado em minha monografia. Como bolsista de IC, pude ter contato com algumas obras de medicina doméstica voltadas para os cuidados infantis, o que despertou o meu interesse e me levou a buscar mais informações sobre a concepção de infância na sociedade portuguesa do século XVIII.

Em meu Trabalho de Conclusão de Curso, abordei os receituários presentes na obra *Âncora Medicinal*, em especial, aqueles que se destinavam aos sujeitos infantis, sendo que pude detectar uma diferença em relação aos cuidados e receitas propostos para meninos e meninas, aspecto que aprofundi em um dos capítulos do trabalho. É importante ressaltar, no entanto, que o autor Francisco da Fonseca Henriquez não tinha como objetivo focar apenas um grupo específico, pois ele considerou orientações gerais e critérios para estabelecer as suas indicações, entre os quais estava a faixa etária do indivíduo, as denominadas “idades da vida”.

No entanto, ao longo da obra, foi possível observar a importância da associação entre a idade e o sexo do indivíduo, principalmente em relação aos meninos. Partindo dessa constatação, explorei essas associações e, também, o privilégio dado aos meninos, recorrendo a autores que se dedicam à temática da infância, da saúde e do corpo, tendo sido possível observar e discutir algumas concepções e características da sociedade lusa do século XVIII. Assim, foram verificadas e analisadas todas as receitas que envolvessem o público infantil, e considerou-se que elas objetivavam

---

primeiro tratado de nutrição publicado em língua portuguesa. A segunda obra, por sua vez, foi o tratado intitulado *Primera Parte de Medicina, y Cirugia Racional, y Espagirica, sin obra manual de hierro, ni fuego, purificada com el Crifol de la Razon, y Experiencia, para alivio de los Enfermos...*, da autoria de Juan de Vidos y Miro, publicado pela primeira vez em 1691 em Zaragoza, na Espanha. Nessa obra, o autor propôs práticas curativas mais naturais, à base de plantas e alimentos, tecendo consideráveis críticas aos procedimentos mais usuais da medicina, especialmente aqueles que envolviam o uso de instrumentos cirúrgicos sem a devida necessidade, acarretando malefícios ao enfermo. Essas obras realizavam importantes diálogos, sobretudo, com a História da Alimentação, possibilitando, dessa forma, estabelecer relações entre dietética, virtudes medicinais e cuidados com o corpo humano. Cabe destacar, nesse sentido, que as duas obras consultadas para a realização das pesquisas integravam o projeto ao qual estive vinculada, intitulado *Circulação e apropriação de saberes em obras manuscritas e impressas de Cirurgia na América Meridional do Setecentos*, coordenado pela professora Dr.<sup>a</sup> Eliane Cristina Deckmann Fleck.

que, a partir de sua aplicação, os pais das crianças conseguiriam conservar o estado de saúde de seus herdeiros, evitando doenças e demais enfermidades da época.

Após a conclusão da graduação, submeti um projeto de dissertação ao processo seletivo do PPGH da Unisinos<sup>17</sup>, que previa a continuidade das pesquisas sobre saúde infantil a partir da análise do *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*<sup>18</sup>, de 1790, escrito pelo médico Francisco de Mello Franco. Após a aprovação no processo seletivo, ingressei no Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, no primeiro semestre do ano de 2021, contando, mais uma vez, com a orientação da Prof.<sup>a</sup> Eliane Fleck e, posteriormente, da Prof.<sup>a</sup> Ana Paula Korndörfer.

A proposta submetida ao processo seletivo visava levantar indícios e avaliar a circulação e a recepção da obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, em Portugal e na América Portuguesa. Em virtude da dificuldade de encontrar o número exato de edições que a obra teve e de informações confiáveis sobre sua divulgação em outros territórios, entramos em contato com professores e pesquisadores que já haviam trabalhado com algum aspecto desse tratado ou mesmo sobre a trajetória do autor, que confirmaram a dificuldade de abordar a difusão e a recepção da obra. As dificuldades encontradas me levaram a rever os objetivos inicialmente propostos e a optar por trabalhar com a edição de 1790, levando em consideração o contexto marcado pelas influências iluministas, que são perceptíveis na obra e na trajetória do autor. Desse modo, torna-se importante analisar as receitas presentes nesse tratado, com a finalidade de compreender de que forma elas poderiam beneficiar as crianças em um momento em que a saúde infantil demandava cuidados mais específicos, em consonância com as diretrizes que a conjuntura iluminista apresentava para a população.

---

<sup>17</sup> O projeto submetido para o processo seletivo do mestrado tem como título: *Higiene, alimentação e saúde infantil: um estudo do “Tratado de Educação Física dos Meninos para uso da Nação Portuguesa” (1790)*.

<sup>18</sup> Sobre a obra que vem sendo utilizada como fonte de pesquisa, interessa mencionar que as pesquisas ocorreram em uma versão digitalizada que se encontra disponível no site da Biblioteca Digital Luso-brasileira em PDF. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/436619>. O contato com a obra se deu durante a realização do trabalho de conclusão de curso, ao realizar leituras indicadas sobre a história da saúde infantil em Portugal e me deparar com o título dessa obra em inúmeros momentos, a qual despertou a minha curiosidade. É importante destacar que, para esta dissertação, os excertos utilizados para compor a escrita tiveram a sua linguagem modernizada, em virtude da ortografia usada na versão digitalizada ser mais antiga.

Em relação à pesquisa desenvolvida no mestrado, cabe destacar que a sua originalidade consiste tanto na opção por uma das obras pouco exploradas do médico Francisco de Mello Franco, quanto na proposição de analisar suas percepções de infância e suas preocupações com a saúde das crianças portuguesas. Isto pôde ser observado na revisão bibliográfica que fiz e que apontou para a existência de uma lacuna<sup>19</sup> no que se refere ao papel que Mello Franco desempenhou, por meio dessa obra, para um melhor cuidado das crianças, que até então não mereciam atenção ou maiores preocupações por parte dos pais em Portugal.

Dessa forma, torna-se importante apresentarmos o contexto, na segunda metade do século XVIII, em que o autor da obra sobre a qual nos deteremos iniciou a sua jornada acadêmica, marcada por importantes triunfos, mas também por repreensões e veementes oposições por parte do governo.

Francisco de Mello Franco, nascido em Paracatu, Minas Gerais, ingressou na Universidade de Coimbra no ano de 1775 e, durante o tempo de estudante, não deixou de manifestar-se criticamente em relação à direção que o reino de Portugal, na Europa, estava tomando, em especial nas Ciências, uma vez que a considerava um retrocesso.

Durante o período de sua formação na Universidade de Coimbra, Francisco de Mello Franco envolveu-se em uma série de polêmicas, chegando a publicar vários textos anônimos<sup>20</sup> nos quais tecia críticas ao ensino universitário e ao governo. Deve-se mencionar que, nesse período de formação do médico, o reino de Portugal na Europa já havia vivenciado uma série de transformações de ordem social, econômica e cultural, especialmente em virtude das reformas propostas pelo Marquês de Pombal, de modo que

Em acordo aos princípios da Filosofia das Luzes (Iluminismo), movimento que impregnou parte da Europa nas décadas finais do século XVII e século XVIII, o Marquês de Pombal implementou uma reforma educacional, justificada pela égide da Ciência e da razão, em oposição ao poder absoluto da igreja, buscando a substituição do ensino eclesiástico pela educação laicizada e pública (NETO *et al.*, 2019, p. 25).

---

<sup>19</sup> Conforme atestado por Rossana Agostinho Nunes (2011, p. 3), ao observar que “são raríssimos” os trabalhos que abordem a trajetória de Francisco de Mello Franco, bem como sobre as suas obras, cujas análises “não foram muito longe”.

<sup>20</sup> Sobre a prática, a autora Rossana Agostinho Nunes (2011, p. 17) atesta que “ao longo do século XVIII, as estratégias adotadas passavam, muitas vezes, pelos canais clandestinos de circulação literária, pelo anonimato e pela prudência”.

Deve-se salientar, ainda, que o autor manifestava o seu descontentamento, sobretudo com as políticas adotadas pela Rainha D. Maria I, no período posterior às reformas pombalinas, conforme veremos no primeiro capítulo da obra. Em virtude de seus posicionamentos, de acordo com Abreu (2006, p. 67), foi detido durante os anos de “1777 a 1781 pelo Tribunal do Santo Ofício”, o que o obrigou a interromper os seus estudos. Pesaram sobre ele acusações como as de que apresentava um comportamento tido como “herege, naturalista, dogmático, além de negar o matrimônio” (ABREU, 2006, p. 67). Após retornar e concluir os seus estudos, o médico galgaria importantes posições na corte portuguesa, inclusive atuando como médico da câmara real, estabelecendo uma rede de contatos influentes e integrados ao círculo da nobreza portuguesa. De acordo com Rossana Nunes (2010, p. 121), pode-se afirmar que “nesse cenário, a trajetória de Francisco de Mello Franco foi marcada pelos dois elementos: prêmio e castigo [...]”.

Anos mais tarde, em 1817, ele retornaria ao Brasil, acompanhando D. Leopoldina em sua comitiva, sendo que, nesse período, ele daria continuidade à publicação de obras voltadas para um público que não era acadêmico e que reforçavam a importância de medidas de higiene para a saúde da população. Aliás, essa seria uma das características que se fariam muito presentes nas obras de Francisco de Mello Franco, sendo que essas concepções higienistas foram de grande relevância no final do século XVIII em Portugal, em um contexto de transformações ocorridas na prática da medicina que almejavam “[...] levar às populações regras de regime, meios de diagnóstico, prescrições terapêuticas e, em suma, novos conceitos do corpo [...]” (BARREIROS, 2014, p. 49).

A sua carreira enquanto médico foi fortemente influenciada pelas redes de sociabilidade nas quais se inseriu, sendo que seus contatos possuíam vínculos fortes com as ideias da Ilustração, o que também lhe traria alguns incômodos, inclusive por ocasião de seu retorno para a América Portuguesa, uma vez que foi associado a grupos tidos como contrários às diretrizes do governo. E as críticas que recebeu causariam danos em sua reputação ao término de sua vida, conforme elucidado por Ricardo Freitas (2017, p. 244), ao mencionar que “alguns de seus biógrafos afirmam que[...]” ele “[...] teria morrido na miséria depois de perder a sua fortuna e ser expulso do Paço, embora as causas para isso sejam obscuras”.

Sobre a análise realizada a respeito da obra utilizada como fonte de pesquisa, cabe destacar que as suas receitas aparecem associadas às diferentes etapas da



constituição dos infantes e envolviam cuidados alimentares, a importância das atividades físicas, as recomendações sobre o vestuário e o processo de aprendizagem. O estudo dessas orientações será interligado com o desenvolvimento do percurso da vida acadêmica e profissional de Francisco de Mello Franco e com as influências que recebeu de outros médicos, bem como com a realidade portuguesa no momento em que a obra foi escrita e divulgada, com a finalidade de identificar a concepção de infância presente na obra, por meio da análise das receitas<sup>21</sup> apresentadas nas seguintes categorias: alimentação, vestuário, períodos de descanso e educação.

Quanto ao contexto no qual essa obra foi escrita e publicada, é importante lembrar que foi marcado por algumas transformações importantes tanto no cenário cultural quanto político, especialmente quando o comparamos com a primeira metade do século XVIII<sup>22</sup>, em Portugal, fortemente caracterizado pela religiosidade que influenciava os principais segmentos da sociedade. Foi a partir da segunda metade do século XVIII, especialmente durante os reinados de D. José I (1714-1777) e D. Maria I (1734-1816), que os influxos das ideias ilustradas se fizeram sentir com maior intensidade. Durante o reinado do primeiro, nota-se uma maior renovação, que atingiria todos os segmentos sociais do período, devido a uma série de ações promovidas a partir das reformas pombalinas que influenciaram o ensino<sup>23</sup> ministrado nas escolas e nas universidades, bem como o ambiente político. Nas décadas finais do Setecentos, portanto, o reino já havia passado por uma série de medidas que objetivavam a sua modernização e adequação às ideias iluministas. Muitas das ações

---

<sup>21</sup> “RECEITA, os remédios com as dozes, e modo de os preparar, e dar, que o Médico prescreve por escrito” (FRANCO, 1790, p. 294).

<sup>22</sup> Ao refletirmos sobre as condições em que Portugal se encontrava no início do século XVIII, deve-se ressaltar que o reino governado por D. João V demonstrou alguns avanços em relação à uma modesta expansão cultural, destacando, ainda, que a figura do monarca era alinhada a um instrumentário de costumes que objetivava fortalecer a sua figura régia. Nesse período, o reino contrastou entre tentativas de modernização, mas mantendo-se apegado a certas tradições, em uma alusão elaborada por Ricardo de Oliveira (2010, p. 129), afirmando que “pugnavam-se o velho e o novo: o esplendor barroco e o fanatismo devoto; dependência econômica, política dentro daquilo que se convencionou denominar reformismo ilustrado, com perspectivas notadamente conservadoras, mas que dialogaram com o que se passava no campo das ideias no resto da Europa. Podemos mesmo dizer que o mundo português, à sua maneira, vivenciou os problemas básicos dessa crise, que se manifestavam em questões filosóficas, religiosas e éticas pela qual a inteligência europeia passou entre fins do século XVII e o início do XVIII, criando soluções próprias para os problemas que lhe surgiam”.

<sup>23</sup> Nesse sentido, “a reforma educacional pombalina teve seu maior destaque, especialmente, com a expulsão dos jesuítas de todo o Império Lusitano. O processo educativo pedagógico em Portugal era governado pelos inicianos e, com a extinção dos colégios jesuítas, emerge uma nova era, inclusive na colônia brasileira” (OLIVEIRA *et al.*, 2007, p. 2).

modernizadoras foram conduzidas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que, durante o reinado de D. José I, atuando como Secretário de Estado do reino e desempenhando importantes funções ao longo de sua carreira política, influenciou a dinâmica da política portuguesa por um considerável período.

O Portugal do século XVIII é quase inseparável da figura dominante do marquês de Pombal (1699-1782). Para alguns, Pombal, que para todos os efeitos governou Portugal entre 1750 e 1777, é uma grande figura do despotismo esclarecido, comparável a Catarina II da Rússia, a Frederico II da Prússia e a José II da monarquia austríaca (MAXWELL, 1996, p. 1).

Apesar da importância das medidas pombalinas para essa nova etapa da história de Portugal, cabe destacar que o movimento iluminista português teve contornos próprios. Nesse caso, vale o observado por Carlota Boto (2017), ao afirmar que devemos ter alguns cuidados ao analisar o significado deste movimento nos reinos europeus e em períodos distintos, pois deve-se ter a compreensão de que o movimento se manifestou “de modos diferentes consoante os territórios, as tradições de pensamento, as filiações teórico-conceituais, a língua, os usos e os costumes” (BOTO, 2017, p. 22). É preciso considerar, ainda, que o reino luso manteve “ao longo do século XVII e XVIII sua cultura científica” alinhada, ainda, a um “modelo aristotélico-tomista” (SILVA, 2016, p. 21-22), diferentemente de outros reinos, como será exposto nos capítulos em sequência. Ainda assim, a sociedade portuguesa contou com um diferencial de grande relevância para a consolidação dessas novas propostas e isso ocorreu em virtude da atuação dos estrangeirados<sup>24</sup> em solo português. Sobre a presença desse grupo, é importante salientar que, em virtude dos seus desempenhos enquanto médicos, pedagogos e demais profissionais, muitas das medidas adotadas nas reformas da segunda metade do século XVIII trouxeram importantes inovações para o ensino e para os cuidados do corpo dos indivíduos.

O contexto literário do final do Setecentos contribuiu, ainda, para que muitos autores, dentre os quais está Francisco de Mello Franco, pudessem corresponder às demandas de um público leitor e letrado que se interessava por essas orientações pedagógicas e que almejava que fossem aplicadas pelas pessoas que não pertenciam

---

<sup>24</sup> Esse grupo, em particular, merece especial atenção em razão da influência que exerceu sobre as novas diretrizes que deveriam modernizar Portugal. Desse modo, esses indivíduos eram associados a um grupo de “portugueses que viveram a maior parte de suas vidas em terras que não as portuguesas (ou até mesmo nativos das colônias, que não estariam em contato direto imediato com a Coroa) e que, por observarem Portugal externamente, elaboravam uma série de críticas acerca do momento vivido por seus conterrâneos, comparando-os a outras regiões” (SILVA, 2016, p. 22).

ao círculo acadêmico. Por isso, interessa-nos, também, identificar quais eram as percepções sobre o universo da leitura e da escrita em Portugal no século XVIII, em virtude das considerações sobre essas práticas que envolviam diferentes modalidades e níveis de leitura, oralização e divulgação de saberes. É relevante destacar que, para a época, boa parte da população carecia de estudos e os índices de alfabetização<sup>25</sup> atingiam uma pequena parte da sociedade. Por isso, é interessante analisarmos de que formas essas orientações terapêuticas chegavam até as populações mais humildes. Apesar desses índices, nota-se, também, que durante o século XVIII, houve “um incremento significativo na produção e no comércio de livros” (FLECK; DILMANN, 2017, p. 7) e, em decorrência desse aumento de produção, as relações que lhe eram intrínsecas merecem uma especial atenção.

Interessante notar, também, como essas questões do universo letrado passaram a integrar o cotidiano dos indivíduos de baixo estamento, de modo que essas pessoas pudessem se apropriar dessas instruções para o tratamento de enfermidades ou para a conservação de sua saúde. Uma maior divulgação de saberes científicos e de orientações de cunho pedagógico por meio destas obras não significava, contudo, que todos os públicos e temas fossem contemplados da mesma forma. Havia, por exemplo, a carência de obras<sup>26</sup> voltadas para os cuidados com as crianças, especialmente no que se refere à educação e à alimentação e, também, ao período de gestação. A infância era, geralmente, abordada em meio às orientações direcionadas aos adultos, sem dedicar-se à essa faixa etária.

A obra de Francisco de Mello Franco, por sua vez, se ocupará das crianças de sexo masculino e, ocasionalmente, das meninas, desde o momento de sua concepção até a vida adulta, e se destinará aos pais dessas crianças, sendo que o autor chama a atenção de que esses estariam sendo descuidados na criação de seus filhos, especialmente as mães, para quem boa parte das orientações é direcionada. Deste

---

<sup>25</sup> Nesse sentido, é importante ressaltarmos que “a clivagem entre alfabetizados e analfabetos, essencial, mas grosseira, não esgota as diferenças em relação ao escrito. Aqueles que são capazes de ler textos não o fazem da mesma maneira, e há uma grande diferença entre os letrados talentosos e os leitores menos hábeis, obrigados a oralizar o que lêem para poder compreender, ou que só se sentem à vontade com algumas formas textuais ou tipográficas” (CHARTIER, 1998, p. 13).

<sup>26</sup> Em Portugal, muitas dessas questões foram inseridas tardiamente na produção de tratados de medicina, pois, “a atenção médica dada às crianças seguia ainda de perto as tradições medievais, uma vez que as descobertas científicas do século XVIII só lentamente penetraram nas práticas médicas”, visto que, até então, os tratados se direcionavam aos “adultos, contendo secções sobre conselhos para cuidados médicos a prestar às crianças” (SÁ, 2011, p. 79).

modo, propõe, também, o acompanhamento dessas indicações pelos profissionais que prestavam assistência às mulheres durante o período da gestação, do parto e do pós-parto, como as parteiras e as amas de leite, além dos demais profissionais habilitados. Considerando que as instruções abrangiam essa ampla gama de profissionais, torna-se importante refletir sobre quais podem ter sido as formas empregadas<sup>27</sup> para que as orientações presentes nesta obra pudessem chegar aos sujeitos que necessitavam ser melhor conduzidos no cuidado das crianças. Dessa forma, pretendemos apresentar também, conforme mencionado anteriormente, a importância dos meios de divulgação das receitas para o público-alvo do autor, especialmente através das práticas de leitura e oralização vigentes no século XVIII.

Como procuramos ressaltar, a análise do *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, de 1790, levará em consideração a influência das ideias iluministas em Portugal nas décadas finais do século XVIII e seu impacto na concepção de saúde infantil, observável nos tratados de medicina, muitos deles voltados para a difusão dos conhecimentos para um público cada vez maior. É extremamente importante compreendermos esse cenário, pois, durante a segunda metade do século XVIII, houve um aumento do número de publicações de cunho pedagógico. Essas obras divulgavam novos códigos de controle do cotidiano dos indivíduos, em uma tentativa de disciplinar o corpo não apenas em termos de saúde, mas também em relação à sua conduta social<sup>28</sup>, sendo que as próprias diretrizes educacionais deveriam contribuir para a consolidação desses novos comportamentos.

O objetivo geral da pesquisa é, portanto, o de analisar a obra de Mello Franco, considerando a sua contribuição para a saúde infantil em Portugal do Setecentos, especialmente no que concerne à saúde das crianças do sexo masculino, de modo a discutir a compreensão de infância e de saúde infantil vigente no reino de Portugal na segunda metade do século XVIII, mais especificamente, nas décadas finais do Setecentos. Dentre os objetivos específicos delineados para essa pesquisa estão os de:

---

<sup>27</sup> A compreensão de tais práticas torna-se essencial para analisar as formas como essas obras eram divulgadas e como o público leitor as consumia, devendo-se considerar que “a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados” (CHARTIER, 1999, p.77).

<sup>28</sup> Conforme apontamentos de Ana Cristina Araújo, foi “na fase de consolidação das reformas pombalinas do ensino, a introdução de conteúdos morais e práticos de carácter disciplinar no elenco de saberes a transmitir aos jovens configura uma prioridade política e cultural que importa perceber e contextualizar” (ARAÚJO, 2016, p. 133).

- a) Contextualizar historicamente a segunda metade do século XVIII português como sendo um período favorável às transformações científicas e médicas, notadamente, a partir do movimento iluminista e das políticas pombalinas implementadas no Reino;
- b) Compreender as concepções médicas e os tempos de vida da infância em Portugal no Setecentos, tendo como fio condutor de análise as altas taxas de mortalidade infantil no período moderno;
- c) Discutir a trajetória pessoal, acadêmica e profissional do médico Francisco de Mello Franco;
- d) Analisar, a partir de uma perspectiva interdisciplinar – isto é, considerando pressupostos da História da Alimentação, da Saúde e das Doenças e da Educação –, a obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, a fonte de pesquisa principal dessa dissertação, a fim de problematizar um conjunto de unidades analíticas que foram enunciados por seu autor Francisco de Mello Franco com o objetivo de garantir a geração e nascimento de crianças, bem como de preservar a saúde dos sujeitos infantis em crescimento.

Para atender aos objetivos propostos, trabalhamos com um referencial bibliográfico e um referencial teórico que abrangem diversas áreas da disciplina de História, especialmente a História da Medicina, da Saúde e das Doenças, História da Alimentação, da Educação e a História Social da Infância, conforme será apresentado na sequência.

Para fundamentar a análise que pretendemos fazer da obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, de 1790, e a reconstituição da vida acadêmica do seu autor, foi fundamental a realização de uma cuidadosa revisão bibliográfica, que considerou títulos e pesquisadores que já trabalharam com essa fonte e com esse médico. Neste sentido, são importantes os trabalhos de autores que abordaram o período em que ela foi publicada, tais como Ricardo Oliveira (2010), que ressalta que este período de transição pelo qual passava o reino de Portugal, devido à Ilustração, auxilia na compreensão das particularidades da sociedade portuguesa e de seu “atraso” em relação ao restante da Europa.

Sobre o reinado de D. José I e as medidas adotadas por seu primeiro-ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, muitos foram os autores consultados, entre os quais podemos destacar Kenneth Maxwell, que, em sua obra

*Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo* (1996), ao explanar a trajetória de Pombal, chama a atenção para todas as relações que possibilitaram a sua ascensão no cenário político português. Para esse historiador, Pombal teria agido de forma eficaz em momentos de tensão para o reino, demonstrando sua capacidade enquanto um grande estrategista para solucionar problemas, como, por exemplo, diante do terremoto que devastou boa parte do reino. A “reconstrução de Lisboa”, posteriormente, seria o grande “paradigma de todas as atividades” executadas pelo ministro “no governo e representou um bom exemplo do papel que os déspotas esclarecidos portugueses queriam que o Estado representasse” (MAXWELL, 1996, p. 36).

Para compreender as características do reinado josefino e vinculá-las aos objetivos reformistas de Pombal, através das redes de sociabilidade que ele estabeleceu, são fundamentais os trabalhos de Julio Cesar da Costa Silva (2016), que ressalta a importância da construção dessas redes, pois teria sido através delas que “Carvalho e Melo alcançou lugar na política da Coroa, o que aproveitou de maneira incontestável” (SILVA, 2016, p. 42).

Por dedicar-se ao estudo do impacto que a Ilustração teve na sociedade portuguesa, especialmente, a partir das reformas administrativas ocorridas em Portugal na segunda metade do século XVIII, é valiosa a contribuição da historiadora Carlota Boto (1996, 2017). Em sua obra *Instrução pública e projeto civilizador*, a autora discute a produção de conhecimento no âmbito científico e cultural e destaca a atuação dos “estrangeirados” no Portugal do Setecentos<sup>29</sup>. Boto aponta para as especificidades das repercussões do movimento Iluminista em Portugal, bem como a importância da atuação de certos agentes que ela define como “intelectuais”,<sup>30</sup> indivíduos que teriam atingido um estado denominado de “perfectibilidade<sup>31</sup>”.

---

<sup>29</sup> Em relação a esta importante atuação, Carla Boto (2017) assegura que “em Portugal, a característica dos iluministas era a de serem estrangeirados. Estrangeirados eram os homens que viviam no exterior, mas que dedicavam suas vidas a refletir e a interpretar seu próprio país, do qual – querendo ou não – haviam se tornado forasteiros. A condição de estrangeirado possibilita um olhar exterior, capaz de desembaralhar aquilo que, entre os portugueses, era reconhecido como habitual” (BOTO, 2017, p. 23).

<sup>30</sup> De acordo com a autora Carlota Boto (2017, p. 24-25), para que um indivíduo recebesse tal caracterização, ele deveria registrar seu “compromisso com a ideia de verdade e com a defesa do que acreditavam ser a justiça” e, assim, deveria promover intensamente o uso da razão contra “quaisquer limitações”.

<sup>31</sup> Tal estado, de acordo com a autora, seria o resultado de uma série de “aprimoramentos” sobre o indivíduo, sendo que tal conceito se aplicaria no sentido de que ele “supõe a crença no presente e a esperança no futuro”, tratando-se, “portanto, de uma doutrina entusiasmada com sua própria época” (BOTO, 2017, p. 190).

Para compreender as teorias vigentes no exercício da medicina no século XVIII, propomos um diálogo com autores que trabalham com a História da Medicina, da Saúde e das Doenças e que auxiliam na sua compreensão, visto que “[...] os estudos históricos sobre a saúde e a doença estão se afirmando como um campo<sup>32</sup> com identidade própria e definida” (HOCHMAN; ARMUS, 2004, p.12).

Para fundamentar as discussões em torno do exercício da medicina em Portugal e da concepção sobre o corpo e as enfermidades existentes no Setecentos, a leitura da tese de Jean Abreu (2006), intitulada *O corpo, a doença e a saúde: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*, foi de extrema importância. Ao tratar sobre os principais aspectos que delinearam a História da Saúde em Portugal, o autor trouxe apontamentos que exemplificam as possíveis causas dos entraves na prática da medicina na primeira metade do século XVIII, demonstrando, também, de que forma os novos estudos científicos foram sendo inseridos em Portugal, vinculando esses acontecimentos às reformas pombalinas. De acordo com o historiador, foi em decorrência da criação dos Estatutos da Universidade de Coimbra, no ano de 1772, e das medidas adotadas pelo rei D. José I e pelo Marquês de Pombal, que se pôde observar “um ambiente favorável aos princípios da Ilustração e renovação cultural” (ABREU, 2006, p. 63).

São também oportunas as reflexões feitas por Abreu em seu artigo *Ilustração, experimentalismo e mecanicismo: aspectos das transformações do saber médico em Portugal no século XVIII* (2007), pois nele encontramos os elementos que especificavam os distintos ofícios da cura, bem como as características do ensino de medicina na Universidade de Coimbra, que era considerado “atrasado” na comparação com o de outras universidades europeias, pois valorizava a tradição, através da leitura dissociada de atividades práticas. De acordo com Abreu, em virtude das reformas realizadas no ensino universitário, houve um espaço para que novas teorias e práticas fossem adotadas, como a que considerava o princípio mecanicista<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> “A perspectiva histórica dos fenômenos da saúde e da doença presentes em diferentes disciplinas está consolidada como um campo – história da saúde – no Brasil deste século” (TEIXEIRA; PIMENTA; HOCHMAN, 2018, p. 11).

<sup>33</sup> “Da mesma forma que os Estatutos da Universidade de Coimbra incorporavam como elemento norteador do ensino de medicina, o princípio do experimentalismo a ser aplicado nos estudos farmacêuticos, cirúrgicos e anatômicos, os tratados médicos publicados neste período passavam a se apropriar das concepções do mecanicismo e aplica-las do estudo do corpo humano” (ABREU, 2007, 92- 93), destacando que tal incorporação à prática médica, concebendo o corpo humano enquanto uma “máquina”, será contemplada no desenvolvimento do primeiro capítulo, de acordo com os objetivos propostos.

As pesquisas já realizadas por esse historiador fundamentarão o desenvolvimento da discussão em torno do exercício da medicina e das novas percepções sobre o corpo humano em Portugal na segunda metade do século XVIII.

Tem-se, ainda, nos trabalhos de Martins *et al.* (2008), uma importante contribuição na qual são apresentadas as principais diretrizes da História da Medicina, de acordo com as propostas de Hipócrates e Galeno, bem como sobre a constituição da teoria humoral associada aos temperamentos do corpo humano, percepções essas que iriam prevalecer até meados do século XIX. Outras contribuições que devem ser mencionadas em relação ao exercício da medicina em Portugal, durante o século XVIII, foram as de autores como José Pedro Sousa Dias (2010) e Monique Palma (2016). Cabe destacar, em relação à última autora mencionada, que, em seu artigo *Construção e transferência de saberes médicos-cirúrgicos entre Portugal e a América portuguesa no século XVIII*, pode-se encontrar inúmeras referências sobre os indivíduos que exerciam os ofícios da cura<sup>34</sup> e suas respectivas funções, bem como sobre o desenvolvimento dos estudos de anatomia em Portugal no século XVIII. É importante também a contribuição da autora Marinha do Nascimento Fernandes Carneiro, que, por meio de sua tese de doutorado intitulada *Ajudar a nascer: parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (séculos XV – XX)* (2003), elabora concepções sobre o processo pelo qual inúmeros profissionais adequavam-se para exercer o seu ofício, auxiliando, especialmente, na compreensão de como as parteiras atuavam no exercício da medicina, inclusive após as reformas ocorridas em Portugal.

Ainda sobre as considerações a respeito da infância em Portugal, a autora Isabel dos Guimarães de Sá (2011) aponta para os principais acontecimentos que cercavam os sujeitos infantis. Seja pelas práticas de batismo, pelos altos índices de mortalidade infantil<sup>35</sup> ou pela função que desempenhavam as amas de leite nesse cenário, temos, nessas considerações, importantes informações sobre a vivência das famílias portuguesas, sendo que essa poderia ser influenciada pelo estrato social.

É também de grande importância a contribuição de autores como Paloma Jácome, cujo Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *Criança e Infância: uma*

---

<sup>34</sup> Dessa forma, a autora estabelecia que, no reino de Portugal na Europa, “o corpo de oficiais ligados à saúde era composto por uma hierarquia de agentes, sendo eles os físicos, cirurgiões, boticários, que contavam também com cirurgiões-barbeiros e barbeiros” (PALMA, 2016, p. 84).

<sup>35</sup> Sob esse viés, a autora observa que “a alta taxa de mortalidade infantil e juvenil fazia com que qualquer casal tivesse como expectativa normal a morte de um ou vários filhos na mais tenra infância” (SÁ, 2011, p. 73).



*construção histórica* (2018), trabalha com questões como a presença infantil na sociedade europeia, ponderando, no entanto, que as “invisibilidades”, que eram constantemente atribuídas a esse público, poderiam estar sujeitas a contextos históricos muito específicos, pois seriam muitas “as transformações que surgiram dando uma compreensão diferente sobre a criança e a infância” (JÁCOME, 2018, p. 18). Percepção semelhante é a de Roseane Mendes Bernartt (2009, p. 4228), que afirma que “as crianças existiram em todos os períodos da humanidade, o tratamento e a relação dessas com a sociedade e seus membros é que projeta o conceito de infância em diferentes períodos”. Portanto, é possível identificar disparidades no que concerne ao significado da presença infantil na sociedade europeia em determinados contextos sócio-políticos, sendo válido identificar e discutir os fatores que influenciaram na conformação de certas percepções e nas concepções de infância vigentes em cada reino europeu.

Cabe destacar, também, os trabalhos de Fernando Cezar Ripe (2019) e o de Bruno Paulo Fernandes Barreiros (2014) que, ao dialogarem com as percepções que envolviam a concepção de corpo em Portugal, apresentam relevantes contribuições no que concerne aos propósitos dos tratados de medicina publicados na segunda metade do século XVIII, especialmente em relação aos sujeitos infantis do sexo masculino, vinculados também a um ideal de civilidade que esses indivíduos deveriam almejar para consolidar uma conduta coerente com os anseios do Estado.

Outra importante contribuição que atenta para questões como a prática do “abandono” dessas crianças e sob que circunstâncias elas poderiam ser incluídas em programas de assistência é a da autora Maria Marta Lobo Araújo (2008, 2022), cujos trabalhos são essenciais para a compreensão desse universo de crianças “expostas” e as propostas de acolhimento nas Misericórdias. Por meio de suas pesquisas, pretendemos analisar as diferentes práticas de assistência previstas em lei e que inseriam e acolhiam as mulheres e as crianças dentro de suas normativas.

Sobre a questão que abrangia o universo das crianças abandonadas, a obra de Renato Franco (2014; 2019) nos auxilia na compreensão de como a legislação amparava estes indivíduos, ao atestar que “[...] no caso das crianças enjeitadas, o dever de auxílio institucional ditava pragmaticamente uma data para término dos auxílios [...]” (FRANCO, 2014, p. 42), em um contexto no qual essas delimitações poderiam oscilar em conformidade com o que cada autor adotava, sendo que

“[...] as idades-limite que afetavam a vida dos enjeitados eram: os três primeiros anos, conhecidos como período de lactação; os 7 anos indicavam o fim da inocência e do auxílio de criação, os 12 anos para as meninas e os 14 para os meninos marcavam a entrada na puberdade; os 25 anos imputava a maioridade, o que para os expostos ocorria aos 20” (FRANCO, 2014, p. 42).

Por sua vez, o autor Jacques Donzelot, em sua obra intitulada *A Polícia das Famílias* (1980), faz menção a essas dinâmicas familiares por meio de contextualizações sobre o processo de formação desses vínculos parentais em períodos distintos. Entretanto, interessa-nos, sobre essa obra, os apontamentos que abrangem as práticas envoltas nos cuidados com as mulheres e as crianças recém-nascidas, visto que, conforme elucidado pelo autor, “até metade do século XVIII a medicina não tinha interesse nas crianças e nas mulheres [...], ainda mais se considerarmos a observação de que ao último grupo, era destinado um tratamento tido como sendo uma [...] simples máquina de reprodução [...]” (DONZELOT, 1980, p. 24).

Faz-se necessário, também, acionar autoras como Elisabeth Badinter (1985), que trabalha com percepções sobre o universo da maternidade e suas ramificações na obra *Um amor conquistado: o Mito do Amor Materno*, de modo a esboçar a construção de um sentimento afetivo entre a mãe e sua criança, quando associados aos cuidados que passaram a ser propostos pelas doutrinas médicas. A partir das novas diretrizes que deveriam envolver os cuidados infantis, tem-se novas percepções sobre a maternidade, a exemplo do que ocorria até boa parte do século XVIII, quando a mãe que “[...] se apegasse a cada um de seus bebês, sem dúvida morreria de dor” (BADINTER, 1980, p. 85), em virtude dos altos índices de mortalidade infantil. Sobre as associações entre as enfermidades e os corpos femininos, temos o auxílio da autora Alexandra Esteves (2021), que trabalha com essas questões, tecendo conexões sobre os cuidados com o corpo das mulheres e as doutrinas médicas, afirmando que

a questão da sexualidade estava muito presente na literatura médica setecentista, aparecendo relacionada com a constituição da família, na qual a mulher tinha um papel essencial, pelo que era necessário cuidar do seu corpo essencialmente na perspectiva da maternidade (ESTEVES, 2021, p. 48).

Vale ressaltar que essa questão que abrangia a maternidade era explorada na obra que é utilizada como nossa fonte de pesquisa, pois o autor defendia

constantemente que todos os hábitos adotados pela mulher durante a gestação iriam interferir na formação da criança que carregava. Sobre aspectos específicos deste tratado de medicina, sobre a forma como foi estruturado e os principais objetivos do autor em relação à sua aplicabilidade, foi indispensável a consulta a pesquisadores como Marina Massimi (1991) que, ao abordar a trajetória de Francisco de Mello Franco em sua inserção nos princípios da Ilustração, observou que, no prefácio do *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa* (1790), percebe-se a influência do “espírito iluminista do autor [...]”, pois, para a construção desta obra, ele teria recorrido ao uso da “[...] razão e à observação como fundamentos de um novo saber” (MASSIMI, 1991, p. 84).

Indo ao encontro dessa proposta, o autor Jean Abreu, em seu artigo *A educação física e moral dos corpos: Francisco de Mello Franco e a medicina luso-brasileira em fins do século XVIII* (2006), além de explorar o período de formação do autor da obra, desde a sua trajetória na Universidade de Coimbra até o momento em que foi detido pelo Tribunal do Santo Ofício, trabalha com aspectos importantes sobre a estrutura do tratado. Jean Abreu ressaltou a importância desse material tratar da temática da infância, em um momento no qual a “medicina passa a exercer cada vez mais um papel pedagógico, procurando prescrever formas de garantir a saúde da população” (ABREU, 2006, p. 78), enaltecendo a contribuição para os métodos preventivos que estavam ganhando atenção durante o século XVIII, especialmente nas obras de medicina dedicadas aos indivíduos que não possuíssem contatos com profissionais habilitados.

Rossana Agostinho Nunes (2010; 2011), por sua vez, faz considerações sobre o processo de mobilidade social na sociedade portuguesa por causa da experiência de Francisco de Mello Franco que, em decorrência de seu grande prestígio entre as autoridades, alcançou inúmeras conquistas e notoriedade em suas funções, bem como algumas repreensões. Para tanto, a trajetória universitária em Coimbra seria um fator contribuinte para atingir novas posições perante a corte, especialmente no período de formação de Mello e Franco, bem como para fundamentar suas principais intrigas perante a corte portuguesa. Por conseguinte, deve-se ressaltar que o caso de Francisco de Mello Franco estaria relacionado com “as novas possibilidades de ascensão que se abriam aos indivíduos ao final do século XVIII”, ainda mais se considerarmos que “tradição e mobilidade social, elementos em princípio estranhos

entre si, parecem ter marcado as sociedades modernas ibéricas" (NUNES, 2010, p. 120).

Outra importante contribuição encontra-se presente nos trabalhos de Ricardo Cabral de Freitas (2013, 2017) que, em sua tese de doutorado, intitulada *Os sentidos e as ideias: trajetória e concepções médicas de Francisco de Mello Franco na Ilustração luso-brasileira (1776- 1823)* (2017), abordou aspectos da biografia do autor e de sua produção e também explanou características da conjuntura do reino de Portugal na segunda metade do século XVIII, inclusive sob o reinado de D. José I e D. Maria I, reconstituindo, dessa forma, toda a trajetória de Francisco de Mello Franco e a conjuntura sócio-política em seu entorno. Para o autor, o *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa* de 1790, através dos cuidados e orientações indicados para prevenir possíveis enfermidades aos sujeitos infantis do sexo masculino, aponta para os propósitos da coroa portuguesa que passaram a vigorar com força no final do século XVIII. Por isso, é perceptível a contribuição<sup>36</sup> de Mello Franco para a sociedade portuguesa, pois explanou “um largo espectro de temas relacionados à educação infantil, vista como o primeiro passo para o estabelecimento de um novo padrão de cidadão no reino” (FREITAS, 2017, p. 78) e, por conseguinte, para a formação de um quadro de súditos mais saudáveis para o Estado.

Nesse sentido, com a finalidade de compreender como se apresentava a conjuntura da sociedade portuguesa ao longo do Setecentos, especialmente no período de publicação da obra de Francisco de Mello Franco, são de grande relevância a contribuição dos autores como Natália Cristina de Oliveira, Felipe Augusto Borges, Cíntia Bortolossi, Daniella Marques e Célio Costa (2006) e de Teresa da Fonseca Rosa (2014) que, ao abordarem as principais medidas adotadas nas reformas pombalinas sob a ótica da Ilustração, explanam o impacto desses acontecimentos, bem como as suas consequências, como se pôde observar em relação aos ataques feitos aos jesuítas. Dessa forma, tem-se observações sobre como esses acontecimentos iriam interferir na conjuntura portuguesa da segunda metade do século XVIII, visto que “a reforma educacional pombalina teve seu maior

---

<sup>36</sup> Vale lembrar que Mello Fraco foi médico da realeza, o que foi de extrema importância para sua consolidação profissional e, conseqüentemente, para a divulgação de suas obras, nas quais propunha modificações nas relações entre pais e filhos e um maior cuidado dos sujeitos infantis.

destaque, especialmente, com a expulsão dos jesuítas de todo Império Lusitano” (OLIVEIRA *et al.* 2006, p.1).

Em relação ao período em que a obra foi publicada, bem como à trajetória do seu autor em Portugal e na América Portuguesa, vale lembrar que Portugal vivenciou uma série de transformações políticas e culturais iniciadas ao final da primeira metade do século XVIII. Tal conjuntura seria caracterizada por alguns ares da modernidade, que se estenderam, sobretudo, sobre a educação e a medicina, razão pela qual, nesta dissertação, teremos que acionar trabalhos que tragam informações relativas ao ensino e às condições de saúde da população portuguesa. Em virtude dessas transformações, a própria concepção sobre o corpo humano traria novas discussões.

Essa percepção corporal também interferia no modo como a sociedade visualizava os sujeitos infantis, considerando as suas características como prioridade em seu tratamento. Assim, com o intuito de nos familiarizarmos com a forma como a criança era percebida na sociedade europeia e portuguesa do século XVIII, foram fundamentais as leituras de autores que dialogam com a História da Infância e da Educação, como António Gomes Ferreira, que, em seu artigo *A criança e o seu desenvolvimento em discursos médicos e pedagógicos que circularam no contexto português (séculos XVIII a XX)* (2010), aborda a temática da infância ao longo da segunda metade do século XVIII, juntamente com a adesão às propostas modernas que foram se consolidando em Portugal. Nesse sentido, o autor retoma algumas considerações que envolviam os estudos das “idades da vida”, consideravelmente difundidas entre autores da Antiguidade e inseridas em muitas obras de medicina com o objetivo de orientar a população a seguir essas recomendações, considerando a faixa etária<sup>37</sup> e as características individuais de cada pessoa. Esse autor nos auxilia a sublinhar a importância dessas classificações, ao afirmar que “o estudo das ‘idades da vida’, ou melhor, das idades do crescimento do indivíduo permite-nos ver qual o sentido que se atribuía a diferentes momentos da evolução da criança” (FERREIRA, 2010, p. 230).

De acordo com os objetivos propostos, consideramos importante fundamentar a pesquisa em autores que discutem a concepção de corpo humano no contexto das Luzes. Nesse aspecto, Geroges Vigarello nos auxilia a melhor compreender as

---

<sup>37</sup> De acordo com António Gomes Ferreira (2010, p. 231), essas etapas, tidas como “as idades, as fases, os estágios [...]”, eram [...] tentativas se sinalizar as qualidades” do desenvolvimento da pessoa.

modificações corporais operadas a partir da introdução dos novos códigos. Em sua obra *O Sentimento de Si* (2016), o autor reflete sobre as diferentes formas pelas quais o indivíduo passa a perceber-se diante do coletivo, valorizando os movimentos corporais internos. Já na obra *As metamorfoses do gordo: História da Obesidade* (2012), ele aborda as percepções corporais em consonância com os modelos visuais que foram esboçados ao longo dos séculos.

Em relação às questões que abrangem as diferentes concepções sobre a estrutura familiar e as percepções sobre as principais características do processo de criação do público infantil, tem-se os apontamentos de Philippe Ariès, com a obra *História Social da Criança e da Família* (1986). O autor debate, ainda, sobre a importância das “idades da vida<sup>38</sup>” inseridas nas concepções que rodeavam o universo infantil e, especialmente, a sua ausência de protagonismo em determinados períodos. Na medida em que esse autor aborda as diferenças que cercam a criação desses indivíduos em consonância com seu estrato social, bem como sobre as suas diferentes fases da vida, pode-se estabelecer importantes conexões com as orientações de Francisco de Mello Franco, pois o autor também atribuiu tais diferenciações no processo de criação dos infantis.

Com a finalidade de aprofundar meus conhecimentos em relação à História da Alimentação, sobre diferentes contextos históricos, foi fundamental a consulta de autores como Henrique Carneiro (1994; 2003), pois seus trabalhos demonstram a relação entre as práticas alimentares e a medicina, desde a Antiguidade até o advento da industrialização. Ao tratar, por exemplo, das dietas, o autor observa que cada alimento era indicado em virtude do temperamento de cada pessoa, considerando o seu sexo e sua faixa etária. Torna-se fundamental também a consulta ao trabalho de Innocenzo Mazzini (1998), que traz importantes informações sobre a alimentação na Antiguidade e sua associação à teoria humoral. Para tanto, o autor demonstra, através de exemplos, como as propriedades e as características particulares de cada alimento poderiam ser modificadas através de alguns processos, inclusive o da digestão, adquirindo novas propriedades e uma maior relevância na dieta do indivíduo. Essas questões foram amplamente difundidas em tratados de medicina doméstica da época moderna, que abordavam o teor nutricional dos alimentos, relacionando suas

---

<sup>38</sup> Para o autor Philippe Ariès, os significados atribuídos às faixas etárias estariam atrelados ao exercício de funções específicas em alguns casos, considerando que elas não designavam somente as “etapas biológicas, mas as funções sociais” (ARIÈS, 1986, p. 39-40).

qualidades com os humores presentes no organismo, sendo que era de extrema importância “[...] personalizar a dieta em função da atividade, da idade, da constituição e do sexo da pessoa” (MAZZINI, 1998, p. 259).

Tem-se, ainda, a importante menção a Massimo Montanari, que, através de sua obra *Comida como cultura* (2013), expressa esses mecanismos culturais que aprimoraram a dietética ao longo dos séculos, de forma que ela pudesse ser associada a cada especificidade de seu contexto de produção e consumo, seja pelos modos à mesa, pelos sabores ou pela associação das virtudes medicinais presentes em cada alimento. Sobre aspectos voltados para questões comportamentais envolvendo a alimentação, faz-se necessário consultar as contribuições de autores como Romilda de Souza Lima, José Ambrósio Ferreira Neto e Rita de Cássia Pereira Farias (2015), que, através de seu artigo *Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade*, esboçam sobre as diferentes práticas que influenciam as escolhas alimentares dos indivíduos, considerando que “muito além de uma atitude biológica, a alimentação assume também um comportamento cultural” (LIMA *et al.* 2015, p. 508).

Quanto às práticas de leitura e escrita, cabe mencionar as contribuições do autor Roger Chartier, que, ao longo de sua obra *A Ordem dos Livros*, de 1998, aborda questões que permeavam o universo da leitura, afirmando que ela “é sempre uma prática encarnada em gestos, em espaços, em hábitos” (CHARTIER, 1998, p. 13). Desse modo, o autor esboça que, através dessa prática, foram construindo-se importantes redes de sociabilidade entre a população letrada e a iletrada, especialmente na época do Antigo Regime.

A fim de desenvolvermos os aspectos mencionados até aqui, esta dissertação está organizada em três capítulos. Em relação à estrutura da dissertação, desenvolvemos três capítulos. O primeiro tem como finalidade a discussão do contexto das transformações políticas, culturais e sociais do século XVIII experimentadas pela sociedade portuguesa. Destacamos, especialmente, o impacto das medidas adotadas pelos governantes do período sobre os diversos setores da sociedade, priorizando aquelas relacionadas com a educação e a medicina, na medida em que elas revelam as novas percepções sobre o corpo, os comportamentos sociais aceitáveis e, especificamente, sobre a infância. Por isso, discorreremos também sobre como a percepção sobre a infância foi sendo construída, a partir da consideração de que foram necessárias algumas transformações sociais e culturais sobre a forma como as crianças eram inseridas no seio familiar.

No segundo capítulo, por sua vez, são apresentados alguns aspectos do percurso de formação do autor Francisco de Mello Franco enquanto um estudante universitário, visto que foi nessa época que muitas de suas principais concepções sobre saúde e funcionamento da sociedade foram elaboradas. Seria, inclusive, nesse período que Francisco de Mello Franco construiria uma extensa rede de contatos ao longo de sua trajetória acadêmica. Tais contatos foram fundamentais para sua consolidação profissional, apesar das polêmicas nas quais se envolveu, sendo que seu nome foi associado a uma série de publicações anônimas, nas quais foram feitas críticas sobre a realidade do ensino na Universidade de Coimbra. Ainda neste capítulo, apresentamos o *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, cuja estrutura é discutida de forma a compreender os diferentes processos pelos quais passavam os infantis e seus familiares, de acordo com a percepção do autor. Esse tratado evidencia a percepção do autor em relação ao tratamento que as crianças recebiam de seus progenitores, ao que se somavam os altos índices de mortalidade infantil, devido às enfermidades que se abatiam sobre os infantis, e apresenta uma série de recomendações e receitas para assegurar sua saúde. Por isso, interessa-nos, também, apresentar as orientações que eram destinadas aos indivíduos que acompanhavam esse processo de criação, pois, além das figuras maternas, temos também a presença das parteiras e das amas de leite nas orientações e advertências elaboradas pelo autor da obra.

Dessa forma, exploramos esse cenário em virtude da divulgação de receituários destinados a essas profissionais, para que elas pudessem ser úteis as mulheres gestantes. Tal participação também foi alvo de críticas pelos autores da época, inclusive por Francisco de Mello Franco, que apontava uma série de descuidos que essas mulheres cometiam, e dos quais resultavam males para a criança e para a mãe. Nesse sentido, nota-se uma preocupação de apontar as maneiras mais adequadas de proceder no período posterior ao parto, o que sinaliza que muitas dessas obras também se destinavam a estas mulheres. Vale destacar, ainda, que o *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa* elenca uma série de orientações para os casos em que uma parteira ou ama de leite acompanhava uma gestação, o que parece sugerir uma presença constante destas mulheres e de seus serviços prestados as parturientes.

No terceiro e último capítulo, discorreremos especificamente sobre as receitas destinadas aos meninos presentes no *Tratado de Educação Física dos Meninos para*



*Uso da Nação Portuguesa*, analisando-as sob a ótica das transformações ocorridas no século XVIII e das novas percepções sobre a infância e sobre o papel dos infantis na sociedade portuguesa. Assim, tem-se como objetivo também apresentar o cenário no qual as crianças estavam inseridas em Portugal no período da publicação da obra. Por meio de categorias metodologicamente consideradas, selecionamos excertos que dialogam com as percepções do autor sobre o processo educativo das crianças (considerando sua aprendizagem, sua educação sensorial e comportamental), suas práticas alimentares, seu momento de descanso e seu vestuário, e analisamos, de forma mais detida, as receitas destinadas ao público infantil masculino, pois Mello Franco dá grande destaque aos meninos, na medida em que esses potenciais súditos deveriam ser saudáveis para poder servir ao Estado português.

Dessa forma, tais capítulos nos auxiliam na medida em que, ao analisarmos os receituários indicados para os cuidados destinados ao público infantil, torna-se perceptível a intencionalidade do autor em contribuir com a sociedade no que concerne a melhores condições para a qualidade de vida das crianças portuguesas. Desse modo, acreditamos que esse objetivo foi alcançado na medida em que podemos estabelecer as relações necessárias entre as receitas expostas na obra e o referencial bibliográfico.

## **2 PORTUGAL NO SÉCULO XVIII: TRANSIÇÕES E CONTRASTES EM UMA SOCIEDADE INFLUENCIADA PELA TRADIÇÃO**

### **2.1 TRANSFORMAR E MODERNIZAR: NOVAS PROPOSTAS PARA O REINO DE PORTUGAL**

Ao considerarmos o período referente ao século XVIII no continente europeu torna-se necessário compreendermos uma série de conjunturas que contribuíram para a consolidação das monarquias em muitos reinos, bem como da manifestação da Ilustração em diferentes setores da sociedade e sobre as especificidades desse movimento. Tal expansão cultural e política proporcionou um novo reposicionamento do indivíduo enquanto um sujeito que produz conhecimentos e que soube como colocar-se nessa sociedade que estava emergindo. Esse movimento teve seu início em séculos<sup>39</sup> anteriores em boa parte da Europa, quando comparamos, por exemplo, com a situação do reino de Portugal ao longo do século XVIII, como veremos ao longo deste capítulo. Em virtude de um contexto muito propício para que o reino se mantivesse “relutante” em abandonar antigos preceitos, denota-se que muitas das transformações oriundas do movimento Ilustrado chegariam de forma lenta e gradual para os portugueses.

Essa movimentação seria mais intensa em Portugal a partir da segunda metade do século XVIII, com os desdobramentos do cenário político e do crescimento demográfico pelos quais Portugal vinha passando. Nesse caso, tal expansionismo foi motivado por diversos fatores e impulsionado em diferentes governos, visto que, ao considerar os monarcas reinantes nesse período, cabe destacar a singularidade de cada medida adotada, em conformidade com os anseios pessoais da monarquia. Entretanto, de acordo com os objetivos que foram estabelecidos para este primeiro capítulo, interessa-nos as especificidades que nortearam alguns acontecimentos no período Josefino, em virtude de sua abrangência sobre questões tidas como necessárias para a compreensão das principais reformas que se manifestaram no reino de Portugal na Europa no século XVIII, priorizando, no entanto, as que se detêm no ambiente educacional.

---

<sup>39</sup> Em relação a essa observação, deve-se levar em consideração que “os séculos que inauguraram a chamada Idade Moderna caracterizaram-se por uma modificação intelectual sobre a compreensão do homem e da realidade que o cerca. O indivíduo começava a se delinear e o Estado Moderno, também em vias de construção, agia diretamente sobre essas novas esferas” (SILVA, 2016, p. 16).

Assim, ao considerarmos os monarcas desse período, vale destacar que foram três as figuras que conduziram essas reformas, sendo que cada governante iria estabelecer e corresponder aos seus próprios objetivos. Inicialmente, tem-se o longo reinado joanino (de 1707 a 1750) que, conforme destacado por Kenneth Maxwell (1996, p. 38) “cobriu a primeira metade do século, durante a qual fluíram grandes riquezas para Lisboa, vindas dos territórios brasileiros [...]”. Durante esse período, D. João V utilizaria um grande aparato régio inspirado em propagandas e costumes envoltos em rituais que objetivavam fortalecer a monarquia nas mais distintas áreas, entre elas, podemos destacar o setor cultural. Sendo assim, é necessário apontar que “houve contínuos investimentos em artistas e importação de obras de arte e de cultura de forma numerosa” (AMORIN, 2017, p.946), promovendo, dessa forma, uma iniciativa em inserir os ares da Modernidade no reino.

Nesse primeiro momento do século XVIII, Portugal viu-se inserido em uma grande “demanda” para tentar alcançar algumas pendências que eram apontadas como fatores decisivos para a falta de um próspero desenvolvimento no setor econômico, social e cultural. O reino havia despontado como uma potência marítima em períodos anteriores, mas não conseguia manter sua população alinhada com seus interesses, visto que a infraestrutura não acompanhava o progresso do pensamento iluminista e a religião ainda era uma presença dominante nas relações sociais, uma vez que “a liturgia religiosa” desempenharia, “desde o início do reinado, uma função primordial na composição sacralizada da imagem do rei” (ARAÚJO, 2001, p. 178), que deveria ser estendida e associada aos seus súditos.

Por sua vez, a partir de 1750, Dom João V seria sucedido “por seu filho Dom José I, cujo reinado se assinalou pela longa predominância de Pombal nos assuntos de Estado e pelo reinado da devota, e mais tarde louca, Dona Maria I, que sucedeu ao seu pai em 1777” (MAXWELL, 1996, p.38). Um período significativo para a história portuguesa, pois mudanças de grandes proporções levariam o reino de Portugal na Europa para uma posição de destaque no cenário político europeu. Em relação ao período que abrangeu o reinado de Dona Maria, muitos foram os seus infortúnios, sendo “declarada incapaz em 1792”, tendo seu filho Dom João assumido como regente e, oficialmente, como “príncipe regente” no ano de 1799, permanecendo “como tal até a morte de sua mãe, em 1816, quando foi aclamado, no Rio de Janeiro, como Dom João VI do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve” (MAXWELL, 1996, p. 38).

Por isso, antes de nos determos na análise da obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, de 1790, neste primeiro capítulo, é importante apresentar a conjuntura política, social e cultural que proporcionou esse “olhar” para os sujeitos infantis de forma que eles fossem valorizados e integrados à sociedade. Nesse sentido, tem-se o propósito de discutir o século XVIII português, explorando a conjuntura política dos diferentes reinados e enfatizando as principais transformações ocorridas na área da saúde e da educação.

Através dessa exposição, buscamos, ainda, apresentar as percepções sobre a fase da vida compreendida como a infância, pois, em decorrência das transformações que serão apresentadas e que envolvem a formação de uma nova consciência do indivíduo, é interessante notar quais eram as preocupações sobre as crianças nesse processo. Buscamos apresentar, também, as orientações divulgadas na época para que esses pequenos fossem integrados a um universo próprio, no qual os cuidados, a educação, a alimentação e o vestuário deveriam ganhar uma atenção diferenciada, pois seria necessário estabelecer alguma divisão entre a etapa da infância e a fase adulta.

No início do século XVIII, os principais segmentos da sociedade do reino de Portugal encontravam-se envoltos pela esfera religiosa. São muitos os estudiosos que apontam uma situação conflitante no reino, no sentido de que seus “atrasos” não passavam despercebidos pelos teóricos da época. Assim, conforme atestado por Kenneth Maxwell (1996, p. 17), esse reino teria “uma imagem triste no resto da Europa”, em contrapartida com o clamor da racionalidade que se fazia presente nos demais reinos, acrescentando, ainda, que se um “escritor racionalista do século XVIII”, precisasse de “um estereótipo de superstição e atraso quase que invariavelmente recorria a Portugal”. O reino ainda carecia de uma estrutura e de uma mentalidade que fossem propícias para a expansão de novos ideais e para o desenvolvimento de sua população.

Durante o reinado de D. João V (1689-1750), também conhecido como o “Rei Sol português”, denota-se uma certa presença do movimento Iluminista, embora ele tenha se intensificado na segunda metade do século XVIII. Sobre esse período, é importante ressaltarmos a ritualística que envolvia a figura do rei, pois a sua imagem era vinculada às “representações que a corte suporta e que a sociedade absorve” (ARAÚJO, p. 177). Desse modo, essas representações fortaleciam o aparato social que guiava os indivíduos que frequentavam a corte no período, notando-se, ainda,

uma maior proximidade do rei “com seus sucessivos secretários, a partir de então inseridos decisivamente no Conselho de Estado” (SILVA, 2016, p. 28-29), demonstrando uma maior inserção dos indivíduos que desempenhavam funções políticas no círculo privado do rei. Cabe destacar, também, que nesse momento, a presença da religiosidade seria um fator perceptível nas medidas adotadas pelo governo, bem como nas construções da época. Desse modo, algumas dessas edificações, como a criação da Academia Real de História, no ano de 1720, tinham como finalidade a expansão e, conseqüentemente, uma abertura da cultura portuguesa para a sua própria população. A partir da fundação dessa instituição, “D. João V pretendia adotar as ideias do Iluminismo<sup>40</sup>”, visto que “aquela instituição destinava-se a promover uma troca mais livre de ideias e informação sobre o passado de Portugal” (WALKER, 2013, p. 100), mesmo que, na prática, esse plano inicial não tenha obtido tanto êxito.

Em relação às construções que seguiam essa proposta de modernização, pode-se mencionar o papel das bibliotecas, tais como a da Universidade de Coimbra e a Biblioteca Real do Paço da Ribeira, entre outros exemplos que contavam com o incentivo financeiro do governo. Dessa forma, observa-se um interesse em apresentar para a população as tentativas de aproximação do reino com o restante da Europa, ao passo que era perceptível a busca por solidificar um contato bastante expressivo “com as correntes do Iluminismo para estimular o desenvolvimento de uma cultura crescente de racionalismo no seio do reino de D. João V” (WALKER, 2013, p. 94).

É importante mencionar que, ainda no reinado joanino, são notáveis algumas tentativas voltadas para a elaboração de projetos que envolviam uma parcela mais intelectual da sociedade. De acordo com Ricardo Oliveira (2010, p. 129), esse governo soube conciliar os seus contrastes entre tradição e modernidade, sendo possível

---

<sup>40</sup> Em relação ao significado dessas ideias, pode-se sublinhar que, enquanto movimento transformador, “o Iluminismo contribuiu para várias transformações culturais, dentre elas, o apoio na separação gradativa entre Fé (religião) e Razão (ciência). A nova roupagem cultural e intelectual adquirida pelo Iluminismo possibilitou ao homem ter novas perspectivas, sua forma de pensar e de agir mudou. O século XVIII ficou conhecido como o “Século das Luzes”, pois como dito anteriormente, somente pela razão a “luz” chegaria aos homens” (MARQUES, 2014, p.13). Ao avaliarmos a extensão da propagação dessa corrente no reino de Portugal na Europa, sabe-se que ela resultou em algumas conseqüências, tais como a prática do despotismo esclarecido, que ocorreu “quando alguns monarcas absolutistas, mesmo governando de forma centralizada, adotaram algumas ideias iluministas. Esses déspotas, considerados esclarecidos, contribuíram para o desenvolvimento cultural de suas nações” (MARQUES, 2014, p. 14). Deve-se ressaltar, ainda, que, em Portugal, tal denominação teve a sua exemplificação por meio da figura do Marquês de Pombal, conforme será abordado mais adiante.

elaborar “soluções próprias para os problemas que lhe surgiam”. Nesse sentido, é interessante notar o quanto esse período foi marcado por embates, na tentativa do reinado de adequar-se às transformações vigentes, mas mantendo as suas raízes em sua própria tradição, resultado direto de uma série de ações influenciadas por indivíduos e ordens religiosas, conforme expressado por Walker:

Durante esta época de transição, deram-se igualmente no país outros acontecimentos aparentemente contraditórios. O poder da Inquisição cresceu durante o reinado “esclarecido” de D. João V; na década de 1720, as perseguições de médicos judeus pelo Santo Ofício aumentaram, numa altura em que o rei estava a fundar novas instituições progressistas como a Academia Real da História Portuguesa (WALKER, 2013, p. 93).

Sob este viés, a religião, além de inclinar-se aos seus próprios objetivos de consolidação, sendo perceptível a extensão do seu alcance na área de divulgação dos conhecimentos da época, guiava também os componentes curriculares do período, inclusive da Universidade de Coimbra. Muitas eram as ordens que adentravam nesse espaço português, procurando galgar posições de prestígio perante a corte e a Igreja de Roma e, entre elas, pode-se sublinhar a importância da Companhia de Jesus. Seria em Portugal que essa ordem conseguiria conquistar bastante influência, visto que foi esse “o primeiro reino da Cristandade a solicitar “os seus serviços para uma ampliação da “doutrinação cristã” (ROSA, 2014, p. 362). Sua ação catequizadora seria expandida para as colônias portuguesas, onde a Companhia ficaria encarregada dos estudos dirigidos e da fundação de escolas de caráter público.

Ao atuarem como responsáveis pelo ensino em Portugal, cabe destacar que a sua proposta pedagógica acabou sendo motivo de discussão, pois, a partir dos séculos XVII-XVIII, novas alternativas e modelos metodológicos passaram a ser debatidos na sociedade europeia. No caso do reino de Portugal na Europa, notou-se uma certa relutância<sup>41</sup> em aderir a novos preceitos pedagógicos, o que resultou em uma propaganda negativa para as instituições portuguesas. Desse modo, é interessante notar o quanto esses contrastes entre a proposição de novas ideias e a manutenção dessas metodologias tidas como clássicas poderiam ter interferido em campos específicos, como o da área da saúde, por exemplo, visto que a presença

---

<sup>41</sup> Segundo a autora Teresa da Fonseca Rosa (2014, p. 368), essa “relutância” torna-se compreensível na medida em que é necessário considerar que “os Jesuítas estavam sujeitos a uma disciplina e uma organização muito rígida e severa, e por isso foi muito difícil, para os que desejavam que a Ordem se reformasse e acompanhasse os novos desafios, lutar contra uma “máquina gigantesca”, com uma tradição fortíssima”.

desta “dinâmica – a dicotomia entre as forças conservadoras e modernizadoras – era sobretudo evidente no campo da medicina” (WALKER, 2013, p. 94).

Por conseguinte, apesar do campo científico ser associado a uma certa estagnação em seu desenvolvimento, eram muitas as discussões filosóficas que estavam florescendo nos grupos intelectuais da época e, vale ressaltar, “os Jesuítas não desconheciam, nem eram alheios às novidades” (ROSA, 2014, p. 368). Nesse ponto, muitos jesuítas colaboraram de maneira significativa com o meio científico, ocupando posições importantes e contribuindo com a área da saúde dentro do que lhes era possível. Porém, o período de declínio da Companhia também estaria próximo, sendo necessário mencionarmos que, embora a ordem dos jesuítas tenha sido bastante ativa nesse contexto,

[...] na última década do reinado de D. João V, assiste-se a uma acentuada perda de poder e de preponderância” deste grupo em particular, “o que já vinha a se verificar desde o início do seu longo reinado, em detrimento da Congregação do Oratório, a quem manifestou a sua preferência e favoreceu largamente” (ROSA, 2014, p. 368-369).

Em relação aos avanços científicos dessa época, é importante mencionar que, embora o reino carecesse de uma esfera moderna, ele não permaneceu em um completo isolamento, uma vez que o próprio D. João V fundou instituições de cunho científico e promovia uma teatralidade<sup>42</sup> através das descobertas científicas. Sendo assim, uma

característica importante do período é a rota de aproximação cultural e política com o universo das demais cortes europeias, entre as quais Portugal procura se firmar por meio da crescente abertura a um horizonte de ambições mais universais. Tal estratégia pode explicar a importância que estrangeiros assumiram na corte joanina, assim como a maior circulação de ideias. No campo do ensino da medicina, podemos citar que ocorreu a contratação de professores estrangeiros de renome, por iniciativa de D. João (SILVA, 2016, p. 26).

De modo geral, a corte era altamente influenciada pelas relações de sociabilidade e favorecimentos em virtude dos rituais que envolviam os costumes adquiridos pelas monarquias na Modernidade. Tais características seriam herdadas por D. José I, filho e sucessor de D. João V e de D. Maria Bárbara. Seu reinado ficaria fortemente marcado pelas inúmeras transformações ocorridas no cenário político,

---

<sup>42</sup> Sob este aspecto, D. João V fomentou um “um gosto pelas novidades científicas, particularmente quando envoltas na dimensão de espetáculo” (VILLALTA, 1999, p. 46).

especialmente pelas ações propostas pelo seu ministro, Sebastião de Carvalho e Melo<sup>43</sup>, o Marquês de Pombal.

Sebastião José de Carvalho e Melo era formado em Direito pela Universidade de Coimbra e compartilhava da concepção de que se tratava de uma instituição que ficou para trás nos estudos práticos e teóricos. Ao ingressar na carreira política, em muitos momentos, através da intermediação de seus familiares, teve a oportunidade de exercer funções diplomáticas em outras cortes europeias, observando como as reformas locais eram realizadas e beneficiavam a modernização de diversos setores. Ele atuaria como “diplomata na Inglaterra<sup>44</sup>, onde se impressionara com os progressos da burguesia, especialmente a partir da organização comercial do país” (SARAIVA, 1989, p. 90 apud BOTO, 2017, p. 113), exercendo, posteriormente, a mesma função na Áustria. Em relação ao seu desempenho em Viena, é importante apontarmos o quanto esse período traria influências nas políticas reformistas implantadas em Portugal em seguida. Merecem destaque, por exemplo, as próprias relações que ele conseguiu estabelecer com pessoas influentes na corte, como a imperatriz Maria Teresa e Gerhard van Swieten<sup>45</sup>, um importante reformista católico holandês, sendo que Pombal “teve um contato bastante profícuo com ambos e deve, certamente, ter guardado na memória os trabalhos dos dois” (ARRUDA, 2009, p. 5571).

Portanto, tais experiências lhe seriam úteis na medida em que se propôs a colocar em prática suas reformas. Outro importante benefício de sua estadia no exterior teria sido o convívio com indivíduos influentes no cenário político, cultural e científico da comunidade internacional, mas que também eram naturais do seu reino, visto que essas relações incluíam “algumas das figuras mais eminentes nas ciências,

---

<sup>43</sup> Sobre esta notável figura, deve-se destacar que ele era “natural de Lisboa, provinha de uma família modesta de pequenos fidalgos que serviram como soldados, sacerdotes e funcionários públicos dentro dos confins de Portugal e, ocasionalmente, no ainda extenso império português ultramarino” (MAXWELL, 1996, p. 2).

<sup>44</sup> Seria em decorrência de sua estadia em Londres, que “Carvalho e Mello” teria, a “oportunidade de viver inúmeras experiências que afinaram as suas sensibilidades iluministas”, sendo que, ao tornar-se “membro da Sociedade Real em 1740, conviveu com reformistas conversos exilados e outros intelectuais e tinha na sua biblioteca livros que a Inquisição proibira em seu país” (WALKER, 2013, p. 127).

<sup>45</sup> Muitas das medidas adotadas por Maria Teresa para “reformular o sistema de censura e a Universidade de Viena, ambas dirigidas diretamente contra o monopólio virtual dos jesuítas, começaram sob a proteção de Van Swieten” (MAXWELL, 1996, p. 9). Desse modo, a imperatriz teria confiado na figura de Van Swieten no que concernia a “dupla tarefa de modernizar o currículo de medicina da Universidade de Viena e de dotar os serviços de saúde pública de uma base científica mais sólida” (WALKER, 2013, p. 128), de forma que tais medidas seriam uma grande inspiração das reformas pombalinas.



em especial dentro da comunidade dos expatriados portugueses, muitos dos quais haviam sido forçados a deixar Portugal por causa da Inquisição” (MAXWELL, 1996, p. 10). Tal grupo, que foi denominado como o dos estrangeirados<sup>46</sup>, passou a exercer enorme influência no exterior, especialmente na área da saúde, como é o caso do médico Ribeiro Sanches<sup>47</sup>, que, por sua vez, também teria trocado correspondências com Sebastião Carvalho e Melo. É válido observar, nesse caso, que o próprio Sebastião José era também um “estrangeirado”, tinha vivido alguns anos fora do Reino de Portugal na Europa, desempenhara funções diplomática em Londres e Viena, o que terá contribuído para lhe alargar os horizontes culturais e ganhar confiança numa administração pública disciplinada (ROSA, 2014, p. 369).

Sua consolidação no governo português iria acontecer a partir de 1750, após a morte de D. João V, quando ocupou inúmeros cargos, como o de Secretário<sup>48</sup> de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e, posteriormente, a Secretaria de Negócios do Reino, tornando-se um dos principais ministros da época e um dos mais próximos do rei. A nomeação para esses cargos resultaria em uma forte oposição dos membros da Corte, que viam com desconfiança essa rápida ascensão, pois ainda era visto como “um homem com o qual a nobreza não se identificava” (SILVA, 2016, p. 99). É importante notar que essa oposição se valeria da própria linhagem de Carvalho e Melo para atacá-lo diante da corte, espalhando notícias sobre o histórico de sua família e de que formas ela teria conseguido lançar-se ao poder, sem deixar de mencionar as desavenças com famílias poderosas da época.

Contudo, seria no de 1755 que Sebastião de Carvalho e Melo poderia demonstrar para a corte portuguesa o quanto estava disposto a revigorar o Estado, a

---

<sup>46</sup> Esses sujeitos teriam um reconhecimento ainda maior no período das reformas pombalinas, uma época que “[...] ficou marcada pelo estrangeiramento, que é um fenômeno resultante da divisão entre os portugueses castiços e os estrangeiros/estrangeirados. Os primeiros não aceitam aqueles que – indo ao exterior ou entrando em contato com estrangeiros que vinham a Portugal – modificavam sua maneira de ver, pensar e sentir, deflagrando um movimento de ideias contrário principalmente ao provincianismo cultural e político, ao predomínio ainda vigente da escolástica e à repressão da Inquisição” (NETO, 1997, p. 7).

<sup>47</sup> Esse indivíduo teria uma importância grandiosa nas novas formulações sobre as formas de se estudar, tendo deixado Portugal aos 27 anos pelo “receio de ser perseguido; ou mesmo de contar com intransponíveis dificuldades para o exercício da medicina – já que Ribeiro Sanches era, pela sua origem de sangue, cristão-novo e não poderia, por essa razão, pleitear qualquer emprego público em Portugal” (BOTO, 2017, p. 65).

<sup>48</sup> Essa importante função era motivo de disputas internas e estava vinculada às relações sociais vigentes no período, pois elas poderiam exercer uma forte influência em assuntos do governo, uma vez que “os Secretários de Estado eram, grosso modo, funcionários públicos à serviço da Coroa que, em geral, tinham funções de auxílio administrativo do reino e cujas nomeações para ocupação destes cargos eram de exclusividade do monarca” (SILVA, 2016, p. 29).

partir de algumas tragédias que assolaram a região e das ações propostas para a expulsão dos jesuítas. Um momento muito propício para colocar em prática suas ambições aconteceria em decorrência de uma tragédia. Nessa época, um terremoto de grande magnitude destruiu boa parte da cidade de Lisboa, deixando muitos feridos e desabrigados, de modo que “tal catástrofe” exigiria do “monarca grande empenho, não apenas para reconstruir a capital, mas também na reposição de produtos e no ressarcimento dos comerciantes que faliram como consequência de tal evento” (SILVA, 2016, p. 33).

Figura 1 – Frontispício Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo, de 1996. Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal. Óleo de Louis Michael Van Loo, 1766 (Câmara Municipal de Oeiras)



Fonte: MAXWELL (1996).

No entanto, seria na pessoa de Carvalho e Melo que os cidadãos encontrariam a adoção de soluções<sup>49</sup> mais pragmáticas e firmes, contribuindo para uma recuperação dos recursos perdidos com a tragédia. Para tanto, apesar da forte oposição que enfrentava, “do ano de 1756 em diante, a nobreza portuguesa se viu obrigada a conviver com Sebastião José de Carvalho e Melo, alguém externo ao grupo” (SILVA, 2016, p. 100) e que não compartilhava de seus interesses. Desse modo, para firmar sua posição no governo, o ministro precisaria lidar com esses inimigos presentes na corte que se opunham ao seu posicionamento político e sua proximidade com a família real. Assim,

para reforçar o Estado, Pombal precisou diminuir o poder de dois adversários poderosos: alguns grandes fidalgos, que transgrediam os seus poderes em detrimento dos interesses do Estado; e a Companhia de Jesus<sup>50</sup>, que tinha uma profunda influência no país e na colônia Brasil (ROSA, 2014, p. 369-370).

Uma grande oportunidade de alcançar esse objetivo surgiria a partir do atentado sofrido pelo rei D. José I, no qual a carruagem que o conduzia teria sido alvo de tiros no ano de 1758, de modo que muitos nobres foram responsabilizados, como também os próprios jesuítas, sendo que oito deles “foram acusados de envolvimento no crime de lesa-majestade” (SILVA, 2016, p. 112). Diante desses acontecimentos, ocorridos em um curto intervalo de tempo, teríamos importantes pontos de mudanças para o ministro de D. José I. Sebastião de Carvalho e Melo conduziu as investigações e puniu os “responsáveis” de maneira exemplar. Seu triunfo seria concretizado, ainda, com sua nomeação, por parte do rei, para o título de Conde de Oeiras, em razão dos seus serviços prestados contra os acusados do atentado em 1759, podendo “ser interpretada como um reconhecimento régio ao ministro” (FACHINI, 2016, p. 114), sendo contemplado, nos anos seguintes, com a titulação de Marquês de Pombal. A

---

<sup>49</sup> Sobre esse episódio, deve-se apontar que ele “agiu de modo rápido, eficaz e impiedoso para estabilizar a situação. Os saqueadores foram enforcados sem a menor cerimônia; os corpos das vítimas do terremoto foram reunidos rapidamente e, com a permissão do patriarca de Lisboa, levados para o mar, amarrados a pesos e jogados no oceano. Os aluguéis, os preços dos alimentos e o custo do material de construção foram fixados nos níveis anteriores ao terremoto. Nenhuma reconstrução temporária foi permitida enquanto a terra não ficasse desobstruída e enquanto não se definissem as plantas para as novas construções” (MAXWELL, 1996, p. 24).

<sup>50</sup> Para compreender a relevância desta ordem, é importante analisarmos a sua trajetória, visto que ela é “constantemente apontada como uma das ordens mais importantes do contexto reformador da Igreja Católica no século XVI”. Tendo sido “criada num ideário de missões, a Companhia, em menos de dois séculos de atividade, angariou espaços que outras ordens não foram capazes de alcançar”, recebendo uma grande “proteção e incentivo da Coroa Portuguesa”, durante o seu período de atividades (OLIVEIRA *et al.*, 2006, p.7-8).

nomeação para tais títulos estava vinculada a uma prática de concessão que se fez muito presente na sociedade portuguesa do Setecentos, pois, de acordo com Olival (2001, s/p) apud Nunes (2010, p. 116), ao observar que “a importância desse mecanismo de remuneração dos serviços pelo rei, através do qual alguns indivíduos conquistaram benesses e enobrecimento”, foi bastante usual para “o processo de consolidação do Estado Moderno Português”, que teria “como uma de suas bases a economia da mercê, segundo a qual cabia ao rei dar e retribuir um serviço prestado pelo vassalo”.

Com a ação de expulsar os jesuítas<sup>51</sup>, em 1759, e ainda de responsabilizá-los pelo atentado contra o rei D. José I, Pombal objetivava não somente tirar a educação do domínio jesuíta, mas também muitas das propriedades e recursos econômicos que estavam à disposição da Igreja na época. Tais ações mediadas por Pombal deveriam atingir o setor comercial também, de modo que as reformas propostas objetivariam “produzir um novo corpo de funcionários ilustrados para fornecer pessoal à burocracia estatal e à hierarquia da Igreja reformadas” (MAXWELL, 1996, p. 110), e, nesse sentido, Pombal promoveria uma ampla leva de benefícios aos funcionários públicos e ao desempenho de funções burocráticas. Cabe mencionar que essas reformas<sup>52</sup> abrangeriam uma ampla sequência de ideias que deveriam contemplar setores<sup>53</sup> como da educação e economia. As políticas propostas seriam adotadas tanto em Portugal como em seus territórios coloniais, destacando também que tais medidas iriam influenciar as redes de influência de grupos poderosos, de forma a promover o favorecimento de outros indivíduos até então secundarizados.

---

<sup>51</sup> Sobre esta situação, a autora Teresa da Fonseca Rosa (2014, p. 370) aponta que essa expulsão ocorreu em 1759, “em sentença publicada a 12 de Janeiro”, seguindo-se “a proibição de ensinar em todos os domínios portugueses, decretada por Alvará Régio de 28 de Junho do mesmo ano”.

<sup>52</sup> Sobre o alcance que as reformas pombalinas desempenhariam na sociedade portuguesa, é importante ressaltar que, para esta dissertação, interessam-nos as questões que influenciariam a área da educação, de modo a colaborar para o desenvolvimento dos estudos práticos, para que possamos compreender qual era o cenário que o autor da obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, de 1790, iria encontrar em seu processo de formação acadêmica. Para um maior aprofundamento sobre as implicações dessas reformas, deve-se consultar a obra: MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal - Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

<sup>53</sup> Podemos observar alguns aspectos sobre o impacto dessas reformas, destacando-se o desempenho obtido no “plano econômico, especialmente, sob a forma de legislação e regimentos que controlavam a produção e o comércio, já na área social representou uma tentativa de organizar o desenvolvimento, ordenando a conduta do indivíduo no projeto de modernização do Estado” (SILVA, 2016, p. 115 -116).

A reestruturação do setor educacional seria um passo importante para a tentativa de modernizar Portugal, pois os novos regimentos previam mudanças drásticas nas metodologias de ensino, dialogando de forma mais assertiva com o movimento Iluminista, na medida em que, “ao expulsar os jesuítas, ao idealizar o modelo das aulas régias e ao reformar os estudos da Universidade de Coimbra, a prática da ação pombalina indicava sua filiação teórica ao pensamento ilustrado” (BOTO, 2017, p. 36), conforme será exposto no próximo tópico.

Dessa maneira, o movimento Iluminista se integraria de forma mais eficiente na sociedade portuguesa, na contramão do que ocorria no restante da Europa, visto que a Ilustração trabalhava para contribuir com um maior “desenvolvimento intelectual, político e econômico da sociedade” (OLIVEIRA *et al.*, 2007, p. 3). Portanto, o movimento da Ilustração, como veremos a seguir, por meio das reformas pombalinas, teria uma grande “preocupação de limitar os poderes da Igreja em áreas de interesse social, como as do Ensino, a Assistência e a Justiça”, estabelecendo, “também em Portugal, uma mentalidade acerca da Educação” (ROSA, 2014, p. 369).

No próximo tópico, serão apresentadas algumas particularidades que envolveram o processo de consagração das ideias iluministas em Portugal, ressaltando que a nossa intenção é a de compreender esse processo através das reformas empregadas na área da educação, contemplando os nossos objetivos de analisar de que formas elas poderiam ter contribuído para o campo da medicina.

## 2.2 O ILUMINISMO PORTUGUÊS E SUAS SINGULARIDADES: INFLUÊNCIAS DAS REFORMAS POMBALINAS NA EDUCAÇÃO

Diante desse cenário de intensa movimentação política, o século XVIII ainda seria influenciado pelo movimento da Ilustração que já havia dado os primeiros sinais no século anterior. A intensidade desse movimento deu-se em decorrência de suas proposições, dentre as quais pode-se ressaltar que “o principal objetivo da corrente iluminista era que a sociedade fosse guiada pela racionalidade, uma vez que, a razão garantiria a liberdade individual e a felicidade plena do indivíduo” (OLIVEIRA *et al.*, 2006, p. 2). Pensadores e filósofos conseguiram adentrar nas cortes europeias promovendo uma nova circulação de ideias e divulgação de novos conhecimentos que levaram o desenvolvimento científico a modificar as estruturas até então vigentes. Assim, denota-se o observado por Maria Suzielle Cristina da Silva Alves (2019, p. 23),

pois, ao abordar as intensas manifestações do Iluminismo “[...] em todas as áreas de atuação da sociedade: na economia, na política, na religião e na moral [...]”, a autora observa que esse período foi enriquecido por “[...] reflexões de diversos estudiosos da época [...]”, sendo muito significativo para a área da educação, conforme será contemplado a partir da exposição das etapas das reformas pombalinas para esse setor.

Essa adesão ao movimento em Portugal no século XVIII deu-se em virtude de uma demanda por parte da população que iria beneficiar-se com este uso da racionalidade, mas, principalmente, seria através da educação que a consagração dessa mentalidade seria alcançada, pois ela delineava um “otimismo expresso em um século que se pretendia veículo e condutor daquilo que supunha ser a perfectibilidade<sup>54</sup> do homem” (BOTO, 1996, p. 1).

No que tange a percepção que o indivíduo passava a ter de si mesmo, é importante destacar a influência desse contexto iluminista no processo, pois o homem passa a olhar para si próprio a partir das novas diretrizes que o guiavam pela experiência, pela observação e pelos usos da razão. Nesse espaço, o teor divino<sup>55</sup> já não era percebido como a única maneira de explicar os acontecimentos externos e, principalmente, o funcionamento interno do corpo humano, sua condição e seu estado de saúde, ainda mais se considerarmos as novas descobertas científicas que dimensionaram o interior do ser humano. Desse modo, o homem que buscou “depende mais de si mesmo, o futuro cidadão que busca circunscrever-se ao seu espaço individual e físico, experimenta diferentemente seu corpo” (VIGARELLO, 2016, p. 11). Tal configuração permitiu que o exterior do corpo, que era valorizado até então, mesmo na área da saúde, fosse secundarizado em detrimento das sensações internas, pois elas promoveriam um bom funcionamento do organismo.

---

<sup>54</sup> De acordo com a autora Carlota Boto (2017, p. 34), essa ideia estava presente no fato de que o movimento apostava no “avanço do espírito humano, no avanço do conhecimento, no progresso dos povos e na caminhada do gênero humano rumo a um indefectível percurso de aprimoramento”, sendo possível atingir um nível elevado de evolução, ao qual se denominaria como o estado de perfectibilidade.

<sup>55</sup> Em relação à intensa participação do teor religioso nesse contexto, vale ressaltar que, no que concerne à área da saúde, a religião se fez muito presente na indicação de diagnósticos e para a explicação do que poderia causar as enfermidades, sendo perceptível “nas primeiras décadas do século das Luzes”, onde “as relíquias e os milagres fazem ainda parte do cotidiano dos indivíduos e das populações, concorrendo para enquadrar os fenômenos da doença e da recuperação da saúde” (BARREIROS, 2014, p. 21-22).

Essa predominância de uma nova identificação corporal é decorrente, também, de um amplo direcionamento que a medicina estava seguindo, ao propor uma regulamentação oficial sobre os estudos que envolviam o corpo e sobre quem exerceria tais funções. Disciplinar<sup>56</sup> o corpo, nesse período, deveria envolver cuidados destinados à saúde, à educação, à alimentação, à disposição ao trabalho e, sobretudo, ao indivíduo que integrava esse processo, formalizando essas práticas com a finalidade de fortalecer a sua nação. Costumes, esses, que englobavam os cuidados anteriormente mencionados, evidenciando a edificação de um corpo disciplinado e que deveriam integrar a rotina das pessoas com intensidade, não deixando “de surpreender que páginas e páginas se tenham escrito, em Portugal e na Europa, advogando a urgência de disciplinar o corpo e codificar os mais pequenos gestos” (BARREIROS, 2014, p. 28).

Nesse sentido, a percepção corporal também seria alterada em decorrência do “olhar” que o sujeito deveria destinar para o seu físico, pois este também era um fator predominante nesse contexto, uma vez que “a cultura iluminista, mais atenta para o indivíduo [...]” (VIGARELLO, 2012, p. 143), faz com que novas questões sobre as concepções corporais e suas medidas ganhem novos contornos, sendo que, “[...] o que importa é o cuidado diário com o corpo [...]” (VIGARELLO, 2012, p. 145). Nesses cuidados, cabe elencar a importância que a questão comportamental alcançou nesse período, pois os indivíduos deveriam buscar formas de distinguirem-se uns dos outros, pois quanto mais as pessoas fossem se adequando aos novos padrões comportamentais, mais elas poderiam ascender<sup>57</sup> em grupos sociais.

Sob este viés, as feições corporais passam a ser associadas a um gestuário, a um modo de portar-se perante determinadas situações, pois o cuidado com o seu próprio corpo demandava também uma atenção direcionada aos seus modos, além de aspectos que englobassem a saúde e o funcionamento interior do corpo. Dessa forma, por meio dessas percepções, nota-se que “a sociedade moderna passou a ser cada vez mais normatizada, regulada por códigos [...]” (RIPE, 2019, p. 67) que enalteciam as ações que seriam adequadas para um indivíduo ou que poderiam

---

<sup>56</sup> Ao seguir este raciocínio, tem-se a compreensão de que “o sujeito moderno passou a ocupar características profundamente diferentes de como era pensado outrora, pois se tornou objeto de uma sociedade disciplinada, governada pela autoridade política, religiosa e médica e representada por discursos institucionalizados” (RIPE, 2019, p. 90).

<sup>57</sup> Consultar: NUNES, Rossana Agostinho. Reflexões sobre nobreza, honra e mobilidade social no Antigo Regime Português: o caso do médico luso-brasileiro Francisco de Mello Franco (1757-1822). *Ars Historica*, v. 1, n. 2, jul.-dez. 2010, p. 1114-126.

causar constrangimentos, como um vestuário inadequado que transgredisse o ideal do quanto um corpo poderia ser exposto. Assim, é interessante notar o quanto a adoção de determinados comportamentos e posturas direcionou os indivíduos de forma a angariar espaços específicos e consolidados na sociedade, como observado por Bruno Barreiros (2014, p. 28), ao considerar que “disciplinar o corpo constituía, deste ponto de vista, o primeiro requisito para que <<um certo respeito, e reverência >> fosse assegurado nas relações interpessoais”.

O próprio vigor físico tornou-se, no século XVIII, um elemento que passaria a distinguir os sujeitos, especialmente no que concerne a uma diferenciação entre os contornos femininos e masculinos. Assim, nota-se uma certa solidificação da percepção visual corporal, algo que seria nítido na produção de imagens do período, em conformidade com “a individualidade<sup>58</sup>” que “[...] ganha força no século XVIII tanto na aparência, como na afirmação, pois o Iluminismo favorece a emancipação e a diversidade. O desenho dos corpos é o primeiro testemunho disso” (VIGARELLO, 2012, p. 155).

A percepção sobre o corpo foi variando com o passar dos anos, mas é interessante notar o quanto o viés científico e o religioso souberam aproveitá-lo no Século das Luzes. Por conseguinte, ao manter a percepção corporal alinhada às suas abordagens iluministas, de modo a compreendê-la como um conhecimento que é construído, cabe destacar também que ela estava sujeita a punições oriundas de um ritual corporal que ditava as dinâmicas impostas por esse Estado Moderno. Tal configuração estava de acordo com as novas propostas que pensavam o corpo como um instrumento capaz de internalizar e sentir, de externalizar e adequar-se, tendo, dessa forma, “[...] uma confirmação dessa cultura do século XVIII: a importância sempre maior do corpo, a vontade de transformá-lo em lugar interminável de sensações, culminando na pretensão de explorar exaustivamente suas mensagens e suas indicações” (VIGARELLO, 2016, p. 117).

Nesses mecanismos que envolvem o gestuário corporal, tem-se, ainda, uma hierarquização sobre os sujeitos que exercem esses costumes, pois, um dos objetivos para a divulgação desse padrão comportamental era a de reproduzir um gestuário que

---

<sup>58</sup> Tal individualização decorre de um momento em que o indivíduo passa a externar suas próprias emoções, suas percepções e é visto de tal forma, enquanto um ser único e capaz, de uma natureza proveniente das luzes, que “revelaram em profundidade o “ressentido” do corpo, o vincularam à identidade, descobriram noções inéditas, como o “sentimento da existência”, o “homem sensível”, o “si”, sublinhando sua vertente física e sua presença persistente” (VIGARELLO, 2016, p. 124).



admitisse uma distinção social entre a população, pois “cortesia e civilidade visam produzir gestos, atitudes e formas de vida distintas do popular ou da multidão” (BARREIROS, 2014, p. 24). Assim, conforme o comportamento das pessoas fosse se distinguindo das demais, maiores seriam as chances de elas serem aceitas em círculos sociais mais restritos. Tais transformações acabariam

[...] sendo postas em prática no sentido de substituir uma concepção do corpo tida como supersticiosa e arcaica, subversiva do poder religioso (basta lembrar que a capacidade de cura de bruxas e curandeiros advém de um pacto com o demônio) e da autoridade do saber médico que, como veremos, tenderá progressivamente a constituir-se como discurso oficial sobre o corpo (BARREIROS, 2014, p. 31).

Para tanto, a consolidação sobre o conhecimento do corpo humano estaria interligada à concretização do saber médico, que passaria a ser regulamentando e oficializado, em detrimento de práticas que eram tidas como supersticiosas para o tratamento de enfermidades e para a compreensão sobre como essa estrutura vinculada à área da saúde funcionava. Assim, existiria uma gama de profissionais especializados e regulamentados que deveriam verificar tais transformações corporais em seus próprios estudos, sendo que, em Portugal, essas diretrizes entrariam tardiamente na mentalidade acadêmica, embora deva-se ressaltar a importante colaboração de acadêmicos e médicos que já integravam em suas práticas esses “novos” contornos.

Ao contextualizarmos a exceção do reino de Portugal na Europa nesse período, referenciado como uma sociedade atrasada em todos os aspectos no que concerne a uma modernização das principais áreas de desenvolvimento, torna-se necessário compreender que ele não permaneceu completamente isolado no que se refere aos novos preceitos da Modernidade. Desse modo, a monarquia encontrou meios próprios à sua conjuntura para fortalecer essas questões, conforme a proposição de Dias (1953, p. 70) apud Abreu (2006, p. 25), de que “a cultura portuguesa não ficou completamente à margem desta corrente de ideias e conhecimentos”, porém ficou “à margem do ambiente que a tornou possível e do espírito que a caracterizou”.

Muitas dessas concepções baseiam-se em um sistema educativo mais “antigo” que ainda estava enraizado em Portugal até então, como a metodologia empregada no ensino da Universidade de Coimbra, que valorizava autores da Antiguidade e os estudos teóricos ao invés de um estudo que conciliasse a prática com a teoria na rotina dos estudantes. O processo de formação de uma intelectualidade ocorreu de

formas distintas em diferentes países, pois, segundo a autora Carlota Boto (2017, p. 22), as “particularidades” de cada nação promoveram “circulação de pensamento sobre o homem e sobre a formação das nações e do mundo moderno em diferentes países europeus”, de modo que, ao considerarmos as conjunturas internas de cada reino, pode-se encontrar muitas “controvérsias sobre os sentidos das Luzes”.

As características do reino luso proporcionaram delineamentos específicos no que diz respeito aos rumos que deveriam ser seguidos pela modernização científica e cultural, sendo que, inicialmente, essas inovações viriam mais alinhadas aos preceitos religiosos. Conforme as observações expostas até aqui, compreende-se que, a partir da segunda metade do século XVIII, definiu-se um posicionamento mais alinhado ao que ocorria em outras metrópoles europeias, sendo que tal mudança deve ser associada ao papel das reformas pombalinas<sup>59</sup> empreendidas na área da educação.

Entre as ações propostas para essa área em particular, deve-se ressaltar, ainda, que, após a consolidação do Alvará Régio em 1759, que decretava a expulsão da Companhia de Jesus de todos territórios portugueses, haveria também a iniciativa de promover novas abordagens educacionais para as chamadas Escolas Menores<sup>60</sup>, a instituição do cargo de Diretor-geral<sup>61</sup> e o planejamento do Colégio dos Nobres<sup>62</sup>. Tal Alvará tinha a finalidade de extinguir “todas as escolas jesuítas”, sendo fomentada a criação de “aulas régias gratuitas de Gramática Latina, de Grego e de Retórica” (ROSA, 2014, p. 371). Essas inovações foram sendo estabelecidas de acordo com as fases propostas pelo Marquês de Pombal, de modo a atingir os Estudos Menores, que englobavam o ensino primário e o secundário, e os novos estatutos para a

---

<sup>59</sup> Conforme exposto pela autora Carlota Boto, essa associação é de extrema importância, pois não se “pode compreender o lugar das Luzes em Portugal se não se enveredar pelas reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal” (BOTO, 2017, p. 23).

<sup>60</sup> Sobre essa categoria, pode-se apontar que, a partir deste Alvará, os Estudos Menores seriam reestruturados, determinando a constituição de “aulas régias, compreendendo tanto as classes de primeiras letras quanto as classes de humanidades” (BOTO, 2011, p. 101). Sob este aspecto, as diretrizes deveriam encaixar-se nos “estudos primários e secundários como preparação para a Universidade [...]” (ALVES, 2019, p. 32).

<sup>61</sup> A criação desse cargo determinava, para o indivíduo que fosse exercer essa função, o poder de “fazer cumprir as disposições do diploma, ficando a ele subordinados todos os professores régios destas mesmas disciplinas” (ROSA, 2014, p. 371).

<sup>62</sup> Em relação a essa escola, uma das intencionalidades vinculadas a ela era a de “proporcionar aos filhos da nobreza as habilidades profissionais necessárias para o governo ou para o serviço militar”. Ainda assim, apesar de ter os seus “estatutos promulgados em 1761”, suas portas se abririam somente em 1766 e “as aulas de física experimental só duraram de 1768 a 1772, quando toda educação científica foi deixada de lado e os instrumentos do laboratório foram levados para Coimbra” (MAXWELL, 1996, p. 114).

Universidade de Coimbra, em 1772, que deveriam reformular a prática dos estudantes e a grade curricular dos cursos oferecidos.

Outra importante questão dessas reformas foi a criação da Real Mesa Censória, com a “finalidade de reformar o sistema de censura”, passando, posteriormente, a abranger “todos os aspectos diretamente relacionados com o sistema de ensino”, o que seria concretizado através do “Alvará de 4 de junho de 1771, numa política visivelmente centralizadora” (ROSA, 2014, p. 373). De forma a dar continuidade a sua proposta modernizadora, seria estabelecida, ainda, no ano de 1772, uma ampla reforma que envolveria os estudos universitários da Universidade de Coimbra e, concomitantemente, a definição de um corpo de funcionários mais próximos aos objetivos do Estado, com o propósito de formar indivíduos mais atuantes nesse contexto Iluminista. Assim, buscava-se firmar um “sistema centralizado para supervisão da educação pública; um aparato estatal para prover de escolas as povoações”, sendo que, como consequência desse processo, “a Igreja era desalojada do controle que tinha em matéria educacional” (BOTO, 2017, p.127). Ao colocar em prática esse planejamento, deve-se enaltecer o papel que alguns órgãos desempenharam no processo, como a própria Junta da Providência Literária, instituída no ano de 1770, que deveria direcionar, inicialmente, o desenvolvimento dos novos Estatutos.

Para que esse processo se concretizasse, foi emitida uma autorização para que se elaborasse um estudo sobre o estado em que se encontrava a Universidade de Coimbra, de modo a mapear as suas fragilidades e desafios a serem superados. Então, tem-se a elaboração do *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra*<sup>63</sup>, um importante trabalho da Junta Providência Literária, no ano de 1771, cuja ação resultou no documento criado por intermédio da “Carta Régia em 23 de novembro de 1770”, tendo “sido apresentado a D. José em 28 de agosto de 1771” (BOTO, 2017, p. 127). Esse documento foi de extrema importância para os objetivos traçados por Pombal, demonstrando o

---

<sup>63</sup> Esse documento tinha como um de seus objetivos apresentar o cenário educacional marcado pela influência jesuíta, de modo a culpabilizá-la, pois apresentava e criticava os “supostos estragos realizados pela Companhia de Jesus nos estudos portugueses; em especial, nos estudos universitários. Acreditava-se que, tanto no tocante aos autores, quanto no que concernia aos métodos de ensino adotados, teria havido um retrocesso, manifesto na organização dos estudos e nos modos de ensinar então correntes em Coimbra” (BOTO, 2017, p. 128).

[...] seu entrelaçamento com o Iluminismo”, pois, ao ser anterior aos novos Estatutos de Coimbra em 1772, esse projeto revelava “[...] não apenas o teor da denúncia àquele modelo existente da universidade e da pedagogia jesuítica, mas propõe, como alternativa, uma nova feição para os chamados estudos maiores (BOTO, 2017, p. 131).

Por conseguinte, ao vislumbrar nesses estudos uma possibilidade de engrandecer ainda mais o progresso do Estado, era necessário dar sequência à divulgação de um ideal a ser atingido, algo que atendesse aos interesses pombalinos. Entre esses ideais propostos, cabe mencionar que um deles seria o de “moldar um novo tipo de português, consciente de sua responsabilidade para com seu país e conectado às ciências que melhoravam a existência dos indivíduos e a produção, promovendo, ainda a riqueza do Estado” (SILVA, 2016, p. 139). Nesse aspecto, era preciso promover um novo modelo de estudante e uma nova proposta curricular, que superassem essa concepção de uma sociedade atrasada.

Ao associar o atraso universitário à ausência dos estudos práticos integrados à metodologia da Escolástica<sup>64</sup> que vinha sendo empregada até então, foram sendo propostos novos cursos e disciplinas nos currículos, como os de matemática e filosofia. Sobre essas novas faculdades, cabe mencionar que “a de filosofia deveria incorporar não só as matérias tradicionais de metafísica, lógica e ética, mas também as novas ciências naturais que utilizavam a observação e a experimentação” (MAXWELL, 1996, p. 111). Novas construções e laboratórios estavam sendo propostos para essas reformas, em consonância com a contratação de novos professores, que não deveriam utilizar materiais que foram empregados pelos jesuítas em períodos anteriores. Ao considerar tais inovações e, de forma a garantir a execução desse planejamento, ainda de acordo com o autor Kenneth Maxwell (1996, p. 111), Pombal “tomou um interesse pessoal por todas as fases” dessa etapa reformista, elaborando críticas e solicitando novas propostas sobre as construções<sup>65</sup>, quando julgasse necessário. Avanços universitários estavam estreitamente interligados com a nova reestruturação do Estado, pois tal vinculação demonstrava

---

<sup>64</sup> De acordo com Luiz Carlos Villalta (1999, p. 46), a intencionalidade da Escolástica seria “contrária à experimentação e, em grande medida, ao livre pensamento”, fazendo com que os estudantes se mantivessem presos aos estudos teóricos e aos autores da Antiguidade Clássica, desconsiderando as últimas descobertas científicas.

<sup>65</sup> Vale ressaltar que “em outubro de 1773, por exemplo, ele criticou os primeiros projetos para jardim botânico, que lhe pareceram demasiado ostentatórios” (MAXWELL, 1996, p. 111).

“que a Ciência não pode florescer na universidade sem que ao mesmo tempo floresça o Estado, melhorando e aperfeiçoando a si mesmo” (MAXWELL, 1996, p. 114).

É importante compreendermos o quanto essas reformas também iriam impactar o sistema de ensino na América Portuguesa<sup>66</sup>, uma vez que ele era inteiramente dependente da ação e da pedagogia da ordem jesuíta. Tais ações tinham como “objetivo organizar a administração, a fim de avançar nos progressos industriais da Coroa, além de adaptar sua maior colônia, o Brasil, a todos os ditames portugueses” (OLIVEIRA *et al.*, 2006, p. 1). Sobre esse aspecto, essas mudanças seriam adotadas de forma gradativa na colônia, resultando em uma defasagem no desenvolvimento do processo educativo que vinha ocorrendo até então.

Nesse sentido, as ações de Pombal fizeram-se sentir, pois ele “visou organizar a exploração das riquezas do Brasil com o objetivo de elevar a economia de Portugal” (ALVES, 2019, p. 30). Desse modo, a questão do ensino seria outra área a sofrer interferência do governo, uma vez que, a partir das reformas educacionais e da expulsão dos jesuítas da Colônia, o resultado seria a “extinção do único sistema de ensino”, fomentando “a primeira reforma educacional do Brasil” (ALVES, 2019, p. 30). Portanto, ainda que os decretos chegassem tardiamente na América Portuguesa, deve-se observar que existiram algumas dificuldades em concretizá-los, pois eram inúmeros os desafios dos órgãos locais, incluindo a própria contratação de professores e o conteúdo que deveria ser desenvolvido nas aulas. A situação só se modificou “com a implementação do subsídio literário<sup>67</sup>”, quando se percebe “um aumento significativo das aulas régias no Brasil [...]” (ALVES, 2019, p. 32), mas, ainda assim, pouco desenvolvidas quando comparadas com as de Portugal.

Esse interesse no florescimento de novas mentalidades para a sociedade portuguesa teria certa continuidade no reinado de D. Maria I, apesar das inúmeras controvérsias pelas quais seu governo passaria. Em razão das propostas que já haviam entrado em vigor, D. Maria procurou, a partir de sua subida ao trono, introduzir

---

<sup>66</sup> Sobre o impacto das reformas no sistema educacional da América Portuguesa, consultar: ALVES, Maria Suzielle Cristina da Silva. **As reformas pombalinas no Brasil e a ideia de modernização na educação no século XVIII**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão em Delmiro Gouveia, 2019.

<sup>67</sup> Esse imposto estava vinculado a um tributo que a população iria custear e, desta maneira, “os professores régios, por meio do subsídio literário, poderiam ser pagos pelo erário público, tendo, mediante o ingresso por exames, a função efetiva que os tornaria profissionalizados na profissão professor, adquirindo cadeiras em caráter vitalício, e sendo, por esse mesmo sistema, vedada quaisquer cobranças de contribuições financeiras diretamente dos alunos” (BOTO, 2011, p. 49).

“alterações na política da instrução pública sem destruir o fundamental que provinha das reformas pombalinas aplicadas no reinado de seu pai” (ROSA, 2014, p. 374). Uma condicionante marcante durante esse período, segundo Ricardo Freitas (2017, p. 45), seria o fato de que a monarca promoveu mudanças de forma a deixar suas próprias “feições” no governo, desvinculando-se de algumas figuras políticas associadas ao Marquês de Pombal. Ao desassociar-se de algumas práticas do governo josefino, denota-se que “a ruptura com o governo de seu pai” seria verificada “em determinados setores” (FREITAS, 2017, p. 44) pela troca de funções de indivíduos que ocupavam cargos públicos, especialmente na Universidade de Coimbra, conforme veremos adiante ao analisarmos a passagem de Francisco de Mello Franco por esse contexto político.

Por meio da instituição dessas medidas, tem-se algumas implicações na prática do exercício da medicina, na medida em que as reformas dos Estatutos promoviam um novo olhar sobre como os estudos da área da saúde deveriam ser guiados. Sob o direcionamento dessas instruções, percebe-se que doutrinas clássicas dariam lugar às novas descobertas científicas e outras maneiras de compreender um corpo acometido por enfermidades, como poderá ser observado a seguir.

### 2.3 A PRÁTICA DA MEDICINA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII EM PORTUGAL

Discutir a prática médica ao longo do século XVIII em Portugal requer um exercício de análise de contextos específicos que foram influenciados pela dinâmica das medidas governamentais adotadas e da conjuntura Iluminista. No início do período setecentista, ainda havia marcas das teorias clássicas e de uma religiosidade que impregnava o saber médico e científico no que concerne aos cuidados destinados à área da saúde. Assim, nota-se que, mesmo nessa época, alguns pequenos movimentos já indicavam que Portugal estava se adaptando a pequenas inovações nesse campo, fazendo com que muitos médicos e autores do período passassem a reconsiderar vários dos tratamentos que eram empregados no processo de cura de enfermidades. Muitos desses profissionais passaram a reavaliar a sua concepção em relação ao funcionamento do corpo humano, notando-se que “a defesa do iluminismo foi-se gradualmente espalhando na cultura das elites portuguesas durante o século XVIII, mas, em 1719, a Idade da Razão já começara a influenciar significativamente a

profissão médica” (WALKER, 2013, p. 91) e, posteriormente, os novos saberes que eram expressos nas publicações impressas do período.

Na primeira metade do século XVIII, os estudos ainda eram fortemente influenciados pela medicina hipocrático-galênica, com a influência da teoria humoral<sup>68</sup>, cuja principal característica seria a de conceber o corpo humano enquanto uma estrutura composta por fluídos corporais, sendo constituída por quatro humores principais: sangue, fleuma, bílis negra e bílis amarela. Essa teoria era comumente utilizada pelos profissionais licenciados para elaborar o tratamento mais adequado que o indivíduo deveria seguir no caso de seu corpo adoecer. Sobre essa importante teoria, predominante por muitos anos na área da medicina, cabe mencionar que nela,

a ideia de que a saúde está relacionada ao equilíbrio dos humores corporais, ou seja, que eles estejam nas quantidades certas e nos lugares corretos e que a doença é decorrente do excesso, falta ou acúmulo de humores em lugares errados, é atribuída normalmente a Hipócrates, um médico que teria vivido durante a Antiguidade por volta do século IV a.C. e escrito uma série de obras que constituem o chamado *Corpus Hippocraticum* ou *Coleção hipocrática*” (MARTINS *et al.*, 2008, p. 10).

Nesse caso, o cenário ideal esperado no que se referia ao estado de saúde de um indivíduo estaria atrelado ao entendimento de que os quatro humores deveriam estar em equilíbrio, pois seria somente dessa forma que eles resultariam em um organismo saudável. No caso de “ocorrer a falta ou excesso de um deles, resultará a doença [...]” e, em caso de uma eventual enfermidade, “[...] deve-se oferecer ao doente uma substância com qualidade oposta ao humor, elemento ou qualidade que está causando a doença” (MARTINS *et al.* 2008, p.11).

Tal concepção vigorou em muitas universidades europeias, mas, em Portugal, os estudos sobre as obras de autores como “Hipócrates e Galeno, juntamente com Avicena, dominaram o ensino médico na Universidade de Coimbra até 1772” (DIAS, 2010, p. 77), período que coincide com a proposta para a reforma universitária que englobaria os novos Estatutos e as novas práticas de ensino, de modo que novos autores pudessem ingressar nos currículos propostos.

---

<sup>68</sup> De acordo com Martins *et al.* (2008, p. 10), “a conotação original da palavra ‘humor’, durante a Antiguidade grego-romana, era de alguma coisa úmida, relacionada a um líquido ou fluído. A palavra latina ‘humore’ significa bebida, líquido corporal ou líquido de qualquer espécie. Gradualmente, a palavra ‘humor’ passou a indicar uma disposição de espírito, determinada a partir da distribuição e quantidade dos humores do corpo humano”.

Essa fase de mudanças seria fortemente direcionada, ainda, pela atuação de um grupo denominado como “estrangeirados”, conforme já elucidado anteriormente, cuja participação redefiniria os rumos adotados pela prática médica, uma vez que, “em diversos aspectos, suas obras espelham uma rejeição à tradição aristotélica e escolástica e incluíam propostas modernizantes” (ABREU, 2006, p. 47). Na medida em que se notava essa divulgação de conhecimentos, é interessante observarmos o quanto essa rede de contatos estrangeiros poderia ter sido extensa, visto que era grande o número de médicos portugueses expatriados em outros territórios. Essas redes de sociabilidade eram numerosas e demonstravam um interesse mútuo entre médicos tradicionais e modernos, com a finalidade de se chegar a um objetivo comum, o de trocar experiências e aprimorar os seus conhecimentos, segundo a constatação de que

Mesmo depois de receberem uma formação norteada por princípios jesuítas obsoletos, os médicos licenciados por Coimbra não deixavam de estar sujeitos a influências profissionais vindas do exterior. Alguns correspondiam-se com médicos estrangeirados, outros eram membros de sociedades acadêmicas estrangeiras, e muitos liam publicações médicas vindas de França, da Holanda, ou de Inglaterra que demonstravam a eficácia da medicina científica” (WALKER, 2013, p. 102).

Assim, muitos foram os médicos e estudiosos que estabeleceram suas críticas em relação ao ensino que era proposto para a Universidade de Coimbra. Tem-se, como exemplo, Luís Antônio Verney, importante clérigo português que, através de sua obra *Verdadeiro método de estudar*, de 1746, propõe mudanças significativas para diversas áreas do conhecimento, realizando apontamentos “acerca da medicina e da anatomia”, ressaltando “os prejuízos que a filosofia peripatética, vinculada ao aristotelismo, trazia para o estudo do corpo humano” (ABREU, 2007, p. 81).

Ribeiro Sanches, por sua vez, estabeleceu importantes observações acerca do sistema educacional com a publicação da obra *Cartas sobre a educação da mocidade*, em 1760, cuja finalidade era a de apresentar “um retrato do que seria adequado ao ensino português nos Estudos Menores e nos Estudos Maiores” (BOTO, 2017, p. 66). Dessa maneira, o médico teria como finalidade a divulgação de orientações que permitissem uma educação completa para os súditos portugueses, objetivando que eles se tornassem modelos para os demais indivíduos e voltados para os interesses do Estado, visto que, “formar súditos do reino dispostos a cumprir suas obrigações civis para fortalecer Portugal significava, de algum modo, destruir as estruturas



obsoletas [...]” (BOTO, 2017, p. 67). Por conseguinte, a partir de seus pressupostos teóricos, tem-se um amplo desenvolvimento em questões que envolviam os estudos anatômicos, sendo que, de acordo com Jean Abreu (2007, p. 82), suas considerações assentaram-se sobre o “estudo da física e da geometria; um método de pensar fundado no “conhecimento interior provado pela experiência”.

Outro importante exemplo dessa fase de renovação da medicina encontra-se na trajetória de Jacob de Castro Sarmiento, que, na condição de expatriado por conta de querelas religiosas, “teria sido convidado por D. João V para reformar a medicina e divulgar as ideias da ciência moderna em Portugal” (ABREU, 2007, p. 83). Seria em razão de sua obra, *Matéria Médica*, de 1735, que teríamos suas contribuições para as novas teorias<sup>69</sup> que ingressavam na medicina. Por conseguinte, sua obra conquistou um grande destaque por apresentar e explicar “um programa de reformas completo e ambicioso, não só para o currículo de medicina, mas para todo o sistema educacional português” (WALKER, 2013, p. 111). Esses autores são alguns dos principais exemplos que recorriam às suas próprias experiências vivenciadas em cortes europeias que aderiram aos ares da Modernidade. Sendo assim, já não viam a necessidade de explicar as causas e os processos de cura das enfermidades através de superstições ou incertezas acerca do diagnóstico elaborado, ou mesmo por uma questão religiosa, desprezando, também, o uso da filosofia peripatética<sup>70</sup>, ainda muito presente no ensino português.

É importante elucidar que a busca por essa valorização da experiência provinha de um maior aproveitamento das pesquisas científicas que referenciavam o estudo interno do corpo humano, como a dissecação de cadáveres e os estudos anatômicos, que, anteriormente, não eram bem-vistos e aceitos pelos membros da corte e pela Igreja Católica. No reinado de D. João V, essas questões foram debatidas e

---

<sup>69</sup> A atuação desse médico deu-se em favor de uma maior adesão de “preceitos mecanicistas e experimentais da medicina, valorizando a química como meio de garantir a aplicação dos remédios para enfermidades específicas” (ABREU, 2007, p. 84). Tal incorporação ao exercício da medicina alcançou vários médicos e estudantes ao longo da segunda metade do século XVIII, pois houve um aumento das críticas em relação à aplicação de medicamentos e receituários que não considerassem as propriedades científicas em sua composição, acarretando prejuízos à saúde dos pacientes.

<sup>70</sup> Muitos foram os autores que se opuseram a essa metodologia, entre eles, pode-se citar o próprio Luís Antônio Verney, o qual afirmava que “o ódio dos galênicos à anatomia provém dos princípios que beberam da filosofia peripatética. Esta filosofia não forma idéia das coisas sobre as mesmas coisas; quero dizer, não forma idéia da natureza sobre a mesma natureza, mas das idéias que tem formado pela leitura de seus autores é que finge a natureza. Assentam que a natureza é aquilo que leram nos seus livros; e ao depois, reduzem tudo o que observaram na natureza aos princípios que têm bebido” (VERNEY, 1746, p. 24 apud ABREU, 2006, p. 51).

exploradas<sup>71</sup>, uma vez que “apesar de tentar ser um déspota esclarecido se aprimorando nos conhecimentos anatômicos [...], ele teria sido o responsável pela criação de [...] um decreto em 1739 que proibia a dissecação de cadáveres humanos” (AMORIM, 2017, p. 34). Não se pode deixar de mencionar, ainda, a importância que a Igreja Católica desempenhava na sociedade e, conseqüentemente, nas universidades e no ensino, não vendo “com bons olhos o fato de se abrir corpos humanos” (PALMA, 2016, p. 88). Por isso, tais estudos que envolviam a estrutura do corpo humano teriam ficado retidos por um longo período ao “externo<sup>72</sup>” do corpo, ao que ele apresentava para o olhar do médico, sendo extremamente raro os professores da época optarem pela dissecação em suas aulas e, quando fosse o caso de realizá-las, o recomendado para a época era o uso de cadáveres “de criminosos condenados, de preferência não católicos ou de indivíduos considerados hereges” (WALKER, 2013, p. 101).

Uma importante questão também dizia respeito a quem praticava o exercício da medicina, pois as diversas funções que integravam esse universo de profissionais habilitados eram associadas a regulamentações específicas. Tais divisões teriam contribuído fortemente para o estabelecimento de críticas que se direcionavam aos estudos do curso de Medicina, uma vez que muitos profissionais afirmavam que o processo de formação dos estudantes era incompleto, em virtude da ausência de aulas práticas e dos conteúdos compartimentados que eram disponibilizados aos jovens aprendizes. Esses estudantes finalizavam seus cursos sem o devido conhecimento sobre o corpo humano, seu funcionamento interno, especialmente em razão destas divisões propostas, visto que “até a segunda metade do século XVIII,

---

<sup>71</sup> Importante mencionar, ainda, que um outro episódio teria influenciado nessa decisão, pois a instituição desse decreto seria o resultado de “disputas internas que envolviam os responsáveis pela disciplina, o catalão Monravá e o italiano Santucci”, de modo que “o ensino da disciplina foi interrompido por decreto real em 1739” (ABREU, 2007, p. 151). Em relação a Bernado Santucci, cabe destacar que ele foi um importante expoente das tentativas de D. João V em mostrar-se aberto aos novos ares da modernidade, pois, ao ser convidado pelo próprio monarca para fixar-se em Lisboa, esse médico teve uma das mais importantes obras publicadas sobre anatomia no período. Ao apresentar um caráter inovador em seu texto, os seus escritos procuraram fundamentar-se “não em um manual de anatomia teórico”, mas em “uma obra que se baseava na longa experiência e na enorme competência” (WALKER, 2013, p. 110) do próprio autor em realizar dissecações e autópsias no corpo humano.

<sup>72</sup> Essa questão que envolvia o “externo” do corpo também está atrelada às próprias concepções pelas quais passariam a “doença”, pois, inicialmente ela manifestava-se exteriormente em virtude da ação interna dos fluídos corporais e, posteriormente, seria através do funcionamento interno dos órgãos vitais, da circulação sanguínea que iriam influenciar essas novas percepções, uma vez que a consideração sobre a doença sempre variou e foi “vista de formas diferentes pelos pacientes e pelos praticantes da arte de curar” (PORTER, 2001, p. 74).

medicina e cirurgia permaneciam como práticas separadas, pelo menos do ponto de vista regulamentar” (PALMA, 2016, p. 83). Tanto em Portugal quanto na América Portuguesa, esses profissionais eram divididos em categorias, tais como as de “físicos, cirurgiões, boticários”, contando também com a atuação de “cirurgiões-barbeiros e barbeiros” (PALMA, 2016, p. 84), cujo exercício da função estaria condicionado a licenças adquiridas no meio acadêmico pelos órgãos responsáveis.

No entanto, não podemos deixar de mencionar a atuação de outros profissionais cuja nomeação não lhes designava uma “legitimidade” perante os demais, como é o caso das parteiras (PALMA, 2016). Vale ressaltar que essa importante participação vinculada aos cuidados destinados à gestação e ao pós-parto resultaria em extensas orientações propostas por autores em seus tratados de medicina doméstica, de forma a indicar quais seriam as formas mais adequadas de proceder durante o processo de parto e assistência às gestantes, conforme será apresentado no segundo capítulo desta dissertação.

Sobre o grupo designado como “físicos”, cabe destacar que esses, ao exercerem a função de médicos, deveriam ficar responsáveis, segundo o autor Jean Abreu (2007, p. 91), pela intermediação das receitas destinadas aos enfermos. Os cirurgiões, por sua vez, eram responsáveis por exercer funções mais direcionadas à “manipulação do corpo humano, como amputações, aplicação de unguentos [...]” (ABREU, 2007, p. 91), e, em decorrência dessa associação, sua profissão era estigmatizada<sup>73</sup> perante a sociedade. Como as novas regulamentações previam que os médicos também adquirissem conhecimentos sobre o funcionamento interno do corpo humano, sobre os órgãos e suas características, conteúdos que até então eram secundarizados nas disciplinas, passaram a ganhar mais relevância. Na medida em que os Estatutos foram avançando, defendia-se que “os estudantes tivessem acesso mais à observação e à prática da medicina, valorizando-se, por exemplo, os estudos farmacêuticos e a cirurgia” (ABREU, 2007, p. 87). Ainda assim, as novas diretrizes não desqualificavam por completo as doutrinas tidas como clássicas, nem os seus autores, mas apontavam que somente elas não seriam suficientes para suprir as

---

<sup>73</sup> Sobre este aspecto, é válido recorrer às contribuições do autor Jean Abreu (2007, p. 149) ao mencionar que “cirurgiões e barbeiros eram colocados em um mesmo patamar dos açougueiros e carrascos, profissões vistas como inferiores, já que entravam em contato com a carne e o sangue”. Esta situação iria perdurar por um longo período, mesmo após a reforma dos Estatutos da Universidade Coimbra, pois o “reconhecimento da relevância da cirurgia na formação dos médicos não significou a promoção dos cirurgiões a médicos” (ABREU, 2007, p. 91).

demandas da população. Por isso, a partir da formulação do *Compêndio histórico*, Sebastião José de Carvalho e Melo iria propor, por meio das reformas, apontamentos que visavam a modernização imediata de diversos cursos<sup>74</sup> universitários, inclusive o de medicina, priorizando a volta do

[...] estudo de anatomia por intermédio da dissecação de cadáveres (antes proibida em Portugal por motivos religiosos); o estudo de higiene, “porque é mais fácil conservar a saúde do que recuperá-la uma vez perdida;” adotar as descobertas de Harvey<sup>75</sup> relacionadas com a circulação do sangue; as teorias de Albinus em anatomia, as de Boerhaave<sup>76</sup> em patologia e as de Van Swieten em farmacologia (MAXWELL, 1996, p. 110-111).

Tais inovações deveriam promover a integração desses grupos de profissionais, que até então tinham suas funções limitadas ao atuarem no campo médico. Muitas foram as construções dedicadas a essas transformações, visando um maior alcance sobre um experimentalismo que deveria ser vivenciado, podendo-se destacar a edificação de laboratórios modernos, conforme elucidado pelo autor Jean Abreu (2006) em sua tese de doutorado. De acordo com Abreu (2006, p. 67, grifos nossos), houve uma série de contribuições, como a criação do

[...] Hospital Escolar, o Teatro Anatômico e o Dispensário Farmacêutico, o qual também deveria servir para a formação de boticários” e, conseqüentemente, outros estudantes também seriam beneficiados com “o

<sup>74</sup> Entre a ampliação dessas formulações que envolveram os Estudos Maiores, deve-se mencionar a distribuição da Universidade de Coimbra “nas faculdades de teologia, cânones, leis, medicina, matemática e filosofia” (ABREU, 2007, p. 88).

<sup>75</sup> William Harvey foi um importante médico inglês que, de acordo com Roy Porter e Georges Vigarello (2008, p.457), teria desenvolvido sua “teoria revolucionária da circulação sanguínea fazendo observações precisas, sobretudo uma série de verificações a partir de fenômenos como o sistema de válvulas de sentido único. Ele não utilizou o microscópio, descoberto recentemente. Seguiu uma abordagem aristotélica “à antiga”, sublinhando por exemplo a perfeição do movimento circular. Ele aprovava a visão teleológica de Aristóteles: as funções servem para um fim, as estruturas do corpo cumprem “finalidades”. Quando comparava as antigas doutrinas galênicas sobre o coração e o sangue com as estruturas reais, ele só via problemas e paradoxos. Se, como Galeno afirmava, as veias pulmonares eram destinadas “ao transporte do ar”, por que tinham então a mesma estrutura que os vasos sanguíneos? Outras tantas perguntas precisamente sobre o papel das estruturas” (PORTER; VIGARELLO, 2008, p. 457), questionamentos que levaram à defesa de que era o “coração” quem impulsionava a circulação sanguínea pelo corpo humano. Desse modo, suas ideias não foram muito bem recebidas, inicialmente, pelo público acadêmico, mas causariam um grande avanço no campo da medicina, sendo amplamente expandidas por outros autores posteriormente.

<sup>76</sup> Importante professor de medicina e preceptor de inúmeros médicos de prestígio, Boerhaave influenciaria muitas concepções da área da medicina, pois, “sua teoria sobre as causas das doenças e ação dos medicamentos era tributária da perspectiva mecanicista”. Dessa forma, ele teria aprimorado “a idéia do corpo-máquina, concebendo-o como um conjunto de tubulações feitas de canos e vasos, que continham e canalizavam os líquidos corporais. Nessa perspectiva, a saúde resultava da livre circulação dos fluidos no sistema vascular, enquanto a doença era explicada em termos de bloqueio. Assim, a saúde dependia de um movimento regular dos fluidos e da resistência recíproca dos sólidos” (ABREU, 2006, p. 179-180).

Observatório Astronômico, o Gabinete de História Natural e de Física Experimental, bem como um Jardim Botânico” que deveriam aprimorar a experiência dos alunos.

Esses espaços proporcionariam novos conhecimento acerca do corpo humano, sendo fundamental observar o quanto a disciplina de anatomia ganharia relevância nesse âmbito, pois “o acesso dos estudantes aos cadáveres passava a ser prioritário” (ABREU, 2007, p. 90), sendo que, de acordo com o que defendiam os Estatutos, os “cadáveres<sup>77</sup>” que deveriam ser utilizados nesses procedimentos seriam os que geralmente não eram reclamados na própria cidade. Esse desenvolvimento iria demonstrar o quanto o papel da cirurgia seria relevante nessa nova conjuntura, pois o ato de “tocar” o corpo, “usar as mãos” para esse trabalho, ganharia novos contornos, de modo a atingirem um ideal de validação<sup>78</sup> para o sistema adotado. Em consonância com essas novas diretrizes, Jean Abreu (2007, p. 91), ao analisar os Estatutos da Universidade de Coimbra de (1772, p. 39-41), aponta que:

Ao se levar em conta que a distância entre os conhecimentos de cirurgiões e médicos tinha sido prejudicial à arte de curar, ordenava-se que “[...] o estudo da cirurgia prática e especulativa acompanhe sempre o da medicina, e que daqui por diante sejam todos os médicos ao mesmo tempo cirurgiões” (Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772, p. 39-41 apud ABREU, 2007, p. 70).

Ainda que tais medidas fossem significativas, não podemos deixar de mencionar o quanto era dificultoso o acesso a esses profissionais, especialmente quando a demanda pertencia às camadas mais inferiores da população, uma vez que “os praticantes da medicina convencional eram caros para os habitantes das zonas

---

<sup>77</sup> Sobre este aspecto que envolveria o uso de cadáveres para as práticas de anatomia, Jean Abreu (2006, p.70) afirma que, “nesse caso, o texto dos Estatutos estipulava que para “uso da anatomia, servirão os cadáveres dos que morrerem nos dois hospitais, da Universidade e da cidade, e dos que forem justificados, no caso de os haver”. Na falta de uns e outros, serviriam “os cadáveres de quaisquer pessoas que falecerem na cidade de Coimbra”. No documento, consideravam-se rebeldes e “inimigos do bem público” aqueles que se opunham a essas medidas ou dificultassem o acesso aos cadáveres, que deveriam, por fim, ser conduzidos ao Teatro Anatômico. Se acaso não fosse possível ter acesso aos corpos humanos, as anatomias seriam praticadas nos animais vivos, com a vantagem de que “somente neles se pode observar a natureza obrando as suas principais funções”. (Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772, p. 39-41 apud ABREU, 2006, p. 70).

<sup>78</sup> Esse tópico merece atenção por conta do grau de inferioridade que era atribuído aos praticantes da cirurgia, pois “a dissecação de cadáveres e a manipulação do corpo humano de uma forma geral eram vistas como atividades manuais próprias dos ofícios mecânicos” (ABREU, 2006, p. 36). Essa definição vigorou por um longo período no século XVIII, visto que “os ofícios de curar, como outros, estavam associados no mundo luso-brasileiro às artes liberais e mecânicas” (ABREU, 2006, p. 36), de forma que as profissões associadas às atividades mecânicas costumavam ser inferiorizadas pela sociedade, muitas vezes, em razão do baixo grau de estudos que elas demandavam.

rurais, cujo acesso a dinheiro vivo era limitado" (WALKER, 2013, p. 103). Nesse aspecto, era perceptível que, no reino de Portugal na Europa, ainda havia um grande interesse pelas curas tidas como supersticiosas, geralmente exercidas pelos denominados curandeiros e que ainda persistiram nos costumes locais, sendo que, apesar das novas regulamentações propostas, eram muitos os que desconfiavam da medicina praticada pelos acadêmicos. Por conseguinte, é nesse período que se percebe uma grande iniciativa com a publicação de obras escritas no idioma vernáculo e com uma linguagem mais acessível para as pessoas que não pertenciam ao círculo universitário, conforme será abordado mais adiante.

Cabe mencionar que as medidas adotadas para os novos Estatutos iriam, ainda, promover novas orientações sobre o corpo enquanto uma estrutura, cujas funções internas seriam tão importantes quanto as externas, de modo a associá-lo a uma concepção mecanicista<sup>79</sup>. Tal ressignificação do corpo objetivava contrariar a visão que era sustentada até então e essa filosofia encontrou "acolhida em Portugal não só em tratados de médicos portugueses, mas também em obras que passaram a ser traduzidas e publicadas no Reino" (ABREU, 2007, p. 95).

As diferentes percepções pelas quais passaram a constituição do corpo humano, bem como do próprio indivíduo sobre si mesmo, intensificaram-se ao longo do século XVIII, especialmente em decorrência de uma atmosfera que incorporava os preceitos da Ilustração. Esse ambiente seria propício para a proliferação de novas ideias e teria encontrado, no reino de Portugal, sujeitos capazes de consolidar essas diretrizes perante os estigmas da população. Desse modo, tais inovações provocariam rupturas, especialmente no campo da medicina, pois os desdobramentos dos estudos anatômicos iriam fundo nesses questionamentos que envolviam o interior do corpo e "colocavam em evidência também outras perspectivas de se analisar a doença, vista como parte integrante do mecanicismo corporal" (ABREU, 2007, p. 96).

Não seriam somente as enfermidades a serem avaliadas, mas, também, de que forma esse organismo poderia manter-se saudável, e a saúde poderia ser

---

<sup>79</sup> Com a finalidade de estabelecer novas percepções sobre o campo da medicina, "nessa perspectiva de pensamento científico, a física adquiria uma importância fundamental e inúmeros eram os paralelos traçados entre o funcionamento das máquinas e da natureza" (ABREU, 2007, p. 93). Desse modo, ao considerarmos que a comparação às máquinas se daria em virtude do funcionamento de suas engrenagens e de suas peças, uma vez que seriam por meio delas que a estrutura estaria em pleno funcionamento, essa percepção foi aplicada aos órgãos internos, pois era o seu funcionamento "que mantinha o corpo vivo", permitindo que esse conhecimento fizesse com que os médicos se aprofundassem nos "segredos da vida e de sua continuidade" (ABREU, 2007, p.95-96).

reestabelecida e conservada, de forma a evitar precisar recorrer a um profissional habilitado para atingir esse objetivo. Tal reformulação também ficaria evidentemente manifestada “no texto introdutório da Reforma de 1772 do curso de Medicina”, no qual “coloca-se em pé de igualdade a conservação e o restabelecimento da saúde; ou seja, valoriza-se da mesma maneira a cura e a preservação da saúde” (COSME, 2014, p. 54-55).

A partir desses apontamentos, percebemos a manifestação dessa dualidade que pairava sobre o reino de Portugal na Europa, dessas tentativas de conciliação entre um passado tido como clássico e a perspectiva de um futuro que se encaixasse nos padrões da modernidade. Assim, contribui-se para a concepção de uma sociedade culturalmente mais intelectualizada e alinhada aos anseios destes grupos de estrangeirados e demais estudiosos, porém, essa era uma imagem perfeitamente compatível com aquilo que seria de esperar numa sociedade que estava a sofrer um processo lento e profundo de transição para um novo paradigma cultural e intelectual (WALKER, 2013, p. 116).

Dessa forma, muitas dessas prerrogativas foram consideradas pelos médicos do período, que passaram a insistir cada vez mais na divulgação de receitas de cunho doméstico, com a finalidade de orientar a população na conservação de hábitos saudáveis para que, internamente, esse corpo pudesse manter-se em funcionamento.

No entanto, a partir do aumento na produção e na divulgação de tratados de medicina doméstica, nota-se que as indicações terapêuticas eram direcionadas para a população em geral, sendo perceptível que as referências e menções ao público infantil eram muito mais escassas quando comparadas com o público adulto. Essa situação poderia suscitar inúmeros questionamentos sobre como as crianças eram percebidas na sociedade europeia do século XVIII, principalmente em Portugal. Analisar as condições do seu desenvolvimento é de extrema importância para compreendermos a relevância da publicação da obra de Francisco de Mello Franco, pois, conforme observado pelo autor, a situação dos infantis seria precária nessa sociedade que ainda desconsiderava a importância de diferenciar os cuidados necessários para crianças e adultos.

Por isso, no próximo tópico, pretendemos analisar qual era a posição que a infância ocupava na sociedade moderna e de que formas um olhar mais analítico dos autores para esses pequenos em suas obras beneficiaria a qualidade de vida deles, em detrimento dos altos índices de mortalidade infantil apresentados na época.

## 2.4 OS DIFERENTES LUGARES DA INFÂNCIA

Na medida em que consideramos o percurso dessa nova conjuntura política e cultural na sociedade portuguesa no século XVIII, torna-se importante analisar qual era condição pela qual passava a percepção de infância, o que a definia perante a sociedade e o que demarcava esse período na trajetória de vida dos indivíduos que deveriam se reposicionar socialmente no contexto iluminista. Compreender a inserção do público infantil nesse contexto possibilita, ainda, um maior entendimento sobre as modificações que se introduziram na prática de cuidados destinados à área da saúde e que valorizavam a criação de indivíduos saudáveis e educados. Considerando os diferentes entendimentos sobre a infância<sup>80</sup>, ela geralmente encontra-se vinculada à ideia de que as crianças estão “inseridas no interior de uma formação social determinada, vivenciando de diferentes formas essa fase em função de diferentes significações a elas destinadas” (BERNARTT, 2009, p. 4226).

Para nos aprofundarmos no contexto que foi apresentado sobre o período do Setecentos, é interessante recuarmos um pouco para compreender o processo no qual o conceito<sup>81</sup> de infância foi se constituindo. Desse modo, a ideia sustentada por muito tempo foi a de que “a infância” poderia ser percebida “como a concepção ou representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, segundo suas visões e opiniões” (ANDRADE, 2012, p. 2), de modo a concebê-la como um período que seria rapidamente ultrapassado. Nesse sentido, pode-se destacar que as crianças sempre estiveram presentes ao longo da história na formação das mais diversas sociedades. Entretanto, seria a concepção sobre essa etapa significativa que mudaria constantemente, valendo o observado por Paloma da Silva Jácome (2018, p. 16) de que a sua existência não significava que a “infância”<sup>82</sup> se fizesse presente na mesma

---

<sup>80</sup> “Infância pode ser compreendida considerando realidades tão diferentes como uma fase do desenvolvimento da criança, todo o período que vai até a adolescência ou toda a fase da vida antes de ser adulto [...]” (FERREIRA, 2010, p. 216).

<sup>81</sup> Ressaltando, dessa forma, que o uso de tal conceito “tem sido construído historicamente e reflete os valores presentes na sociedade em diferentes períodos” (BERNARTT, 2009, p. 4226). Essa construção manifesta-se de modo a concretizar a transição entre esse período para o momento em que os infantis passam a ser valorizados, conforme atestado por Paloma Jácome, ao considerar que “no decorrer da história os conceitos de criança e infância vêm sendo discutidos e apresentam diferentes significados. A criança deixa de ser considerada um ser “adultizado” e passa a ser visto como um indivíduo de direitos e singularidades” (JÁCOME, 2018, p. 17).

<sup>82</sup> Ao trazer como exemplo o contexto no qual as crianças encontravam-se inseridas na Idade Média, o autor Philippe Ariès menciona que “[...] o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da



proporção, visto que o uso dessa expressão<sup>83</sup> enquanto uma etapa de desenvolvimento cronológico esteve envolvida em muitas discussões. Segundo Troian, essas temáticas que envolvem

o universo infantil e o seu reconhecimento, especialmente no decorrer do período medieval, suscitaram inúmeras questões entre diversos autores, pois, enquanto alguns afirmam que elas eram consideravelmente desvalorizadas, outros propõem que cada período requer uma análise diferenciada, estabelecendo certos cuidados para não cair em generalizações (TROIAN, 2020, p. 61).

A “invisibilidade” que cobriu o público infantil por um longo período seria caracterizada pelo olhar do adulto sobre a criança, percebida como uma versão de “si” em “miniatura”<sup>84</sup>. Nessa situação, a própria família do sujeito não o viabilizava enquanto alguém que necessitava de cuidados mais condizentes com a sua faixa etária e, como resultado, tem-se um elevado índice de mortalidade infantil. Essa situação perduraria por muitos anos, pois a ausência de um olhar diferenciado fazia com que a criança contraísse enfermidades severas ou viesse a óbito ainda nos primeiros dias de vida. Esse cenário não acarretava em sentimentos de pesar para a família, uma vez que, para a época, os progenitores lidavam com a perda de seus herdeiros de forma passiva, pois eles seriam facilmente substituídos no momento em que fosse possível gerar outro bebê. Assim, as aproximações e os distanciamentos entre o universo dos adultos e dos infantis foi delineando-se de forma gradativa no continente europeu. Entretanto, pode-se mencionar, ainda, que seria possível “localizar o início da infância a partir do século XVIII” (ANDRADE, 2012, p.2), em virtude das novas mentalidades que adentravam na sociedade em relação às crianças.

No entanto, essa concepção de uma estrutura familiar numerosa perduraria, ainda, por uma boa parte do século XVIII, sendo que “o sentimento de que se faziam

---

particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia” (ARIÈS, 1986, p.156).

<sup>83</sup> “A concepção da infância está sempre em construção, uma vez que perpassa por diferentes contextos dependendo da cultura, região, onde se encontra a criança na sociedade” (JÁCOME, 2018, p. 17).

<sup>84</sup> Tal associação remete, especialmente, ao período equivalente ao da Idade Média, no qual o mundo infantil era completamente interligado ao do adulto, sendo que “a sociedade não reconhecia a infância enquanto um período de vida inerente aos homens, pois a criança era considerada como um “adulto em miniatura”. Dessa forma, os modos de vestir, as conversas, os jogos, as brincadeiras e até o trabalho realizado pelas crianças não a distinguiam do modo de vida dos adultos” (ANDRADE, 2012, p. 3).

várias crianças para conservar apenas algumas” seria característico e prevaleceria “durante muito tempo [...]” (ARIÈS, 1986, p. 56). Sobre essa questão, é interessante mencionar que uma criança chegar à fase tida como “adulta” era visto como algo incomum, principalmente pelos fatores que elevavam a mortalidade infantil<sup>85</sup>, como as condições de habitação, a higiene, a alimentação da família e o próprio ingresso precoce da criança em trabalhos pesados que colocavam sua segurança em risco. Nesse aspecto, cabia aos pais a aceitação da partida do filho, pois, até então, a “consciência da vida, do ciclo vital, era diferente, e não lhes restava outro recurso senão ter mais um filho”, sendo importante, naquele momento, “perpetuar a linhagem” (GÉLIS, 2009, p. 309). Sob esse viés, mesmo que esses pequenos viessem a viver por somente alguns anos, essas crianças só seriam integradas à sociedade a partir do instante que a sua força de trabalho pudesse ser empregada. De acordo com Ariès, na

[...] idade média, no início dos tempos modernos, e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram considerados capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio – ou seja aproximadamente, aos sete anos de idade. A partir desse momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias (ARIÈS, 1986, p. 275).

Essa ausência de protagonismo infantil também se fazia sentir em áreas cuja aproximação entre crianças e adultos produzia resultados muitas vezes pouco favoráveis à constituição dos infantis, como eram os casos dos campos da saúde, educação e lazer, além do ambiente religioso. Na área da saúde, eram raros os cuidados específicos direcionados ao público infantil, o que resultava em altos índices de óbitos, especialmente em decorrência do processo de parto<sup>86</sup>, visto que as próprias condições de higiene encontradas nas moradias da época contribuíam para a deterioração da condição de saúde da mãe e da criança. Deve-se salientar, sobre esse ponto em particular, que, mesmo após o nascimento, “os hábitos de higiene e de bom comportamento não eram ensinados as crianças por que não fazia parte do

---

<sup>85</sup> François Lebrun afirma, diante dessa conjuntura apresentada, que “até cerca de 1750, a morte de uma criança não era motivo de escândalo. De facto, uma em cada duas crianças estava condenada a morrer antes dos quinze anos” (LEBRUN, 1985, p. 221).

<sup>86</sup> É importante mencionar que, sobre os cuidados destinados ao período da gestação na época, notava-se uma enorme precariedade, tanto nos cuidados familiares, quanto na prática médica, uma vez que se constatou que havia um “relativo desinteresse pela mulher grávida, que não é objeto de nenhuma atenção particular” (LE GOFF; TRUONG, 2006, p. 99).

costume da época”, sendo que, se ela conseguisse superar os primeiros meses de vida, ela se integraria “imediatamente com os adultos” (ANDRADE, 2012, p. 3).

Por sua vez, o exercício da medicina era envolto, nesse período, também era envolto em críticas no que se referia à atuação dos profissionais habilitados que acompanhavam a parturiente, de modo a demonstrar que médicos, cirurgiões e parteiras poderiam prejudicar, ao invés de auxiliar a gestante. No que concerne às parteiras ou outras mulheres que assistiam aos partos e que, em muitas ocasiões, acompanhavam as gestantes durante toda a gravidez, cabe ressaltar que esse grupo foi duramente criticado por médicos do período que atestavam que a sua “ausência de formação” era prejudicial à saúde da mulher gestante. Dessa maneira, parteiras e cirurgiões encaixavam-se em um grupo pouco valorizado no período que antecede à “segunda metade do século XVIII”, destacando o observado por François Lebrun ao mencionar que os “fortes preconceitos” que limitavam a

“[...] intervenção de cirurgião (mas mesmo a intervenção destes nem sempre deixa de comportar riscos) deixam o campo livre, à volta das camas das parturientes, às curiosas sem instrução cujos conhecimentos são apenas fruto da experiência (LEBRUN, 1985, p. 223).

Por outro lado, no que se referia ao período escolar, não havia uma consideração específica sobre a distribuição das crianças em faixas etárias nesse momento. Nesse sentido, a adesão da criança a esse ambiente não ocorria em virtude do que o indivíduo deveria aprender em consonância com a sua idade biológica e demais necessidades<sup>87</sup>. Diante dessa situação, até o momento em que crianças e adultos fossem separados pela questão de suas diferenças etárias, eles teriam um convívio assegurado de modo a resultar em algumas questões problemáticas, envolvendo o comportamento destes dois grupos. Deve-se destacar, pois, que teria sido “no final do século XVII, com o surgimento da escola moderna, que a família organizou-se com o olhar para a criança, e então a amabilidade e educação se tornam fundamentais” (JÁCOME, 2018, p. 23-24). Dessa forma, ao verificarmos o cenário de

---

<sup>87</sup> Cabe observar que a escola enquanto instituição era muito distinta da forma como a concebemos na atualidade, pois “o que existia eram as salas de estudo livres, frequentadas por qualquer pessoa que necessitasse aprender a ler e escrever [...]”, não havendo, dessa forma, “[...] um trabalho pedagógico diferenciado de acordo com cada faixa etária” (CORTEZ, 2011, p. 2). Por isso, não se via a necessidade em realizar separações seguindo as faixas etárias e as necessidades específicas de cada indivíduo.

transformação na Modernidade, percebe-se, também, que o núcleo familiar<sup>88</sup> seria influenciado, na medida em que suas percepções sobre as faixas etárias da criança também se modificariam.

É importante mencionar, ainda, que a preocupação para o período não abrangeria os cuidados necessários com o processo de alfabetização da criança, ou mesmo a sua socialização no que se refere ao grupo, de modo a considerar esses processos como os conhecemos atualmente, destacando que, para a época,

[...] a transmissão de valores e dos conhecimentos e de modo mais geral, a socialização da criança, não eram, portanto, nem asseguradas nem controladas pela família. A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las (ARIËS, 1986, p. 10).

No que diz respeito ao viés religioso, a inserção dos sujeitos infantis na sociedade também ocorria por meio de alguns costumes que se alinhavam aos preceitos religiosos da Igreja Católica sobre a salvação do corpo, especialmente quando consideramos, conforme já mencionado, os riscos de uma criança não sobreviver ao parto. Assim, deve-se destacar que o papel do batismo era crucial nesse processo de salvação dos pequenos que viessem a óbito nos primeiros dias de vida. O sacramento, nesse aspecto, era defendido como um rito de passagem, cujos benefícios, “- inserção na comunidade católica, alívio na hora da morte e enterramento em solo sagrado – exprimem a forma de progenitores e comunidades enfrentarem a morte de uma criança, num tempo de reconhecida preocupação com a doutrina da salvação” (REIS, 2022, p. 270). No caso das crianças abandonadas, essas também deveriam receber tal honraria.

Além disso, vale destacar que havia a prática do batismo de emergência que “dava às parteiras da Europa católica capacidade para baptizar crianças em risco de vida, no ventre da mãe, ou moribundas [...]” (SÁ, 1998, p. 8-9 apud REIS, 2022, p. 270). Tal etapa ritualística era alvo de muita preocupação, pois, segundo o autor François Lebrun (1985, p. 227), era unicamente através dela que se daria “a salvação eterna da criança”, consolidando sua passagem para o “Além”, uma característica

---

<sup>88</sup> “A família passa a ter uma função moral e espiritual, com o advento da modernidade, não sendo mais dela a responsabilidade de preparar os filhos para as funções e encargos adultos e sim papel da escola, tendo o exercício de discipliná-los” (JÁCOME, 2018, p. 23-24).

marcante que atravessaria os séculos. Em um ambiente altamente influenciado por essas diretrizes, essa era a etapa em que os pais mais deveriam ter cuidados, uma vez que se defendia a crueldade do mundo em que viviam, constatando-se que diante de

[...] tais circunstâncias, o destino mais invejável é o da criança batizada que morre antes de ter a possibilidade de pecar e, em semelhantes casos, a atitude dos pais cristãos não pode ser a tristeza, ainda menos a revolta ou o desespero, mas a alegria e acção de graças (LEBRUN, 1985, p. 227-228).

Assim, nesse período que equivale à Idade Média<sup>89</sup>, a criança era tida como um indivíduo cujas fragilidades de sua curta existência deveriam ser rapidamente “superadas” para que elas ingressassem nas mesmas tarefas desempenhadas pelos demais adultos do seu entorno, uma vez que, para a época, acreditava-se “que a criança” já teria “um certo discernimento de si e do mundo” (JÁCOME, 2018, p. 20). O reconhecimento de que elas precisariam de uma atenção diferenciada nessas áreas mencionadas foi sendo estabelecido com mais veemência ao longo dos séculos XVII-XVIII. No período que caracteriza a Modernidade, a criança passou a ser vista de acordo com as suas singularidades biológicas, não preparada para viver a vida, sendo colocada a responsabilidade para os pais, de garantir-lhes a formação espiritual e moral, e a garantia de sua sobrevivência” (JÁCOME, 2018, p. 24), instituindo, dessa forma, uma nova concepção sobre o papel da família na preservação dos cuidados infantis.

Sobre as formas encontradas para que a criança passasse a integrar a sociedade dentro de suas particularidades, cabe destacar algumas importantes transformações, como o desenvolvimento do conhecimento científico, a criação de instruções de cunho educacional para esse público e a ascensão de grupos sociais que também modificariam a noção de estrutura<sup>90</sup> familiar, como a burguesia. Tal

---

<sup>89</sup> Na Idade Média, interessa observar quais eram as associações que preenchem o significado da etapa relacionada a essa fase cronológica, pois “a infância terminava para a criança ao ser esta desmamada, o que acontecia por volta dos seis a sete anos de idade. A partir dessa idade, ela passava a conviver definitivamente com os adultos. Acompanhava sempre o adulto do mesmo gênero e fazia o mesmo que eles: trabalhava, frequentava ambientes noturnos, bares etc” (CORTEZ, 2011, p. 2).

<sup>90</sup> As diferentes concepções pelas quais passaram a estrutura familiar ao longo dos séculos demonstram que ela se alinhava às pretensões do período para com os integrantes desse núcleo. Ainda assim, tais modificações sobre o seu significado confirmam que “a família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, algo que ela não era antes” (ARIÈS, 1986, p. 11).

compreensão suscita questionamentos interessantes sobre como os adultos viabilizaram a experiência da infância dentro do contexto social no qual a família estava inserida. Por exemplo, é válido considerar que uma criança de família abastada teria condições superiores de vivenciar uma educação de qualidade, tendo vestuário e alimentação adequados, ao contrário de uma família popular da época. Sobre esse aspecto, Philippe Ariès (1986, p. 10) exemplifica os distanciamentos entre as diferentes categorias de infância de acordo com as condições sociais as quais eram associadas, afirmando que, para os sujeitos criados em famílias mais abastadas, criaram-se rituais próprios de educação, formalizando uma “ideia” de que essas crianças poderiam receber um tratamento mais adequado e com uma característica denominada pelo autor de “paparicação” sobre esses pequenos. Desse modo, é perceptível que nesse ambiente, “[...] ao longo do Setecentos, as famílias aristocratas e da alta burguesia voltaram-se para as crianças como sua imagem e sua herança [...], contribuindo significativamente para o desenvolvimento da “[...] educação e na privatização de espaços específicos para os seus filhos” (MAGALHÃES; MAGALHÃES, 2019, p. 713).

Assim, o meio familiar também exerceria importante influência no sentido de estabelecer novos propósitos sobre seus filhos, verificando que essa ressignificação sobre “o papel da família, da mesma forma que o papel das escolas enquanto instituições”, seria fundamental “no processo de educação<sup>91</sup> das crianças” (RIPE, 2019, p. 33). Essa concepção seria muito diferente da concepção familiar<sup>92</sup> vigente por muitos anos, especialmente na sociedade medieval, que era a de que “a família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental [...], sendo que para as parcelas mais abastadas da população, [...] a família se confundia com a prosperidade do patrimônio, a honra do nome” (ARIÈS, 1986, p. 231). Essa concepção era contraditória quando associada às famílias de estamentos mais baixos, uma vez que, para esse cenário, as crianças<sup>93</sup> desempenhavam diferentes papéis, sendo

---

<sup>91</sup> Pode-se ressaltar, ainda, que “ocorrerá, a partir de meados do século XVIII, uma intensificação do pensamento pedagógico e da preocupação com a atitude educativa”, pois, em virtude das novas mentalidades que adentravam na sociedade, seria por meio desses modelos educativos que aconteceriam as “reformas sociais necessárias”, sob o espectro do “homem pedagogicamente reformado” (BOTO, 1996, p. 21).

<sup>92</sup> É importante mencionar que essa temática também foi explorada em meu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *O bem comer com prazer: dietética e cuidados com a infância na obra Âncora Medicinal: para conservar a vida com saúde, de 1721*, no ano de 2020.

<sup>93</sup> Sobre essas crianças em específico, permanece a compreensão de “ser selvagem”, sendo reservado as mesmas o lugar do trabalho barato, castigos corporais e privação cultural. As

rapidamente inseridas no mundo do trabalho, forma pela qual passavam a ser reconhecidas como membros ativos da sociedade. Por isso, esse núcleo familiar que compreendia uma realidade mais complexa para os sujeitos infantis, “[...] não correspondia a nada além da instalação material do casal no seio de um meio mais amplo, a aldeia, a fazenda, o pátio ou a ‘casa’ dos amos e dos senhores [...]” (ARIÈS, 1986, p. 231) para quem trabalhavam, seguidos, posteriormente, em suas funções, pelos seus filhos.

Outro modelo de inserção dos sujeitos infantis no seio familiar dava-se em virtude da convivência da criança com uma ama de leite durante um período significativo em seus primeiros anos de vida. Essa prática comumente ocorria em decorrência de um afastamento dos infantis da “[...] família logo após o nascimento, sendo que estes deveriam ser criados por amas de leite, no caso das famílias ricas ou iniciando no mundo do trabalho muito cedo” (BERNARTT, 2009, p. 4227). Sendo assim, interessa observar as relações que envolviam essa questão, pois, de acordo com a condição social da família, existia uma especificação sobre como o uso das amas de leite deveria ser executado. Para as famílias de baixo estamento, com necessidade de ter os membros da família dispostos ao trabalho o mais rápido possível, uma das opções mais acessíveis era a de que suas crianças fossem “entregues a amas no campo” (LEBRUN, 1985, p. 225). Assim, deve-se ressaltar que tal procura pelo

[...] recurso a nutrizes do campo para cuidar de crianças constituía um hábito dominante na população das cidades. As mulheres aderiam a esse hábito porque eram muito ocupadas em seu trabalho (esposas de comerciantes e de artesãos) ou porque eram suficientemente ricas para evitarem o fardo da amamentação (DONZELOT, 1980, p.18).

Desse modo, as crianças permaneceriam sob estes cuidados nos primeiros anos de vida, tendo o retorno para as suas famílias de origem após esse período de aleitamento, de forma que seria somente por meio do seu regresso que “a criança marca a sua verdadeira entrada na família” (LEBRUN, 1985, p. 228). Entretanto, esse período de transição acarretava também em um grande índice de óbitos subsequentes ao retorno para o lar de origem, conforme observado pelo autor Cândido dos Santos

---

crianças que eram oriundas das classes trabalhadoras tinham sua ‘infância’ destruída em nome de um ideal de modernidade e evolução” (JÁCOME, 2018, p. 22), dedicando-se a tarefas que as expunham a grandes perigos.

(1982, p. 52), ao constatar essa situação através dos exemplos provenientes da França no século XVIII, observando que as crianças “entre os 18 meses e os dois anos”, ao regressarem para o “seio da família”, notava-se que desta “[...] mudança de vida um grande número não resistia”. Sendo assim, é notável que “[...] nessas condições, a mortalidade das crianças colocadas em nutriz, era enorme” (DONZELOT, 1980, p. 18).

Ainda assim, famílias mais abastadas também demonstravam interesse em aderir a essa prática, mesmo que sob circunstâncias distintas, visto que, “para as mulheres da nobreza e principalmente da realeza, não amamentar implicava o privilégio de retomar imediatamente a sua vida sexual, disponibilizando-as para nova gravidez [...]” (SÁ, 2011, p. 78). Sobre esse universo das práticas de amamentação e demais modalidades de “abandono” dos infantis, cabe mencionar que, no segundo capítulo, tais questões serão aprofundadas. Esses pontos são importantes para compreendermos de que formas as crianças eram integradas às famílias portuguesas, tanto no aspecto religioso, quanto no que dizia respeito às redes familiares e de acolhimento.

Portanto, a partir da integração do público infantil na sociedade, nota-se a tentativa de estabelecer uma divisão de grupos etários para as crianças com a finalidade de atribuir novos significados às suas respectivas funções. Assim, esperava-se que os infantis pudessem atingir um protagonismo mais específico no que concerne às habilidades que deveriam ser almejadas e adquiridas em conformidade com a sua idade e demais necessidades. Um importante fator sobre essa questão seria em relação ao uso da proposta das “idades da vida<sup>94</sup>”, cuja finalidade era associar o indivíduo a funções específicas e que seriam inseridas nos tratados de medicina doméstica, de forma a orientar o seu público leitor. Essa junção entre as separações por faixas etárias e os cuidados destinados à saúde seria muito explorada no século XVIII, cuja contextualização sociocultural permite que o indivíduo passe a se visualizar enquanto “um sujeito moderno”, que desenvolve sua consciência reflexiva em virtude das “novas dinâmicas” que possibilitam a compreensão dessa

---

<sup>94</sup> Essa divisão etária seria de extrema importância para que grupos até então desvalorizados nas orientações terapêuticas, educacionais e sociais divulgadas na época pudessem receber uma atenção mais adequada, pois o uso de “faixas etárias” designava, de acordo com Ariès (1986, p. 65), além das “etapas biológicas”, também “as funções sociais” que se esperava dessa pessoa.



nova mentalidade, o que é “[...] verificável, sobretudo, na moderna sociedade europeia [...]” (RIPE, 2019, p. 53).

Nessa sociedade que enraizava cada vez mais uma nova concepção de homem, que deveria ser guiado por novas posturas comportamentais e pelos novos conhecimentos provenientes do Iluminismo, o corpo deixava de ser um domínio daquilo que deveria ser mantido “escondido”, um objeto visto pela religião como um instrumento “sagrado<sup>95</sup>”, propenso a cometer infrações a qualquer momento. Sob o viés científico, por sua vez, esse corpo seria “revelado”, no sentido de compreender melhor o seu funcionamento, tanto interno, quanto externo, sendo que a extensão desse entendimento atingiria os corpos infantis<sup>96</sup>, um tema muito trabalhado por autores no século XVIII, especialmente em Portugal.

Essa demanda por novos estudos que se voltassem para a infância é verificada na medida em que é apontado o período “final da Idade Moderna como um tempo forte na configuração de um conceito de infância, com referência explícita a uma natureza e a uma condição de criança em confronto com a adultez” (MAGALHÃES; MAGALHÃES, 2019, p. 712). Tal temática será explorada no terceiro capítulo, com a finalidade de nos aprofundarmos sobre a presença da infância no século XVIII nesse reino, no período em que a obra de Francisco de Mello Franco foi publicada. Por isso, a seguir, serão tratadas algumas questões que permeavam as práticas de leitura e escrita no século XVIII, com a finalidade de compreendermos a importância desses processos na divulgação de novos saberes médicos e demais orientações.

## 2.5 TRATADOS DE MEDICINA À SERVIÇO DA POPULAÇÃO

Na medida em que os saberes médicos ganharam novas interpretações dos profissionais e da população, denota-se também que houve um aumento expressivo na produção e disseminação de obras impressas que objetivavam conquistar um número cada vez maior de consumidores. Segundo Rossana Agostinho Nunes (2011,

---

<sup>95</sup> Essas questões vão ao encontro do proposto por Maria Carmen Silveira Barbosa, ao afirmar que “[...] durante muito tempo, o corpo foi controlado pelo discurso do sagrado e da moral – sobre a carne e as tentações -, a partir do século XVIII ele passou a ser controlado também pelo discurso da ciência. Nessa abordagem, passou a ser visto como uma máquina que pode e deve ser controlada com regimes específicos, tarefa a ser realizada pelos poderes laicos e recém-instituídos, aqueles derivados dos estados-nações” (BARBOSA, 2000, p. 63).

<sup>96</sup> “A partir de meados do século XVIII, floresce uma abundante literatura sobre o tema da conservação das crianças” (DONZELOT, 1980, p.17).

p. 12), os livros desempenharam um importante papel enquanto “instrumentos de transmissão de saberes e doutrinas, incidindo diretamente sobre o ato de instrução”, destacando, ainda, que se deve considerar a influência da “circulação de manuscritos e as conversações, as leituras públicas, semipúblicas e privadas” como uma maneira de sociabilidade e difusão desses conhecimentos na sociedade. As temáticas inseridas nesses impressos variavam de cuidados com o corpo até preceitos morais e religiosos. Graças à contribuição de inúmeras obras voltadas para os novos conhecimentos médicos e que obtiveram uma grande visibilidade, “[...] médicos e cirurgiões portugueses escreveram e difundiram dezenas de outros textos no princípio do século XVIII, a maioria dos quais podem ser caracterizados como descrições práticas de técnicas curativas”, sendo que, “[...] muitos destes textos foram influenciados por contatos com pensadores iluministas” (WALKER, 2013, p. 113).

Essa ampla difusão dos impressos<sup>97</sup> escritos encontrava-se em consonância com as propostas iluministas de auxiliar na edificação de um novo homem, e, para que isso ocorresse, era necessário que mais conteúdos voltados para a área da saúde chegassem à população em geral. Por isso, é importante destacar que, em meio à diversidade de temáticas a serem exploradas, algumas seriam direcionadas especificamente ao público infantil, visto que, ao final do século XVIII, essa parcela da população se fazia cada vez mais presente nas demandas da classe médica. Tal necessidade de estender as orientações terapêuticas dava-se em virtude das novas considerações que recaíam sobre os infantis, para que estes crescessem de acordo com o que se almejava para uma sociedade bem regida. Para atingir esse objetivo, tornava-se necessário que alguns dispositivos escritos atuassem em conformidade com esses anseios, de modo que esses escritos deveriam ser usados, de acordo com Fernando Ripe (2019, p. 84), “[...] em função de sua utilidade [...]”, resultando em

[...] uma sociedade específica, com intencionalidades singulares – gerar e criar crianças saudáveis, obedientes, disciplinadas, alfabetizadas, letradas, com comportamentos sociais aceitos e virtuosamente regulados pela fé cristã (RIPE, 2019, p. 84).

---

<sup>97</sup> De acordo com Costa e Cardoso (2011, p. 13), “é incontestável o lugar central desempenhado pelos livros como veículo de construção e circulação do saber médico ocidental”, de modo a estabelecer a medicina enquanto “a área do conhecimento científico à qual está associada a mais antiga e a mais vasta cultura literária”.

Dessa forma, novas possibilidades foram apresentadas para que as crianças pudessem ter um melhor desenvolvimento, podendo abranger tanto o âmbito educacional e comportamental, quanto os cuidados básicos que auxiliassem na conservação do seu estado de saúde. Cabe destacar que a difusão desses cuidados ocorreu em decorrência da publicação de tratados que abrangiam a área da saúde, envolvendo o tratamento de enfermidades, cuidados na alimentação e na higiene, bem como da área da educação, abordando o processo de aprendizado das crianças e questões religiosas. Muitos desses dispositivos encontravam-se associados aos novos ideais que invadiam a segunda metade do século XVIII em Portugal, propagando novas condutas por meio dessas práticas de leitura e escrita, visto que “elas sofreram significativas mudanças, tanto nos seus protocolos de leitura, como nas transformações sociais promovidas por essa prática” (RIPE, 2018, p. 85).

Os métodos que envolviam as práticas de leitura nesse universo da palavra escrita manifestaram-se ao longo do Antigo Regime de formas variadas, trabalhando, dessa forma, com diferentes técnicas de leitura e apropriação do conteúdo que era apresentado através dos impressos. Fosse pelos caminhos da leitura silenciosa, fosse pela leitura em voz alta e compartilhada publicamente, os meios para que se chegasse à interpretação do conteúdo que era analisado poderiam envolver uma série de etapas e de indivíduos que atuariam como mediadores<sup>98</sup> desse processo. Era notável que “ainda nos séculos XVI e XVII, a leitura implícita do texto, literário ou não, constituía-se numa oralização, e seu “leitor” aparecia como o ouvinte de uma palavra lida” (CHARTIER, 1998, p. 17).

Essa prática, seria bastante usual em Portugal no século XVIII, visto que muitas pessoas que não pertenciam ao meio acadêmico, ou que sequer eram letradas, tinham acesso a essas leituras. Desse modo, torna-se verificável, também, que “o amplo uso dos impressos em Portugal deveu-se também à leitura pública [...] (ABREU, 2010, p. 228), e, através dela, os novos conhecimentos provenientes da área da saúde seriam divulgados de forma mais expressiva. A leitura em voz alta envolvia um dos grandes objetivos dos autores da época, uma vez que eles desejavam que suas obras

---

<sup>98</sup> Nesse sentido, deve-se destacar que o que comumente ocorria na Modernidade era que alguns “leitores” só “apreendiam os textos graças à mediação de uma voz que os lia” (CHARTIER, 1998, p. 25). Portanto, em relação aos “[...] tratados médicos com circulação em Portugal e na América Portuguesa, esperava-se que, diante dos limites impostos à instrução da população, o conhecimento médico fosse divulgado por intermediários. Esse aspecto torna-se evidente principalmente nas obras publicadas a partir da segunda metade do século XVIII, quando o tema da “saúde dos povos” passa a ser abordado de forma mais específica” (ABREU, 2006, p. 201).

tivessem um público variado de leitores, mas, principalmente, que suas orientações terapêuticas pudessem atingir as camadas mais populares da sociedade, para as quais muitas vezes os profissionais habilitados não conseguiam chegar para prestar atendimentos. Assim, era importante para os médicos que as suas obras fossem divulgadas e apropriadas por estas pessoas, na medida em que eles “possuíam a consciência dos limites de divulgação, cabendo aos letrados o papel de atuarem como divulgadores da medicina junto às populações iletradas” (ABREU, 2013, p. 33). Outra estratégia adotada para disseminar esses preceitos médicos através de tratados de medicina doméstica foi a adoção do uso da língua vernácula<sup>99</sup> para a escrita dessas obras, com a finalidade de não restringir o acesso a esse material.

Por conseguinte, através dos avanços científicos já esboçados no campo da medicina na segunda metade do século XVIII, tem-se um aumento na produção de obras com temáticas variadas que tinham o corpo humano como principal objeto. Tal situação se refletia no universo infantil, considerando que o pensamento moderno valorizava um conjunto normativo de ações que deveriam ser destinadas a essa parcela da população, sendo que “a educação seria um instrumento para a organização harmoniosa da sociedade por meio da disseminação de valores e normas de comportamento” (ROSA, 2016, p. 168). Seria, dessa maneira, que a educação ganharia relevância nesse contexto português que visava a construção de um indivíduo forte, saudável e letrado para atender as demandas do aparelho do Estado.

---

<sup>99</sup> Desse modo, nota-se que “[...] a justificativa do uso da língua portuguesa e do estilo breve e simples por parte de alguns médicos era uma contraposição à proposta de alguns doutores em continuar restringindo os princípios da medicina” (ABREU, 2013, p. 32). É importante mencionarmos que as obras de medicina usualmente eram escritas em latim, uma vez que esta era “a língua de transmissão corrente do conhecimento médico até o século XVIII” (DIAS, 2010, p. 77), demonstrando o grau de erudição de seu autor e do público leitor que ele almejasse alcançar.

### **3 AOS QUE INTERESSAM GERAR E CRIAR: O PERCURSO DE UMA OBRA DE MEDICINA NO REINO DE PORTUGAL NA EUROPA DO SÉCULO XVIII**

Após apresentarmos a contextualização do reino de Portugal no século XVIII no primeiro capítulo, tivemos uma importante percepção sobre as transformações que ocorreram na área da saúde, especialmente no que concerne à temática da saúde infantil. Por isso, tem-se como objetivo, nesse segundo capítulo, a apresentação da fonte de pesquisa desta dissertação, a obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, de 1790, de autoria de Francisco de Mello e Franco, que tinha como finalidade auxiliar os pais no processo de criação dos seus filhos. Orientações que se encontram presentes na obra eram direcionadas para o período de gestação da criança, salientando os cuidados que a mãe deveria seguir para gerar um herdeiro saudável.

Essas questões que integravam a área da saúde estavam entrando em voga com muita frequência no início do século XVIII, sendo que, nas últimas décadas do período, houve um intenso número de publicações que englobavam essas orientações, notando-se a proeminência do público infantil na preocupação de médicos e pedagogos. Assim, torna-se essencial explorarmos, também, o percurso realizado pelo autor da obra que é utilizada como fonte de pesquisa, com a finalidade de abranger o seu período de formação acadêmica, em um momento crucial no que se refere às transformações que vinham abrangendo o reino de Portugal.

Ao adentrarmos nessa conjuntura do reino português no século XVIII, denota-se que para que se alcançassem os objetivos almejados, interessava também direcionar essa atenção às mulheres que geravam as crianças, para que elas pudessem preparar-se adequadamente para o período gestacional e, posteriormente, para as etapas de criação dos seus filhos. O dificultoso universo que se desvelava para a sorte das mulheres nesse período encontrava-se fortemente integrado aos desígnios maternos que, esperava-se, boa parte da população feminina deveria ser adepta.

De modo a contemplá-las, este capítulo tem como finalidade também apresentar as principais características que cercavam a maternidade no século XVIII em Portugal, sendo que abordaremos uma breve contextualização sobre a atuação das parteiras e das amas de leite que prestavam assistência às mulheres gestantes. Dessa forma, pretendemos explorar esse cenário em virtude da divulgação de

receituários destinados a essas profissionais, de modo a auxiliá-las no processo de acompanhamento das mulheres gestantes, sendo-lhes úteis. Tal participação também foi criticada por Francisco de Mello Franco, que apontava uma série de descuidos que essas mulheres cometiam, dos quais resultavam males para a criança e para a mãe.

Nesse sentido, nota-se uma preocupação de apontar as maneiras mais adequadas de proceder nesses momentos em que é necessário prestar auxílio às gestantes e no pós-parto, o que sinaliza que essa obra também se destinava às parteiras e as amas de leite. Vale destacar, ainda, que a obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa* elenca uma série de orientações para os casos em que se tornava necessário contatar os serviços de ama de leite e quando era necessária à sua intervenção na criação dos infantis, o que parece sugerir uma presença constante destas mulheres e de seus serviços prestados às parturientes.

### 3.1 FRANCISCO DE MELLO FRANCO: O PERCURSO ACADÊMICO DE UM MÉDICO LUSO-BRASILEIRO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Francisco de Mello Franco, figura notável do cenário de transformações ocorridas na sociedade portuguesa na segunda metade do século XVIII, obteve a consagração de sua carreira por meio de uma série de conquistas profissionais. Tal desempenho deveu-se pela sua atuação enquanto médico da corte portuguesa e pela publicação de obras de sua autoria cuja finalidade era a de disponibilizar para a população orientações terapêuticas relacionadas às mais variadas temáticas. Conforme já mencionado anteriormente, o período correspondente à formação acadêmica do autor em Portugal foi um cenário de movimentações políticas e culturais, sendo que “[...] foi marcado pelo contraste entre a fé e a ciência, isso é, de um lado”, encontrava-se uma “[...] forte atmosfera religiosa, e de outro, o ingresso de uma visão racionalista pautada na lógica e identificada com a Ilustração” (STEIN, 2015, p. 25).

Ao analisarmos algumas características que envolvem a vida pessoal e profissional deste médico e autor, deve-se reforçar que o seu período de formação<sup>100</sup>

---

<sup>100</sup> “O período em que Francisco de Mello Franco estudou em Coimbra foi marcado pelas transformações que haviam ocorrido anos antes, quando da reforma do ensino na Universidade realizada após a expulsão dos jesuítas, que foram responsabilizados pelo atraso que caracterizava Portugal em meados do século XVIII” (STEIN, 2015, p. 26-27).

em Coimbra esteve associado a um grande desenvolvimento da produção de textos literários e voltados para prática da medicina. Tal aproximação dos estudantes com os estudos práticos em Coimbra estava em consonância com o contexto de proliferação de novas concepções sobre os usos da racionalidade e da crítica como instrumento de afirmação sobre o seu posicionamento em relação às reformas educacionais.

Assim, tem-se como finalidade, também, realizar uma análise sobre o período de formação acadêmica do autor Mello Franco, demonstrando como ele foi adequando-se às posições que almejava, na medida em que adentrava em círculos sociais mais restritos, um costume bastante usual no século XVIII. Tal análise é importante em um processo de “reflexão” sobre “[...] a vida como uma série de posições, experiências, deslocamentos e escolhas muitas vezes inconscientes, articulados a contextos e espaços sociais plurais [...], sendo importantes na medida em que, tais abordagens, tem como objetivo a construção de uma noção sobre como o [...] sujeito age e reage à sociedade que o cerca” (SILVA, 2016, p. 11).

Por isso, conforme os objetivos elucidados para este tópico, tem-se a pretensão de discutir o período de formação acadêmica do médico luso-brasileiro que, ao deixar Paracatu, em Minas gerais, dirigiu-se a Portugal na expectativa de frequentar a Universidade de Coimbra, conforme a prática<sup>101</sup> de muitos indivíduos provenientes das famílias abastadas mineiras. Em virtude da ausência dessas instituições na América Portuguesa, as famílias buscavam por alternativas no exterior, supondo-se que

o interesse dos colonos abastados em enviar seus filhos para estudarem em Portugal fosse, para além de propiciar-lhes alternativas de profissionalização[...], acarretaria também no [...] estreitamento de laços com a metrópole, visando a obtenção de benesses ulteriores (CRUZ, 2004, p. 141).

Ainda assim, esse processo aconteceria ao longo de várias etapas e exames, visto que, após uma rápida passagem pelo Rio de Janeiro, ele “estudou as disciplinas preparatórias no Seminário de São Joaquim”, adquirindo um amplo “conhecimento do latim” (CARVALHO, 1947, p. 2). Dessa forma, a partir do ano de 1776, Francisco de

---

<sup>101</sup> “Nesse cenário, a passagem pela Universidade de Coimbra era o ponto de partida inicial para aqueles que, não sendo nobres pelo sangue, almejavam o enobrecimento” (NUNES, 2010, p. 121).

Mello Franco estaria oficialmente integrado à Universidade de Coimbra, após a conclusão dos estudos preparatórios que ainda lhe faltavam.

Figura 2 - Cópia a óleo de miniatura de Francisco de Mello Franco em poder de Afonso Arinos de Mello Franco (Cortesia de Virgílio de Mello Franco)



Cópia a óleo de miniatura de Francisco de Mello Franco em poder de Afonso Arinos de Mello Franco (Cortesia de Virgílio de Mello Franco).

Fonte: ROCHA (1946).

O período<sup>102</sup> em que Mello Franco frequentou a Universidade teria sido fortemente marcado pela inserção do pensamento iluminista na sociedade portuguesa, especialmente no que concerne às reformas propostas para a área da educação e da saúde, um momento significativo para a publicação de obras voltadas para a população e cuja percepção do público sobre esses escritos era a de que eles estavam alinhados com as novas mentalidades. Essa percepção estende-se às obras que foram publicadas por Francisco de Mello Franco no final do século XVIII e no início do século XIX, visto que elas estavam “engajadas na transformação da realidade cultural lusitana por meio do conhecimento médico (FREITAS, 2013, p. 1), podendo

---

<sup>102</sup> “Francisco de Mello Franco se formou, portanto em um contexto de transformações do ensino médico em Portugal e se mostrava adepto de concepções de medicina que se difundiam em Portugal no período das reformas pombalinas” (ABREU, 2006, p. 71).



destacar, entre a sua produção, obras<sup>103</sup> como o *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa* (1790); *Medicina Theológica, ou Súplica Humilde Feita a Todos os Senhores Confessores e Diretores sobre o Modo de Proceder com seus Penitentes na Emenda dos Pecados, Principalmente da Lascívia, Cólera e Bebedice*<sup>104</sup> (1794); *Os Elementos de Hygiene*<sup>105</sup> (1813); *Flora Portuguesa Brasileira, em 12 volumes; Ensaio sobre as Febres, com Observações acerca da Topografia e Clima do Rio Janeiro* (1829); *Resposta ao Filósofo Solitário* (1787). Uma característica notável em suas obras é a presença da dietética enquanto fator condicionante para a manutenção da saúde do corpo humano. Nesse caso, Francisco de Mello Franco expandiu essa temática por meio de diversos segmentos, tais como “a dietética como ciência, a higiene aplicada a indivíduos e populações, o tratamento dietético de doenças, a interrelação dos alimentos com os temperamentos, as conexões sócio-políticas da alimentação” (BIZZO, 2011, p. 595-596).

Teria sido em virtude da publicação e da divulgação de suas ideias que o autor “procurou intervir de forma direta nesse contexto”, de acordo com Ricardo Freitas (2013, p. 4), salientando que as suas obras buscavam estabelecer

um diálogo com correntes médicas que, em outros contextos ilustrados da época, reivindicavam uma revisão das concepções sobre a natureza humana originadas na literatura médico-filosófica que tornara possível o desenvolvimento e a larga difusão do olhar médico sobre o comportamento transgressor (FREITAS, 2013, p. 04).

Por isso, é importante compreendermos a relevância desse contexto na formação intelectual dos estudantes de medicina, o que promoveu um aumento significativo na publicação de obras e demais tratados de medicina doméstica que articulavam suas ideias com um referencial estrangeiro moderno. Este diálogo foi

---

<sup>103</sup> As obras mencionadas em sequência encontram-se presentes no artigo: BIZZO, Maria Leticia Galluzzi. “Tudo o que não é vivificado, é expulso deste admirável laboratório vital”: Francisco de Mello Franco (1757-1822) e a dietética iluminista. *In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS*, 2011, Coimbra. **Anais** [...]. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2011, p. 595.

<sup>104</sup> “O livro pretendia ensinar aos enfermos, os sintomas e tratamento da satiríasis, ninfomania, nostalgia, ira e bebedice e de servir de Formulário ou *Vade mecum* dos encarregados de ouvir os que se confessam, que assim ficariam habilitados a diagnosticar as causas e efeitos daqueles pecados e a prescrever as práticas próprias a preveni-los e a remediá-los” (CARVALHO, 1947, p. 22).

<sup>105</sup> Sobre esta obra, a autora Marina Massimi (1991, p. 87) observa que ela contém “uma análise mais aprofundada do conceito de paixão e uma reelaboração teórica da doutrina psicossomática [...]”.

possibilitado em virtude das redes de sociabilidades que se instalaram na sociedade lusa, especialmente em Coimbra, dos estudantes com outros médicos que objetivavam difundir novas ideias na Universidade, algo que, na segunda metade do século XVIII, foi bem recebido, em consonância com o perfil dos novos estudantes que ingressavam na vida universitária.

É interessante mencionar que o ingresso em Coimbra, no entanto, estaria condicionado a várias questões que envolviam o histórico familiar do estudante, bem como a sua posição social e econômica, como veremos a seguir. Sobre esse aspecto em particular, deve-se considerar que, para viver em um território estrangeiro, nesse período, um indivíduo deveria contar com algumas posses e recursos<sup>106</sup> para garantir os seus gastos pessoais. Dessa forma, o ambiente que os estudantes estrangeiros encontravam era, por vezes, desafiador e hostil, sendo que, conforme observado por Ricardo Freitas (2017, p. 12), para serem aceitos em determinados espaços, era usual que o seu “local de origem” fosse um “indicativo” da existência de percepções sobre a “identidade regional” do indivíduo, servindo de “forma discriminatória” para a integração desses sujeitos na sociedade. Assim, deve-se mencionar que, em virtude desses obstáculos encontrados, tanto em relação à moradia e despesas, quanto pela dificuldade de estabelecer-se profissionalmente, percebe-se o quanto ingressar em Coimbra constituía em um “privilégio para poucos”, pois

ser aluno da Universidade nesse período era coberto de significados. Em primeiro lugar, no caso dos brasileiros, essa era a única chance que tinham de obter um diploma universitário dentro dos limites do Império Português. Com a inexistência de instituições de ensino superior no Brasil, Coimbra afirmou-se como a única instituição formadora da elite administrativa imperial (FREITAS, 2017, p. 16).

Portanto, conjuntura desse ambiente acadêmico era propícia para o desenvolvimento das novas mentalidades que adentravam no século XVIII, especialmente se levarmos em consideração a contribuição desses estudantes que mantiveram contato com estrangeirados e viram-se fortemente influenciados pelo movimento iluminista<sup>107</sup>. Dessa maneira, seria nesse período que Mello Franco iria

---

<sup>106</sup> É importante ressaltar, nesse caso, que “o simples fato de ter sido mandado para Coimbra a fim de realizar seus estudos já é prova suficiente de que vinha de uma família abastada, com recursos para mantê-lo do outro lado do Atlântico durante longos anos [...]” (FREITAS, 2017, p. 11).

<sup>107</sup> Sobre este aspecto, “desde o início de sua trajetória intelectual, aproximou-se de referenciais ilustrados, em muitos momentos mostrando-se crítico dos caminhos tomados pelas reformas durante o governo de D. Maria I” (FREITAS, 2013, p. 1).

vivenciar esse ambiente de reformas educacionais e de florescimento de discussões que visavam trabalhar a intelectualidade dos sujeitos. Nesse contexto, também, o autor experimentaria as consequências de suas ações que foram recriminadas pelo governo, o qual lhe imputou acusações graves. Nesse caso, ele seria

acusado perante a Inquisição de Coimbra de proferir palavras e praticar actos de ateísmo e de levar vida dissoluta e fazer parte dum grupo de estudantes, na maior parte responsável pelo escândalo público, que era urgente fazer cessar (CARVALHO, 1947, p. 2-3).

Pesava sobre a sua conduta também, a acusação de estar envolvido com a publicação e divulgação de escritos<sup>108</sup> anônimos, cujo teor estava vinculado a uma série de críticas nas quais eram expostas as ações do governo, do período tido como “Viradeira”<sup>109</sup>, e as práticas de ensino vigentes na Universidade de Coimbra. Desse modo, “sua passagem precoce pelo cárcere inquisitorial contrasta com sua posterior consagração como funcionário público e homem de ciência” (FREITAS, 2013, p. 2).

Tendo permanecido em reclusão durante os anos de 1781 a 1785-1786, é importante mencionar que além de Francisco de Mello Franco, outros estudantes<sup>110</sup>, que seriam médicos renomados posteriormente e seus colegas de profissão, também foram detidos nessas acusações. Conforme o apontamento do autor Ricardo Freitas, que teria sido nessa época de encarceramento que Mello Franco “conheceu a mulher com quem viria a se casar após sair da prisão” (FREITAS, 2017, p. 39).

Após sua soltura<sup>111</sup>, o que ocorreu pouco tempos depois de sua sentença, foi-lhe permitido retomar seus estudos e o autor concluiria sua formação, tornando-se

<sup>108</sup> Um exemplo amplamente conhecido e associado a sua figura foi o poema de 1785, *O Reino da Estupidez*, cuja divulgação causou uma série de polêmicas, pois a sua finalidade era a de satirizar as “contradições da ilustração em Portugal durante o governo mariano [...]” (FREITAS, 2017, p. 164). Sobre os muitos assuntos detalhados na obra, deve-se observar que eles incluíam críticas “ao clero, à ignorância e às superstições”, não deixando de fora “as ciências e, em particular, os estudos anatômicos (ABREU, 2006, p. 67).

<sup>109</sup> Esse momento, é descrito como tendo iniciado em 1777, “com a nomeação, feita por D. Maria I, de novos Secretários de Estado, em substituição do Marquês de Pombal. Neste período, deu-se uma progressiva quebra do controle estatal, com a extinção de alguns dos monopólios mercantis estabelecidos por Pombal, e a retomada da influência da Igreja e da alta nobreza sobre o Estado” (STEIN, 2015, p. 14).

<sup>110</sup> Sobre essa observação, cabe destacar que “de maneira semelhante a Mello Franco, a trajetória subsequente de boa parte dos estudantes denunciados em 1779 é ilustrativa dessa relação tênue e contraditória. Suas punições não os impediram de continuar os estudos e, depois de formados, ocuparem lugar de destaque na administração e no mundo intelectual ilustrado lusitano sob as bênçãos do poder Monárquico” (FREITAS, 2017, p. 40).

<sup>111</sup> As condições de sua soltura são contraditórias, uma vez que em 1782 lhe foi concedido o direito de retornar à Universidade, não sendo possível afirmar “quem interveio para lhe obter esta licença, que o escândalo que provocou o processo não permitia julgar possível” (CARVALHO, 1947, p. 7).

médico em 1785 e atuando em distintas áreas da corte portuguesa. Após o término de seus estudos, o autor manifestou sua vontade em estabelecer-se como um professor<sup>112</sup> universitário e, “não conseguindo ficar em Coimbra, veio estabelecer-se em Lisboa” (CARVALHO, 1947, p. 18).

Ao fixar-se em Lisboa, Mello Franco pôde desenvolver seu núcleo familiar, acompanhado de sua esposa e filhos. Dois de seus filhos faleceriam precocemente, situação comum às crianças do período, conforme já discutido no tópico anterior. Ainda assim, conforme mencionado por Ricardo Freitas (2017, p. 58), seria na época em que ele “perdeu seus filhos” que “o problema começava a se fazer cada vez mais presente na agenda das autoridades públicas [...]”. Não podemos deixar de mencionar, sobre esse aspecto, que os seus herdeiros foram submetidos à prática do batismo<sup>113</sup>, conforme ditavam os costumes da época, visto que essa “era a etapa mais prezada pela sociedade portuguesa” (FREITAS, 2017, p. 58). Após a perda de dois filhos e, posteriormente, de sua esposa, Francisco de Mello Franco contratou o serviço de uma ama de leite para auxiliar na criação de seus outros filhos, um fator de extrema importância para o cenário em que esse médico pretendia colocar-se. A partir do contato com essa ama<sup>114</sup>, Mello Franco conseguiu aproximar-se de figuras importantes, sendo que seria o responsável pelo atendimento e pelo sucesso de inúmeros tratamentos aplicados a essas pessoas.

Dessa forma, o médico foi se tornando mais experiente em virtude dos atendimentos prestados a pessoas influentes na sociedade portuguesa. O sucesso de seus tratamentos, diagnósticos e a dedicação destinadas aos pacientes lhe renderam oportunidades de ingressar em círculos mais reservados da nobreza. Nesse sentido,

---

<sup>112</sup> “Melo Franco pretendeu ficar na Universidade e seguir a carreira do professorado. Logo depois da sua formatura, em Julho de 1786 requereu à Rainha o lugar de demonstrador de matéria médica”. (CARVALHO, 1947, p. 17). Entretanto, em virtude da sua conduta pessoal apresentada até esse momento, o envio do requerimento não lhe foi vantajoso, pois, conforme atesta José Martinho da Rocha (1946, p. 23), “como este durante a vida acadêmica praticasse algumas travessuras que estavam presentes na lembrança de todos, não obteve do Prelado informação favorável”.

<sup>113</sup> É interessante destacar, desse modo, que durante essa etapa, seus filhos foram apadrinhados por figuras distintas da sociedade portuguesa, tais como José Bonifácio e Nuno de Freitas da Silva, que desempenhariam importantes funções no governo, o que já sinalizava “as boas relações do médico nos primeiros anos em Lisboa” (FREITAS, 2017, p. 58).

<sup>114</sup> “Camilla, a ama escolhida, teria sido responsável pela criação de D. Thomaz de Mascarenhas, um dos filhos da Condessa de Óbidos, alguns anos antes. Mesmo prestando serviços à família do médico, a ama continuava a frequentar a casa de sua antiga senhora [...]” (FREITAS, 2017, p. 58). Nesse sentido, foi recomendado a esta senhora que consultasse o médico mineiro com a finalidade de tratar algumas moléstias que a acometiam. Assim, “[...] tendo curado a Condessa de Óbidos e outras pessoas de suas relações, inclusive a Marquesa de Niza [...]” (ROCHA, 1946, p. 25), cuja eficácia do tratamento proporcionou-lhe uma reputação de distinção perante seus colegas.

Mello Franco frequentou espaços de sociabilidade<sup>115</sup> altamente restritos como, por exemplo, o da Câmara Real, de modo a estar sempre vinculado a personalidades e posições superiores ao seu estrato social de origem. Essa situação era comum “ao longo da segunda metade do século XVIII”, quando “novas possibilidades de ascensão social se abriram na sociedade portuguesa” (NUNES, 2010, p. 121).

A extensão desses contatos de Mello Franco seria consagrada por intermédio de convites para ocupar cargos públicos como, por exemplo, o de sócio correspondente da Academia de Ciências<sup>116</sup> de Lisboa em 26 de julho de 1787. Outra importante nomeação ocorreria no ano de 1793, quando Francisco de Mello Franco “foi chamado para ver a própria Rainha D. Maria I<sup>117</sup>, resultando” em sua integração enquanto “Médico da Câmara Real” (ROCHA, 1946, p. 26). Teria sido a partir dessa aproximação, que o médico mineiro atuaria na interdição da governante, ao participar da junta que a declarou inapta a exercer o ofício.

É interessante notar, ainda, que tal prática de utilizar as redes de sociabilidade para conseguir uma maior aproximação com grupos sociais elevados seria acionada, também, no que dizia respeito aos seus filhos<sup>118</sup>. Portanto, ao longo de sua carreira profissional e período de formação intelectual, Mello Franco conciliou os seus interesses e, por extensão, os de sua família, de modo a usufruir de um sistema que permitia esse modelo de ascensão, utilizando as táticas de mobilidade social disponíveis para a época.

Francisco de Mello Franco soube como adotar esse sistema enquanto esforçava-se para adequar-se ao reino português, visto que foi nele que viveu por boa

---

<sup>115</sup> Pode-se afirmar, nesse sentido, que “Mello Franco foi um ativo participante de algumas das mais influentes redes de sociabilidade intelectual do reformismo ilustrado mariano” (FREITAS, 2017, p. 62).

<sup>116</sup> “Ao que parece, a entrada para a Academia de Ciências funcionou como uma forma de consolidação da carreira de Francisco de Mello Franco. Suas conexões com figuras de destaque da corte e do ambiente intelectual de Lisboa, aliadas à sua reconhecida reputação como clínico, conferiram um considerável capital político que o tornou mais seletivo diante das oportunidades que lhe eram oferecidas” (FREITAS, 2017, p. 187).

<sup>117</sup> O período que equivale ao exercício de seu governo “foi marcado antes pela reacomodação de setores políticos mantidos à margem durante o período pombalino do que por uma ruptura com o modelo reformista vigente durante o consulado de Sebastião Carvalho de Mello” (FREITAS, 2017, p. 62). Desse modo, ainda que possa ser associado enquanto um período de “virada” nas questões políticas discutidas anteriormente, sob o reinado Josefino, cabe ressaltar que “sob Maria I, o projeto reformista toma nuances próprias que reafirmam o compromisso com as reformas pombalinas”, sendo que foi “durante esse período que o ensino de ciências da natureza introduzido na reforma de 1772 ganha renovado destaque” (FREITAS, 2017, p. 62-63).

<sup>118</sup> Ao longo de sua carreira, Francisco de Mello Franco soube conciliar seus interesses em meio às oportunidades que lhe surgiam, sendo que, em relação aos seus herdeiros, não foi diferente, uma vez que ele “investia boa soma na formação de seus filhos” (FREITAS, 2017, p. 99).

parte de sua vida, salientando, então, que ele “[...] passou a maior porção de sua vida longe da terra natal, para onde só regressou em 1817” (FREITAS, 2017, p. 68). Nesse sentido, seria somente depois desse período que ele retornaria ao Brasil, junto à comitiva<sup>119</sup> de D. Leopoldina. A partir do seu retorno, ele daria continuidade à sua extensa rede de contatos para aproximar-se de figuras influentes, visto que seu reingresso no círculo da corte não seria facilitado pela família real, especialmente pelo rei D. João VI, que lhe cercava com desconfiança. Assim, além da tentativa de consolidar-se perante uma nova realidade, o autor seguiria com o objetivo de publicar “obras voltadas para um público não acadêmico e com elementos que reforçavam a importância do higienismo<sup>120</sup> para a população” (TROIAN, 2021, p. 228). Contudo, é importante observar que o seu retorno seria dificultoso, ainda mais se considerarmos as desavenças do autor com indivíduos pertencentes à nobreza. Não é possível deixar de mencionar, ainda, que o próprio Mello Franco, “na ocasião de sua chegada, não se sentiria mais parte da colônia” (FREITAS, 2017, p. 68).

Uma das grandes contribuições do autor ocorreria com a publicação de sua primeira obra assinada oficialmente, que é o *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, no ano de 1790, conforme será explanado no próximo tópico. A partir dessa obra, muitas possibilidades se abriram para o autor a partir da sua escrita, sendo que, segundo José Martinho da Rocha (1946, p. 40-41), deve-se valorizar o uso da “inteligência em higiene e medicina infantil”, consolidando, “acima de tudo o pioneiro daquilo que hoje em dia se denomina “Puericultura [...]”.

---

<sup>119</sup> Sob a influência das suas amizades, tais como a de José Bonifácio, José Egídio Álvares de Almeida, Manoel Luís Alves de Carvalho e o Conde da Barca, de acordo com F.F.P.C apud ROCHA (1946, p. 31) a nomeação de Mello Franco para integrar essa comitiva veio “sem o terem previamente consultado”. Desse modo, segundo José Martinho da Rocha (1946, p. 31), teria sido dessa maneira que Francisco de Mello Franco tornou-se “primeiro médico da arquiduquesa D. Leopoldina da Áustria, noiva de D. Pedro I, a fim de a ir buscar em Livorno, na Itália, e acompanhá-la ao Brasil com três fidalgos, o Marquês de Castelo Melhor, como Mordomo-mor, os Condes de Lousã e de Penafiel como Veadores, Bernardino Antônio Gomes, como segundo médico, e Antônio de Almeida como cirurgião, ambos médicos da Câmara Real”.

<sup>120</sup> Essa foi uma característica marcante nas obras de Francisco de Mello Franco, visto que o higienismo iria desempenhar um importante papel nesse contexto de transformações da área da medicina no final do século XVIII em Portugal, pois o uso dessa prática tinha como finalidade [...] levar às populações regras de regime, meios de diagnóstico, prescrições terapêuticas e, em suma, novos conceitos do corpo [...] (BARREIROS, 2014, p. 49), buscando promover ares mais saudáveis e uma maior qualidade de vida para a população.

### 3.2 TRATADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOS MENINOS PARA USO DA NAÇÃO PORTUGUESA DE 1790

A primeira obra publicada e oficialmente assinada por Francisco de Mello Franco foi o *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, de 1790, cujo conteúdo e estrutura tinham como finalidade ensinar aos pais a melhor maneira de se criar e educar crianças saudáveis, especialmente os meninos. Deve-se ressaltar que esse tratado foi o primeiro das suas obras a obter “a aprovação e o aplauso da Academia das Ciências que a imprimiu na sua tipografia” (CARVALHO, 1947, p. 32). A publicação<sup>121</sup> ocorreu em um importante momento do contexto português, no final do século XVIII, quando a necessidade em apresentar propostas e alternativas para a problemática da saúde infantil tornava necessário o engajamento de autores em promover melhorias para essa parcela da população. Tal temática estava sendo amplamente explorada nesse período, mas, ainda assim, “eram poucos os tratados escritos por médicos dedicados ao tema da infância” (ABREU, 2006, p. 78) e, em razão dessa colocação, denota-se o caráter inovador<sup>122</sup> que esse tratado representou para a sociedade portuguesa. Por isso, nesse tópico, pretende-se apresentar a obra que é a fonte de pesquisa para esta dissertação, por meio de sua estrutura e objetivos propostos pelo autor, demonstrando o quanto ela encontrava-se alinhada às transformações na concepção de infância no período de sua publicação.

Ao longo da obra, percebe-se as intenções do autor em dispor as suas orientações para os progenitores desde o momento da concepção, informando sobre os cuidados que deveriam ter em suas relações sexuais e sobre a compatibilidade das faixas etárias do casal, acompanhando todas as etapas de desenvolvimento da criança, valendo-se dos usos das idades<sup>123</sup> da vida. Objetivando orientar e guiar os

---

<sup>121</sup> O êxito de sua publicação deve-se, “em parte, a sua publicação pela Academia de Ciências em 1790, apenas três anos após o jovem médico deixar Coimbra”, demonstrando “o poder de suas conexões desde que chegou a Lisboa”, sendo que, “a benção do secretário da Academia, o Abade Correia da Serra, para que o texto fosse levado à tipografia da instituição veio registrada na segunda página da obra” (FREITAS, 2017, p. 73).

<sup>122</sup> Sobre essa questão, eram poucas as obras que abrangiam especificamente o público infantil no Setecentos, notando-se que seria “somente em fins do século XVIII que aparecerá uma literatura médica dedicada especificamente à infância e de forma correlata, à família” (ABREU, 2006, p. 78). No caso da obra de Francisco de Mello Franco, o autor conseguiu abranger esses dois grupos em suas orientações.

<sup>123</sup> Cabe notar que Francisco de Mello Franco “foi um dos médicos que chamou a atenção para a importância da compreensão das idades pelos clínicos, porque, segundo esse autor, sem ela agiriam sem o necessário fundamento [...]” (FERREIRA, 2010, p. 219) para prescreverem suas orientações.

pais da melhor forma possível sobre o processo<sup>124</sup> educativo dos meninos, o autor estruturou sua obra em 12 capítulos, predispostos em 125 páginas que visavam, por meio de seu conteúdo, dar sequência às etapas que sucediam ao nascimento da criança, distribuindo suas indicações de acordo com o desenvolvimento etário do sujeito infantil.

Junto à descrição das receitas e demais orientações, o autor traz uma série de referenciais teóricos que oscilam entre os mestres da Antiguidade Clássica e os médicos que transformaram o campo da medicina na Modernidade, demonstrando a influência do contexto iluminista em sua escrita. Portanto, nota-se que o médico luso-brasileiro

[...] limita-se a mostrar sua erudição por meio de citações de autores estrangeiros voltados para a questão da educação infantil, mais como suporte de suas convicções sobre os melhores procedimentos a serem seguidos pelos pais do que como subsídio para reflexões filosóficas mais alargadas a respeito da natureza e da filosofia humana [...] (FREITAS, 2017, p. 79).

Outra importante característica dessa obra é a de que as considerações que são expressas na escrita são especificamente direcionadas aos meninos, algo perceptível no final do século XVIII. Muitas preocupações também passaram a cercar a maternidade, visto que os hábitos que a mulher adquirisse durante a gestação poderiam interferir no processo de criação de seus meninos. Assim, além de elucidar importantes cuidados destinados à gestação e à criação de meninos, o autor destacou, também, as orientações que dizem “respeito à alimentação, ao vestuário, à quietação do sono, uso dos banhos frios [...]”, sendo “[...] uma novidade nesse tempo [...]” (CARVALHO, 1947, p. 32), trabalhar com tais orientações.

No entanto, o que despertava interesse sobre esse “universo” em particular que envolvia a maternidade era “a questão da amamentação”, especialmente se considerarmos que, “na sociedade portuguesa”, era predominante “o hábito da utilização das amas-de-leite” (ABREU, 2010, p. 245). Essa prática<sup>125</sup>, pode-se afirmar,

---

<sup>124</sup> Para tanto, o autor utiliza alguns recursos para elucidar suas questões na obra, sendo que “o modelo de referência” utilizado por Mello Franco “para definir a educação, seus critérios, regras e objetivos, é o da própria Natureza” (MASSIMI, 1991, p. 84). Assim, a aplicação do conceito de natureza pelo autor apresenta-se em diversos momentos de sua escrita, uma vez que ele estava atrelado ao estado natural de desenvolvimento da criança e seria exclusivamente através de sua natureza que lhe seria indicado o momento certo de desempenhar determinadas tarefas.

<sup>125</sup> É importante ressaltar que “o recurso às amas-de-leite passava a ser cada vez mais reprovado” (ABREU, 2010, p. 245), sendo que o próprio autor traz algumas sugestões que poderiam servir como alternativas para essas famílias, como o uso da mamadeira, observando que muitos autores



passou a ser bastante criticada pelos autores do Setecentos, e com Francisco de Mello Franco não seria diferente, sendo que o autor aponta em quais ocasiões as amas poderiam ser acionadas pelas famílias.

Interessa observar, ainda, a semelhança que essa obra teria em relação a outras que já haviam sido publicadas anteriormente, em virtude das práticas de tradução existentes no período. Sob este viés, Ricardo Freitas (2017, p. 75) atesta que não se deve afirmar que a obra de Mello Franco “se trate de uma tradução [...]” inspirada em outras obras, embora o autor destaque também que “[...] à semelhança com a estrutura e a argumentação dispostas nas obras de Buchan e Saint Valier são consideráveis”. Nesse caso, é importante destacarmos que outros trabalhos<sup>126</sup>, com propostas semelhantes ao livro de Mello Franco, já se encontravam sob domínio público, da mesma forma que existem materiais que foram publicadas posteriormente a edição de Francisco de Mello Franco.

Porém, um detalhe curioso encontra-se associado à publicação da obra de Mello Franco, pois, no ano seguinte à sua impressão, tem-se outro tratado, do mesmo título, publicado sob o nome de outro autor, no caso, o de Francisco José de Almeida. Essa segunda obra, quando comparada à primeira, apresenta exatamente os mesmos objetivos em relação ao público infantil, sendo que

ambas tratam de temas praticamente idênticos organizados numa estrutura muito similar”, de modo que “as motivações expressas por Almeida para publicar a obra também não ficavam muito distantes das de Mello Franco, baseando-se num mesmo amálgama de experiência clínica e diagnóstico pessimista da saúde infantil no reino [...] (FREITAS, 2017, p. 81).

Tratando-se de Mello Franco, em relação ao que o motivou a escrever uma obra como esta, que abrangeria diferentes aspectos da constituição do ser humano, bem como das atividades que deveria desempenhar, o autor afirma, no próprio

---

já mencionavam os benefícios de se usar um recipiente, “[...] semelhante a um bule com bico comprido, o qual tem na extremidade muitos buraquinhos: esta se cobre com um pergaminho do mesmo modo furado, e que não fique junto” (FRANCO, 1790, p. 59).

<sup>126</sup> Entre essas obras, podemos mencionar: o *Tratado de Educação Física e Moral dos Meninos de ambos os sexos traduzidos do francês em linguagem portuguesa e oferecido ao Exm<sup>o</sup> Senhor José de Seabra da Silva e a Senhora D. Anna Coutinho Pereira de Sousa Freire pelo bacharel Luís Carlos Moniz Barreto, Lisboa 1787*; *Tratado da educação física dos meninos, para uso da nação portuguesa. Lisboa: Officina da Academia Real das Sicencias de Almeida, Francisco José de Almeida de publicada em 1791*; *Tratado de Educação Física, José Martinho da Rocha (editor). Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1946.*

prefácio<sup>127</sup>, que sua experiência pessoal ao criar seus filhos o inspirou a buscar mais leituras e informações sobre o tema. Ao deparar-se com obras voltadas para a Educação, o autor pôde constatar que os

autores não só se encontravam em muitos pontos essenciais, querendo cada um sua cousa; mas que nenhum tinha feito sobre este assunto um Tratado, que nada omitisse do essencial, e que desse as matérias a devida extensão (FRANCO, 1790, p. 5).

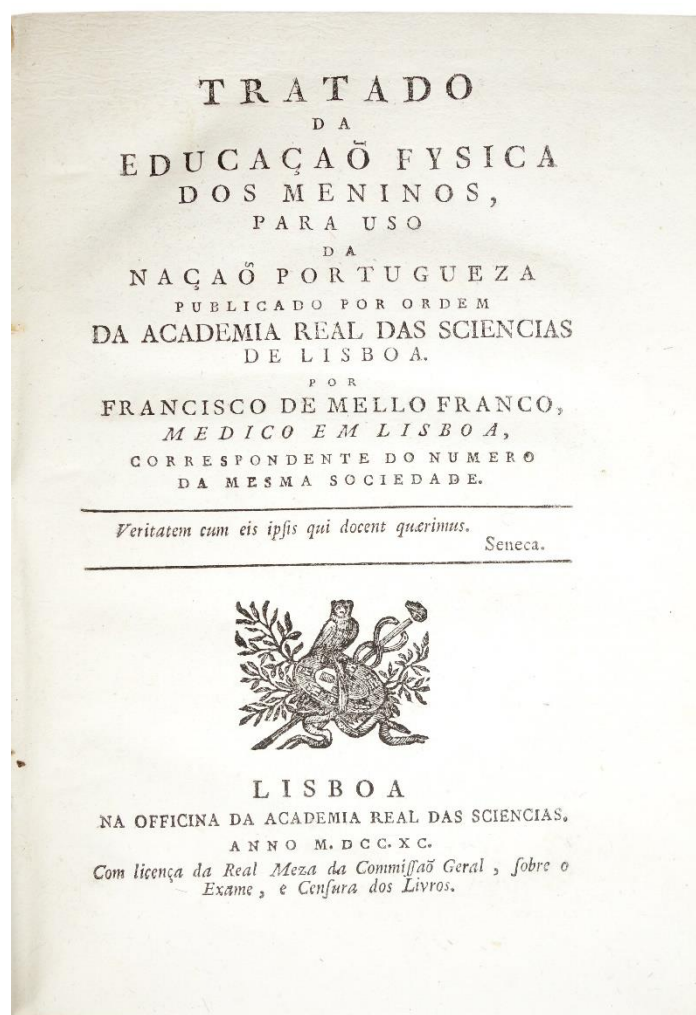
Dessa maneira, ao partir desse pressuposto, Mello Franco observa, alarmado, que as condições de saúde do público infantil eram altamente inadequadas, constatando que “em Portugal há abusos, e desvarios no modo de tratar as crianças” (FRANCO, 1790, p. 5). Assim, não podemos deixar de observar que o autor estabelece importantes conexões entre o constante “atraso” que assolava Portugal nas principais áreas em desenvolvimento com o modo como os pais criavam seus filhos, afirmando que essa relação traria consequências ao aparelho do Estado. Em razão dessa colocação, verificava-se que os altos índices de mortalidade infantil iriam interferir no despovoamento do reino, contribuindo para a “degeneração da espécie humana”, visto que “sem vassallos, e vassallos robustos, o Estado necessariamente virá a ficar como parálítico sem forças, sem energia, e tendendo cada dia para a sua inteira ruína” (FRANCO, 1790, p. 6).

Então, em virtude do que o autor esperava de sua obra, ele propunha “a necessidade de uma completa reorientação da pedagogia tradicional do reino, como forma de superar o suposto ‘atrasamento’ que o assolava” (FREITAS, 2013, p. 6), considerando que as “perversões” pelas quais passavam os costumes que prejudicavam a continuidade da espécie encontravam-se presentes na família. Portanto, nota-se a preocupação do autor em elaborar esse conjunto de orientações que objetivavam atingir as famílias portuguesas, fazendo com que seus filhos fossem criados seguindo os seus ditames, para crescerem com saúde e vigor, enquanto cidadãos portugueses que prestariam serviços para a Coroa.

---

<sup>127</sup> Interessa destacar que, por meio do prefácio, temos uma importante noção dos objetivos desse autor com a divulgação de suas orientações, sendo que, através da riqueza de detalhes dos motivos pelos quais decide publicar tal obra, ele afirma que criou “um sistema próprio”, servindo-se “das ideias de todos, sem seguir mais do que aquelas” que a sua “razão, e observação confirmavam, aumentando, alterando e inovando” (FRANCO, 1790, p. 5).

Figura 3 - Capa de frontispício da obra Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa, de 1790



Fonte: FRANCO (1790).

No primeiro capítulo, intitulado *Porque modo se deve reger uma Mulher pejada*, o autor aponta uma série de cuidados que as mulheres deveriam seguir durante o período da gestação, sobre os cuidados necessários no momento da concepção e sobre o momento de formação do feto. Segundo o médico, era devido à “imprudência, e incúria das mães no tempo das prenhez”, que muitas crianças que “nascendo miseráveis ficam indispostas para no restante da sua curta duração gozarem de um dia de saúde, quer dizer, de um dia feliz” (FRANCO, 1790, p. 1). Ao longo de sua escrita, o autor apela para que as mães tenham cuidados com a sua alimentação<sup>128</sup> e a prática de atividades que deveriam desempenhar durante a gravidez.

<sup>128</sup> Tais indicações sobre os cuidados alimentares e demais atividades, deve-se observar, serão abordadas nos tópicos que dão sequência a este capítulo.

Interessa mencionar, ainda, que, para o autor, o momento da concepção era cercado de significados, uma vez que ele era um dos que defendiam que a alma<sup>129</sup> do feto já se formava durante o ato sexual. Defendia, também, que o papel da imaginação<sup>130</sup> da mãe não deveria ter influência sobre o desenvolvimento do feto, como muitos autores afirmavam na época, por não obterem “uma explicação precisa e indubitável”, deixando-se levar “pelas concepções dominantes” (FERREIRA, 2005, p. 26).

Nesse sentido, temáticas que envolviam o período gestacional seriam exploradas também no segundo capítulo, intitulado *Logo que a criança nasce, deve ser separada dos pés da mãe, cortando-se o cordão umbilical; e como deve ele ser ligado*. Nesse capítulo, o autor considerou abordar as diferentes etapas que constituem o período gestacional, questionando, inclusive, o período de duração da gravidez quando comparado a outras espécies, como as dos animais, por exemplo. Entretanto, o autor busca deter-se na questão da importância de romper o cordão umbilical, no momento do nascimento<sup>131</sup>, da forma mais correta possível.

No terceiro capítulo, por sua vez, intitulado *Do quanto é nocivo o frio no instante do nascimento*, Francisco de Mello Franco relata os perigos que as crianças recém-nascidas correm ao serem expostas ao frio extremo, por ausência de cuidados. Sobre esse aspecto, ele insistia na importância dessa advertência, insinuando que, em relação ao “povo miúdo, o ar frio e a origem mais ordinária das doenças das crianças, e a causa primeira da sua morte: e importantíssima a persuasão desta verdade” (FRANCO, 1790, p. 18).

---

<sup>129</sup> Conforme o autor aponta em: “[...] a alma e unida ao feto no ato da concepção; pois fendo, como fica dito, muito provável que ele já preexiste nos ovários, esperando que o sêmen do pai vá vivificá-lo: também creio ser do mesmo grão de probabilidade, que a alma lhe é comunicada neste mesmo ato da concepção” (FRANCO, 1790, p. 5).

<sup>130</sup> “Na base desse parâmetro, Francisco de Mello Franco se propõe a questionar e a refutar todos os preconceitos presentes no sistema educativo tradicional e no senso comum: a influência da imaginação da mãe na constituição do feto” (MASSIMI, 1991, p. 85), conforme podemos ver sua crítica expressa aos seus colegas em: “Autores de toda a fé pública referem factos, com que pretendem provar a grande influência da imaginação das mães nos seus fetos” (FRANCO, 1790, p. 10). Embora tal percepção fosse duramente criticada, pode-se afirmar que ela foi considerada como verdadeira por muitas pessoas, que poderiam defender que “os traços físicos da criança também [...]” estivessem, “[...] por bastante tempo, relacionados à imaginação de sua mãe enquanto o gerava” (VIOTTI, 2012, p.73),

<sup>131</sup> Sobre esse procedimento, o autor ressaltava que, depois de nascida a criança, “a primeira coisa que há para fazer e cortar-se-lhe o cordão umbilical”, sendo que “o pedaço que fica da parte da mãe, nunca se deve ligar; e o que fica da parte da criança, deve ser ligado o mais depressa que for possível: e preciso porém advertir que nas crianças, que por abundância de sangue motivada pela demora, e trabalho do parto, nascem com o semblante arroxado, ou denegrado, só se deve fazer a ligadura, depois de se deixar correr do cordão algum sangue” (FRANCO, 1790, p. 15).

Ao dar sequência aos seus ensinamentos para guiar os pais sobre os primeiros cuidados posteriores ao nascimento da criança, no quarto capítulo, intitulado *Qual seja o verdadeiro modo de lavar as crianças*, apresenta-se as razões para que esse processo ocorresse de forma adequada, estabelecendo críticas, ainda, aos autores renomados que não haviam desenvolvido essa concepção de limpeza sobre o corpo infantil. Assim, ele justificava essa ação colocando que, quando as crianças

saem do útero, não só trazem nos intestinos, na bexiga, e ainda no estômago excrementos, que devem ser expelidos; mas vem mais, ou menos cobertas de uma pomada viscosa, sedimento do líquido em que estiveram mergulhadas; e que ao nascer lhes é utilíssima, pois serve de sabão para melhor escorregarem quando vem à luz (FRANCO, 1790, p. 20).

Por conseguinte, são apresentadas as diferentes temperaturas em que a água deve estar, em decorrência das diferentes etapas etárias da criança, demonstrando o quanto as propriedades da água poderiam interferir na natureza desse indivíduo. Por isso, no quinto capítulo, intitulado *A utilidade dos banhos frios provada pela razão, pela prática dos Antigos, e pelo exemplo dos povos do Norte*, tem-se um segmento sobre essas ideias que envolviam o uso da água fria e seu impacto no organismo, de acordo com “as teorias médicas vigentes”, que atribuíam “ao banho a ação sobre os nervos, músculos e fibras” (ABREU, 2010, p. 246). Nesse aspecto, ele considerava que, por natureza,

a fibra das crianças é mole, frouxa, e quase sem ação; pelo que mal se pode acomodar com os continuados banhos de água morna, que lhes aumenta a sua natural languidez, e inércia. São-lhes logo unicamente aplicáveis os da água fria, que seguramente emendam aqueles defeitos inseparáveis da sua primeira organização. Isto em quanto ao que simplesmente dita a razão (FRANCO, 1790, p. 22).

Salienta, ainda, que a pessoa deve conhecer com exatidão o corpo que será submetido a esses banhos “frios”. Não podemos deixar de observar que “a utilização do banho como princípio higiênico se impôs no decurso do século das Luzes, contexto marcado por novos argumentos médicos sobre os benefícios da água para a limpeza e a saúde” (ABREU, 2006, p. 246). De modo a indicar o quanto é importante analisarmos o histórico de nossos antepassados, no capítulo seis, intitulado *A espécie humana tem degenerado, e sensivelmente degenera na Europa, e porque motivos*, o autor busca mostrar que a sociedade, ao invés de evoluir em direção ao progresso, vem “degenerando”. Em razão disso, ele apontava que, em virtude de invenções

tecnológicas e do progresso que as nações tanto buscavam, o ser humano passou a ser mais “preguiçoso”, inclusive no que compete à questão da educação<sup>132</sup> militar.

No capítulo sete, *Como se devem vestir as crianças, e os abusos que há a este respeito*, são trabalhados os aspectos que recaem sobre as crianças em pequenos detalhes do seu cotidiano, como o vestuário<sup>133</sup> mais adequado para os meninos durante a infância. As críticas encontradas nesse capítulo tinham como objetivo atingir os adultos que eram responsáveis por vestir a criança, por colocarem roupas apertadas e que exercessem pressão sobre o seu organismo, incluindo os recém-nascidos, cujo cuidado deveria ser reiterado. Nesse sentido, o autor atesta que não “[...] podemos deixar de conhecer a suma debilidade, e delicadeza das crianças recém-nascidas”, bastando “refletir um instante no modo, por que elas se conservam nove meses no útero” (FRANCO, 1790, p. 30). Por isso, ao precisarem ficar no útero por esse tempo, para serem protegidos, o autor questiona o porquê da extensão desses cuidados não se voltar para as vestimentas da criança.

Em contrapartida, o capítulo oito tem a sua constituição diferenciada dos demais. Intitulado *Do quanto diz respeito ao modo de nutrir as crianças*, essa parte da obra subdivide-se em 8 artigos que abrangem áreas distintas da formação do sujeito infantil. O artigo I, denominado *Se deve mamar logo na mãe; e quando há de ser a primeira vez*, apontava os alimentos que seriam mais recomendados às gestantes e aos pequenos, em conformidade com a sua condição especial, salientando que a alimentação inadequada destes grupos poderia acarretar em enfermidades. No artigo II, *Todas as mães são obrigadas a criar seus filhos*, são apresentados os motivos que condicionam a mulher ao papel da maternidade<sup>134</sup> e o porquê de sua recusa causar ofensas à sua própria natureza.

O artigo III se intitula *Quais são as mães que legitimamente estão dispensadas de criar seus filhos*, no qual o autor estabelece as condições necessárias para que uma mulher seja considerada impossibilitada de criar e alimentar seus filhos,

---

<sup>132</sup> Como ocorre, por exemplo, com a invenção da pólvora que, segundo o autor, “reduzido toda a arte militar a princípios, foi a época em que se entrou a desprezar a Gynastica, fazendo-se uma revolução considerável na educação da mocidade, que se não aplicou como dantes a adestrar-se na carreira, e avigorar o corpo por meio dos muitos jogos, que os antigos conservavam (FRANCO, 1790, p. 28).

<sup>133</sup> As indicações específicas sobre o vestuário mais indicado para as crianças do sexo masculino serão discutidas no terceiro capítulo, de acordo com os objetivos propostos para a dissertação.

<sup>134</sup> “Toda aquela mãe, que, sem causa mui justa, deixa de criar seus filhos, ultraja a natureza, que e nesta parte obedecida de todos os outros animais, que constante, e carinhosamente criam os seus. Aquela que procede de outros modo, e verdadeiramente meia mãe; porque deixa a sua obra imperfeita, e ainda em menos de meio caminho” (FRANCO, 1790, p. 41).

especificando em quais casos torna-se necessária a contratação de uma ama para auxiliar nesse processo. Sendo assim, para o autor, existem “[...] circunstancias, que fazem às vezes a lactação absolutamente impossível; e que outras vezes a fazem nociva ou à mãe, ou a filho, ou a ambos [...]” (FRANCO, 1790, p. 48).

Já o artigo IV foi denominado *Quais são os meios de suprir esta impossibilidade das mães, e que condições deve ter a ama*. Sobre esses apontamentos, Mello Franco atesta que, para os casos em que as mães devam ausentar-se de sua responsabilidade, deve-se elencar uma série de qualidades para serem verificadas nas mulheres que serão contratadas para assumir esse papel. Nesse caso, era importante que, “a mulher, que se eleger para ama, deve ser a mais semelhante, que for possível, a própria mãe [...]”, não somente no “gênio e temperamento, mas também no gênero de vida” (FRANCO, 1790, p. 52). Desse modo, tais características eram cruciais para o bom desempenho da ama, pois, quanto mais ela se assemelhasse à mãe biológica, maior seria o seu êxito.

*Que regularidade deve haver em dar de mamar às crianças; e os abusos que vulgarmente reinam a esse respeito* é o artigo V. Em relação às orientações que eram destinadas à prática da amamentação, o autor era pontual ao afirmar a importância de criarem-se rotinas<sup>135</sup>, através de horários específicos, com a finalidade de não se exceder nas quantidades. Contudo, era importante também que não se desse às crianças uma quantidade de leite inferior ao que realmente fosse necessário, sendo que o ideal era estabelecer um equilíbrio. Outra importante menção era a de que era necessário verificar os reais motivos pelos quais as crianças estariam chorando, pois, segundo o autor, de acordo com as amas, afirmava-se que o motivo do “choro das crianças e sempre final certo, de que tem necessidade de alimento [...]” (FRANCO, 1790, p. 62) e, por isso, dava-se de mamar repetidas vezes, sem que fossem averiguados outros motivos que pudessem causar o choro desenfreado.

O artigo VI, por sua vez, intitula-se *Quando devem principiar a comer, e qual será a comida própria*. Nesse tópico, tem-se a consideração de que, entre os principais cuidados referenciados aos pequenos, deve-se observar que a alimentação<sup>136</sup> ganha

---

<sup>135</sup> Ainda assim, o autor defendia que as necessidades de cada indivíduo eram únicas e, dessa forma, seria “impossível determinar com exatidão, quantas vezes em vinte e quatro horas deve mamar uma criança, porque umas tem mais necessidade, do que outras de mais, ou menos alimento” (FRANCO, 1790, p. 63).

<sup>136</sup> Em relação à influência que a alimentação desempenha ao longo da obra, interessa observar que este campo em particular torna-se importante objeto de pesquisa, na medida em que “a alimentação,

um importante destaque. Tal importância deve-se às orientações que são apresentadas, em que são expostos os momentos considerados os ideais para alimentar uma criança.

*Quando se devem desmamar as crianças: como se deve então proceder: que alimentos se devem dar daí por diante até aos quatro anos?* é o artigo VII, no qual tem-se uma continuidade das orientações que envolvem a alimentação, destacando o período e as etapas biológicas em que as crianças devem realizar a transição do leite materno para alimentos mais sólidos. O autor chama a atenção para os pais ficarem atentos com relação a esse período, observando que “quando se tomar a deliberação de desmamar uma criança, como ela tantos meses se alimentou de leite, deve ele ser nos primeiros tempos a sua principal comida” (FRANCO, 1790, p. 72), de forma que o leite ainda possa ser integrado às principais refeições da criança, para que sua ausência abrupta não cause estranhamento.

Para que os pais pudessem proporcionar um momento de descanso mais tranquilo para seus filhos, contribuindo para o seu pleno desenvolvimento, no capítulo nove, intitulado *Do sono, e do berço*, o autor apresenta uma série de contribuições sobre os períodos indicados para esse momento. Por exemplo, ele aponta a importância de se ter o cuidado em relação ao turno em que a criança descansa, pois

o tempo que a natureza nos determina para o repouso é evidentemente a noite. O sossego que então se observa, a escuridão da noite, o frescor da atmosfera, tudo, em uma palavra, nos convida ao descanso, ficando o dia reservado para o trabalho” (FRANCO, 1790, p. 79).

Por isso, era importante destinar o período diurno para realizar atividades voltadas para o trabalho e o lazer. O autor propõe, ainda, que fossem observadas as posições em que os bebês fossem colocados para dormir, bem como sobre a cama mais indicada para tal e a limpeza do ambiente, de modo a promover preceitos higiênicos para a família, conforme veremos no terceiro capítulo.

Ao dar sequência às atividades desempenhadas pelos meninos, no capítulo dez, denominado *Do exercício não só no que diz respeito às crianças, mas ainda geralmente considerado*, tem-se importantes contribuições acerca da prática de exercícios físicos e demais atividades que envolvam o movimento dos infantis. Nesse aspecto, as críticas do autor voltavam-se para os pais quando esses forçavam seus

---

além de uma necessidade biológica, é um complexo sistema simbólico de significados sociais, sexuais, políticos, religiosos, éticos, estéticos etc.” (CARNEIRO, 2003, p. 9).



filhos, por exemplo, a andar<sup>137</sup> antes do tempo previsto pela natureza da criança, uma vez que, não deveríamos antecipar essa etapa. Por isso, o autor defendia que, no tempo correto, “[...] que a criança pouco a pouco por si se assentará, engatinhará, e arrimando-se ao que achar, se porá em pé, e há de dar seus passos encostada, e por fim correntemente” (FRANCO, 1790, p. 88).

Mello Franco teria estabelecido críticas, ainda, envolvendo “o sistema de instrução da época: a escolarização demasiado precoce” (MASSIMI, 1991, p. 85), explanando sobre a necessidade de averiguar o momento correto para que a criança fosse integrada ao universo da leitura e da escrita. A partir de suas colocações, o autor demonstra um certo desgosto com relação aos pais que optam por inserir o jovem de forma precoce no ambiente de estudo, pois cada indivíduo deveria ter o seu tempo respeitado. Desse modo, ele frisava que “o que sucede com o corpo, quando e antes de tempo trabalhado, igualmente se verifica com o espírito, quando querem fazer de crianças homens doutos” (FRANCO, 1790, p. 93).

Outra importante menção que acompanhava o cotidiano da infância referia-se ao vestuário que era recomendado à população infantil, pois, de acordo com o autor, os adultos não vestiam as crianças de acordo com a sua faixa etária. Sem deixar de mencionar, ainda, a importância que o autor atribuía à prática da educação física<sup>138</sup>, às brincadeiras ao ar livre e aos demais exercícios que auxiliassem no fortalecimento do corpo infantil, uma vez que

o exercício é tão necessário para a saúde, geralmente falando, como é preciso o comer para se conservar a vida”, verificando que, “esta verdade demonstrada pela razão, e comprovada pela experiência, devesse andar sempre diante dos olhos de todo o mundo (FRANCO, 1790, p. 95).

Sobre este aspecto, Mello Franco defendia que “a ginástica possuía vários benefícios” (ABREU, 2010, p. 247), sendo que tal constatação era verificada na medida em que tais atividades fossem inseridas “nas pedagogias médicas do século

---

<sup>137</sup> Conforme observado por FRANCO (1790, p. 87) em: “poucas crianças hão entre nós que andem aos nove meses; o mais comum é do ano por diante. Isto depende em primeiro lugar da constituição mais, ou menos forte com que nasceram; e em segundo lugar do modo, por que houverem sido criadas [...], o autor era incisivo, afirmando que [...] aquelas com quem puserem em prática os ditames, que neste Tratado inculco, andarão com muita mais facilidade”.

<sup>138</sup> Conforme constatado na observação de Jean Abreu: “Em um contexto no qual a medicina procurava viabilizar a multiplicação dos indivíduos e promover a saúde das populações, Francisco de Mello Franco atribuía à falta das atividades físicas entre os portugueses uma das causas da degeneração dos vassallos, sem os quais o corpo do Estado viria a ficar paralítico [...]” (ABREU, 2010, p. 248).

das Luzes”, promovendo “a saúde e fortalecimento corporal”, resultando, também, em “um aperfeiçoamento moral” (ABREU, 2010, p. 247).

Para uma melhor compreensão do sistema de educação sensorial que defendia e do qual demonstrava ser adepto, o autor apresenta no capítulo onze, intitulado *Do modo de aperfeiçoar os sentidos das crianças*, os motivos para que os familiares se atentem para o desenvolvimento dos sentidos nos sujeitos infantis. Em virtude das orientações que visavam aprimorar o funcionamento dos órgãos dos sentidos, o médico propunha que eles fossem aperfeiçoados constantemente, por meio de estímulos adequados e também pelos cuidados que se deveria levar em consideração para não os prejudicar, afirmando que

ninguém refletindo deixará de conhecer o quanto importa a perfeição dos homens e a perfeição dos sentidos: pois estando hoje em dia assentado entre os Filósofos, que a primeira, e única fonte dos nossos conhecimentos são os sentidos, e manifesto, que quanto mais aperfeiçoados forem, menos errôneas serão nossas ideias (FRANCO, 1790, p. 100).

Desse modo, ampliar os conhecimentos em relação aos sentidos permitiria ao indivíduo um maior controle sobre a sua própria natureza, sobre a sua relação com o externo e com o que lhe é apresentado, visto que “o conhecimento sensorial é reconhecido como o fundamento da relação que a criança estabeleceu com a realidade e da adequação das reações emocionais dessa criança frente aos objetos” (MASSIMI, 1991, p. 85).

Em relação à participação de Mello Franco na divulgação dos saberes provenientes da “inoculação das Bexigas”<sup>139</sup> e sua atuação em órgãos institucionais para explorar essa temática, tem-se no capítulo doze, denominado *Da grandíssima utilidade, que resultaria ao Estado, e a cada um dos particulares a geral introdução da inoculação das Bexigas*, uma importante contextualização acerca da inserção do procedimento em Portugal. Sob este viés, deve-se considerar que “em Portugal não é nova; mas se de admirar, que não se inoculando quase ninguém em Lisboa, se inocule muita gente em algumas das suas Províncias” (FRANCO, 1790, p. 109), de modo que o autor demonstraria que a sua aplicabilidade seria benéfica para a população na medida em que esse método foi sendo divulgado. Nesse sentido, tem-se a

---

<sup>139</sup> “BEXIGA, espécie de empola que se ergue sobre a cútis, cheia de um humor acre, e corrosivo, em geral se usa no plural, *teve bexigas*. Espécie de bolsa membranosa., que é reservatório da urina, e fel nos animais” (BLUTEAU, 1712, p. 180).

contribuição de um vasto referencial teórico explorado pelo autor que exemplificavam tal procedimento e seus benefícios.

Ao analisarmos a estrutura da obra, visamos apresentar as passagens e os excertos que demonstram a forma escolhida pelo autor de comunicar-se com seu público leitor. Por isso, foi fundamental investigar os principais aspectos que influenciaram as transformações sociais, políticas, culturais e educacionais no reino de Portugal na segunda metade do século XVIII, bem como os agentes responsáveis por estas mudanças. Tais eventos demonstram o quanto essas questões interferiram nas medidas adotadas pelos governantes do período e de que maneira elas impactaram o percurso do autor Francisco de Mello Franco durante sua passagem pela Universidade de Coimbra, resultando na publicação de seus primeiros manuscritos.

Ao darmos continuidade no que se refere aos objetivos propostos para esta dissertação, neste segundo capítulo, será apresentado o papel do universo feminino nas diferentes situações em que as mulheres podiam atuar para auxiliar na conservação do estado de saúde das crianças. Assim, temos como pretensão apresentar esse cenário, em consonância com as orientações expressas na obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, de 1790, verificando como se dava a participação das mulheres nesse processo, fosse através dos cuidados que elas deveriam manter durante a gestação, fosse nos cuidados que a parteira deveria ter no processo do parto<sup>140</sup>.

### 3.3 OS DESAFIOS DA MATERNIDADE NO FINAL DO SÉCULO XVIII

A obra de Francisco de Mello Franco direciona seus cuidados às crianças em suas mais variadas faixas etárias, porém, compreende-se que o autor também considerava fundamental o envolvimento das mães nesse processo de criação dos infantis. Tal participação feminina deveria iniciar, ainda, no momento da concepção<sup>141</sup>, de modo que o casal estivesse alinhado às orientações da obra, conforme

---

<sup>140</sup> “PARTO, sim, o ato de parir, o estado da que pariu a pouco, *está de parto, morreu de parto, levantar-se de parto. Parto siup posto, i. e.* fingido, da mulher que fingiu andar pejada, e ter parido o feto nascido” (BLUTEAU, 1712, p.164).

<sup>141</sup> “A questão da sexualidade estava muito presente na literatura médica setecentista, aparecendo relacionada com a constituição da família, na qual a mulher tinha um papel essencial, pelo que era necessário cuidar do seu corpo, essencialmente na perspectiva da maternidade” (ESTEVEES, 2021, p. 48).

mencionado anteriormente. Entretanto, a atuação das mulheres, no período em que a obra foi publicada, era bastante segmentada em funções específicas, de modo que elas deveriam externar a importância do núcleo familiar e do seu pleno desenvolvimento, sendo que

Muito pouco era permitido às mulheres da Idade Moderna em termos de representação social, todavia, sempre trabalharam dentro e fora de portas. No campo e na cidade, eram mães, esposas, donas de casa, cuidadoras e ocupavam-se em várias profissões, acumulando tarefas no sentido de garantir e contribuir para assegurar a autossuficiência familiar. Porém, em muitas ocasiões precisaram de auxílio (ARAÚJO, 2022, p. 212).

Os cuidados pertinentes à saúde feminina também passaram a vigorar entre as doutrinas médicas do período, no sentido de que elas recebessem a devida atenção em relação às especificidades do seu corpo. Salienta-se, ainda, que, “[...] foi sobretudo na condição de mãe que as mulheres apareceram nos tratados” (VIOTTI, 2012, p. 68), o que demonstra esse interesse por parte dos profissionais da saúde em divulgar orientações que contribuíssem para o fortalecimento do corpo feminino. Sobretudo, “era indispensável proteger a anatomia feminina de um conjunto de males, para que pudessem gerar filhos robustos” (ESTEVES, p.48, 2021).

Na obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa* de 1790, Francisco de Mello Franco também dedicou uma atenção especial às mulheres gestantes, divulgando cuidados importantes para que elas pudessem preparar-se da melhor forma possível para conceber e gerar seus filhos. No capítulo um da obra, intitulado *Porque modo se deve reger uma Mulher pejada*, são mencionados alguns desses cuidados e a ressalva de que os pais deveriam ser o exemplo a ser seguido, pois “é logo preciso que para uma criança ser vigorosa, seus pais também o sejam, condição essencialmente necessária” (FRANCO, 1790, p. 2).

O percurso da maternidade poderia ser desafiador na medida em que as mulheres necessitavam da assistência de profissionais da área da saúde, o que nem sempre era possível. Desse modo, elas ficavam à mercê do auxílio que estivesse disponível, sendo notável que, “tal como em outras áreas da Europa antes do aparecimento da obstetrícia, as mães eram assistidas no parto por outras mulheres, geralmente vizinhas experientes ou parteiras” (SÁ, 2011, p. 76).

Para que o processo do parto ocorresse sem maiores transtornos, era necessário que a mãe fosse assistida nesse período, visto que, se a intenção era a de fortalecer as crianças e o seu desenvolvimento, a figura materna também receberia

destaque. Desse modo, conforme elucidado pela autora Elisabeth Badinter, “[...] quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai” (BADINTER, 1985, p. 15). Essa mãe que gera deveria seguir, inclusive, uma dieta equilibrada, aspecto que Mello Franco observou atentamente, sinalizando a alimentação adequada para a gestante em seus diferentes períodos, conforme vemos a seguir:

A comida no princípio da prenhez deve ser alguma cousa menos do costume; porque o feto nos primeiros dois, ou três meses, tempo em que rigorosamente se lhe pode chamar embrião, pela sua pequenez precisa de pouca nutrição: e a natureza provavelmente faz com que neste tempo haja fastio, vômitos, etc (FRANCO, 1790, p. 6).

Essa quantidade de alimentos deveria ir aumentando gradativamente, sendo importante considerar, ainda, as características individuais da gestante, bem como do ambiente em seu entorno. No entanto, em virtude das mudanças que ocorrem no corpo da mulher, o autor alertava que, no início da gestação, seria importante ingerir uma quantidade menor de alimentos “[...] e de fácil digestão; não só pela maior sensibilidade, mas também pelo mal estado do estômago [...]” (FRANCO, 1790, p. 6). Recomendava-se, portanto, que fosse evitado o consumo de determinados alimentos que trouxessem prejuízos ao bebê, devendo-se cuidar

[...] de coisas acres, salgadas, muito adubadas; porque tudo isto pode exasperar, e pôr em grande irritação o sistema nervoso; e esta desordem há de necessariamente chegar ao feto, sem ainda me lembrar dos maus fluidos, que semelhantes comidas subministram (FRANCO, 1790, p. 6).

Pelas mesmas razões, eram consideradas inadequadas, também, algumas bebidas cuja ingestão causaria danos à saúde da mulher e, por isso, seria sensato “[...] fugir de bebidas espirituosas: aquelas mulheres, porém que costumam usar de algum vinho, ou o deverão beber fraco, ou dilui-lo com água” (FRANCO, 1790, p. 6). Esses cuidados seriam estendidos também para os momentos de descanso e repouso a que a gestante deveria submeter-se, compreendendo que elas deveriam, “[...] nos primeiros meses dar mais algum tempo ao sono, e ao descanso; porque estes são os melhores calmantes que se podem aplicar a sensibilidade dos seus nervos” (FRANCO, 1790, p. 7).

Vale destacar que o autor reitera que, apesar desse momento ser essencial para a saúde materna, a mulher não deve permanecer deitada ou nessas posições mais relaxadas por longos períodos, pois era importante movimentar e exercitar o corpo com moderação. O movimento, entretanto, não deveria ser demasiado pesado e arriscado, fazendo com que Francisco de Mello Franco advertisse para alguns perigos aos quais as mulheres expunham os bebês que carregavam em seu ventre:

Deve fugir de andar a cavalo; porque deste movimento, pode facilmente refutar aborto por efeito das concussões que padece o útero. Não é também muito seguro andar em carruagem por calçadas, e lugares pedregosos. Alguns recomendam que a sair afim, seja muito devagar, penando evitar deste modo os faltos dela (FRANCO, 1790, p. 7).

A maneira escolhida para vestir-se era uma das atividades as quais as mulheres precisariam prestar atenção e manterem-se vigilantes em suas escolhas, de modo que, na obra, a indicação era a de que “[...] nem com espartilhos, nem com vestidos, nem com cintas, e nem de algum outro forte devem fazer aperto ao ventre, seguindo nisto os passos da natureza” (FRANCO, 1790, p. 9). Da mesma forma que o autor sinalizava que os bebês não deveriam ser enfaixados e vestidos com tecidos apertados, as mães deveriam ser cautelosas nessa questão também.

Nesse capítulo introdutório, é válido observar que as orientações foram pensadas e idealizadas para desde o início da gravidez, direcionando uma enorme responsabilidade para as mulheres, que deveriam seguir tais exemplos e condutas para serem bem-sucedidas no parto. A constituição da figura materna passou por inúmeras transformações ao longo dos séculos e, ao considerarmos o período em que a obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa* foi publicada, percebe-se o quanto se esperava desse grupo em específico. Tal manifestação evidencia-se quando era recomendado que as futuras mães tentassem controlar e cuidar dos sentimentos nesse período, sendo que elas deveriam evitar, “[...] quando está na sua mão, todas as ocasiões de tristeza, cólera, e até de alegria excessiva; porque todas as paixões em geral levadas a certo grau alteram sumamente toda a economia animal” (FRANCO, 1790, p. 10). Portanto, não causa estranhamento que tal contexto tenha sido exposto em obras de medicina, visto que, “após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes "ordenam" amamentá-los” (BADINTER, 1985, p. 144). Esta situação é expressa na obra de Mello Franco, pois o autor destacou os momentos em que se fazia

necessária a contratação de amas de leite para alimentar os bebês, observando que nada se compara à analogia existente entre a mãe e o seu filho, especialmente no que concerne ao leite materno.

Essa configuração das competências maternas foi recebendo novos contornos e significados, na medida em que a própria configuração do afeto também passou a ser reavaliada, destacando que “no fim do século XVIII, o amor<sup>142</sup> materno parece um conceito novo. Não se ignora que esse sentimento existiu em todos os tempos, só não todo o tempo e em toda parte” (BADINTER, 1985, p. 144). É notável que essa maior participação da presença feminina na formação de sujeitos influenciaria o comportamento e os costumes da geração que se objetivava moldar. Esse processo de criação das crianças era de interesse do Estado, visto que era perceptível que dele poderiam ser obtidos melhores resultados no que se referia à longevidade dos infantes. Portanto, uma das preocupações, nesse sentido, era a de garantir

[...] a sobrevivência das crianças. E essa nova preocupação passa agora à frente da antiga, a do adestramento daquelas que restavam após a eliminação das mais fracas. As perdas passam a interessar o Estado, que procura salvar da morte as crianças. Assim, o importante já não é tanto o segundo período da infância (depois do desmame), mas a primeira etapa da vida, que os pais se haviam habituado a negligenciar, e que era, não obstante, o momento da maior mortalidade (BADINTER, 1985, p. 146).

Para que tal etapa se consagrasse com êxito, era indispensável a presença de alguns profissionais da área da saúde, especialmente no momento do parto. Desse modo, a figura que mais se manifestaria, nesses eventos, seria a da parteira. Cabe destacar que essas mulheres integravam “o sistema corporativo dos ofícios, sujeitas a carta de exame para exercício das suas funções<sup>143</sup>, as parteiras tinham reconhecimento social e eram alvo de penalidades em caso de desregramentos” (REIS, 2022, p. 266).

Em relação a esse grupo em específico, Francisco de Mello Franco dedicou orientações e advertências, pois afirmava que eram muitos os equívocos cometidos por estas mulheres. Nesse sentido, ele trouxe alguns exemplos dessas “comadres”<sup>144</sup>

---

<sup>142</sup> “Igualmente nova é a associação das duas palavras, ‘amor’ e ‘materno’, que significa não só a promoção do sentimento, como também a da mulher enquanto mãe” (BADINTER, 1985, p. 145).

<sup>143</sup> “Disciplinada a atividade pelo poder municipal e enquadrada nos princípios doutrinários da Igreja, as parteiras eram examinadas perante o físico da cidade, condição para se apresentarem na câmara e prestar juramento [...]” (REIS, 2022, p. 266).

<sup>144</sup> “COMADRE, se a mulher, que serve de madrinha a respeito da mãe, ou pai do afilhado. A parteira, familiarmente” (BLUTEAU, 1712, p. 288).

que prestavam assistência às gestantes. No capítulo dois, intitulado *Logo que a criança nasce, deve ser separada dos pés da mãe, cortando-se o cordão umbilical; e como deve ser ele ser ligado*, temos algumas orientações sobre os diferentes tipos de gestação existentes entre diferentes espécies. O autor faz um alerta de que, quando chega o momento de ser feita a ligadura no cordão umbilical, “algumas parteiras, presumidas de mais inteligentes, com os dedos espremem para cima o cordão, introduzindo na criança o sangue, e linfa contidos nele” (FRANCO, 1790, p. 17). Salienta, ainda, que tal hábito não é recomendado, “[...] porque assim se mete nos vasos da criança um sangue alterado pelo toque do ar” (FRANCO, 1790, p. 17).

No capítulo sete, denominado *Como se devem vestir as crianças, e os abusos que há a este respeito*, o autor traz como exemplo uma situação que costumava ocorrer quando a limpeza deveria ser valorizada nos bebês, depois de vestidos, afirmando que

algumas Comadres saem um cataplasma, a que chamam estopada, que é a mistura de um ovo com vinho, na qual se ensopa uma estriga de linho, e com ela se cobre a cabeça da criança, atando-se por cima um lencinho. A razão, que costumam dar é, que isto compõe, e fortifica a cabeça: razão fútil, e tão pouco convincente, que este costume por si mesmo está quase esquecido. Depois de lavada a cabeça<sup>145</sup>, não se lhe deve pôr nada, nem tão pouco pretender endireitá-la com as mãos, segundo o vão capricho destas mulheres ignorantes do seu officio” (FRANCO, 1790, p. 33).

O autor reiterou, ainda, outro costume que contrariava os seus princípios e que ocorria logo após o nascimento da criança. Acontecia com muitas crianças de nascerem com um certo inchaço na região do peito e, comumente, as comadres tinham por hábito “[...] espremer o dito humor, sem se condoerem dos sinais de dor que mostram estes inocentes” (FRANCO, 1790, p. 34). Na compreensão delas, estariam realizando um grande favor em benefício do desenvolvimento da criança, porém, “[...] os efeitos são contrários; porque, além dos tratos que lhes fazem, daqui se originam inflamações difíceis de emendar, e que as vezes deixam defeitos para o futuro” (FRANCO, 1790, p. 34).

No capítulo oito, *Do quanto diz respeito ao modo de nutrir as crianças*, conforme já informado, constam artigos que abordam inúmeras temáticas, direcionadas tanto para as mães, quanto para parteiras, amas de leite e crianças. No artigo I, *Se deve*

---

<sup>145</sup> Sobre esta situação, o médico aconselhava que o mais indicado para se colocar na cabeça dos bebês, era “um barretinho, ou touca de pano branco que não” (FRANCO, 1790, p. 33-34) a apertasse.



*mamar logo na mãe; e quando há de ser a primeira vez, ao ser mencionado que o leite de outras pessoas que não sejam a mãe pode causar danos no organismo da criança, o autor pondera que muitos consideram o primeiro leite que sai do peito da mãe uma substância de grande periculosidade para o bebê, advertindo que:*

Mas por desgraça persuadida muita gente, de que a natureza é em tudo conosco diminuta, e até oposta, supõem este primeiro leite venenoso: pelo que recomenda, que as mães o lancem fora; e, fiada nos seus expedientes, aconselha certas drogas, e remédios<sup>146</sup>, de que faz depender a felicidade destas miseráveis criaturas, sacrificadas ao capricho, e a ignorância até de uma parteira (FRANCO, 1790, p. 39).

Conforme observamos, a figura da parteira era de extrema importância no acompanhamento do parto e, embora o autor não tenha objetivado deter-se em instruções<sup>147</sup> sobre o momento do parto, ele consegue deixar algumas de suas impressões sobre essa etapa e que poderiam auxiliar as mães e demais profissionais. Por isso, existia uma regulamentação envolvendo o ofício de parteira por meio da prestação de um exame que mostrava a sua dependência acerca de

[...] outro saber presumidamente mais alto, que tinha poder para selecionar e, logo, restringir as profissionais a habilitar – esse poder era ainda difuso, pois ia desde o Cirurgião-Mor ou seu representante aos detentores do poder local (civil e religioso) que atestariam os qualitativos sociais exigidos (CARNEIRO, 2003, p. 90).

Tais exigências colocavam essas mulheres em uma posição de constante avaliação, inclusive, do seu comportamento ao adentrar no espaço familiar de outras pessoas. As parteiras poderiam recorrer, ainda, aos demais indivíduos que integravam a área da saúde em situações cujo procedimento exigido demonstrasse um elevado grau de perigo para a mãe e a criança. Deve-se ressaltar que muitos desses profissionais, que integravam esse segmento da medicina,

[...] em lugar de defender o aumento de treinamento para as parteiras, preferiam ser chamados quando um parto apresentasse sinais de complicação, pois alegavam estar mais preparados para a aplicação do

---

<sup>146</sup> Sobre o uso de remédio, na obra consta a observação de que em determinados casos, o seu uso faz-se necessário, entretanto, “[...] isto deve ser por conselho de Medico muito hábil, e não por costume, ou arbítrio de uma parteira” (FRANCO, 1790, p. 40).

<sup>147</sup> Sobre este aspecto, o autor afirma que, “muitos são os autores que dignamente tratarão de partos, e do modo, por que se devem portar as mulheres que estão para parir: a eles pode recorrer quem quiser instruir-se nesta matéria, que me levaria muito longe do meu objeto principal, que é a criança, a qual já vou supor nascida” (FRANCO, 1790, p. 14).

fórceps e de outros instrumentos e técnicas cirúrgicos (BARRETO, 2007, p. 221).

Desse modo, observa-se que as posições ocupadas por essa rede de indivíduos, por médicos, cirurgiões ou parteiras, seguiam um alinhamento de uma hierarquia<sup>148</sup> específica da área da saúde. Tais disputas acerca desses saberes eram o resultado de algumas discordâncias entre essas categorias sobre a melhor maneira de proceder no processo do parto, momento este que já vinha sendo alvo de discussões em virtude dos insucessos apresentados.

Constantemente estigmatizadas<sup>149</sup> pelos demais profissionais, as parteiras eram alvos frequentes das críticas tecidas por autores que publicavam instruções sobre como auxiliar as gestantes. Porém, é válido afirmar que a atuação dessas mulheres teria sido expressiva, especialmente no século XVIII, sendo que, o que as diferenciava do universo masculino que prestava esse serviço às gestantes, era o seu treinamento<sup>150</sup>.

Interessa ressaltar, ainda, que

[...] em Portugal as parteiras examinadas tiveram origem essencialmente urbana e fixação preferencial nas cidades, como forma de estas comunidades, através da sua organização municipal, resolverem os problemas ligados às mães e aos recém-nascidos, no sentido de diminuir a elevada mortalidade” (CARNEIRO, 2003, p. 96).

Portanto, era perceptível a preocupação em aperfeiçoar o procedimento dos partos, visto que era notável que os recém-nascidos tinham poucas chances de sobrevivência nesse momento, o que tornava necessário que medidas fossem tomadas. É importante observar, ainda, que tais mulheres tinham um grau diferenciado de estudos e de habilidades de leitura<sup>151</sup>, quando comparadas aos

<sup>148</sup> Tais hierarquizações demonstravam uma realidade nos “manuais de obstetrícia dos séculos XVIII e XIX [que] defendiam instrução parcial e diferenciada para a parteira, de forma que esta se mantivesse subordinada ao cirurgião, garantindo, assim, a divisão do trabalho e do mercado” (BARRETO, 2007, p. 226).

<sup>149</sup> Desse modo, era recorrente que fossem apresentadas ao público advertências que desqualificavam as “parteiras – caracterizadas como mulheres ignorantes e cheias de credices, cuja atividade punha em risco a vida da mulher e do bebê – [...]” (BARRETO, 2007, p. 220).

<sup>150</sup> “Incontestavelmente, havia diferenças quanto à origem do saber entre parteiras e cirurgiões-parteiros. O treinamento destes últimos estava baseado nos conhecimentos médico-científicos, observáveis nos manuais de obstetrícia destinados aos cirurgiões, enquanto as parteiras aprendiam com a experiência de outras parteiras e com a própria experiência na realização de partos” (BARRETO, 2007, p. 220).

<sup>151</sup> De acordo com a autora Marinha do Nascimento Fernandes Carneiro (2003, p. 117), “as parteiras, em Portugal, alegadamente pelo seu analfabetismo, não produziram textos de sua autoria, ao

estudantes de Medicina que frequentavam universidades e tinham acesso a um conhecimento mais amplo.

Nesse período, no reino de Portugal, conforme mencionado anteriormente, tem-se um crescente na divulgação de obras voltadas para a área da saúde e, no que concerne aos “conhecimentos obstétricos conhecem-se apenas referências de manuais e cartilhas escritos por cirurgiões ou médicos destinados a parteiras” (CARNEIRO, 2003, p. 117). Dessa forma, pode-se questionar sobre os métodos empregados por estas mulheres para que conseguissem aproximar-se dessas orientações. Sabe-se que o costume da oralidade era presente na sociedade portuguesa, de modo que as pessoas poderiam aprender sobre tais práticas ao escutarem outro indivíduo verbalizá-las em voz alta. Porém, cabe mencionar que outro importante avanço em relação a estas obras é de que

“[...] essas publicações editam-se em língua portuguesa (a maioria são mesmo traduções adaptadas de edições estrangeiras), distinguindo-se, portanto, da tradição de edições em latim, que só teriam alcance restrito a grupos eruditos. Facilitam desse modo a produção e ampliação de códigos de verbalização dos processos obstétricos junto de um maior leque de interessados” (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Por isso, denota-se que esse grupo de parteiras poderia ter tido contato com algumas dessas orientações. Muitas eram as críticas<sup>152</sup> voltadas para essa área da saúde também, visto que eram muitas as problemáticas que envolviam o estado de saúde das parturientes, o que demandava uma maior atenção. Ao darmos continuidade aos nossos objetivos propostos para este capítulo, temos também a presença de outro grupo de mulheres na obra de Francisco de Mello Franco: as amas de leite.

Em relação à participação das amas de leite nessa obra, também encontramos interessantes manifestações por parte do autor. No artigo II, denominado *Todas as mães são obrigadas a criar seus filhos*, pertencente ao capítulo oito, são abordadas

---

contrário do que aconteceu em França e Inglaterra”, o que teria dificultado “o acesso aos seus saberes específicos”.

<sup>152</sup> Consultar a Tese de Doutorado de Marinha do Nascimento Fernandes Carneiro, intitulada *Ajudar a nascer: parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (séculos XV –XX)*, que aborda diversas questões sobre os conhecimentos que envolviam esse processo de formação das parteiras e das obras voltadas a obstetrícia, de modo a dialogar com as possibilidades de contato entre grupos letrados e demais indivíduos sem o mesmo grau de erudição. Verificar: CARNEIRO, Marinha do Nascimento Fernandes. **Ajudar a nascer: parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (séculos XV –XX)**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2003. p. 85-141.

questões que referentes à prática da amamentação e às mães que seguem a sua natureza e criam suas crianças seguindo esse modelo, sem recorrer ao serviço das amas sem a devida necessidade. Nesse ponto, o médico verbaliza que não devemos julgar

[...] indiferente o mamar de uma criança o leite de sua própria mãe, ou de uma ama mercenária, que, além de nunca lhe poder ser tão próprio, é mil vezes contaminado de moléstias, que infalivelmente passam as pobres inocentes, as quais muitas vezes se ocultam, para a seu tempo se manifestarem com mais violência, e então se atribuem a causas muito diversas (FRANCO, 1790, p. 42).

Tal aproximação entre mães e filhos deveria ser respeitada e valorizada. Ainda nesse artigo, aconselhava-se que, para os momentos em que houvesse choro em demasia por parte da criança, a mãe poderia deixá-la com uma ama<sup>153</sup> seca em outro aposento, para que pudesse recuperar a sua energia e descansar.

No artigo III, denominado *Quais são as mães que legitimamente estão dispensadas de criar seus filhos*, por sua vez, estão registradas as especificações necessárias para o momento de contratação das amas de leite, uma vez que o autor alertava que,

De todas as modas, e costumes absurdos, que tem abortado o vão capricho humano, nenhum é tão prejudicial, nem tão desarrazoado, como a comum introdução das amas, alugadas para criarem filhos alheios; e tem-se feito tão geral este péssimo contágio, que até tem lavrado entre as pessoas da mais baixa esfera (FRANCO, 1790, p. 48).

Nesse sentido, o autor pondera algumas razões que poderiam levar as mães a adotar esse hábito, como, por exemplo, quando a lactação prejudica a sua saúde e a do seu filho. Para quando houvesse a necessidade de realizar a substituição, no artigo IV, *Quais são os meios de suprir esta impossibilidade das mães, e que condições deve ter a ama*, são mencionadas as características que ama deveria apresentar. Dessa forma, ela deveria ter alguns requisitos básicos, como, por exemplo, o de “[...] ser a mais semelhante, que for possível, a própria mãe, não digo só no gênio, e temperamento, mas também no gênero de vida” (FRANCO, 1790, p. 52). Essa semelhança deveria abranger características físicas, qualidade no humor, sendo que não ela não deveria se exceder e nem ser demasiado silenciosa. Seria importante,

---

<sup>153</sup> “Uma vez que haja essa ama seca, pode dormir com a criança em um quarto afastado da mãe; e só a incomodará aquelas vezes que for preciso dar-lhe de mamar” (FRANCO, 1790, p. 47).

ainda, que a ama viesse do mesmo estrato social que a mãe, pois os costumes adotados, na alimentação, no vestuário e no grau de exercício físico praticado, deveriam influenciar no êxito da sua função e na produção do leite materno.

Recomendava-se, também, que essas mulheres tivessem instalações adequadas no interior das residências, o que geralmente não ocorria. Seria de bom grado, ainda, que “aquelas amas que vivem com seus maridos [...]” usassem “[...] do privilégio conjugal com prudente moderação; querendo antes que uma mulher se exponha ao risco de ficar pejada [...]” (FRANCO, 1790, p. 56). Interessa destacar que, para essas amas, eram indicados determinados alimentos<sup>154</sup> que poderiam contribuir com o seu ofício e, embora o autor reconhecesse a dificuldade em encontrar pessoas com estas “qualidades”, a busca pela maioria delas seria notável. O cuidado deveria se estender para quando fosse constatada alguma enfermidade, tanto na ama quanto na criança. As amas poderiam transmitir<sup>155</sup> seus males no momento da amamentação, por isso, deveriam ter cautela ao observar certos sintomas. No caso das crianças, “[...] o melhor modo de as curar, é dando os remédios às amas, e fazendo-as mamar algum tempo depois, o qual deve ser regulado por pessoa inteligente da natureza dos tais remédios” (FRANCO, 1790, p. 65).

Portanto, denota-se que a preocupação do autor era também a de que as pessoas no entorno da criança tivessem as informações adequadas para que pudessem auxiliá-la em seu crescimento e superar os diferentes desafios de cada faixa etária de sua vida. Torna-se evidente que “no século XVIII, as crianças passaram a beneficiar de especial atenção, deixando de ser vistas como pequenos adultos” (ESTEVES, 2021, p. 52). Essa atenção mais direcionada também seria sentida na preocupação de órgãos municipais que, por intermédio de atos caritativos, conseguiu inserir os infantis em suas ações. No tópico a seguir, será abordada a questão de como a infância também poderia ser relegada, por meio de práticas de abandono que

---

<sup>154</sup> “As mulheres, pois, que criam devem comer carnes frescas (menos a de porco, principalmente ensacada ou defumada), ervas e frutas da estação bem sazoadas; peixe fresco, e de escama, legumes, se forem de estômago forte, e acostumadas a eles. Finalmente devem fugir de tudo o que for salgado, estimulante e espirituoso” (FRANCO, 1790, p. 57).

<sup>155</sup> “É importante destacar que acreditava-se que as mães e as amas poderiam transmitir inúmeras coisas através da amamentação, inclusive hábitos e enfermidades, por isso, interessava que elas seguissem tais orientações [...], sendo assim, [...] os hábitos e tradições alimentares constituem uma herança cultural que é recebida junto com o leite materno e que permanecerá tanto no nível consciente das prerrogativas religiosas ou dietéticas como no nível inconsciente das mentalidades e dos gostos coletivos” (CARNEIRO, 2005, p. 92).

envolviam inúmeras circunstâncias familiares e que abrangiam políticas assistenciais para que elas não ficassem completamente desamparadas.

### 3.4 AMPARO E PROTEÇÃO

Ao abordarmos a percepção sobre a infância na sociedade portuguesa, tem-se uma compreensão sobre a forma como as famílias reconheciam as crianças e as inseriam em seu cotidiano. Assim, torna-se importante tencionar, também, as formas pelas quais essas crianças eram desvinculadas de suas conexões parentais em decorrência da prática do abandono. Outro importante fator que circundava a problemática da saúde infantil ao longo do século XVIII<sup>156</sup>, em Portugal, envolvia as práticas de abandono exercidas pelas famílias portuguesas no período, em suas mais variadas circunstâncias. Sobre esse aspecto, a Coroa Portuguesa teria se esforçado em oferecer meios para que estas crianças tivessem uma oportunidade de sobrevivência, visto que

a exposição no mundo português teve, desde o século XVI, a custódia da Coroa em prol da salvaguarda dos pequeninos abandonados. Durante o Antigo Regime, Portugal estabeleceu normas e regimentos às instituições de proteção a estas crianças através da Roda dos Expostos<sup>157</sup> (FACHINI, 2014, p. 59).

Muitos eram os significados que envolviam esse costume, porém, deve-se ressaltar que “o enjeitamento não era um fenômeno localizado e exclusivamente ligado a condições de pobreza: os índices poderiam aumentar em localidades com economias pujantes, e diminuir em comunidades pobres” (FRANCO, 2014, p. 29). Ainda assim, é válido reforçar que tal prática deveria ocorrer com discrição<sup>158</sup>, visto que a condenação moral diante da sociedade sobre as diferentes circunstâncias do abandono era uma característica marcante e, por isso, “a condição de exposto ou enjeitado implicava o anonimato, e tinha implícita a rejeição da criança pela família” (SÁ, 2011, p. 90).

---

<sup>156</sup> “No século XVIII, altos índices de crianças enjeitadas eram registrados em Lisboa, Paris, Roma, Salvador, Rio de Janeiro ou Vila Rica” (FRANCO, 2014, p. 29).

<sup>157</sup> É importante ressaltar que “essas Rodas ficavam aglutinadas nos muros das Santas Casas de Misericórdia, onde a criança recebida era destinada às amas-de-leite, nos primeiros três anos, e, após esse período, as amas secas se responsabilizavam pela criação até os sete anos de idade” (SILVA, 2014, p. 59).

<sup>158</sup> “Uma das instituições sociais para as quais o segredo era indispensável era sem dúvida o abandono de crianças, que requeria a máxima discrição de todos” (SÁ, 2011, p. 90).

Tal cenário de abandono infantil não era uma característica exclusiva do reino de Portugal. Ao analisarmos a situação que abrangia a América Portuguesa no mesmo período, percebe-se o quanto as questões atreladas à infância também eram dificultosas, no sentido de que essa fase da vida estava diretamente relacionada a

[...] altas taxas de ilegitimidade, à dificuldade de uniões sacramentadas pela Igreja, à grande circulação de pessoas num território pouco habitado e por descobrir, à carência assistencial, à forte presença de mulheres chefiando lares (FRANCO, 2014, p. 41).

Compreende-se que essa situação era muito presente no período Moderno em diversas localidades, “sobretudo, a partir do século XVIII, tanto na América Portuguesa quanto na Europa do Sul: o abandono de recém-nascidos, vulgarmente chamados de expostos ou enjeitados” (FRANCO, 2014, p. 41). A caracterização desse grupo manifestava-se através do tipo de relação que gerava tais nascimentos, sendo que “os enjeitados seriam filhos naturais, em maior ou menor grau, frutos de amores proibidos, de decadência moral, filhos de eclesiásticos, entre outros” (FRANCO, 2014, p. 63).

Esse costume se encontrava associado a uma série de fatores que circundavam o universo das mulheres<sup>159</sup> que, por inúmeros motivos, viam-se na necessidade de entregar seus filhos para instituições ou para outras famílias, para que fossem criados, educados e alimentados. Sobre as razões que se encontravam relacionadas às práticas do abandono infantil e os motivos que levavam estas crianças a serem rejeitadas, deve-se observar que elas geralmente provinham “[...] de relações sexuais ilícitas, ocasionais ou regulares, que deixavam as mulheres em situação de desprotecção familiar” (SÁ, 2011, p. 90).

Em Portugal, a parcela infantil da sociedade contava com uma rede de assistência em diferentes formatos, seja por meio da fundação de instituições, como as Misericórdias<sup>160</sup>, ou pela atuação de grupos de profissionais, como as amas de

---

<sup>159</sup> Em relação a esse grupo, conforme será abordado a seguir, as mulheres seriam amplamente assistidas pelas Santas Casas de Misericórdia nesse período, destacando que, entre os motivos que as levavam a ser inseridas nesses programas, podemos sinalizar que “a precariedade da vida das mulheres crescia quando ficavam viúvas, quando se encontravam com filhos ou netos jovens ou no ocaso da vida. Frequentemente sem rendimentos fixos, com salários baixos e com pouca ou sem nenhuma qualificação profissional para desempenharem outras tarefas que não as da lavoura ou algum trabalho de mãos, as viúvas, devido ao isolamento e à pobreza em que se encontravam, recorriam à caridade para criar filhos e netos pequenos” (ARAÚJO, 2008, p. 139).

<sup>160</sup> “Surgidas no início da Idade Moderna, estas confrarias espalharam-se rapidamente pela metrópole e império, contando com a adesão das elites locais, as quais, para além de potenciarem a salvação

leite, que supriam as necessidades básicas da criança nos primeiros meses de vida. Sobre as instituições, é notável mencionar que as “[...] Misericórdias ajudaram muitas crianças em momentos distintos das suas vidas e incluíram-nas nos diferentes programas de assistência que tinha em funcionamento” (ARAÚJO, 2008, p. 136).

Desse modo, é importante destacar que tais instituições não tinham como objetivo principal prestar assistência à parcela infantil da população, mas isso não significa que ela não estava inserida em seus compromissos, salientando que, “se houve Santas Casas que se envolveram activamente na criação de expostos, muitas outras tiveram um papel mais apagado, assistindo estas crianças em número muito reduzido e de forma pontual” (ARAÚJO, 2008, p. 137). Ainda assim, de acordo com a autora Maria Marta Lobo de Araújo (2008), tais crianças sempre encontravam uma forma de serem assistidas pelos atos caritativos das Misericórdias, pois, algumas delas eram inscritas em “[...] seus róis, algumas destas confrarias tiveram uma atividade regular no socorro às crianças, quer através dos <róis da porta>, quer mesmo noutros momentos de ritualização da caridade<sup>161</sup>” (ARAÚJO, 2008, p. 138). O exercício ritualístico que abrangia a prática caritativa, pode-se mencionar, era encarado “[...] como uma forma de santificação cotidiana” (FRANCO, 2014, p. 49), de modo a instaurar, na sociedade, um ideal de comportamentos e atitudes que objetivavam o cultivo de “boas práticas” e redenção.

Nesse sentido, deve-se mencionar que “as misericórdias eram congregações essencialmente laicas, fundadas a partir de 1498, e que se regiam pelo compromisso inspirado nas 14 obras de misericórdia” (FRANCO, 2014, p. 50). No que concerne ao aspecto que abrangiam as práticas de assistência e acolhimento com as crianças, é notável que

as modalidades de circulação revestiam as mais variadas formas: podiam ser entregues a amas-de-leite, depois a mestres de um ofício, ir servir para longe como criados domésticos ou de lavoura, emigrar, ir para um colégio, ser confiadas a outros nobres para serem educadas, ou ir residir para o paço régio (SÁ, 2011, p. 73).

---

da sua alma ao praticar a caridade, tinham ainda nelas um local de exercício de poder. Foi precisamente a salvação da alma que as engrandeceu, devido aos legados que receberam ao longo da Idade Moderna” (ARAÚJO, 2022, p. 213).

<sup>161</sup> “CARIDADE, amor, *caridade para com Deus, e com o próximo*. Obra nascida de raridade, com que beneficiamos o próximo. *esmola. fazerão-lhe a caridade, i. e. algum mal*” (BLUTEAU, 1712, p. 235).



Ao considerarmos a situação em que essas mães se encontravam para abdicarem de suas obrigações maternas, percebemos que as circunstâncias de sua dura realidade se faziam presentes em suas relações cotidianas. Apesar dos inúmeros motivos que influenciavam a prática do abandono infantil pelas mulheres, podemos mencionar, entre eles, a própria situação<sup>162</sup> de descaso e pobreza extrema em que viviam e que se interligava a outros fatores. Sobre esse aspecto, pode-se afirmar que “viver em pobreza, ser pobre, podia decorrer de vários fatores, desde logo provir de uma família necessitada” (ARAÚJO, 2022, p. 211). Nesse caso, as diferentes condições de pobreza poderiam manifestar-se em distintas ocasiões. Ainda assim, é válido destacar que

Neste mundo de várias precariedades, as mulheres constituíam o grupo mais vulnerável, devido à sua falta de qualificação profissional, e estarem, por isso, mais sujeitas ao desemprego e auferirem salários muito mais baixos do que os homens. A forma como eram vistas pela sociedade contribuía para a definição de um estatuto de minoridade (ARAÚJO, 2022, p. 212).

Dessa forma, as mulheres ficavam sujeitas a determinados atos caritativos, desde que se enquadrassem no programa da instituição. Em relação aos diferentes modos como o auxílio poderia contribuir com a vida dessas pessoas, pode-se mencionar que “o auxílio a mulheres pobres [...]”, podia ser estendido as suas residências “[...] e não somente na situação de doentes” (ARAÚJO, 2022, p. 216). Com a finalidade de atender tal contingente populacional que demandava atenção nesse período, o fornecimento do auxílio poderia ocorrer através das práticas de distribuição de esmolas<sup>163</sup>.

Por sua vez, para o público infantil, as esmolas também eram distribuídas em consonância com algumas regras específicas da instituição, sendo que “no caso das crianças, a duração da esmola mantinha-se até que estas pudessem pedir ou serem colocadas em casas particulares, onde em troca de alguns serviços eram alimentadas, vestidas e cuidadas” (ARAÚJO, 2022, p. 221). Em relação aos demais indivíduos que pudessem ser inseridos nesses programas de esmolas, deve-se ressaltar que

---

<sup>162</sup> “A representação feminina nas Misericórdias portuguesas da Idade Moderna é marcada pela pobreza e pela recessão de esmolas ou de outras formas de auxílio” (ARAÚJO, 2022, p. 214).

<sup>163</sup> “A duração da esmola recebida por cada pobre era muito variável e decorria do tempo de necessidade, dos recursos disponíveis da instituição distribuidora, da sua política de investimento, mas também da situação moral e até da forma como ela a esmola era utilizada” (ARAÚJO, 2022, p. 220).

Havia mulheres que, após o parto, recebiam ajuda das Misericórdias durante algum tempo. Já para as pessoas cegas, para os que sofriam de perturbações mentais, para os velhos, para os deficientes físicos e com outros males graves, a esmola era mais duradoura, arrastando-se, por vezes, durante muitos anos (ARAÚJO, 2022, p. 221).

A condição de entrega de esmolas para o público infantil não era restrita a instituições de caridade, sendo que muitos eram os casos em que as crianças se viam em dificuldades financeiras, seja em razão da desestruturação familiar, seja pela sua condição de orfandade. Dessa forma, é válido afirmar que esses pequenos buscavam nos auxílios um acesso a produtos que lhe faltavam, por vezes, junto de seus familiares, sendo que, por isso, “a presença de crianças junto dos pais que pediam esmola era comum durante a Idade Moderna, criando uma imagem de desprotecção e abandono que exigia atenção” (ARAÚJO, 2008, p. 148).

Em relação ao período em que os pequenos recebiam esse auxílio, era “importante definir, para o caso das crianças que dependiam dos recursos das instituições de caridade, a idade em que cessavam as responsabilidades institucionais para com elas” (SÁ, 2011, p. 74). Assim, eram estabelecidas faixas etárias<sup>164</sup> através das quais a criança era avaliada e considerada apta para buscar o próprio sustento, sendo que, “no caso dos expostos, a legislação estabelecia o limite de 7 anos para sustento e criação” (FRANCO, 2014, p. 39). Nessa fase, tinha-se uma concepção de um ser que ainda precisava ser amparado em virtude de sua inocência.

Em virtude de tais circunstâncias que abrangiam as políticas de assistência provenientes das Misericórdias, é válido afirmar, também, que “a generalização do sistema de abandono, a partir do século XVII, e o seu crescimento no século XVIII implicaram também que as instituições públicas (nesse caso, as Câmaras) passassem a financiar um mercado de amas<sup>165</sup>” (SÁ, 2011, p. 78). Em relação às mulheres que desempenhavam essa função, cabe ressaltar que elas atuaram intensamente nas práticas de abandono das

---

<sup>164</sup> Nesse caso, “as idades-limite que afetavam a vida dos enjeitados eram: os três primeiros anos, conhecidos como período de lactação; os 7 anos indicavam o fim da inocência e do auxílio de criação; os 12 anos para as meninas e os 14 para os meninos marcavam a entrada na puberdade; os 25 anos imputavam a maioridade, o que para os expostos ocorria aos 20. Essas fronteiras tinham validade no âmbito das instituições e poderiam, em maior ou menor grau, influenciar o cotidiano das populações” (FRANCO, 2014, p. 42).

<sup>165</sup> Sobre essa categoria, interessa mencionar que as amas eram geralmente “recrutadas em áreas cada vez mais longínquas das cidades, pouco vigiadas [...]”, deve-se levar em consideração que elas “[...] eram fontes de abusos frequentes, em que a fraude imperava” (SÁ, 2011, p. 78).

[...] crianças que ajudavam a nascer, assim salvaguardando a reputação de algumas mulheres, numa sigilosa rede de cumplicidades com os progenitores, familiares e até o pessoal das instituições de assistência (REIS, 2022, p. 268).

A participação das mulheres nessas diferentes etapas que envolviam as crianças demonstra uma proeminência do papel feminino vinculado à maternidade em suas mais variadas formas, ressaltando, ainda, “que o trânsito de crianças e de amas era intenso, dando conta de muitos desprotegidos e vulneráveis [...] (REIS, 2022, p. 269). Essas crianças em situação de abandono foram inseridas em programas de assistência na medida em que se encaixavam nas diretrizes dos órgãos municipais para receber tal auxílio. Esse contexto permite elucidar alguns questionamentos, mas, sobretudo, torna possível considerarmos que existia grande preocupação em relação aos cuidados com as crianças, mesmo com aquelas que eram desvinculadas de seus laços familiares.

Com a finalidade de compreendermos mais sobre o processo de individualização da infância na sociedade do reino de Portugal na Europa no século XVIII, o tópico seguinte tem como objetivo aprofundar essa questão, de modo a contemplar especificações sobre como os infantis foram inseridos em um modelo específico de literatura em Portugal nesse período. Desse modo, o próximo capítulo procura apresentar e discutir as orientações escritas na obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa* que se direcionavam às crianças e a melhor forma de assegurar a sua sobrevivência, por meio de cuidados básicos do seu cotidiano, da sua educação, da sua alimentação e do que era adequado para a infância, segundo a percepção de Francisco de Mello Franco.

#### **4 CUIDAR PARA VIVER: INSPIRAR PARA QUE OS CORPOS INFANTIS POSSAM CRESCER NA OBRA *TRATADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOS MENINOS PARA USO DA NAÇÃO PORTUGUESA*, DE 1790**

##### **4.1 A PRESENÇA DA INFÂNCIA EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII: UM OLHAR ATENTO ÀS NECESSIDADES DAS CRIANÇAS PORTUGUESAS**

Na medida em que compreendemos a importância da integração das crianças na sociedade portuguesa e da difusão dos cuidados que objetivavam a conservação do seu estado de saúde, percebe-se que a literatura<sup>166</sup> médica portuguesa passou a investir em títulos que expressassem suas preocupações em relação à forma como os pais criavam, educavam e alimentavam seus filhos. Desse modo, essas obras de medicina enunciavam uma série de orientações sobre como observar alguns cuidados básicos em relação ao bem-estar das crianças, pois, “para garantir a conservação da saúde homens, mulheres e crianças deviam se guiar por uma série de regras, já que todos os comportamentos podiam adquirir um caráter negativo ou positivo sobre o corpo” (ABREU, 2010, p. 240).

Por isso, este último capítulo tem como finalidade apresentar a análise da obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, de 1790, de autoria de Francisco de Mello Franco. Seguindo os objetivos propostos, iremos apresentar a percepção sobre a infância presente no reino de Portugal na Europa do século XVIII, bem como sobre aspectos que envolviam os seus cuidados, especialmente quando consideramos que as diferentes faixas etárias de sua constituição passaram a integrar de forma mais assertiva os tratados de medicina nesse período, pois, conforme mencionado por Antônio Gomes Ferreira (2019),

Ao longo do século XVIII, algumas obras médicas de língua portuguesa demonstram tanto o interesse em olhar para a evolução do indivíduo levando em consideração as idades da vida como a hesitação quanto à delimitação dos períodos e ao sentido que lhes conferiam (FERREIRA, 2010, p. 219).

Por isso, torna-se importante compreender como ocorria essa participação do público infantil nos espaços portugueses do século XVIII, sendo que muitos desses

---

<sup>166</sup> Nesse sentido, é válida a constatação de que [...] os manuais de medicina portugueses se ocupavam de vários temas, como a alimentação, a sexualidade e a educação física [...] (ABREU, 2010, p. 240).

ambientes eram voltados para a prática de assistência e conseguiam atingir os ideais<sup>167</sup> que estavam sendo divulgados pelas práticas Iluministas<sup>168</sup>, como é o caso das Santas Casas de Misericórdia, conforme foi abordado no capítulo anterior. Ainda assim, é notável que tais espaços tenham acolhido pessoas em situação de dificuldade financeira e, por extensão, também tenham prestado assistência aos menores em conformidade com as diretrizes dessas instituições, que consideravam as faixas etárias das crianças para acolhê-las e determinar o seu local de pertencimento no interior da sociedade lusa.

Dessa forma, pretendemos discutir a presença da infância em Portugal e de que formas ela foi sendo integrada a literatura médica que estava se consolidando no século XVIII, especialmente na obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, de 1790. Com a finalidade de atingir tais objetivos, será apresentada a conjuntura na qual se inseria o público infantil em Portugal na segunda metade do século XVIII. Também serão analisadas as receitas presentes na obra de Francisco de Mello Franco, o *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, de 1790, de forma a dialogar com o referencial bibliográfico utilizado para esta dissertação, demonstrando o quanto o autor encontrava-se alinhado às propostas do período em que sua obra foi publicada, sinalizando a importância que tais orientações poderiam ter entre as crianças portuguesas. Por isso, temos como interesse mostrar, por meio das receitas expostas na obra, as diferentes percepções que o autor tinha sobre a infância<sup>169</sup>, sobre suas especificidades e diferenças em relação ao mundo adulto, reforçando os cuidados que eram necessários e os equívocos cometidos pelos seus antepassados.

O século XVIII foi o palco de intensas transformações no reino de Portugal, sendo que a sua população internalizou as mudanças sociais e políticas de formas variadas e de acordo com o seu contexto social. Nesse enquadramento, tem-se a significativa presença do público infantil no cenário português, demarcando uma

---

<sup>167</sup> Tais ideias, vale destacar, consideravam um ato caritativo criar crianças que eram abandonadas, de modo a salvá-las, de maneira que era possível estabelecer relações filantrópicas ao se colocar “em prática uma nova Razão de Estado que vigorava na Europa Iluminista. Não bastava apenas salvar a alma dos expostos, mas torná-los úteis à nação” (FACHINI, 2014, p. 61).

<sup>168</sup> A partir destas práticas, é válido considerar que “a nova roupagem cultural e intelectual adquirida pelo Iluminismo possibilitou ao homem ter novas perspectivas, sua forma de pensar e de agir mudou” (MARQUES, 2014, p. 13).

<sup>169</sup> Sobre este aspecto, “a palavra infância, com o sentido que a conhecemos hoje, é o resultado de séculos de mudanças. No entanto, tanto no presente, quanto no passado, o termo comporta um universo de experiências muito distintas entre si” (FRANCO, 2014, p. 37).

importante trajetória de novos significados e olhares sobre a infância na Modernidade<sup>170</sup>.

Entretanto, a presença das crianças nesses espaços de sociabilidade carrega uma série de aspectos que promoviam um certo “descaso” para com essa parcela da sociedade. Dessa forma, observa-se que foi ao longo do Setecentos que se estabeleceram novas diretrizes direcionadas às crianças portuguesas, objetivando proporcionar-lhes uma maior qualidade de vida, bem como a seus pais, em razão de cuidados que deveriam ser seguidos desde o momento da concepção, passando pela gestação e o nascimento do indivíduo. Interessa mencionar que essa transição para uma maior valorização com relação à qualidade de vida das crianças ocorreu de forma lenta e gradual na sociedade portuguesa, pois, conforme já destacamos no primeiro capítulo, as problemáticas que envolviam esse público fizeram-se presentes em boa parte do século XVIII. Essa nova percepção sobre a importância de garantir a conservação da saúde das crianças passou a integrar o cotidiano da população, “com a redução dos índices de mortalidade infantil, graças ao progresso da ciência e as transformações econômicas e sociais” (JÁCOME, 2018, p. 17).

A inserção da infância nos cuidados médicos foi extremamente significativa para que algumas mudanças fossem implementadas no modo como as orientações acerca os cuidados com os infantis passaram a ser divulgadas para o grande público e sobre quem elas deveriam atingir, especialmente seus progenitores. Teria sido, sobretudo, na Modernidade que tal proposta médica, de uma maior inserção dos cuidados infantis, encontrou os subsídios necessários para desenvolver-se, de modo que

A expansão da produção intelectual influenciada pelo pensamento moderno, entre os séculos XVII e XVIII teve na discussão sobre a difusão do saber científico uma de suas principais questões, não somente quanto aos seus diferentes modelos de enunciação como também quanto à liberdade de expressão e aos diferentes métodos de socialização desse saber” (FONSECA, 2009, p. 15).

---

<sup>170</sup> “Se ao longo dos séculos que antecederam a afirmação da ciência moderna, o pensamento sobre a criança foi, sobretudo, condicionado pela interpretação da Igreja e pela gestão do conhecimento legado pela Antiguidade, não há dúvida de que a partir do advento da modernidade se geraram dinâmicas tecnológicas, científicas, econômicas, sociais e culturais que propiciaram crescente interesse pela quantidade e pela qualidade das pessoas e, conseqüentemente, por uma maior atenção ao crescimento e ao desenvolvimento da criança” (FERREIRA, 2010, p. 216).

Dessa forma, o impacto dessas transformações na área da saúde também se faria sentir nos cuidados com a saúde infantil. É importante mencionar que muitos dos autores que se dedicaram a escrever sobre os cuidados com as crianças passaram a adotar metodologias que englobavam o uso das “idades da vida” para designar de forma mais específica os grupos aos quais se endereçavam as orientações terapêuticas. O uso desse instrumento tornou-se recorrente para muitos médicos, salientando que, “ao longo do século 18, várias são as obras médicas de língua portuguesa que têm em consideração as idades<sup>171</sup>” (FERREIRA, A. G; GONDRA, J. 2006, p. 122). Deve-se ressaltar, no entanto, que o uso das faixas etárias e os critérios de classificação poderiam variar conforme o autor, sendo que uma boa parte deles recorria a um referencial da Antiguidade<sup>172</sup> para esse propósito. Sob esse aspecto que abrange as fronteiras entre as etapas etárias, é importante ressaltarmos que, “independentemente de as idades da vida apresentarem alguma diversidade classificatória, na maioria dos casos, estas tendiam a seguir a orientação vinda das antigas classificações [...]” (FERREIRA, 2010, p. 220). Desse modo, muitos tratados de medicina passaram a incorporar tais divisões etárias com a finalidade de auxiliar as famílias na educação e nos cuidados com as crianças.

---

<sup>171</sup> “Ao longo do século XVIII, algumas obras médicas de língua portuguesa demonstram tanto o interesse em olhar para a evolução do indivíduo levando em consideração as idades da vida como a hesitação quanto à delimitação dos períodos e ao sentido que lhe conferiam” (FERREIRA, 2010, p. 219).

<sup>172</sup> Cabe destacar a influência que estas classificações representavam, visto que elas são associadas a “um verdadeiro saber herdado da Antiguidade, que será reinterpretado pelo cristianismo em um sentido muito mais escatológico, orientando a vida do homem em direção à história da saúde”. (LE GOFF; TRUONG, 2006, p. 93-94). Nesse sentido, conforme abordaram os autores Jacques Le Goff e Nicolas Truong (2006, p. 94), ao aprofundarem a discussão sobre os algarismos mais significativos para os autores da Antiguidade, pode-se destacar a proeminência dos números 3, 4 e 7. De acordo com este raciocínio, “o algarismo 3 é o de Aristóteles, que, na *Retórica*, considera que a vida é composta de três fases: crescimento, estabilidade e declínio” (LE GOFF; TRUONG, 2006, p. 94). Continuando, Diógenes Laércio “divide a vida do homem em quatro partes, atribuindo vinte anos a cada parte” Bagliano apud Le Goff (2006, p. 94). Sobre a influência do algarismo 7, cabe ressaltar que sua procedência encontra suas raízes na cultura grega, a partir da [...] retomada por Isidoro de Sevilha, que distingue o período que vai do nascimento ao sétimo ano (*infantia*), dos sete aos quatorze anos (*pueritia*), dos quatorze aos vinte e oito anos (*adulescentia*), dos vinte e oito aos cinquenta anos (*juventus*), dos cinquenta aos setenta anos (*gravitas*), depois dos setenta anos (*senectus*) e além, com a palavra *senium*, que corresponde à senilidade. (LE GOFF; TRUONG, 2006, p. 95). Desse modo, nota-se, ainda, que o algarismo 4 é associado, de acordo com Philippe Ariès (1986, p. 35), a uma “correspondência entre o número dos elementos, o dos temperamentos do homem e o das estações”, percepções estas que eram internalizadas nas teorias médicas da época.

Assim, para analisar a percepção existente na Modernidade sobre a infância<sup>173</sup>, cabe destacar que as diferentes fases de seu desenvolvimento não passavam despercebidas pelos autores do período, que trabalharam com distintas realidades em relação a essas etapas. Dessa forma, tais escritores consideravam, ainda, as distinções encontradas entre a infância e o período destinado à adolescência. Nesse sentido, é notável que, entre essas duas etapas, “os limites da infância se caracterizavam pela fluidez”, de modo que existiam “fronteiras cívicas, jurídicas e religiosas entre estas duas idades” (SÁ, 2011, p. 73). Essa fluidez<sup>174</sup> permite averiguar que, no interior de cada etapa etária, encontravam-se demarcações biológicas associadas a especificidades da constituição de infância, nem sempre de forma estática, pois, “na prática, essas divisões se moldavam à realidade das populações” (FRANCO, 2014, p. 39).

Para Raphael Bluteau, importante clérigo e dicionarista português, o termo “Criança” expressava o seguinte significado: “se a menina, ou menino.” (BLUTEAU, 1712, p. 348), demonstrando que, de acordo com esse importante autor, ambos os sexos se encontravam inseridos nessa categoria. Por conseguinte, para a categoria que abrangeria a adolescência, denota-se que o autor estabelece um marco divisório por meio das idades do indivíduo, afirmando que é a “idade que se segue á puerícia<sup>175</sup>, entre quatorze, e vinte e cinco na nos: mocidade<sup>176</sup>” (BLUTEAU, 1712, p. 29). Interessa destacar que, entre as diversas nomenclaturas expostas sobre as etapas etárias de desenvolvimento, os adolescentes<sup>177</sup> “tinham de esperar até à casa dos vinte para adquirirem estatuto de adulto” (SÁ, 2011, p. 75). Dessa forma, conforme mencionado até aqui, as faixas etárias poderiam variar em consonância com os anseios dos autores e dos referenciais que seguiam, como é possível observarmos no exemplo a seguir, cuja distribuição das etapas etárias segue a proposta do professor Jean Noël Hallé, em 1787:

---

<sup>173</sup> “INFÂNCIA', o esiado do rainino, que ainda não, fala. Se a última velhice, que se igual a infância em muitas coisas” (BLUTEAU, 1712, p. 716).

<sup>174</sup> “Embora a clara fronteira entre idades fosse uma necessidade burocrática dos Estados – pois só assim seria possível definir certos trâmites jurídicos, como a questão da menoridade -, a percepção do fim da infância era ambígua e não se dava de forma tão arbitrária” (FRANCO, 2014, p. 38).

<sup>175</sup> “PUERICÍÁ, se idade entre a infância, e a adolescência, desde os 2, ou 4 anos, até os 9 ou 10” (BLUTEAU, 1712, p. 263).

<sup>176</sup> “MOCIDADE, se a idade do moço, desde os 14 até os 24 anos” (BLUTEAU, 1712, p. 88).

<sup>177</sup> “ADOLESCENTE, o que está na adolescência, moço, mancebo, jovem. *O adolescente império, a geração*” (BLUTEAU, 1712, p. 263).



Quadro 2 – Exemplo sobre uma divisão adotada para as faixas etárias no século XVIII

Terminologia	Descrição		Idades
1ª infância			1-7 anos
2ª infância – puerícia	Meninos Meninas		7-15 anos 7-13 anos
Puberdade ou adolescência (aptidão para reprodução)	Homens Mulheres		15-25 anos 13-21 anos
Virilidade	Para os homens Para as mulheres	Virilidade crescente Virilidade confirmada Virilidade decrescente	25-60 anos 21-50 anos
Velhice	1ª fase – velhice 2ª fase – velhice avançada (época das enfermidades) 3ª fase – decrepitude (transição da vida à morte)		60-70 anos

Fonte: FERREIRA (2007).

A partir das questões apresentadas até aqui, veremos a seguir alguns apontamentos importantes sobre como ocorria o processo de criação e de educação de crianças saudáveis em Portugal no Setecentos. Nesse sentido, interessa verificar os títulos impressos nesse período e que tinham como finalidade difundir os bons costumes e a moral impostos pelo Estado entre a população, visto que

A compreensão da educação no projeto de modernidade instaurado no Reino português do setecentos se subsidiou de uma série de publicações que promoviam, além do ensino da língua portuguesa, prescrições para a manutenção da ordem, da disciplina, o do aditamento moral e religioso, aspirando a produção de sujeitos infantis cristãos bem-comportados e obedientes (RIPE, 2019, p. 80).

De modo a considerarmos as diferentes percepções sobre os métodos de educar e criar crianças portuguesas, interessa sublinhar que muitos foram os autores<sup>178</sup> que abordaram essa temática e que serviram como importantes referenciais para os médicos portugueses. Assim, é importante analisarmos quais eram as percepções sobre esses processos no que diz respeito aos jovens do sexo masculino, sendo que, para Bluteau (1712, p. 462), o termo “educação” tem como significado a “criação, que se faz em ou se lhe dá, ensino de coisas, que aperfeiçoam

<sup>178</sup> “A formação do homem civil, apto à convivência social e íntimo das regras da civilização das boas maneiras, estava no horizonte de diversos autores dos séculos XVII e XVIII, ajudando a definir o que seria a educação e quais os seus propósitos” (FONSECA, 2016, p. 170).

o entendimento, ou servem de dirigir a vontade, e também do que. respeita ao decoro”. O ato de ensinar e aprender as coisas que eram necessárias para o fortalecimento dos homens demonstra que “tal tratamento reforça a percepção de que educação é estreitamente associada à ideia de formação do indivíduo para a vida social, no sentido de inculcar nele os valores da boa sociedade” (FONSECA, 2016, p. 171).

Um dos grandes princípios que abrangiam, inicialmente, o processo educativo das crianças, “é a relevância da aprendizagem da doutrina cristã para todas as crianças: era o único requisito que atravessava todas as condições e grupos sociais [...]” (SÁ, 2011, p. 80). Tais ensinamentos objetivavam edificar um homem digno de comprometer-se com o seu governo, com a sua família e com os seus deveres, ainda mais “tendo em vista que a “boa educação” das crianças estava pautada, sobretudo, nos modelos de sujeito nobre e cristão [...]” (RIPE, 2019, p. 79). Dessa forma, seriam inculcados no corpo infantil os saberes necessários para que ele passasse pelas transições até a fase adulta, na qual o indivíduo deveria demonstrar o seu valor perante a sociedade. Entre esses conhecimentos, as questões morais e religiosas manifestaram-se com veemência no reino de Portugal, conforme observamos

Em Portugal, mesmo antes do florescimento de uma produção intelectual, que se apresentou associada ao pensamento dos “modernos” e ao iluminismo, houve autores preocupados com a educação das crianças e dos jovens, no sentido da educação moral e religiosa, além das vantagens dessa educação para o Estado. Suas proposições também estavam em sintonia com as concepções modernas acerca da educação como instrumento de civilização, nos quadros do conceito de civilidade [...]” (FONSECA, 2009, p. 20).

Por meio de tais ensinamentos religiosos, esperava-se que esses indivíduos contribuíssem, também, com a manutenção da fé cristã no reino e em seus lares, para que, assim, os princípios da moralidade fossem sendo cada vez mais internalizados e praticados. Vejamos, a seguir, alguns exemplos das publicações de cunho religioso que foram impressas entre os séculos XVII e XVIII em Portugal.

Quadro 3 – Exemplos de obras religiosas publicadas no século XVIII em Portugal que tinham como objetivo difundir os ideais cristãos para contribuir com o processo de formação do indivíduo

Relação de algumas obras religiosas publicadas em Portugal (séculos XVII-XVIII)

<b>Autor</b>	<b>Ano de edição</b>	<b>Obra</b>
GUSMÃO, Alexandre de	1678	<i>Escola de Belém, Jesus nascido no Presépio</i> . Évora: na Oficina da Universidade.
	1685	<i>Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia</i> . Lisboa: na Oficina de Miguel Deslandes
FONSECA, M. João da	1688	<i>Escola da Doutrina Christam em que se ensina o que he obrigado a saber o Christam (...)</i> . Évora: na Oficina da Universidade.
P. DIDAY	17??	<i>Exame medico dos milagres de Lourdes</i> . Traduzido do francez, por um redactor da “democracia”.
BERNARDES, Manoel	1706-1728	<i>Nova Floresta, ou Sylva de vario sapophthegmas, e ditos setenciosos espirituais e Moraes (...)</i> , 5 tomos. Lisboa: na oficina de Valentim da Costa Deslandes.
FERREIRA, António	1757	<i>Practica de ordenandos, e confessores (...)</i> . Coimbra.*
CENÁCULO, Manuel do	1786	<i>Instrucção pastoral do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Bispo de Beja sobre o catecismo</i> . Lisboa: Na Regia Oficina Typografica.
GRANADA, Luís	1789	<i>Compendio de Doctrina Chistãa recopilado de diversos autores que desta materia escreveram (...)</i> . Coimbra: na Real Oficina da Universidade.

\* Não foi localizada informações relativas à oficina tipográfica.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal.

Fonte: RIPE (2019).

Por sua vez, tais aspectos religiosos encontravam-se atrelados aos corpos infantis desde o seu nascimento, principalmente na etapa do batismo<sup>179</sup>, pois seria em decorrência dele que a “[...] entrada da criança na comunidade dos crentes” (SÁ, 2011, p. 77) seria assegurada. De acordo com a autora Isabel dos Guimarães Sá (2011), esse processo<sup>180</sup> que determinava o reconhecimento oficial da criança perante a sua família e a comunidade que a rodeava era fundamental até mesmo para os casos em que a criança recém-nascida estivesse próxima da sua morte, restando às pessoas que estivessem auxiliando no momento do parto realizar esse sacramento.

<sup>179</sup> “Os benefícios do primeiro sacramento – inserção na comunidade católica, alívio na hora da morte e enterramento em solo sagrado – exprimem a forma de progenitores e comunidades enfrentarem a morte de uma criança, num tempo de reconhecida preocupação com a doutrina da salvação” (REIS, 2022, p. 270).

<sup>180</sup> “O baptismo significava que ninguém se podia eximir a entrar na comunidade dos crentes; era feito nas igrejas paroquiais, ministrado pelo pároco, e devia ser objeto de um registro no cartório das mesmas” (SÁ, 2011, p. 77).

O risco de uma criança vir a óbito logo após o seu nascimento era muito grande, sendo que os índices podem variar de forma considerável de acordo com o período que se está pesquisando. Para o caso português, tem-se a possibilidade de encontrar esses índices, por meio da análise de alguns registros paroquiais, considerando que encontrar as “[...] causas do óbito das crianças é raro [...]”, sendo necessário verificar que a informação “[...] da idade da morte é mais frequente”, permitindo, assim, “[...] estabelecer grupos de idades e proceder a determinadas verificações” (SANTOS, 1982, p.52).

Sobre as questões que permeavam os índices de mortalidade infantil, pode-se mencionar, ainda, que a relação dos pais com o sentimento da perda de seus filhos era influenciada por uma certa “indiferença”, visto que “a ausência de luto em relação às crianças bem como a compulsão para um tipo de procriação reparadora são duas atitudes intimamente relacionadas e que implicam uma mesma ordem de valores” (ARAÚJO, 1995, p. 38-39). Nesse caso, tal associação implicava na rápida substituição da criança que veio a óbito, de modo a explorar o sentimento de compensação<sup>181</sup> por parte dos pais que não conseguiram vivenciar o período de luto, sendo que, “o sinal da morte infantil, ténue e pouco audível, dá bem a ideia do reduzido eco que a perda de uma vida de tenra idade deveria ter” (ARAÚJO, 1995, p. 39-40).

Nesse aspecto, interessa mencionar que, durante o século XVIII, o reino de Portugal experimentou diferentes crises de mortalidade<sup>182</sup>, envolvendo diversos grupos etários, cujas justificativas envolviam desde questões climáticas quanto crises econômicas que resultavam em períodos de escassez de alimentos. Em decorrência desses acontecimentos, tem-se um ambiente pouco propício para o crescimento de crianças saudáveis, pois “na primeira metade de Setecentos conjugaram-se crises agrárias e situações de guerra e conseqüente desenvolvimento de alguns surtos de doenças infecciosas” (BARBOSA, 2001, p.17), quando tanto adultos quanto crianças enfrentavam essas adversidades. Por conseguinte, podemos mencionar, ainda, as conseqüências das ações da natureza, especialmente “na segunda metade de Setecentos [...]”, quando “[...] foram relevantes os efeitos do terremoto de 1755 e a

---

<sup>181</sup> Sob esse viés, tem-se a percepção de que “a morte de uma criança, de idade inferior a cinco anos, tende a ser compensada, em regra, por outro nascimento, o que acontece até ao limite da fertilidade humana” (ARAÚJO, 1995, p. 39).

<sup>182</sup> Em relação a essas características que permeavam na sociedade portuguesa em diferentes períodos, verificar em: BARBOSA, Hermínia; GODINHO, Anabela. **Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX**. Universidade do Minho. Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS), 2001.

difusão de afecções epidêmicas, sobretudo do paludismo e da varíola, no contexto geral das subsistências” (BARBOSA, 2001, p.22).

Em consonância com esse cenário, destacamos que, para as mulheres, permaneceria a condição de assegurar a continuidade da família através de sua descendência. Dessa forma, é perceptível a necessidade da existência de “[...] uma grande dose de insensibilidade para suportar, como tais mulheres o fizeram, a morte de seus filhos, mas também para escolher fazê-los viver, distanciados, numa espécie de abandono moral” (BADINTER, 1980, p. 83). Essa questão foi apresentada no capítulo anterior relativo ao abandono infantil e ao papel da mulher nesse processo enquanto mães que abdicaram dessa função, ou enquanto indivíduos que recebem algum recurso financeiro para cuidar dessas crianças, como as amas de leite, por exemplo.

A partir do momento em que os pais fossem exercer suas funções e fosse necessário dar continuidade ao processo de desenvolvimento da criança, era preciso ensinar aos pequenos algumas condutas comportamentais e, também, habilidades para a sua própria sobrevivência. Criar e educar crianças, nesse período, eram duas atividades esvaziadas dos preceitos atuais, sendo que cada um desses momentos apresenta suas próprias especificidades.

Conforme abordado no primeiro capítulo, inicialmente, as crianças não tinham a sua individualidade preservada, de modo que tal percepção manifestou-se, sobretudo, no período medieval, no qual, “[...] a educação devia começar muito cedo, visto se considerar que toda a criança, ao possuir uma espécie de memória inconsciente, seria marcada por tudo que visse ou ouvisse na mais tenra idade” (OLIVEIRA, 2007, p. 132). Nesse cenário, de acordo com a importante contribuição da autora Ana Rodrigues Oliveira, os castigos corporais eram uma presença corriqueira nesse cotidiano, nos momentos em que a indisciplina se manifestava nos corpos infantis. Segundo a autora, teria sido nesta época, também, que as primeiras iniciativas envolvendo o processo de letramento infantil teriam se desenvolvido. Para as classes mais abastadas da sociedade, tal projeto seria um importante recurso de aprendizagem e de estabilidade social. Assim,

[...] muitos pedagogos, fossem leigos ou eclesiásticos, começaram a sugerir a generalização do ensino infantil letrado<sup>183</sup>, recomendando o seu começo desde os tempos da ama, já que esperar pelos sete anos de idade para o seu início apenas contribuiria para alimentar nas crianças a indisciplina e a preguiça intelectuais (OLIVEIRA, p. 135-136, 2007).

No que cabia aos propósitos da educação feminina nesse período, as instruções eram desenvolvidas através de discursos que estavam condicionados

[...] pelo fato de as conceberem na qualidade de grupo que, não só partilhava com as mulheres a suposta condição de um sexo dotado de fraca racionalidade, como também correspondia a uma idade, a infantil, considerada naturalmente indisciplinada e moralmente débil (OLIVEIRA, 2007, p. 137).

É válido apontar que, para as meninas, era reservada uma educação rígida, de cunho moral e religioso, principalmente no que concernia aos valores que a sociedade impunha sobre os seus corpos, seu comportamento. Desse modo, todos os gestos<sup>184</sup> expressados poderiam ser facilmente condenáveis aos olhos das pessoas do seu entorno. Esse cenário era muito distinto no que se referia à instrução destinada aos rapazes nesse período. Diferentemente das mulheres, os homens teriam acesso a uma educação que objetivava moldá-los para que exercessem ofícios mais vantajosos para a sociedade. Para eles, “[...] aconselhava-se uma educação mais atenta à mobilidade do corpo e do espírito e às necessidades de uma intensa relação com o mundo exterior” (OLIVEIRA, 2007, p. 139). Em suma, era frequente, em algumas localidades, nos anos finais da Idade Média, que

[...] a educação das crianças, ainda majoritariamente camponesas, decorria no contexto dos contatos quotidianos mantidos com a família e com os grupos de trabalho rural etariamente compósitos em que se inseriam, sobretudo por via das incessantes conversas que mantinham com os adultos mais velhos, conversas essas que se prolongavam para a casa e a mesa familiares (OLIVEIRA, 2007, p. 140).

---

<sup>183</sup> Curiosamente, na obra de Mello Franco, *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, o autor pontuou tais críticas que envolviam essa etapa de aprendizagem, observando que o letramento precoce poderia resultar em consequências desagradáveis para a criança, visto que seria a partir dos 7 anos que elas estariam mais aptas para desenvolver essa habilidade, conforme será abordado no próximo tópico.

<sup>184</sup> “De fato, se aos futuros guerreiros, camponeses, artesãos ou mercadores se recomendava olhar longe e direito, às raparigas sugeria-se baixar os olhos ou levantá-los para o céu, opondo-se, portanto, os ideais varonis da coragem e da franqueza, à modéstia, à doçura e à contenção dos gestos e dos movimentos femininos” (OLIVEIRA, 2007, p. 139).

Na passagem para o século XVIII, conforme temos abordado, o grau de instrução destinado aos jovens objetivava sua inserção na sociedade enquanto sujeitos pensantes e reflexivos sobre a sua conduta. Tais ensinamentos deveriam ser disseminados desde a mais tenra idade, especialmente através da publicação de uma literatura condizente com essa realidade, de modo que a criança pudesse codificar desde cedo tais práticas, visto que

A assimilação de valores morais pelas crianças era fundamental para assegurar uma boa educação e para a garantia de condutas civilizadas, de modo que alguns manuais prescreviam inúmeros conselhos com o objetivo de impedir, nas crianças, futuras características ligadas às condutas consideradas imorais como vingança, tirania, queixume e injustiça (RIPE, 2019, p. 77).

Em relação aos princípios que deveriam ser ensinados, deve-se levar em consideração que o aprendizado acontecia em conformidade com a condição social de cada grupo e tais distinções eram perceptíveis nos métodos empregados para o ensino. Por exemplo, para as crianças pertencentes às camadas mais abastadas da sociedade, a autora Isabel Guimarães de Sá (2011, p. 81) menciona que “nos meios aristocráticos, os pais não se ocupavam diretamente da instrução dos filhos, deixando essa incumbência a criados, preceptores e outros instrutores, ainda que por vezes altamente qualificados [...]”. Os jovens provenientes desses grupos teriam acesso a uma educação qualificada e maiores possibilidades de ascensão social, de forma que eles seriam orientados a conquistar posições importantes na sociedade. Porém, deve-se levar em consideração que seria “por volta do início da adolescência que os rapazes passavam para os colégios, muitos deles jesuítas, que os podiam encaminhar para uma carreira eclesiástica ou preparar para a universidade (muitas vezes para as duas coisas juntas)” (SÁ, 2011, p. 81).

Através dessa experiência escolar, os estudantes do sexo masculino tinham contato com um material previamente elaborado, como, por exemplo, as cartilhas que eram

[...]concebidas para a aprendizagem da leitura e da doutrina cristã [...], que eram [...] usadas nas classes ministradas pelas mais influentes congregações religiosas da Contra-Reforma – com especial destaque nas escolas da Companhia de Jesus e nos colégios dos padres Oratorianos – para transmitir normas de conduta piedosa e regras de civilidade [...] (ARAÚJO, 2016, p. 133).

Tais regras de convivência e de conduta passaram a integrar a rotina da população, especialmente na Modernidade, visto que exercitar a moralidade, os bons costumes e as práticas de civilidade<sup>185</sup> eram valores que deveriam ser internalizados e trabalhados ao longo da vida do homem. Assim,

No mundo luso-brasileiro do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX a instrução e a assistência estiveram muito próximas, envolvendo o Estado e a Igreja, e movidas tanto pela necessidade do controle social através da educação para o trabalho, quanto pela necessidade da civilização dos povos por meio da disseminação dos valores morais e religiosos (FONSECA, 2009, p. 101).

Desse modo, a influência da educação seria amplamente sentida na sociedade, na medida em que seus preceitos seriam utilizados para diferenciar segmentos sociais e, posteriormente, para contribuir com o processo de formação do indivíduo perante o Estado. É válido mencionar que “[...] em Portugal, o discurso sobre as boas maneiras, entendidas como códigos de conduta adequados ao campo moral e à imposição simbólica da disciplina social, foi evoluindo ao longo dos séculos” (ARAÚJO, 2016, p. 133).

Ao considerarmos essa proposta modeladora de um indivíduo socialmente adequado, deve-se ressaltar a existência de uma literatura de apoio para que a população conseguisse educar o corpo e a mente para atingir os novos ideais do Iluminismo<sup>186</sup>. Em relação ao conteúdo desses impressos, cabe destacar que eles reuniam uma série de codificações expressas através de um comportamento que deveria ser colocado em prática, sendo que,

[...] neste campo, o papel dos textos foi fundamental. A extraordinária riqueza da literatura de civilidade foi fortemente valorizada pelo seu carácter fundador da cultura ocidental europeia. Todos esses escritos definem ideais de comportamento e regras de interação social constituindo uma parte importante da consciência europeia e da sua história (CÂMARA, 2002, p. 122).

---

<sup>185</sup> Assim, de acordo com Maria Alexandra Câmara (2002, p. 121-122), seria no decorrer do século XVIII que “[...] o conceito de civilidade apresenta-se deste modo cristalizado, sendo permitido falar de determinados padrões ou comportamentos-tipo. Os homens procuraram estabelecer matrizes comportamentais alcançando diferentes dimensões da sua vida quotidiana. O sentido do progresso e bem-estar aponta mesmo para a intenção de alcançar a totalidade das dimensões da vida quotidiana. Depressa as maneiras cortesões – ligadas quase sempre à lógica da distinção – transitam para os costumes civilizados fixados com rigor na tratadística de civilidade”.

<sup>186</sup> Sobre este aspecto, merece destaque o papel que o setor educacional teria desempenhado, visto que “a educação seria um instrumento para a organização harmoniosa da sociedade, tendo como objetivo a promoção do bem comum” (FONSECA, 2019, p. 15).



Esse material de leitura<sup>187</sup>, que passou a circular<sup>188</sup> de forma mais intensa no século XVIII, era comumente restrito e associado a grupos sociais mais elevados da sociedade, mas passou a ter uma demanda maior entre diversos núcleos populares, muitas vezes, almejando corresponder às exigências dos protocolos sociais e, também, dos planos de ensino escolar. Assim, “a leitura de tais manuais atendia aos interesses daqueles que se encontravam ávidos por um modelo de nobre europeu civilizado [...]” (RIPE, 2019, p. 76) e, portanto,

No século XVIII, a inclusão da civilidade<sup>189</sup>, especificamente formulada como conteúdo ensinável nas escolas públicas constitui uma novidade, dada a obrigatoriedade curricular conferida a este ramo de conhecimento útil. Deste modo, na fase de consolidação das reformas pombalinas do ensino, a introdução de conteúdos morais e práticos de carácter disciplinar no elenco de saberes a transmitir aos jovens configura uma prioridade política e cultural que importa perceber e contextualizar (ARAÚJO, 2016, p. 133).

Dessa forma, interessa mencionar que tais valores passaram a ser mais observados pela sociedade, sendo que, através de pequenos gestos, as pessoas estariam propensas a serem inseridas em determinados grupos sociais, pois “as práticas do quotidiano foram essencialmente entendidas como ensinamento codificado em modelos e regras” (CÂMARA, 2002, p. 124). Com o intuito de dar segmento a essa proposta de ensino na sociedade portuguesa, deve-se ressaltar que ela se encontrava alinhada às reformas educacionais pombalinas e os ideais traçados para que os súditos pudessem contribuir para o engrandecimento do Estado<sup>190</sup>, ou seja, “em termos práticos, a vertente comportamental, tomada como índice de bem-estar individual e de felicidade era encarada como uma prioridade política” (ARAÚJO, 2016, p. 133).

<sup>187</sup> “LEITURA, ato de ler, e expor alguma doutrina como mestre ; ou para dar prova de suí Hciencia , como às *leituras dos Bacharéis* febre algum ponto de direito no Dezembargo do Paço” (BLUTEAU, 1712, p. 15).

<sup>188</sup> Nesse sentido, tem-se ainda a colocação da autora Thaís Nívia de Lima e Fonseca (2016, p. 174-175), ao verificar que “além dos livros de autoria de portugueses, circularam muitas traduções, geralmente de obras francesas, destinadas à educação moral e à instrução sobre as regras de civilidade. Dentre estes, por exemplo, o *Elementos da Civilidade e da Decência para a instrução da mocidade de ambos os sexos* (1788), *Método de ser feliz ou catecismo, especialmente para uso da mocidade* (1787), o *Tesouro de meninas ou diálogos entre uma sábia aia e suas discípulas* (1783), e *A Escola dos bons costumes, ou reflexões morais e históricas* (1786)”.

<sup>189</sup> “CIVILIDADE antiq. ação de homem do povo, de mecânico. *Comment. d'Albuquerque* „ *fioffer civilidades, i. e. villanias. / Outros écrevem civeldade; civilidade* hoje fignifica , cortezia , urbanidade” (BLUTEAU, 1712, p. 277).

<sup>190</sup> Nesse aspecto, “o ensino normalizado das boas maneiras concorria, na ótica do legislador, para a harmonia social e para a felicidade pública ou do Estado” (ARAÚJO, 2016, p. 133).

Visto que muitas dessas propostas educacionais aplicadas em instituições<sup>191</sup> de ensino deveriam abranger jovens do sexo masculino, pode-se destacar alguns aspectos da educação destinada às meninas. Entre as especificidades que envolviam o acompanhamento da educação de moças, deve-se ressaltar que elas “podiam ser educadas com os irmãos do sexo masculino em casa, no período inicial” (SÁ, 2011, p. 82). Para esse grupo em particular, o ensino dedicado a elas

[...] não era de molde a equiparem-se aos rapazes, e não excedia a boa literacia, acompanhada de prendas de mãos: o suficiente para poderem ser boas devotas e administrar a casa. Não havia uso social para uma instrução feminina de nível superior, mercê da inexistência de expectativas profissionais (SÁ, 2011, p. 82).

Ainda assim, outro aspecto que se encontrava presente nesse universo de aprendizados necessários para a vida era a questão das atividades de cunho manual realizadas pelas crianças, com a finalidade de que aprendessem um ofício e integrassem o mercado de trabalho o quanto antes. Dessa forma, tanto as meninas quanto os meninos eram inseridos em ofícios condizentes com o seu sexo e sua condição social, na função de aprendizes, para, posteriormente, darem continuidade à atividade familiar. Dessa forma, “para as crianças<sup>192</sup> das camadas populares, o trabalho era uma realidade [...]” (SÁ, 2011, p.84), visto que era necessário contribuir com a renda das pessoas que compunham seu núcleo familiar.

Outro tema que estava em voga nesse período era o da importância dos hábitos de higiene para a manutenção de hábitos saudáveis e conservação da saúde, sendo que a *tinha*<sup>193</sup> era “uma das doenças que atacava com frequência as crianças na Época Moderna [...]”, de modo que sua causa estava “[...] associada às deficientes condições de higiene, atingindo particularmente os que se encontravam mais

---

<sup>191</sup> É importante destacarmos que “as primeiras escolas próprias para raparigas em Portugal abriram apenas na segunda metade do século XVIII, mercê da entrada no Reino de duas ordens religiosas, as Ursulinas e as Visitandinas. As primeiras abriram três colégios no Reino – Coimbra, Viana e Braga -, enquanto as segundas se confinaram a um colégio em Lisboa, especialmente vocacionado para educar raparigas provenientes da alta nobreza. No colégio das Visitandinas as raparigas aprendiam italiano e francês, o que constituía uma das suas marcas distintivas face às escolas das Ursulinas” (SÁ, 2011, p. 83).

<sup>192</sup> Deve-se levar em consideração que, entre essas crianças, “a maior parte começava mesmo antes dos sete anos a efetuar tarefas que contribuíam de algum modo para a economia doméstica (olhar por irmãos mais novos, limpeza da casa, ajuda na criação de animais, etc.). A entrada no mundo do trabalho era precoce, e podia implicar a ida do campo para a cidade por volta do início da adolescência ou mesmo antes” (SÁ, 2011, p. 84-85).

<sup>193</sup> “TINHA, espécie de lepra que dá na cabeça, e faz cair o cabelo. Defeito” (BLUTEAU, 1712, p. 459).

expostos<sup>194</sup> (ARAÚJO, 2008, p. 141). Conforme abordado anteriormente, muitos materiais voltados para a prática da civilidade e dos bons costumes estavam sendo produzidos para circular entre a população<sup>195</sup>. Porém, ainda assim, muitas dessas orientações não atingiam as camadas mais humildes da população, uma vez que não tinha acesso aos mesmos recursos que as parcelas mais abastadas para manter a limpeza do corpo. Salientamos também que

A mudança de vestuário estava nos pobres muito condicionada pelas condições de vida e pelos poucos recursos que tinha. A maior parte dos rendimentos que possuíam destinava-se à aquisição de bens alimentares e à renda da casa, restando muito pouco para satisfazer outras necessidades. A compra de roupa acontecia poucas vezes na vida, sendo os pobres obrigados a pedir quando necessitavam de remover os farrapos que os cobriam. Recorriam, por seguinte, à caridade para renovar a sua imagem. A roupa distribuía-se em algumas Misericórdias ao longo do ano, optando quase todas pela celebração das festas religiosas de maior significado para a distribuírem pelos pobres (ARAÚJO, 2008, p. 141).

Assim, denota-se que essas múltiplas realidades incidiam sobre a propagação da *tinha* e das demais doenças que poderiam acometer a população. Ainda assim, é importante ressaltarmos que, no exemplo elucidado pela autora Maria Marta Araújo (2008) acerca da *“tinha”*, foi verificado que *“a esmagadora maioria dos casos que [...]”* eram identificados como sendo de *tinhosos*, eram pertencentes ao *“[...] sexo masculino”*<sup>196</sup> (ARAÚJO, 2008, p. 142).

Ao considerarmos a proeminência dos cuidados básicos em relação à saúde e higiene pessoal dos meninos, é necessário avaliarmos também qual era a atenção destinada aos dois sexos após o nascimento e, nesse caso, *“vale ressaltar também que o tratamento dado a uma criança do sexo masculino era, em muitos casos, diferente do tratamento recebido por uma criança do sexo feminino”* (CALDEIRA, 2010, p. 2). Tal tratamento indicava, também, as expectativas que eram direcionadas

---

<sup>194</sup> Nesse caso, *“os pobres, nomeadamente as crianças, contraíam regulamente este mal por não se lavarem com frequência nem procederem à mudança de roupa. As práticas de higiene incidiam na lavagem das mãos e da cara, sendo raro as restantes partes do corpo serem sujeitas à presença da água”* (ARAÚJO, 2008, p. 141).

<sup>195</sup> Interessa mencionar, que *“fundamentalmente estas obras encontraram receptividade primeiramente num terreno de uma sociedade aristocrática passando numa segunda fase a alargar esse território a nova elite emergente, pois a aprendizagem nos manuais de códigos do saber viver, surge simultaneamente como contributo de prestígio para uma hierarquia social e como veículo do imaginário mundano captado pelas classes em rápida ascensão”* (CÂMARA, 2002, p. 123).

<sup>196</sup> Sobre esta associação, vale ressaltar que *“embora as meninas não estivessem imunes ao contágio, elas figuram em número muito reduzido nos registros dos que foram colocados em casas particulares”* (ARAÚJO, 2008, p. 142).

a esses indivíduos no contexto analisado. Portanto, a seguir, serão apresentadas as recomendações dispostas na obra de Francisco de Mello Franco, demonstrando que, por meio delas, os meninos poderiam ser criados e guiados por um caminho de significativo desenvolvimento pessoal e profissional. Embora os excertos sejam mais ausentes ao longo da escrita de Francisco, as meninas também foram contempladas em algumas dessas orientações, manifestando os anseios da sociedade para o sexo feminino nesse período.

#### 4.2 VESTIR, EDUCAR E CUIDAR: AS DIRETRIZES EDUCACIONAIS PRESENTES NA OBRA *TRATADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOS MENINOS PARA USO DA NAÇÃO PORTUGUESA*, DE 1790

Ao darmos continuidade ao desenvolvimento dos objetivos propostos para esta dissertação, vamos apresentar a análise realizada das recomendações terapêuticas presentes na obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, de acordo com os capítulos apresentados e selecionados na parte metodológica que consta na Introdução desta investigação. Desse modo, buscamos demonstrar a intencionalidade do autor em orientar as famílias portuguesas a criar e a educar meninos saudáveis, de forma a fortalecer a sociedade e sua descendência.

Diante do exposto, tem-se a percepção de um cenário dificultoso para a infância em diversas áreas, especialmente as da alimentação e saúde, ainda mais se levarmos em consideração que no “[...] século XVIII, o bebê que vem à luz tem pouco mais que 50% de chance de ultrapassar o marco dos dois anos (CHALMEL, 2004, p. 62). Tal contexto era ainda agravado, conforme já mencionado, por precárias condições de higiene, somado “[...] a desnutrição e a deficiência da medicina [...], o que resultava também nos [...] abandonos de crianças quando as condições econômicas [...]” (CHALMEL, 2004, p. 62) se tornavam pesadas para as camadas mais baixas da população e, conseqüentemente, resultavam em altos índices de mortalidade infantil. Por isso, cabe mencionar que, no período em que a obra foi publicada, algumas questões pairavam no universo das preocupações com os corpos infantis, sendo que, entre elas, podemos citar a necessidade de

[...] desenvolver corpos robustos e saudáveis, por meio de exercícios físicos [...], de modo a trabalhar, também, com um [...] regime nutritivo, cujo aleitamento materno figura como principal recomendação durante a primeira

infância, sendo progressivamente substituído por amidos, frutas e verduras (RIPE, 2019, p. 106).

Dessa forma, nos determos também nas orientações das práticas alimentares para as crianças presentes na obra.

Na sequência, serão apresentadas uma série de cuidados presentes na obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, de 1790, do autor Francisco de Melo Franco, que dialogam com as áreas escolhidas metodologicamente para compor esta dissertação, sendo elas, a educação, o vestuário, a prática de exercícios físicos e a alimentação.

Em virtude do cenário alarmante em que a saúde infantil se encontrava inserida no século XVIII, era necessário que as famílias portuguesas reavaliassem sua postura em relação à criação de seus filhos. Para que essa reflexão ocorresse, o autor Francisco de Mello Franco elencou uma série de questões que denominava ser o essencial no período de formação de uma criança saudável, considerando a sua inclinação a um estado natural de delicadeza que deveria ser preservado. Por isso, a seguir, serão discutidos os tópicos selecionados metodologicamente para o desenvolvimento desse capítulo, encaixando-se nas seguintes categorias principais: vestuário, educação (física, sensorial e pedagógica) e aspectos nutricionais.

Em relação ao estado de delicadeza<sup>197</sup> natural das crianças e sobre as orientações que recaíam sobre esses corpos, no que concerne ao seu vestuário, no capítulo sete, intitulado *Como se devem vestir as crianças, e os abusos que há a este respeito*, são apresentadas as orientações sobre o ato de vestir a criança. Nesse tópico, o autor advertia as famílias sobre os riscos e as consequências, para o bebê, no caso de os pais insistirem em dar-lhes roupas inadequadas desde o seu nascimento. Por isso, ao considerarmos que, a partir do século XVII, tem-se um olhar mais aprofundado sobre a criança e, sobretudo no século XVIII, percebe-se que esses sujeitos foram sendo inseridos em contextos próprios que deveriam abranger a sua rotina, dentre eles, suas vestes. Durante um bom tempo, essa questão dos trajes infantis demarcava “[...] o quanto a infância era então pouco particularizada [...]” (ARIÈS, 1981, p. 69), pois os tecidos não tinham a finalidade de diferenciar os indivíduos pela sua faixa etária. Por conseguinte, de acordo com Gonçalves *et al.* (2001, p. 108-109), era implícito que,

---

<sup>197</sup> “Essa delicadeza não só se manifesta ao nascer, mas dura muitos meses” (FRANCO, 1790, p. 30).

quanto ao vestuário, antes mesmo da construção do mundo da infância, já se constituía em agente de controle e disciplinamento, porque submetia a criança a roupas carregadas de símbolos, com a mesma aparência da vestimenta de seus pais, forçando-a, portanto, a permanecer comportada nos espaços que lhe eram destinados (GONÇALVES *et al.* 2001, p. 108-109).

O vestuário sempre estava atrelado aos ditames da época e, assim, deveria seguir as demandas comportamentais do período em questão. Na Idade Média, por exemplo, a preocupação que se manifestava nas vestimentas das crianças era a de “[...] manter visíveis através da roupa os degraus da hierarquia social. Nada, no traje medieval, separava a criança do adulto” (ARIÈS, 1981, p. 70). Seria, posteriormente, nesse cenário que o vestuário receberia novos contornos e cores nos corpos infantis. Em meados do século XVII, vale ressaltar que, geralmente, “[...] a criança de boa família, quer fosse nobre ou burguesa, não era mais vestida como os adultos. Ela agora tinha um traje reservado à sua idade, que a distinguia dos adultos” (ARIÈS, 1981, p. 70). Outra questão que também permeava o universo dos tecidos era a da distinção entre meninas e meninos, ausente em um primeiro momento, mas que iria manifestar-se ao longo dos séculos de forma a enquadrar a disciplina comportamental necessária ao corpo feminino, sendo que

é curioso notar também que a preocupação em distinguir a criança se tenha limitado principalmente aos meninos: as meninas só foram distinguidas pelas mangas falsas abandonadas no século XVIII, como se a infância separasse menos as meninas dos adultos do que os meninos” (ARIÈS, 1981, p. 78).

Nesse ponto, o autor Francisco de Mello Franco relatou, em suas observações, que essa questão da diferenciação no vestuário entre meninos e meninas era preocupante, pois condenava com veemência as pessoas que vestiam os garotos de forma inadequada, ao afirmar que: “Há quem ponha espartilhos nos meninos. Que mais se pode dizer, ou esperar?” (FRANCO, 1790, p. 96). Nesse sentido, o autor mencionava que tal costume era altamente inadequado por inserir hábitos femininos nos corpos masculinos, de forma que poderia influenciá-los em comportamentos futuros, desvirtuando-os de sua conduta, explicando que

a estes males, causados pelas faixas, e que compreendem ambos os sexos, se seguem os que fazem os espartilhos, principalmente nas meninas, mas chega a tanto a indiscrição, e barbaridade de alguns pais, que até praticam o mesmo com os meninos, em quanto não chegam a certa idade (FRANCO, 1790, p. 37).

Partindo de tais princípios, observa-se, também, que alguns deslizos eram perceptíveis nas escolhas direcionadas às vestimentas das crianças, desde o momento do nascimento. De acordo com Mello Franco, era de “[...] admirar, que conhecendo todos o estado de melindre, em que nasce uma criança, a queiram apertar, e cingir com rolos de faixas, ou volvedouros debaixo do vão pretexto de a fortificar” (FRANCO, 1790, p. 30). Tal pretexto, segundo o autor, se demonstrou ineficaz, uma vez que, durante a gestação<sup>198</sup>, a criança permaneceu livre para desenvolver-se. Essa percepção já vinha sendo discutida por outros autores que se dedicaram a esta temática, tais como Jean Jacques Rousseau, que, “por volta de 1762, começou a combater a moda que não dava liberdade as crianças, teoria que tinha apoio de educadores, médicos e filósofos” (GONÇALVES *et al.* 2001, p.109). Desse modo, tem-se uma gradativa mudança nessa conjuntura, uma vez que era comum as vestimentas serem mais apertadas, não somente para as crianças, mas também para os adultos em geral. Sobre esse aspecto, o autor indicava que as mulheres grávidas deveriam tomar esse cuidado ao usarem roupas apertadas durante a gestação, pois tal comportamento poderia prejudicar o seu feto em formação.

Após o nascimento de seus filhos, os pais recorrem ao uso de tecido com pregas e alfinetes pontiagudos, o que pode gerar desconfortos nos bebês, conforme observamos no seguinte excerto: “e também para lembrar que nunca se devem pregar os vestidos com alfinetes; mas que só se usará de fitas. Os alfinetes são muitas vezes a causa dos seus gritos repentinos, de doenças, e até de mortes” (FRANCO, 1790, p. 34).

Tais aspectos evidenciam um costume herdado de gerações anteriores, quando a faixa etária não parecia ser relevante para distinguir os diferentes ciclos da vida. Ao considerarmos que as fases transicionais eram indefinidas de acordo com essas preposições, não seria o vestuário que demarcaria a precocidade da criança, quando inserida no universo adulto. Tal quadro estendia-se a outros campos, especialmente na área da educação, em que a demarcação das faixas etárias ainda não era identificada, cenário que se transformaria nas “[...] mudanças de sensibilidade que se começam a verificar a partir do Renascimento [...]” e que “[...] tendem a diferir a integração no mundo adulto cada vez mais tarde, e a marcar, com fronteiras bem

---

<sup>198</sup> “A natureza no útero materno conservou sempre o feto em liberdade: e com isto nos ensina que depois de nascido lhe deixemos os membros livres, e o corpo desapertado, para que se vá fortificando com seus pequenos movimentos” (FRANCO, 1790, p. 31).

definidas, o tempo da infância, progressivamente ligado ao conceito de aprendizagem e de escolarização” (PINTO, 1997, p. 44).

Tais sensibilidades em relação aos corpos infantis se faziam sentir, ainda, nos métodos utilizados para educar e instruir as crianças em conformidade com o seu desenvolvimento, buscando, dessa forma, trabalhar com as habilidades que eram necessárias de acordo com a faixa etária. Em virtude dessas novas concepções, deve-se levar em consideração que

[...] é exatamente no século XVIII que a imagem da infância mudou, devido à instalação de uma valorização e reorganização dos comportamentos educativos, desencadeando uma preocupação da sociedade em procurar novos métodos de educar e escolarizar as crianças (GARANHANI; MORO, 2000, p. 111).

Assim, o autor estabeleceu uma série de recomendações que trabalhavam com possibilidades diversas acerca da etapa de inserção das crianças no universo letrado. Por isso, no capítulo intitulado *Do exercício não só no que diz respeito às crianças, mas ainda geralmente considerado*, o autor alerta sobre os riscos de desconsiderar a natureza da criança, fazendo com que os pais reflitam sobre o momento adequado de enviar seus filhos à escola ou de designá-los a tutores, conforme constata no seguinte trecho:

Muitos pais, cansados de aturar os filhos em casa, ainda, falando imperfeitamente, os mandam ou para a escola, ou para a mestra. Aqui, entregues nas mãos de um homem muitas vezes de gênio forte, pregados sobre um banco, passam a maior parte do dia papagueando o A, B,C, não podendo levantar os olhos (FRANCO, 1790, p. 92).

Tal crítica seria, ainda, aprofundada por questões que colocavam os pais na responsabilidade de observarem mais seus filhos, no sentido de que eles deveriam compreender o que a natureza de sua prole indicava, para saber o momento adequado de iniciar o letramento e o período escolar. Sobre tal advertência, o autor defendia que “não se deve ensinar uma criança a ler antes de cinco anos: nesta idade aproveitam mais em um mês, do que de três, ou quatro em seis” (FRANCO, 1790, p. 92). Por conseguinte, a própria metodologia de ensino deveria ser revisada, pois, esta etapa tão importante, “[...] deve ser sem violência, nem constrangimento. Por



divertimento, e brincadeira se lhes pode ensinar a ler<sup>199</sup>, e escrever<sup>200</sup>, sem as enfasiar daquela ocupação [...], defendendo, também, que essa proposta jamais [...] deve passar de uma hora até hora e meia de manhã, e de tarde” (FRANCO, 1790, p. 92). Essas percepções reuniam preceitos do que se considerava adequado no ensino, tanto por parte das crianças e dos pais, como sobre o papel dos educadores<sup>201</sup> enquanto mediadores desse processo de letramento<sup>202</sup>.

Por sua vez, conforme já mencionado, para as meninas, tem-se algumas especificações no que se refere a tal etapa, pois, para elas, o grau de instrução poderia envolver tópicos próprios dos afazeres domésticos. Nesse sentido, Mello Franco alerta que:

A mestra, porém, menos dura obriga as pobres meninas a estarem quase todo o dia assentadas com a agulha na mão, ou com a carta. Tal é a primeira educação que se dá em muitas Terras. E que prejuízos, assim morais, como físicos, se não seguem de tão imprudente costume tanto aos particulares, como ao Estado! (FRANCO, 1790. p. 92).

Ao dar continuidade às suas recomendações sobre o processo educativo, interessa destacar que esse abrangia, também, a prática de exercício físicos por parte das crianças, enquanto uma proposta de consolidação para o fortalecimento do seu corpo. Essa percepção corporal deveria ser inserida no cotidiano da criança através dos estudos, das brincadeiras e da prática de esportes, devendo, portanto, ser adicionada de forma gradativa em conformidade com o crescimento do corpo, pois “depois de passada a primeira idade, e entrando já a puberdade, é preciso que cresça o exercício” (FRANCO, 1790, p. 93). A prática do exercício<sup>203</sup> físico já era uma

<sup>199</sup> “LER, v. at.' pronunciar, e entender, ou entender fomite alguma escritura, ou pronunciar fomite' as letras de que ela consta. Expor, explicar e *ler Filiofia, ou Mathematica aos dicipulos*” (BLUTEAU, 1712, p. 16).

<sup>200</sup> “ESCREVER, at. formar os caracteres com que representamos as palavras. Compor alguma obra, como poema, discurso, história. *Escrever a alguém*, enviar-lhe escrito, bilhete, carta” (BLUTEAU, 1712, p. 536).

<sup>201</sup> O autor reitera, sobre esse ponto, com a seguinte súplica: “[...] ao menos pedirei aos mestres, e mestras, que fazem exatamente ofício de carcereiros, queiram ser mais arrazoados, e benignos, fazendo esta prisão menos pesada, cujo alívio consiste em não terem estes miseráveis tanto tempo constrangidos, e aperreados” (FRANCO, 1790, p. 92).

<sup>202</sup> Essa etapa, tida como de extrema importância, poderia ser considerada, ainda, para o sexo feminino, como uma possibilidade de uma vida religiosa, visto que, “as práticas de letramento podem acontecer em ambientes diversos. Assim, verifica-se a possibilidade de se considerar o letramento religioso, quando as práticas de leitura e de escrita desenvolvem-se em um meio social, com a intencionalidade do desenvolvimento e fortalecimento de uma determinada vertente religiosa” (LAGE, 2013, p. 2), como poderia ocorrer em muitos conventos no período em questão.

<sup>203</sup> “EXERCÍCIO, ó ato de pôr em ação, de trabalhar y. *exercido do corpo*. Práticas v. *exercidos*'. Manejo, - manobra para se adentrar. v.g. „*exercícioK militar* , Em evoluções , na relharia ,'na

realidade em Portugal no período em que a obra foi publicada, sendo que, “[...] nos finais do Antigo Regime, a preocupação relativa ao bem-estar e ao equilíbrio do corpo” (FERREIRA; FERREIRA, 2003, p. 57) estava recebendo atenção da população, especialmente dos indivíduos que exerciam os ofícios<sup>204</sup> da área da saúde.

Os autores Antônio G. Ferreira e José V. Ferreira (2003) apontam, em relação a essa característica, que, inicialmente, existia uma preocupação maior no sentido de preservar o estado de saúde do indivíduo e que, posteriormente, houve essa transição para um olhar mais atento sobre quais fatores poderiam contribuir para a constituição do homem saudável em todos os campos. Seria, portanto,

[...] na segunda metade do século XVIII, que os médicos e os educadores mais ousados passaram a olhar a Educação Física como uma condição fundamental do desenvolvimento global do indivíduo. Neste sentido, o exercício já não era entendido apenas como conveniente à preservação da saúde, mas também como factor de desenvolvimento físico, base importante na formação do carácter e da moral das pessoas (FERREIRA; FERREIRA, 2003, p. 57).

Os tratados publicados nesse período já inseriam a prática de exercícios como um fator importante para o estado de saúde dos indivíduos, junto a outras questões do cotidiano, como alimentação e higiene. Pode-se mencionar, nesse sentido, a obra *Âncora Medicinal*, de 1721, de autoria de Francisco da Fonseca Henriquez, que explorava as regras básicas para se obter uma boa saúde através dos alimentos que o corpo ingeria. Francisco da Fonseca Henriquez utilizou as “idades da vida” para compor as suas prescrições, sinalizando, principalmente, quais deveriam ser os alimentos específicos que estavam autorizados a serem consumidos pelos meninos, de forma a desenvolver sua dietética e evitar enfermidades comuns no período. Porém, o interessante dessa obra foi que o autor também recomendava a prática de exercícios físicos, pois as características individuais deveriam prevalecer no momento de escolher os alimentos de sua refeição e, nesse segmento, entrava também a condição física do indivíduo e sua posição social, pois, conforme abordava o autor, o gasto de energia variava muito em virtude do ofício que era exercido. Dessa forma,

---

manobra , e mareação do navio. Ûto pratico y. g. „ exercido de compor, efcrever -, e poetar, *improvisar*. O fazer exercer, pòr em prática v. g. „ dar exercido ã paciência dos ouvintes. Serviço v.g., *eje veftido • tem tido grande exercido ; J'emana de exercido , oppofta ã ferida*” (BLUTEAU, 1712, p. 581).

<sup>204</sup> “De facto, médicos e cirurgiões portugueses, ao longo do século XVIII, bem consideraram o exercício físico como especialmente importante para a conservação da saúde das pessoas” (FERREIRA; FERREIRA, 2003, p. 57).

Franco criticava, também, os indivíduos cujo vício em cotidianos cercados por uma rotina mais tranquila, marcados pela ociosidade excessiva, acabavam por afetar o seu estado de saúde e, por conseguinte, sua prática alimentar. Dessa forma, é notável observar a relação entre a prática de exercícios e os cuidados alimentares explorados pelos autores da época.

Interessa, portanto, observar o elucidado por Antônio G. Ferreira e José V. Ferreira (2003), quando mencionam que:

Olhando para as ideias e as práticas relativas à educação física nos finais da segunda metade do séc. XVIII, vemos convergir duas tendências a propiciarem um movimento favorável ao desenvolvimento do corpo. De um lado, as actividades físicas e os jogos legados pela tradição e, do outro, concepções médicas e pedagógicas mais atentas às condições higiénicas e aos factores de desenvolvimento dos indivíduos, que iriam propiciar às entidades administrativas dos estabelecimentos educativos olharem para as actividades físicas das crianças como um momento de descontração e de formação (FERREIRA; FERREIRA, 2003, p. 59-60).

Nesse sentido, Mello Franco apontava para algumas necessidades básicas que a criança deveria desenvolver, como, por exemplo, a natação, visto que muitos eram os acidentes decorrentes de afogamentos. Também afirmava que outros exercícios poderiam auxiliar na fortificação do corpo, tal como a prática de esgrima, que objetivava, ainda, um engrandecimento de uma técnica que poderia ser incrementada em disputas corporais, de modo que “o esgrimir as armas também deviam entrar no plano da boa educação física. Com este exercício os membros se vigoram, e ganham força incrível nos músculos dos braços e pernas” (FRANCO, 1790, p. 94). Vale destacar, entretanto, que mesmo que a educação física se fizesse cada vez mais presente “[...] nos discursos pedagógicos de então, ela não se impunha, no entanto, como uma disciplina ou área científica capaz de prescrever uma série de exercícios sistemáticos, fundamentados nas ciências médicas” (FERREIRA; FERREIRA, 2003, p. 57).

Devido ao cenário descrito acima, a prática de realizar exercícios, em suas mais variadas definições, ganhou um importante impulso no século XVIII, momento crucial para que questões como educação, instrução e o próprio ato da criança brincar receberiam novos contornos. Seria, portanto, durante esses momentos de lazer que a criança poderia aprender determinadas habilidades que lhes seriam úteis na vida adulta. Esses momentos de diversão e lazer já vinham sendo abordados por alguns autores anteriormente, tais como Alexandre Gusmão, que, em sua obra *Arte de criar*

*bem os filhos na idade da puerícia*, de 1685, aborda “uma síntese dos fundamentos da boa educação e dos cuidados práticos que os pais e mestres deveriam ter na criação das crianças” (RIPE, 2019, p. 106). Vale destacar, também, que o “[...] tema dos jogos e das brincadeiras despertou grande importância no contexto da doutrinação das Companhia de Jesus” (RIPE, 2019, p. 106). Muito desse interesse traduzia-se para os jesuítas no sentido de que algumas práticas de leitura e escrita pudessem ser aprimoradas. Tais momentos de aprendizagem e de divertimentos iam ao encontro das propostas da Modernidade, pois as brincadeiras entre as crianças também passaram a receber finalidades pedagógicas, visto que uma

[...] característica do século XVIII é a popularização dos jogos educativos. Antes restritos aos príncipes e nobres, agora tornam-se veículos de divulgação, crítica e doutrinação popular. Utilizados para o desempenho de papéis, difusão de idéias e crítica de personagens, tais jogos penetram no cotidiano popular (KISHIMOTO, 1995, p. 41).

Esse aumento na demanda pelos jogos educativos era altamente perceptível “no final do século XVIII[...]”, quando “[...] as práticas infantis envolvendo atividades lúdicas e passatempos parecem ser mais consensuais [...]” (RIPE, p. 124). De forma a abranger a totalidade do indivíduo enquanto um ser capaz e reflexivo, Francisco de Mello Franco encorajou, também, que a questão educacional envolvesse outros tópicos que pudessem auxiliar no desenvolvimento das habilidades socioemocionais. Para tanto, o autor afirmava que desenvolver uma educação sensorial seria de extrema importância para que o corpo da criança atingisse um ideal de perfeição. Assim, de acordo com as orientações expressas na obra, temos a explanação de como os cinco sentidos deveriam ser aperfeiçoados no capítulo onze, denominado *Do modo de aperfeiçoar os sentidos das crianças*.

Desse modo, o autor apontava que “o primeiro sentido, de que uma criança recém-nascida principia a usar, é o paladar. Os outros mais devagar, e gradualmente se vão desenvolvendo” (FRANCO, 1790, p. 100). Segundo o autor, o grau de sensibilidade desse órgão era tão extremo que deveria ser respeitado<sup>205</sup>, no que concerne aos alimentos oferecidos as crianças, pois o gosto pode trazer danos irreparáveis ao organismo, sendo que, seria prejudicial, nesse caso, “[...] o uso do vinho, espíritos, café, chá, etc. De qualquer destes modos é evidente, que os

---

<sup>205</sup> Deve-se reforçar que, em relação a este órgão, “o seu principal fim é, o de nos advertir da qualidade daquilo que comemos” (FRANCO, 1790, p. 102).

nervos se contraem, alteram e ficam calejados, perdendo assim toda a sua delicadeza” (FRANCO, 1790, p. 101).

No que concerne aos usos do olfato, Mello Franco aponta que podemos associá-lo enquanto um “auxiliar do paladar: porque tudo o que nos sabe bem, e nos é proveitoso, é sempre agradável ao olfato; e este é o primeiro juiz do que comemos” (FRANCO, 1790, p. 102). Desse modo, tal função era importante, na medida em que as crianças, desde pequenas, “[...] ainda não tem a disposição precisa para representarem ao sensorio comum as diferenças dos cheiros” (FRANCO, 1790, p. 102), sendo que, essa habilidade seria desenvolvida de forma lenta e gradual.

Ao dar continuidade a sua educação sensorial, o autor apresenta as funções do sentido da audição, afirmando que “sem o sentido de ouvir seríamos sem dúvida desgraçados; porque nem saberíamos explicar nossas ideias, nem ouvir as dos outros” (FRANCO, 1790, p. 103). Porém, para que a audição seja desenvolvida com delicadeza<sup>206</sup>, é preciso que “[...] junto as crianças se não faça estrondo, e que a sua habitação não seja ao pé de ferreiros, carpinteiros, e outros ofícios [...]” (FRANCO, 1790, p. 103). Recomendava, ainda, que os pais cuidassem do ambiente em que escolheram instalar sua moradia, para não ter inconvenientes com vizinhos que fizessem barulhos desagradáveis aos ouvidos sensíveis dos pequenos.

Sobre a visão, o autor ponderava que “a vista é o mais lindo, e o mais agradável de todos nossos sentidos” (FRANCO, 1790, p. 104). Ao mensurar a importância da visão aliada ao tato, ao toque, tem-se uma concepção de que a visão guia e as mãos alcançam e sentem aquilo que as crianças tanto anseiam por conhecer. Mello Franco adverte também para que as crianças não sejam expostas a uma quantidade de luz desagradável, de forma que interfira no grau de visibilidade. Porém, ele também reitera que o nosso alcance ocular sobre os objetos pode variar em conformidade com a luz que estiver disponível no ambiente, destacando que

como os objetos se pintam nos nossos olhos às avessas, e segundo a maior, ou menor intensidade de luz, e segundo também as diferentes distâncias, acontece de representarem-se alguns de noite com aparência medonha, para o que concorrem em grande parte os contos frívolos, com que muita gente costuma acalantar crianças; em grande parte digo, porque em noites escuras tenho visto, que alguns animais se assustam com coisas, de que de dia não

---

<sup>206</sup> Para um maior estado de conservação desta delicadeza, defendia-se a ideia de que era “[...] conveniente lavar de vez em quando os ouvidos das crianças com água morna, para melhor se tirar a cera que neles se forma; e sendo preciso, tirar-lha com algum instrumento sem ponta [...]” (FRANCO, 1790, p. 104).

fazem caso. Portanto é preciso acostumar as crianças a ver os objetos de noite, até levando-as casas escuras [...] (FRANCO, 1790, p. 105).

De acordo com as proposições do autor, seria dessa forma que a criança aprenderia a identificar e a diferenciar sombras e objetos. Portanto, o ato de poder tocar nos objetos para nos certificarmos a respeito do que vimos torna o tato indispensável no cotidiano dos indivíduos, ainda mais das crianças, que estão descobrindo o mundo ao seu redor. Sobre esse sentido, o autor comenta que ele “[...] reside particularmente nas mãos, e ainda aqui principalmente nas cabeças dos dedos. Todos os outros sentidos são diferentes modificações deste; e por sua intervenção é que grandemente se aperfeiçoam” (FRANCO, 1790, p. 106). Assim, através da união desses sentidos, a criança teria plenas condições de desenvolver o seu processo de aprendizagem e de bem-estar, proporcionando, dessa forma, a conservação do seu estado de saúde.

O desenvolvimento pleno da infância também deveria estar assessorado pelo período em que ela consegue descansar, de modo a equilibrar os momentos em que precisa produzir e direcionar a sua energia, do tempo em que necessita de repouso e silêncio. No capítulo nove, intitulado *Do sono, e do berço*, são apresentadas orientações que expressam os cuidados necessários com os períodos destinados ao sono das crianças. O autor aponta que, conforme a idade do indivíduo vai avançando, as horas destinadas ao sono costumam oscilar, geralmente diminuindo desde o momento em que nascemos. Nesse sentido, ele afirma que

uma criança de quatro, ou cinco anos dorme menos, do que uma de mama, uma de nove, menos do que a de cinco; e assim até a idade de perfeito crescimento; e gradualmente o seu crescimento vai sendo menos rápido (FRANCO, 1790, p. 78).

Outra importante colocação é a de que o sono sempre será mais benéfico quando ocorrer no período da noite, pois o “sossego que então se observa [...]” é convidativo para o repouso, “[...] ficando o dia reservado para o trabalho” (FRANCO, 1790, p. 79). Para os casos em que tal orientação não pudesse ser seguida, especialmente com as crianças pequenas, se “não dormirem de noite, é preciso que de dia se lhes evite, quanto puder ser; o sono, dando-se-lhes todo o exercício possível, e conveniente, para que fatigadas durmam de noite, e deixem dormir de quem delas cuida” (FRANCO, 1790, p. 79).

Embora seja difícil estabelecer uma única regra em relação ao período destinado ao descanso, visto que a carga horária pode ser influenciada por uma série de fatores, como faixa etária, local da moradia e o estado de saúde em que a criança se encontra,

O que em geral se pode dizer é, que até aos quatro anos, nenhuma deve dormir mais de doze horas, e até aos sete mais de dez, e daí por diante pouco a pouco se deve diminuir de sorte, que ninguém, depois de chegar ao seu verdadeiro estado de crescimento, deve dormir mais de oito horas entre dia, e noite (FRANCO, 1790, p. 79).

A qualidade do repouso dependeria, ainda, de outros aspectos, tais como o ambiente no qual o indivíduo estaria inserido, as pessoas com quem convivia e, também, em alguns aspectos do seu aposento, como, por exemplo, se o quarto seria proporcional às necessidades da família. Por isso, o deitar-se estava carregado de significados para as mais diversas faixas etárias. Observa-se, no entanto, que

As crianças não devem dormir com pessoas de idade adiantada; porque estas, cuja pele é rija, e por isso a transpiração muito pouca relativamente as pessoas moças, são como esponjas, que continuamente absorvem, e atraem a grande transpiração das crianças (FRANCO, 1790, p. 80).

Nesse sentido, de forma a evitar incômodo para os pequenos, o autor afirma que a melhor solução para os acomodar seria colocando-os em seus berços<sup>207</sup> enquanto dormem. Outra importante advertência acarretava nos cuidados que as amas deveriam tomar nesse momento, uma vez que, de acordo com as orientações da obra, era perigoso elas dormirem próximas das crianças, pois as últimas ficariam expostas e “[...] porque facilmente podem ser por elas esmagadas na ação do sono [...]” (FRANCO, 1790, p. 81). Tal situação prolongava-se, ainda, na meticulosidade do processo de deitar-se, nos momentos da amamentação, sendo que o autor afirma que as crianças “[...] podem sufocar pelo costume de lhes darem de mamar mesmo deitadas, e assim adormecem a ama [...]” (FRANCO, 1790, p. 81), deixando a criança posta em seu peito sem a devida atenção. Sobre o ato de embalar a criança, Mello Franco apresenta uma série de contribuições de autores renomados, tanto dos que

---

<sup>207</sup> Dessa forma, “não se podia inventar coisa mais útil, e mais cômoda às crianças. A sua utilidade se manifesta por dois lados: primeiro, porque devem estar deitadas sós; segundo porque deste modo se lhes pode dar certo movimento, que, sendo-lhes sumamente proveitoso, as consola, e diverte pelos sinais de prazer que nos mostram, quando são prudentemente embaladas [...]” (FRANCO, 1790, p. 80- 81).

eram favoráveis<sup>208</sup>, como os que eram contrários<sup>209</sup> a esse método para fazer adormecer um bebê. O autor destaca que sim,

É verdade que a imprudência no embalar, como ordinariamente se vê, pode causar, e mil vezes terá causado não menos do que a morte: mas é porque desatentamente principiam a fazê-lo; e a proporção que a criança chora, embalam com mais e mais força, até que ela, cansada de chorar, e tonta daquele movimento apressado, e irregular, chega a calar-se; mas é para depois chorar mais” (FRANCO, 1790, p. 83).

De certo modo, o autor pondera que alguns cuidados e precauções são necessários para aqueles que desejam embalar uma pessoa para que essa descansasse. Assim, desde que fossem seguidas algumas orientações, tal movimento poderia mostrar-se muito benéfico, visto que, “[...] o embalar uma criança não é contra a voz da natureza; mais depressa o será deixá-la em uma perpétua quietação, até que por si possa mover-se” (FRANCO, 1790, p. 85). Portanto, deveria haver um certo equilíbrio nesse movimento, nada excessivo ao ponto de prejudicar a formação das partes do corpo da criança e nada tão vagaroso que não permitisse o aprimoramento das articulações e movimentos da criança.

No próximo tópico, serão apresentadas as orientações presentes na obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa* que abordam a importância dos cuidados com a alimentação das crianças em seus primeiros anos de vida, de modo a direcionar as mulheres que gestam e acompanham o crescimento de seus filhos.

#### 4.3 AOS QUE CRIAM, TAMBÉM CABE O ALIMENTO PARA NUTRIR E PERSEVERAR

Os cuidados relativos à uma boa prática alimentar passaram a receber cada vez mais atenção dos médicos e do público em geral. Tal percepção é válida na medida em que, por meio do consumo diário de alimentos<sup>210</sup> considerados adequados para a manutenção de um corpo saudável, seria possível garantir uma maior

<sup>208</sup> Entre os renomados autores que defendiam essa prática, pode-se citar: “Tissot, Ballexerd, Underwood, Yandermonde, Brauzer, etc” (FRANCO, 1790, p. 82).

<sup>209</sup> Os que não eram favoráveis sobre tal metodologia eram: “Hamilton, Armstrong, Rosseen, Rousseau” (FRANCO, 1790, p. 82).

<sup>210</sup> “ALIMENTO, f. m. tudo o que fe toma pola boca, e fe digere para nutrir o corjio animal” (BLUTEAU, 1712, p. 60).



longevidade para as pessoas que estivessem seguindo essas orientações. O ato de cuidar de si<sup>211</sup>, alimentar-se, exercitar-se, desenvolver processos de aprendizagem, seriam os diferenciais daqueles que buscavam conservar o seu estado de saúde e evitar o adoecimento do corpo, uma vez que tais “[...] regras para viver de modo saudável remontam aos mais antigos períodos históricos” (CARVALHO, 2008, p. 122). Ainda assim, ao considerarmos a relevância dessa temática na Modernidade, compreende-se que “[...] houve uma proliferação de manuais, capítulos de livros, e outros tipos de instruções, destinados a difundir orientações práticas sobre os cuidados com a saúde” (CARVALHO, p. 122, 2008). Esse aumento na propagação de escritos que versavam sobre os cuidados alimentares dialogava, ainda, com autores da Antiguidade e valorizava, sobretudo, as características individuais de cada pessoa ou criança, pois, ao considerarmos fatores como idade e tamanho, o corpo poderia necessitar de quantidades diferenciadas de alimentos para nutrir-se. Vale ressaltar, que

Essa medicina se baseava num princípio fundamental, do qual derivava a maior parte das ideias e das práticas relativas à cura do corpo: todo ser vivo – homens, animais, plantas - possui uma “natureza” particular em razão da combinação de quatro fatores, agrupados dois a dois: quente/frio, seco/úmido” (MONTANARI, 2013, p. 84).

Tal associação, conforme já mencionamos, era fundamental para compreender o funcionamento do corpo humano em períodos mais remotos. No momento em que tais elementos se encontrassem em equilíbrio, o indivíduo teria sua saúde assegurada. Caso contrário, se houvesse a predominância de alguns desses elementos, as enfermidades se manifestariam, sendo necessário “[...] restaurar o equilíbrio com providências adequadas, primeiramente [...]”, acionando “[...] o controle da alimentação” (MONTANARI, 2013, p. 84). Os tratados mais antigos já abordavam tais cuidados, salientando que a correção desse desequilíbrio através da alimentação seria bastante eficaz, devendo, a pessoa, ter atenção às suas necessidades, como, por exemplo, se fosse afetada “[...] por uma doença que o torna “úmido” demais deve preferir alimentos de natureza “seca” e vice-versa. O indivíduo com saúde, em vez

---

<sup>211</sup> Na medida em que essas orientações ganhavam mais páginas nos tratados publicados no período, pode-se mencionar que “[...] a principal função desses escritos sobre os cuidados de si era aconselhar como manter a economia entre o que era ingerido e o que era efetivamente consumido pelo corpo, para que não houvesse excedente prejudicial à saúde” (CARVALHO, 2008, p. 122).

disso, deve consumir alimentos equilibrados ou, como se dizia, “temperados” (MONTANARI, 2013, p. 85). Nesses saberes, encontra-se atrelado o desenvolvimento do ato de cozinhar, que, relacionado à importância da dietética, contribuiu significativamente para as discussões que envolviam o cozimento dos alimentos, o seu gosto e suas propriedades.

Desse modo, essa “linguagem atravessa todo o corpo social, coliga, em diversos graus de conhecimento, tratados eruditos e usos camponeses, reflexões científicas e práticas cotidianas” (MONTANARI, 2013, p. 88). No período transicional para a Modernidade, sabe-se que a medicina passou por uma fase de transformações e não seria diferente no que concerne aos usos da dietética e sua abordagem em tratados médicos, pois, “desde os séculos XVII e XVIII, a ciência dietética<sup>212</sup> começou a falar uma língua diferente, baseada na análise química mais do que na observação física” (MONTANARI, 2013, p. 90).

Em virtude da relevância da presença da dietética nesses tratados, seja de forma exclusiva ou em conjunto com as demais áreas que englobam o campo médico, pode-se constatar que “a alimentação aplicada a saúde baseia-se em uma série de convicções e conhecimentos que fazem dela um dos ramos fundamentais da medicina” (MAZZINI, 1998, p. 255).

No que concerne à alimentação infantil no século XVIII, cabe destacar que ela se encontrava atrelada a uma série de fatores que poderiam, inclusive, influenciar no comportamento dos pequenos, de modo que,

[...] os regimes alimentares direcionados aos infantis condensava um longo processo de saberes – de ordens médica, religiosa e civilizatória -, de prescrições e de práticas sociais normativas, que consideravam a nutrição, as possibilidades de cura ou de pecado, os efeitos da evacuação e da excreção e, por fim, da administração das paixões da alma (RIPE, 2019, p. 125).

Por conseguinte, tem-se no capítulo oito, denominado *Do quanto diz respeito ao modo de nutrir as crianças*, uma série de cuidados que objetivam um melhor desenvolvimento das crianças através da alimentação que lhes era designada nos primeiros meses/anos de vida. Interessa-nos, portanto, apresentar quais eram as orientações expressas em cada um dos artigos que compõem o capítulo e que se

---

<sup>212</sup> “Dessa maneira, a nova dietética introduziu conceitos, fórmulas e palavras não mais ligadas à experiência sensorial” (MONTANARI, 2013, p. 90).

direcionam às gestantes e aos meninos, visto que, em relação às primeiras, vale destacar que o consumo de alimentos durante a gestação poderia influenciar. Interessa mencionar que, embora o autor esteja inserido em um contexto da Modernidade no qual a medicina vinha passando por importantes transformações com relação ao seu entendimento científico e corporal, Francisco de Mello Franco ainda recorria a alguns ditames da prática médica tida como mais “clássica” e “tradicional” em suas observações.

No artigo I, intitulado *Se deve mamar logo na mãe; e quando há de ser a primeira vez*, temos a compreensão do quanto o leite<sup>213</sup> materno<sup>214</sup> era indispensável enquanto alimento essencial para a manutenção da vida da criança, especialmente a recém-nascida. Cabe destacar, desse modo, que a prática de amamentar era tida como função primordial das mães, em um primeiro momento, sendo que o autor defendia que seria através dessa função que a mulher exerceria sua vocação natural. Desse modo, é interessante considerarmos esse posicionamento do autor, visto que as questões que envolvem o ato de amamentar perduram até os dias atuais, de modo a incentivar esse elo entre a mãe e o seu filho, quando for possível. Por isso, de acordo com Lima *et al.* (2015), pode-se mencionar que

[...] a amamentação em humanos é um ato também cultural, considerando que o recém-nascido, ao ser amamentado, experimenta a sensação de aconchego, favorecendo o vínculo entre mãe e filho, e ainda o prazer de comer. A criança gosta do sabor do leite e não o rejeita. O leite é assim, alimento e comida – natureza e cultura (LIMA *et al.* 2015, p. 511).

Nesse sentido, o autor foi construindo também uma série de advertências em relação a esse processo, visto que algumas mulheres poderiam considerar que, na primeira vez que fossem amamentar, corria-se o risco de, inicialmente, o leite<sup>215</sup> não estar tão adequado para o consumo. Dessa forma, elas recusavam-se a amamentar

<sup>213</sup>Sob este aspecto, deve-se ressaltar que “o primeiro regime alimentar dos infantis está associado ao ato da alimentação” (RIPE, 2019, p. 125). Os cuidados expressos sobre este momento de intimidade e cuidado entre mãe e filho já começavam a manifestar-se nas obras publicadas do período, pois eram “diversos os autores que aconselharam a importância deste nutriente para a boa formação corpórea dos infantis” (RIPE, 2019, p. 125).

<sup>214</sup> MATERNO, adj. de mãe v. g. „ por parte materna, amor materno. Língua materna, a da terra onde nascemos” (BLUTEAU, 1712, p. 66).

<sup>215</sup> “LEITE, fim. liquido alvo, que se tira das tetas, ou mamas das fêmeas de certas especies 5 e que serve de nutrir os seus filhos em quanto tenros. Se Humor viscoso, da cor do leite, que sai das feridas de algumas arvores, ou plantas y. g. „ o leite da figueira. Uma composição química. Alguma doutrina com o leite, l e. desde a.mais tenra idade. Irmão de leite, collaço. Vieira. Dentes do leite, são os do potro, que lne nascem aos 2 mezes. Mor leite , ou de lei te , mui manfo. Freire” (BLUTEAU, 1712, p. 14).

nos primeiros dias de vida da criança, o que o autor apontava ser um ato de desumanidade com seu filho, afirmando ser necessário que as crianças mamassem logo que tivessem o desejo nos primeiros momentos após o seu nascimento, conforme observamos na seguinte passagem:

Não podemos por tanto deixar de consentir que as crianças mamem, logo que peguem no peito, sem fazermos violência á natureza, donde nasce não só o prejuízo da criança, mas também o da mãe, como logo se mostrará (FRANCO, 1790, p. 40).

No artigo II, nomeado como *Todas as mães são obrigadas a criar seus filhos*, tem-se as considerações do autor sobre a forma correta de nutrir as crianças pequenas. Ao evidenciar o significativo período em que o bebê depende exclusivamente de sua mãe para nutrir-se, o autor enfatiza essa relação<sup>216</sup> que é construída através do alimento, especialmente pelo ato de amamentar, sinalizando que o leite possui inúmeros significados nessa troca. Tal simbologia é explícita na medida em que o autor adverte as mulheres que optam pela escolha de uma ama quando não é necessário para que realizem a sua função natural, afirmando que “ninguém pense que é indiferente á criança o ser criado com o leite da mãe, ou com o de outra mulher estranha” (FRANCO, 1790, p. 41).

No artigo IV, *Quais são os meios de suprir esta impossibilidade das mães, e que condições deve ter a ama*, o autor discorre sobre as maneiras que uma criança pode ser alimentada sem o uso do leite materno. Nesse caso, Franco (1790) considera que

Huns se lembram da papa feita de miolo de pão, e leite, ajuntando uma gema de ovo: outros querem que seja preferível a isto o caldo feito da flor de farinha de trigo, ou centeio, bem seca ao calor do lume com o mesmo leite: outros em fim querem o simples leite de animais; mas não concordam em qual deles deva ser (FRANCO, 1790, p. 51).

Sobre o método de preparo de “papas” ou caldos<sup>217</sup>, o autor pondera que os pais cometem equívocos, pois, tanto com pão e leite e gema de ovo, quanto com

---

<sup>216</sup> “Depois de ter fido alimentada por e espaço de tantos mezes pelo próprio fangue da mãe, he evidente que entre ambas ha huma perfeita analogia; e que o leite preparado pelos órgãos do mefmo corpo, de quem recebeo o primeiro alimento, lhe he o único conveniente, dado pela natureza, e preferível a outro qualquer” (FRANCO, 1790, p. 41).

<sup>217</sup> Tal advertência é tida como um importante aviso de que esse modo de preparo poderia levar ao óbito aqueles que deveriam ser conservados dos descuidos maternos, pois, “o caldo feito com a farinha, e leite é muito mais danoso, que a papa de miolo de pão, porque vem a ser um grude, que forra o estômago, e intestinos, e tapa os vasos lácteos. Estou em dizer que ainda para uma pessoa

farinha de trigo, são extremamente prejudiciais à saúde das crianças, podendo levá-las, inclusive, ao óbito precocemente.

Outra importante menção é a de que a quantidade de alimento a ser oferecida aos pequenos não deveria ser superior ao seu tamanho, faixa etária e condições físicas. Tais aspectos tornavam-se essenciais na rotina alimentar das crianças, uma vez que, se os alimentos fossem dados em excesso, ao invés de trazerem benefícios, poderiam acarretar em prejuízos à saúde dos infantis, conforme observamos a seguir:

Um alimento superior ás forças daqueles tão delicados estômagos, necessariamente há de ir fazendo continuadas indigestões: aumenta-se a debilidade natural, segue-se má nutrição, vem depois obstruções do baixo ventre, que rematam a cena tragicamente (FRANCO, 1790, p. 51).

Ao considerarmos os prejuízos que uma alimentação inadequada poderia acarretar à saúde dos pequenos, é importante ressaltar que, na ausência de alimentos indicados, ou mesmo do leite materno e das amas, o autor traz uma sugestão sobre quais eram os leites de animais que poderiam ser consumidos pelas crianças. Francisco de Mello Franco destaca que o leite de alguns animais são os que mais se assemelham à natureza do leite materno, sendo, por isso, recomendado o seu uso quando

[...] senão for possível achar-se ama com os requisitos propostos, ou ao menos com os mais essenciais, será melhor dar a criança bom leite de animais, do que mal leite de mulher; porque é melhor arriscar, do que perder de certo: e é mais fácil ter bom leite de animais (FRANCO, 1790, p. 57-58).

Por conseguinte, além de indicar o seu uso, o médico exemplifica, através da analogia<sup>218</sup> dos animais indicados, quais seriam os benefícios de consumir o seu leite em detrimento do que vem do corpo humano, sinalizando, ainda, que “os leites mais usados em não somente em Portugal, mas até nas outras Potencias, são de cabra,

---

forte é comida pouco digesta: que estragos não fará em uma criança tão tenra, e delicada? É um meio lento, mas seguro de a matar” (FRANCO, 1790, p. 51).

<sup>218</sup> Por meio desses exemplos, ele afirma que “a análise química, e a quotidiana experiência tem mostrado que eles têm entre si alguma diferença nos princípios constitutivos, abundando o de burra mais de soro, do que dos outros princípios; o de ovelha de mais manteiga; o de vaca de mais queijo, e o de cabra é o que tem os princípios mais proporcionados” (FRANCO, 1790, p. 58).

vaca, burra<sup>219</sup>, e ovelha<sup>220</sup>” (FRANCO, 1790, p. 58). Porém, é interessante observar a distinção que é apresentada na obra no que concerne ao consumo do leite desses animais por crianças de classes sociais diferentes, pois, de acordo com as características de cada indivíduo, não seria correto oferecer-lhe qualquer leite sem analisar a sua frágil analogia com o animal em questão. Interessa mencionar, também, que o autor descreve os temperamentos<sup>221</sup> e os humores<sup>222</sup> desses pais que criam, demonstrando, dessa forma, que mesmo sendo um representante da medicina moderna, ele ainda utilizava elementos da medicina tradicional. Esses cuidados alimentares que perduraram durante toda a Antiguidade consideravam que se deveria “[...] procurar nos alimentos e nas bebidas, as mesmas características do que as reveladas pela bílis amarela, pela atrabile, pelo sangue e o fleugma, ou seja, respectivamente o seco-quente, o seco-frio, o úmido-quente e o úmido-frio” (MAZZINI, 1998, p. 256).

Assim, para as famílias mais abastadas, o autor menciona a contribuição de Baldini, em sua obra *Modo de criar as crianças á mão*, ao ponderar que em virtude do “temperamento bilioso” desses pais, se eles “[...] quisessem criar seus filhos à mão, fariam bem em preferir o leite de cabras<sup>223</sup>” (FRANCO, 1790, p. 58).

Além desses fatores, deveriam ser levadas em conta outras especificidades desses animais que seriam utilizados como fornecedores, uma vez que, se para se eleger uma ama de leite de boas qualidades era necessário averiguar alguns itens, para o leite animal, o caso era o mesmo. Dessa forma, os seguintes itens deveriam ser verificados para um bom aproveitamento, conforme vemos em: “I. que o animal não seja de muita idade; II. que esteja em boa nutrição; III. Que seja bem alimentado; e nisto é que deve consistir todo o cuidado” (FRANCO, 1790, p. 61). Era importante,

---

<sup>219</sup> “Pelo que pertence ao leite de burra, como é refrigerante, e que tem certos princípios balsâmicos, e depurativos convirá ás crianças que nascerem de pais biliosos, ou que tenham algum vicio scorbutico” (FRANCO, 1790, p. 59).

<sup>220</sup> “A ovelha dá leite excelente para as crianças que são excessivamente delicadas, e apoucadas. Nada há na natureza mais capaz, do que este leite, de fazer cobrar prontamente carnes, e de as vigorar, usando-se dele por algum tempo” (FRANCO, 1790, p. 59).

<sup>221</sup> “TEMPERAMENTO, fim. Compleição, constituição do corpo animal, á mistura dos humores nele. A índole, gênio. Temperamento do ar, do clima, a qualidade de ser quente, ou frio. Teco, ou húmido” (BLUTEAU, 1712, p. 449).

<sup>222</sup> “HUMOR, fim. Liquido que gira, te circula nos vasos do corpo humano-, e nos das plantas, para a vegetação de ambos: os corpos. Se Boa, ou má; disposição do animo, bordo v” (BLUTEAU, 1712, p. 687).

<sup>223</sup> “A experiência nos ensina que este leite, além da qualidade nutritiva, é também refrigerante, e brandamente purgativo, e depois do de mulher é o mais doce, e diluente para o corpo humano” (FRANCO, 1790, p. 58).

também, que a mãe tivesse participação nesse processo de criação, mesmo que não pudesse amamentar seu filho, bem como os pais na ausência da figura materna:

“[...] não seria melhor que os portugueses os abraçassem antes, do que entregassem seus filhos nas mãos de uma mulher, as mais das vezes, desconhecida, sem afeto, sem limpeza, sem alinhamento, sem sombra de probidade, sem a precisa regularidade de vida, e talvez cheia de moléstias ocultas, mas nem por isso menos destruidoras?” (FRANCO, 1790, p. 61-62).

Sobre esse aspecto, tem-se a percepção de que, por meio desse olhar atento aos cuidados na criação dos bebês, poderia ser grande a probabilidade de crescerem fortes e saudáveis. Tal era a percepção que se tinha sobre o papel da maternidade, cujo significado, nas palavras de Raphael Bluteau, era: “o ser mãe” (BLUTEAU, 1712, p. 66). Nesse sentido, a função de ser mãe era o fator primordial para garantir o crescimento seguro e saudável de uma criança. Através desse crescimento devidamente direcionado, seria desenvolvida uma geração de adultos da qual o Estado poderia usufruir dignamente. O autor chama a atenção para essa questão, sinalizando-a dessa forma:

Quanto não lucraria o Estado não só no aumento da povoação, mas na saúde, e robustez de seus vassallos! Não é este o único método praticado na casa dos Expostos? Creio que só assim, evitando-se muita despesa, se evitaria tanta mortandade, e ao mesmo tempo se extinguiria o tráfico infame, que com a vida destes inocentes faz muita gente desalmada (FRANCO, 1790, p. 62).

Em relação às quantidades que uma criança pequena deverá receber do leite materno, tem-se, no artigo V, *Que regularidade deve haver em dar de mamar às crianças; e os abusos que vulgarmente reinam a este respeito*, importantes segmentos sobre de que formas era possível amamentar a criança sem lhe acarretar em prejuízos. Ainda assim, Francisco de Mello Franco não adota uma única regra sobre os horários destinados a esse importante momento, afirmando que “é impossível determinar com exatidão, quantas vezes em vinte e quatro horas deve mamar uma criança, porque umas tem mais necessidade, do que outras de mais, ou menos alimento” (FRANCO, 1790, p. 63). Em suas orientações, ele ainda ponderava que era interessante verificar os motivos pelos quais a criança poderia estar chorando, pois não seria somente pela ausência de alimento que os pequenos choram, mas os adultos que os cercam insistem em fazer tal associação, que se prova em inúmeros casos errôneas. Dessa forma, afirmava ser interessante observar a criança e suas

reais necessidades, levando-se em consideração seu vestuário e a possível ocorrência de enfermidades. Por isso, deve-se considerar o apontado por Henrique Carneiro sobre a questão de atender as necessidades das crianças somente com alimentos, como comumente ocorre nos dias atuais e ainda vem sendo discutido, sendo que

O alimento é o primeiro e o maior dos paradigmas do comportamento moral, ou seja, da aquisição de autocontrole. Desde o aprendizado do choro para a obtenção do seio materno até a introjeção de todas as regras dos horários, das quantidades e das qualidades dos alimentos, das formas de sua ingestão, que o alimento marca a formação das regras na infância (CARNEIRO, 2005, p. 74).

Desse modo, tem-se o estabelecimento de algumas regras que ditam como devem ocorrer tais ocasiões em que é necessário oferecer-lhes o leite, de modo a instigar que “quando a criança passa bem, pallo genericamente, pôde mamar nos primeiros dois meses oito vezes entre dia, e noite com prudente moderação” (FRANCO, 1790, p. 64). Portanto, cabe os adultos compreenderem que os horários e as necessidades dos infantis eram distintas das suas e, assim, deveriam procurar formas de alternar os momentos de amamentação com as demais atividades do cotidiano dessas crianças:

Sendo o costume no nosso país comer quatro vezes no dia, poderá a ama dar de mamar antes de almoçar, fazendo-o ás oito horas; duas horas depois do almoço; e pouco antes do jantar; quatro para finco horas depois do jantar; e antes de ceia, supondo-a das oito para as nove horas; e pela noite adiante as últimas três vezes, segundo a criança acordar, passando sempre três horas depois da cêa, que será muito menos pezada que o jantar (FRANCO, 1790, p. 64).

Para averiguarmos quais eram os alimentos mais indicados, especialmente no momento em que os primeiros dentes estivessem surgindo, temos, no artigo VI, *Quando devem principiar a comer, e qual será a comida própria*, interessantes contribuições sobre como deveria ocorrer a substituição do leite materno por alimentos mais sólidos. Os adultos têm, segundo Franco, o costume de querer antecipar a ingestão de alimentos mais diversificados no estômago dos pequenos, algo que não lhes é natural e que pode acarretar em perigosos prejuízos à sua saúde, sendo severo ao constatar que: “E por quanto essas pessoas julgam, que o leite dá pouca sustância, procuram remediar, principiando desde logo a dar-lhes de comer” (FRANCO, 1790, p. 67-68). Ao inserir uma alimentação considerando a importância do nascimento dos



primeiros dentes<sup>224</sup>, denota-se que o processo de dentição<sup>225</sup> já recebia uma considerável atenção das autoridades de saúde nesse período, sendo que, “especialmente na segunda metade do século XVIII[...]”, denota-se “[...] um aumento dos envolvidos com a prática odontológica, sendo eles especializados ou não” (ULIANA, 2015, p. 20).

Desse modo, Mello Franco também demonstrou a importância desse acompanhamento, na medida em que sinalizava as substituições alimentares em consonância com o crescimento dos dentes, contribuindo, ao afirmar que “[...] as crianças não devem entrar a tomar outro alimento fora do leite, antes de terem os dentes incisores<sup>226</sup>, o que quase nunca sucede antes dos oito meses” (FRANCO, 1790, p. 68). Em decorrência dessas preocupações em respeitar a natureza do indivíduo e realizar a troca de alimentos conforme o crescimento dos dentes, o autor coloca também a dificuldade que é “escolher um tal alimento, que não seja superior as forças do seu estômago” (FRANCO, 1790, p. 69). Reiterando suas críticas feitas às “papas” compostas por farinha, Mello Franco adverte que “esta espécie de cola é mais capaz, segundo a expressão de Ethmulero, de grudar duas folhas de papel, do que servir de alimento, em caso nenhum se deve dar” (FRANCO, 1790, p. 69). Deveria se evitar, ainda assim, o consumo de “sopas feitas de caldo de carnes, do seu arroz, e em geral de toda a comida animal [...]” (FRANCO, 1790, p. 69).

Em contrapartida, o autor elaborou também as indicações dos alimentos que eram considerados adequados para a alimentação infantil, recomendando a “papa de miolo de pão, feita em água, por ser esta o melhor dissolvente da substância nutritiva do pão; e depois de feita ajuntar-lhe leite mugido de fresco de maneira, que fique esta papa muito desfeita, e líquida” (FRANCO, 1790, p. 69). Em relação ao período que deveria se aguardar para realizar essa transição alimentar, o autor pondera que o recomendável era que “antes dos sete meses se não devia passar a essa mudança [...]” (FRANCO, 1790, p. 70).

---

<sup>224</sup> “DENTE: Pm. os *dentes* são os ossinhos, que saem das gengivas, e fervem de dividir, e mastigar os alimentos, e modificar a voz”. BLUTEAU, Rafael. Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1712. t. 1. p. 376. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412>. Acesso em: 20 nov. 2019.

<sup>225</sup> É válido afirmar que “temos registros do cuidado com a dentição desde a Antiguidade” (PEREIRA, 2013, p. 149).

<sup>226</sup> “INCISOR, adj. *dentes incisores*, são os de cima, e debaixo, que correm *desde* uma preza, ou desde um dente laniar, ou canino ao ç-utro” (BLUTEAU, 1712, p. 705).

Ao darmos continuidade a esse segmento de substituição do leite materno por alimentos mais sólidos, temos no artigo VII, intitulado *Quando se devem desmamar as crianças: como se deve então proceder: que alimentos se devem dar daí por diante até aos quatro anos?*. Nesse tópico, são apresentadas algumas regras alimentares e discutidas as diferenças entre as crianças de acordo com a sua posição social, pois, de acordo com Mello Franco, tal distinção evidencia uma necessidade nutricional específica e um preparo para o desmame. Assim, ele sublinhou que é importante, enquanto regra geral, “que nunca se deve desmamar uma criança, sem que ela tenha os dentes precisos para mastigar comeres mais sólidos” (FRANCO, 1790, p. 71). Entretanto, ficou estabelecido que o leite não deve ser completamente excluído das refeições, visto que ele foi o alimento principal do bebê e deve continuar sendo por um período, acompanhado de outros.

Por conseguinte, tem-se a recomendação, contrariando alguns médicos da época, de que as frutas poderiam ser importantes aliadas nessa fase transicional, de modo que “as frutas da estação bem sazoadas, e perfeitas, são um saudável alimento para as crianças, assim como para todos [...]” (FRANCO, 1790, p. 73). O que fica explícito em sua escrita é a recomendação de que a moderação deveria ser o caminho que guiaria a ingestão do alimento, pois seria por meio do excesso no número de refeições que o estômago encontrar-se-ia debilitado. Portanto, o aconselhável era que fossem evitadas a todo custo o consumo de frutas verdes, “[...] porque pouca coisa há, que lhes façam tanto mal. Azedam os sucos digestivos, fazem cruezas no estômago, e se são muito ácidas [...]” (FRANCO, 1790, p. 74), resultam em enfermidades e complicações. Era prejudicial também “o costume quase ordinário de adoçar com açúcar, quanto comem as crianças [...]” (FRANCO, 1790, p. 74).

O cuidado deveria ser retomado ao oferecer-lhes alimentos “salgados, adubados, secos ao fumo, etc. Também lhe são nocivos comeres gordos, oleosos, caldos fortes, sopas de substância, etc” (FRANCO, 1790, p. 75). Ao referenciar os médicos que consultou para elaborar sua obra, Mello Franco aponta que um doutor inglês, cujas orientações colocou em prática com seus filhos, inclusive, recomendava que “até os quatro anos pouca, ou nenhuma carne se lhes deve dar; e essa pouca deve ser cozida<sup>227</sup>, sendo bastante que usem da sopa, e do arroz [...]” (FRANCO,

---

<sup>227</sup> O cozimento dos alimentos significava, também, modificar as suas propriedades para que eles se ajustassem à dieta do indivíduo, de modo que, “se determinado alimento está desequilibrado no aspecto “quente”, será necessário modifica-lo no aspecto “frio” ou acompanha-lo de ingredientes

1790, p. 76). Em relação ao que era ingerido, o autor também pontuou que as bebidas <sup>228</sup>líquidas deveriam ser cuidadosamente consideradas de acordo com a sua composição. Nesse caso, afirmava que ela não “[...] deve passar de água, leite, soro do mesmo” (FRANCO, 1790, p. 76). Repreende, com veemência, bebidas como “o vinho, chá, café, chocolate [...], que [...] lhes são muito nocivos” (FRANCO, 1790, p. 76). Afirmava, ainda, que tais bebidas eram altamente inadequadas aos mais jovens por serem “[...] sensível em demasia, de nenhum modo pode sem danos suportar bebidas estimulantes, ou seja, ou não fermentadas [...]” (FRANCO, 1790, p. 76), por acarretarem em gravíssimas enfermidades. Ao conduzir as diretrizes desse capítulo, o autor procurou estabelecer algumas regras que se aplicariam na dietética das mães, das amas e das crianças. Sobre o último grupo, sobretudo, ele afirma que não era sua intenção “ligar as crianças a uma dieta tão apertada, que não haja de sair de uma espécie de alimentos” (FRANCO, 1790, p. 77), incentivando o uso de alimentos variados em suas refeições.

Ao considerarmos tais alegações, percebe-se que elas vão ao encontro de outros autores, como o próprio Francisco da Fonseca Henriquez, mencionado anteriormente, que estabeleceu critérios<sup>229</sup> semelhantes na escolha de bebidas indicadas para o consumo de jovens do sexo masculino, em sua obra *Âncora Medicinal*, de 1721. Percebe-se, assim, que muitos autores recorreram a associações e analogias entre as características individuais de cada pessoa, seu sexo e sua faixa etária para elaborar suas diretrizes, algo há muito explorado por médicos da Antiguidade, pois, “até o século XVIII, os tratados sobre alimentos encaravam-nos exclusivamente de um ponto de vista médico, terapêutico e nutricional, dando prosseguimento às crenças milenares nas supostas virtudes de certos alimentos, especialmente em relação ao sexo”. (CARNEIRO, 2003, p. 15). Assim, pode-se

---

“frios”, de acordo com duas linhas principais de intervenção: as técnicas de cozimento e as modalidades de combinação entre os alimentos” (MONTANARI, 2013, p. 85).

<sup>228</sup> Muitas dessas recomendações vão ao encontro das diretrizes médicas da época, visto que, “a condenação de certos hábitos alimentares e da ingestão de bebidas alcoólicas possuía um caráter preventivo e normativo. Por um lado, alimentar-se e beber moderadamente e de acordo com a idade evitava danos à saúde, bem como garantia o prolongamento da vida e o equilíbrio do corpo” (ABREU, 2010, p. 240).

<sup>229</sup> Nessa obra, Francisco da Fonseca Henriquez dedicou um extenso capítulo para abordar as propriedades das bebidas indicadas para consumo, levando em consideração a faixa etária de cada indivíduo e, ao mencionar a contribuição de Galeno em sua percepção, ele afirmava que os pais [...] “criam seus filhos com vinho, com chocolate, com chá, com café e outras bebidas quentes e dessecantes, com que não só se aumenta o calor, mas também se pode inibir o aumento das partes do corpo, para o que necessita de umidade”. (HENRIQUEZ, 2004, p. 78).

mencionar que tal associação entre alimentos recomendados para o consumo em detrimento do sexo do indivíduo era um costume notadamente associado à medicina hipocrática.

Dessa forma, os cuidados com a ingestão de alimentos demandavam que, mais do que o ato de alimentar-se, era necessário aderir a uma série de códigos que adentravam nessa experiência, pois, conforme Carneiro demonstrou em uma reflexão mais atual, sobre a prática de ingestão de alimentos,

Em praticamente todas as culturas, os alimentos sempre foram relacionados com a saúde, não apenas porque a sua abundância ou escassez colocam em questão a sobrevivência humana, mas também porque o tipo de dieta e a explicação médica para a sua utilização sempre influenciaram a atitude diante da comida, considerando a sua adequação a certas idades, gênero, constituições físicas ou enfermidades presentes (CARNEIRO, 2005, p. 73).

Por isso, tais regulamentações das práticas alimentares tornavam-se fundamentais para que os indivíduos conseguissem se manter saudáveis e aptos para executar suas tarefas diárias. No caso dos infantis, era importante que seus pais seguissem as orientações adequadas à sua faixa etária, para que pudessem evitar as enfermidades mais comuns no período e a sua própria condição de fragilidade, visto que a sociedade em geral também tinha interesse em que esses crescessem e seguissem com os ofícios de suas famílias, “daí uma noção comum de regime para a regulamentação do corpo e do Estado” (CARNEIRO, 2005, p. 73).

Em relação aos pressupostos que foram apresentados neste capítulo, interessa mencionar que é notável o esforço empregado pelo autor Francisco de Mello Franco ao propor suas resoluções às famílias portuguesas com a finalidade de promover melhorias na área da saúde infantil. Ao direcionar tais orientações às mulheres que gestavam e para as demais figuras que as acompanhavam nessa jornada, o autor propunha um guia básico para que as crianças tivessem alguma oportunidade de sobrevivência, além dos seus primeiros anos de vida. Por isso, explorou uma série de recursos que se fazem presentes no cotidiano dessas famílias e dos infantis, como a sua alimentação, seu vestuário e sua educação. Reforçou, ainda, cuidados básicos que as mulheres poderiam adotar ainda no período de sua gestação, objetivando que o parto trouxesse ao mundo uma criança saudável e preparada para vivenciar os desafios que a época em questão trazia.

Nas questões que abrangem a área da alimentação, é válido ressaltar que tais hábitos, quando adquiridos, iriam direcionar o indivíduo para um caminho específico,

pois a sua escolha na ingestão de alimentos o encaminhava para determinados lugares, tanto no espectro social quanto no de sua própria saúde. Assim, muitos autores do período, cuja obra foi utilizada como fonte de pesquisa, utilizaram o campo alimentar para se comunicarem com as pessoas, visto que “[...] a comida se apresenta como alimento decisivo da identidade humana e como um dos mais eficazes instrumentos para comunicá-la” (MONTANARI, 2013, p. 13). Essa possibilidade de comunicação foi evidenciada nos capítulos que compõem o *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, e, por meio dessa obra, o autor teceu as relações necessárias para o processo de formação e desenvolvimento dos corpos infantis.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos aprofundarmos no universo da infância, visualizamos a sua singularidade, a sua fluidez e o seu encanto. Pensar nas demandas que cada faixa etária estabelece aos indivíduos torna-se interessante na medida em que o ato de cuidar daqueles que necessitam desse amparo acaba por atribuir novas responsabilidades aos seus progenitores, bem como às pessoas ao seu entorno. Por isso, as diretrizes relacionadas aos cuidados com os infantis foram se transformando em virtude dos contextos e dos espaços por eles ocupados nos últimos séculos. Os diferentes olhares do universo adulto destinados para essa parcela da população também sofreram alterações.

Desse modo, percebemos, inicialmente, a necessidade de uma abrupta inserção das crianças na sociedade, aliada a um emergente imediatismo em seu desenvolvimento e crescimento, de forma a inseri-las em um cotidiano adulto, especialmente quando consideramos o contexto da Idade Média até o início da Modernidade. A partir das novas diretrizes que foram sendo realinhadas na Idade Moderna, especialmente com o advento da Ilustração, têm-se novas concepções sobre o que era adequado para a formação dos infantis.

O afeto e a sensibilidade que estão atreladas aos cuidados infantis foram moldando-se com o passar dos séculos, especialmente ao longo do Setecentos, quando a própria aceção de família já vinha sendo transformada. Nesse contexto, na presente dissertação, ao explorarmos os aspectos que envolviam os cuidados com a infância na obra de medicina *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, de 1790, foi necessário contextualizarmos as crianças, refletindo sobre os espaços específicos ocupados por elas no século XVIII em Portugal. Tendo como objetivo principal a análise da obra de Mello Franco, partimos de alguns pressupostos em relação a sua contribuição para a saúde infantil em Portugal do Setecentos, especialmente no que concerne à saúde das crianças do sexo masculino.

Assim, com a finalidade de discutir a compreensão de infância e de saúde infantil vigente no reino de Portugal na Europa na segunda metade do século XVIII, mais especificamente nas décadas finais do Setecentos, nós estruturamos esta dissertação em três capítulos nos quais problematizamos essas indicações sobre a saúde infantil presentes na obra. Para tanto, levamos em consideração a contextualização do reino de Portugal no período em que a obra foi publicada, para

compreendermos esse cenário de transições no qual os portugueses se encontravam. Buscamos, dessa forma, apresentar as diferentes percepções sobre a infância e, também, sobre quem as gerava e cuidava.

No primeiro capítulo, iniciamos a nossa discussão a partir da apresentação do reino de Portugal na Europa em meados do século XVIII, explorando questões políticas, econômicas e sociais no período, por meio dos governantes que reinaram nessa época. Em virtude de suas propostas governamentais, foi possível conhecermos o quadro evolutivo do reino português, bem como a importância das luzes nesse período e suas ramificações na sociedade lusa. O advento do Iluminismo possibilitou a formação de um novo indivíduo, atuante e apto a conviver em sociedade. O pensar, o agir, o educar e o instruir-se adquiriram novos contornos, bem como a propagação de obras literárias que contribuíam para a edificação desse novo homem. Muitas dessas transformações foram influenciadas pelas propostas adotadas por Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, um dos protagonistas das mudanças ocorridas em Portugal.

Vimos, também, como esse cenário foi essencial para diversos setores da sociedade, entre eles, a área da saúde e da educação, que sofreram significativas mudanças, desde a adoção de novas teorias científicas que ampliaram os estudos anatômicos, até a construção de novos espaços educativos que beneficiavam essas propostas, principalmente na Universidade de Lisboa. Essa contextualização é necessária para compreendermos o impacto das transformações na medicina sobre os estudantes, entre eles, Francisco de Mello Franco.

No segundo capítulo, dando continuidade aos objetivos propostos nesta investigação, apresentamos Francisco de Mello Franco e sua obra, *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, que é utilizada como fonte de pesquisa nesta dissertação. Ao explorarmos a trajetória acadêmica do autor da obra, observamos a importância da sua rede de contatos influentes para aproximar-se de seus objetivos, bem como o contexto em que estava inserido, no qual os favores da corte eram altamente significativos. Ao explorarmos os aspectos que possibilitaram a construção da obra aqui analisada, apresentamos os seus capítulos e a intenção de Mello para cada um deles. Tais orientações versaram sobre os cuidados com a saúde, a educação e alimentação dos infantis, mas, também, de suas mães durante a gravidez, objetivando que elas gerassem crianças saudáveis.

O autor teve, ainda, o cuidado em adicionar a rede de mulheres que prestava suporte às gestantes, como as parteiras e as amas de leite. Em relação às últimas, listou uma série de restrições e aconselhamentos relativos à escolha da profissional mais indicada e sobre as circunstâncias em que ela deveria ser acionada. A participação dessas mulheres na obra é fundamental para compreendermos a dinâmica adotada pelo autor para olhar especificamente para as crianças, pois a ação de cada indivíduo no entorno da criação do bebê influenciaria a etapa seguinte do seu desenvolvimento. Outro importante destaque diz respeito à discussão do abandono infantil, muito corriqueiro nesse período e que demonstra, tanto em Portugal quanto na América Portuguesa, como a infância era relegada e rejeitada quando os adultos consideravam necessário, sendo que lhes restavam as políticas assistencialistas para prestar o devido amparo.

No terceiro e último capítulo, atendemos a um de nossos objetivos principais, o de analisar determinadas categorias presentes na obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*. Essa análise consistiu em selecionar os excertos que versavam sobre educação, alimentação, os momentos de descanso, o vestuário e saúde dos meninos portugueses, adicionando, também, as indicações específicas destinadas às meninas, mostrando os contrastes de algumas orientações em consonância com o sexo da criança. Discutimos, também, sobre como ocorria a presença da criança no seio da família e na sociedade portuguesa, levando em consideração a sua faixa etária, assunto presente no capítulo e muito importante para aprofundarmos a questão sobre como meninos e meninas eram dispostos em categorias e funções relacionadas às suas idades. Tais considerações seguiam o que os autores e os dicionaristas da época elaboraram, para que as categorias que abrangessem a infância estivessem definidas, bem como para os órgãos municipais que lhe prestavam serviços até determinada idade. Percebemos, também, a preocupação do autor em salientar as diferentes etapas desse crescimento, seja pela idade ou pelo tamanho da criança, reforçando a importância de valorizar a fragilidade e a sensibilidade dos corpos infantis.

Ao finalizar esta pesquisa, conseguimos observar a relevância da obra *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, de 1790, em uma época na qual a saúde infantil despontava enquanto área promissora de desenvolvimento no século XVIII, visto o crescente número de autores que se dedicaram a escrever especificamente sobre essa temática. Tal aumento, cabe



destacar, deve-se também em razão dos altos índices de mortalidade infantil do período, o que tornava necessário maiores investimentos nessa área e na publicação de obras que pudessem alcançar esse público-alvo, as famílias que criam. O contato com essa obra possibilitou a ampliação da pesquisa de um tema que me interessa muito, o qual já investiguei em trabalhos anteriores, como em meu trabalho de conclusão de curso. A análise dessa obra abriu inúmeros questionamentos, muitos os quais ainda merecem a devida atenção, como, por exemplo, a questão da circulação dessa obra, por meio da investigação de suas edições e possíveis traduções, considerando, ainda, o universo de letrados e iletrados, com as diferentes práticas de leitura e apropriação da palavra escrita disponíveis no período.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Jean Luiz Neves. A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das luzes e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro v. 14, p. 761-778, 2007.
- ABREU, Jean Luiz Neves. Higiene e conservação da saúde no pensamento médico luso-brasileiro do século XVIII. **Asclepio**, v. 62, n. 1, p. 225-250, 2010.
- ABREU, Jean Luiz Neves. Ilustração, experimentalismo e mecanicismo: aspectos das transformações do saber médico em Portugal no século XVIII. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 80-101, 2007.
- ABREU, Jean Luiz Neves. **O corpo, a doença e a saúde**: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- ABREU, Jean Luiz Neves. Os estudos anatômicos e cirúrgicos na medicina portuguesa do século XVIII. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 149-158, 2007.
- ABREU, Jean Luiz Neves. Tratados e construção do saber médico: alguns aspectos dos paratextos nos impressos de medicina luso-brasileiros-século XVIII. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 6, n. 2, p. 21-34, 2013.
- ABREU, Laurinda. A organização e a regulação das profissões médicas no Portugal moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados. *In*: **Arte médica e imagem do corpo**: de Hipócrates ao final do século XVIII. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2010. p.97-122.
- ALVES, Maria Suzielle Cristina da Silva. **As reformas pombalinas no Brasil e a ideia de modernização na educação no século XVIII**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2019.
- AMORIN, Mariana Costa. Âncora Medicinal: o manual luso do comer bem e com saúde. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL UFES/Paris-Est, 6., 2017, Paris. **Anais** [...]. Paris: UFES/Paris-Est, 2017. p. 941-953.
- ANDRADE, Thaís Oliveiras. As Representações da Infância: seus conceitos e impactos na condição sociocultural. **Revista Científica Indexada Linkania Júnior**, Maringá, v. 2236, p. 6652, 2012.
- ARAÚJO, Ana Cristina. Leituras e práticas de civilidade em Portugal no século XVIII. *In*: FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro. (org.). **Escritas e leituras**: temas, fontes e objetos na Iberoamérica séculos XVI – XIX. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017. p. 271-294.

ARAÚJO, Ana Cristina. Ritualidade e Poder na corte de D. João V. a gênese simbólica do regalismo político. **Revista de História das Ideias**, Faculdade de Letras de Coimbra – Portugal, v. 22, p. 175-208, 2001.

ARAÚJO, Ana Cristina. Urbanidade e sociabilidade. Notas acerca da “arte de bem viver” em Portugal no século XVIII. **População e Sociedade**, Porto - CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, v. 25, 2016.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Mulheres pobres: a caridade das Misericórdias portuguesas (séculos XVII – XVIII). *In*: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FLECK, Eliane Cristina Deckmann (org.). **Mulheres do Reino e do Império: aproximações e singularidades** (séculos XVI ao XVIII). São Leopoldo: Oikos, 2022. p. 211-231.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Pequenos e pobres: a assistência à infância nas Misericórdias portuguesas da Idade Moderna. *In*: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FERREIRA, Fátima Moura. (org.). **A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)**. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008. p. 135-149.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARRUDA, Paulo H. de M. As reformas pombalinas na Universidade de Coimbra: algumas considerações. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 9.; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: PUCPR. p. 5569-5577.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o Mito do Amor Materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

BARBOSA, Hermínia; GODINHO, Anabela. **Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX**. Universidade do Minho. Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS), 2001.

BARREIROS, Bruno Paulo Fernandes. **Concepções do Corpo no Portugal do Século XVIII: Sensibilidade, Higiene e Saúde Pública**. 2014. Tese (Doutorado em História, Filosofia e Patrimônio da Ciência e da Tecnologia) – Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2014.

BARRETO, Maria Renilda Nery. A ciência do parto nos manuais portugueses de obstetrícia. **Revista Gênero**, Niterói, v. 7, n. 2, 2007.

BERNARTT, Roseane Mendes. A infância a partir de um olhar sócio – histórico. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 9.; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: PUCPR. p. 4225-4234.

BIZZO, Maria Leticia Galluzzi. “Tudo o que não é vivificado, é expulso deste admirável laboratório vital”: Francisco de Mello Franco (1757-1822) e a dietética iluminista. *In*: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS, 2011, Coimbra. **Anais** [...]. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2011, p. 594-613.

BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da Lingua Portugueza**. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1712. t. 1. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

BOTO, Carlota. Iluminismo e educação em Portugal: o legado do século XVIII ao XIX. **Rev. Fac. Educ**, Petrópolis, v. 22, n. 1, p. 169-191, 1996.

BOTO, Carlota. **Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CALDEIRA, Laura Bianca. **O conceito de infância no decorrer da história**. Educadores, 2010.

CÂMARA, Maria Alexandra Gago da. Modelos de civilidade na Europa de setecentos: práticas receptivas em Portugal. **Discursos [Em linha]: língua, cultura e sociedade**, n. 4, p. 117-136, jun. 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/4117>. Acesso em: 18 maio 2020

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: questões & debates**, v. 42, n. 1, 2005.

CARNEIRO, Henrique S. **Comida e Sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CARNEIRO, Henrique S. **Filtros Mezinhas e Triacas: as drogas no mundo moderno**. São Paulo: Xamã VM, 1994.

CARNEIRO, Marinha do Nascimento Fernandes. **Ajudar a nascer: parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (séculos XV –XX)**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2003.

CHALMEL, Loic. Imagens de crianças e crianças nas imagens: representações da infância na iconografia pedagógica nos séculos XVII e XVIII. **Educ. Soc.**, v. 25, n. 86, Campinas, p. 57-74, 2004.

CHARTIER, Roger. **A Ordem dos Livros**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

COSME, João. A consciência sanitária em Portugal nos séculos XVIII-XIX. **CEM Cultura, Espaço & Memória**, Porto, n. 5, p. 45-62, 2018.

COSTA, Palmira Fontes; CARDOSO, Adelino (org.) **Percurso na História do Livro Médico**. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

DIAS, José Pedro Sousa. Até que as luzes os separem. Hipócrates e Galenos na literatura médico-farmacêutica portuguesa dos séculos XVII e XVIII. *In*: ANASTÁCIO, Vanda; CASTRO, Inês de Ornellas E. (eds.). **Revisitar os sabres: Referências Clássicas na Cultura Portuguesa do Renascimento à Época Moderna**. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos-FLUL e IELT-Universidade Nova de Lisboa, 2010. p.77-88.

DOLINSKI, João Pedro. O desenvolvimento da medicina moderna na cultura lusa do século XVIII. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 29-40, 2014.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

ESTEVES, Alexandra Patrícia Lopes. As mulheres e a doença: aproximações preliminares. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 34, n. 1, p. 38-64, 2021.

FACHINI, Jonathan Silva. A ilegitimidade e a exposição de crianças conexões historiográficas (América Latina, século XVIII-XIX). **Revista Angelus Novus**, São Paulo, Ano V, n. 8, p. 57-78, 2014.

FERREIRA, José V.; FERREIRA, António G. As práticas físicas, em Portugal, no Antigo Regime. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, Porto, v. 3, p. 56-63, 2003.

FERREIRA, António Gomes. A compreensão médica portuguesa sobre a concepção da criança no século XVIII. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 25, p. 17-38, 2005.

FERREIRA, António Gomes. A criança e o seu desenvolvimento em discursos médicos e pedagógicos que circularam no contexto português (séculos XVIII a XX). **Educação em Revista**, Curitiba, v. 26, n. 1, p. 215-233, 2010.

FERREIRA, António; GONDRA, José G. Idades da vida, infância e a racionalidade médico-higiênica em Portugal e no Brasil (séculos 17-19). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 87, n. 216, p. 119-134, 2006.

FERREIRA, António Gomes; GONDRA, José G. Idades da vida, infância e a racionalidade médico-higiênica em Portugal e no Brasil (séculos XVII-XIX). *In*: LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério (org.). **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. Circulação e apropriação de concepções educativas: pensamento ilustrado e manuais pedagógicos no mundo luso-americano colonial (séculos XVIII-XIX). **Educação em Revista**, Minas Gerais, v. 32, n. 3, p. 167-185, 2016.

FRANCO, Francisco de Mello. **Tratado da educação física dos meninos para uso da Nação Portuguesa**. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1790.

FRANCO, Renato. Riqueza, pobreza e infância: o reformismo ilustrado português e a utilidade dos expostos. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 26, p. 109-127, 2020.

FREITAS, Ricardo Cabral. Francisco de Mello Franco (1757-1822) na Ilustração Luso-Brasileira (1790-1821): reforma cultural e medicina-filosófica. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais** [...]. Natal: ANPUH. Natal, 2013. p. 1-12.

FREITAS, Ricardo Cabral. **Os sentidos e as ideias**: trajetória e concepções médicas de Francisco de Mello Franco na Ilustração luso-brasileira (1776-1823). 2017. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

GARANHANI, Marynelma Camargo; MORO, Vera Luiza. A escolarização do corpo infantil: uma compreensão do discurso pedagógico a partir do século XVIII. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 16, p. 109-119, 2000.

GÉLIS, Jacques. *In*: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do Corpo**: Da Renascença às Luzes. Tradução de Lúcia M. E. Orth. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 19-130.

GONÇALVES, Eliana; BEIRÃO FILHO, José Alfredo. Usabilidade: vestuário infantil. **Modapalavra**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 107-118, 2008.

HENRIQUEZ, Francisco da Fonseca. **Âncora medicinal para conservar a vida com saúde (1721)**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. (org.). **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. *E-book*. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

JÁCOME, Paloma da Silva. **Criança e Infância**: uma construção histórica. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2018.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O brinquedo na educação: considerações históricas. **Série Ideias**, n. 7, São Paulo, p. 39-45, 1995.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Letramento religioso e cultura escrita: as Clarissas em Portugal e no Brasil (século XVIII). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais** [...]. Natal: ANPUH. Natal, 2013. p. 1 -14

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Tradução de Marcos Flamínio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEBRUN, François. Um em cada dois recém-nascidos. *In*: LE GOFF, Jacques. **As doenças têm História**. Lisboa: Terramar, 1985. p.221-229.

LIMA, Romilda de Souza; NETO, José Ambrósio Ferreira; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. **Demetra: alimentação, nutrição & saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 507-522, 2015.

MAGALHÃES, Violante; MAGALHÃES, Justino. Constituição da infância na sociedade ocidental. **Perspectiva**, Erechim, v. 37, n. 3, p. 710-727, 2019.

MAGALHÃES, Vera. **Prevenção, higiene social e saúde pública sob o signo das Luzes**. Faculdade de Ciências Sociais. Centro Regional de Braga. Universidade Católica Portuguesa. Portugal, 2015. p. 53-64.

MARQUES, Daniella Domingues Alvarenga. **Educação em Portugal no século XVIII: críticas e propostas de António Ribeiro Sanches e Luís Antonio Verney**, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

MARTINS, Lilian Al Chueyr Pereira; SILVA, Paulo José Carvalho da; MUTARELLI, Sandra Regina Kuka. **A teoria dos temperamentos: docorpus hippocraticum ao século XIX. Memorandum**, Belo Horizonte, 14, p. 9-24, 2008. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a14/martisilmuta01.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.

MASSIMI, Marina. As ideias psicológicas de Francisco de Mello Franco, médico e iluminista brasileiro. **Psic.: Teor. E Pesq.**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 83-90, 1991.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MAZZINI, Innocenzo. A alimentação e a medicina no mundo antigo. *In*: FLANDRIN, Jean Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 254-265.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. Tradução de Letícia Maartins de Andrade. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

MOSSÉ, Claude. As lições de Hipócrates. *In*: LE GOFF, Jacques. **As doenças têm História**. Lisboa: Terramar, 1985. p. 39-55.

NETO, Francisco José da Silveira Lobo. **O iluminismo e as reformas pombalinas**. 1997.

NUNES, Rossana Agostinho. **Nas sombras da libertinagem: Francisco de Mello Franco (1757-1822): entre luzes e censura no mundo luso-brasileiro**, 2011.

Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2011.

NUNES, Rossana Agostinho. Reflexões sobre nobreza, honra e mobilidade social no Antigo Regime Português: o caso do médico luso-brasileiro Francisco de Mello Franco (1757-1822). **Ars Historica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2010, p. 1114-126.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues. **A Criança na Sociedade Medieval Portuguesa**. Lisboa: Editorial Teorema LDA, 2007. p. 130-150.

OLIVEIRA, Natália Cristina de; BORGES, Felipe Augusto Fernandes; BORTOLOSSI, Cíntia Maria Bogo; MARQUES, Daniella Domingues Alvarenga; COSTA, Célio Juvenal. Marquês de Pombal e a expulsão dos jesuítas: uma leitura do iluminismo português do século XVIII. **Revista HISTEDBR** (online), Campinas, v. 7, n.27, p.1-18, set. 2007. Disponível em: [http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/178\\_trabalho.pdf](http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/178_trabalho.pdf). Acesso em: 10 mar. 2022.

OLIVEIRA, Ricardo. As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 109 – 129, jan.-jun. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752010000100007>. Acesso em: 29 out. 2019.

PALMA, Monique. **Construção e transferência de saberes médico** – cirúrgicos entre Portugal e a América portuguesa no século XVIII. Porto: História e Ciência: Ciência e Poder na Primeira Idade Global, 2016.

PORTER, Roy; VIGARELLO, Georges. Corpo, Saúde e Doenças. *In*: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do Corpo: Da Renascença às Luzes**. Tradução de Lúcia M. E. Orth. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 441-486.

PEREIRA, Wander. Uma História da Odontologia no Brasil. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 47, p. 147-173, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/21268>. Acesso em: 23 jun. 2020.

PESSOA, Fernando. **Poesias**. Lisboa: Ática, 1942.

PINTO, Manuel. A infância como construção social. *In*: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Centro de Estudos da Criança – Universidade do Minho, 1997

PORTER, Roy. História do Corpo. *In*: BURKE, Peter (org). **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 291-326.

REBOLLO, Regina Andrés. O legado hipocrático e sua fortuna no período greco-romano: de Cós a Galeno. **Scientiae zudia**, São Paulo, v.4, n.1, 2006, p. 45-82.



REIS, Maria de Fátima. “Parto fingido”: entre a honra e o afecto. Maria da Conceição, uma parteira de Lisboa setecentista. *In.*: Maria Marta Lobo de Araújo & Eliane Cristina Deckmann Fleck (org). **Mulheres do Reino e do Império: aproximações e singularidades (séculos XVI ao XVIII)**. São Leopoldo: Oikos, 2022, p. 261-287.

RIPE, Fernando C. **A constituição do sujeito infantil moderno na cultura impressa portuguesa do século XVIII**, 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

ROCHA, José Martinho. **Nosso primeiro puericultor**. Rio de Janeiro, 1946.

ROSA, Teresa da Fonseca. O Iluminismo e a expulsão dos jesuítas do Império Português; as reformas pombalinas e o plano dos estudos menores. **Revista de História Regional**, v. 19, n. 2, p. 361-383, 2014.

SÁ, Isabel dos Guimarães. As crianças e as idades da vida. *In.*: MONTEIRO, José Mattoso; GONÇALO, Nuno. (coord.). **História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. p. 72-95. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/38082>. Acesso em: 31 out. 2019.

SANTOS, Cândido. Nota sobre a mortalidade infantil nos séculos XVIII e XIX. **Humanidades**, Porto, n. 2, p. 47-75, 1982.

SHIGUNOV Neto, Alexandre.; STRIEDER, Dulce. Maria.; SILVA, André. Coelho. da. (2019). A reforma pombalina e suas implicações para a educação brasileira em meados do século XVIII. **Tendências Pedagógicas**, 33, p. 117-126.

SILVA, Júlio Cesar Costa. **O Terremoto de Lisboa de 1755 e a Trajetória Política de Sebastião de Carvalho e Melo**, 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SOUZA, Maria Oliveira de; SILVA, Franciele Marcelino da; OLIVEIRA, Valéria Maria Santana. **O Corpo na Idade Média: entre representações e sexualidade**. *In.*: CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA, 4., ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE, 4., 2014, Sergipe. **Anais [...]**. Sergipe: Editora, 2014.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. **História da saúde no Brasil: uma breve história**. São Paulo: Hucitec, 2018.

TROIAN, Eduarda. **O bem comer com prazer: dietética e cuidados com a infância na obra Âncora Medicinal: para conservar a vida com saúde, de 1721**, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

ULIANA, Bruna Maria. **As habilidades e competências empreendedoras para uma gestão de sucesso na odontologia**, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso

(Bacharelado em Odontologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura**: usos do livro na América Portuguesa, 1999. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

VIOTTI, Ana Carolina. **As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677 – 1808)**, 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

WALKER, Timothy. **Médicos, medicina popular e inquisição**: A repressão das curas mágicas em Portugal durante o Iluminismo. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013. p. 243-26.